

JOSÉ JORGE ANDRADE DAMASCENO

A CÚIA E A BENGALA

Políticas públicas e assistência social aos deficientes

visuais da Bahia - 1930-1990

Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação do Professor Doutor Ubiratan Castro de Araújo.

SALVADOR 1998

T/UFBA

362.41

D155

Consulta-Mestrado-História

T/UFBA 362.41 D155

Autor: Damasceno, José Jorge Andrad

Título: A cuia e a bengala : polít



1061460

1788

AGRADECIMENTO

Este trabalho surgiu graças ao empenho de muitas pessoas, razão pela qual não é possível eleger um nome ou uma pessoa para tributar gratidão, uma vez que, todas quantas se prontificaram a ajudar, o fizeram com um indizível empenho. Por esta razão, faço os meus agradecimentos de modo coletivo, para não incorrer na injustiça de esquecer alguém.

Minha gratidão ao Orientador, ao Coordenador e aos Professores deste Mestrado pelo tratamento amável, mas sempre justo que me dispensaram.

Aos meus colegas de turma e de muitas inquietações que pudemos dividir.

Às pessoas que me assessoraram, desde a realização do projeto para a seleção de Mestrado, passando pela coleta e leitura de material bibliográfico, até ao revisor final deste texto.

À minha mãe Amanda e à minha mulher Adriana, que, em fases diferentes, puderam estar ao meu lado, em momentos muito difíceis deste trabalho.

Enfim, ao Deus Eterno, o doador da vida, aquele que me propiciou saúde e condições emocionais e mentais para levar até o fim esta tarefa laboriosa que foi construir este texto, nas condições em que ela se efetivou.

A todos, sinceramente, o meu melhor muito obrigado.

JOSÉ JORGE ANDRADE DAMASCENO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
PARTE 1. CEGOS E LETRADOS	19
CAPÍTULO 1. A LUTA DE CADA DIA	20
Uma coesão à força	20
NÃO ACREDITAR + SUPERPROTEGER = ATROFIAR	24
Um caso extremo: mas, não único	26
Exclusão sociocultural: dependência absoluta	30
De super gênios a super imbecis: dois extremos perigosos	35
O parâmetro não é o êxito: é o fracasso	41
Uma uniformização arbitrária	44
A falta de perspectiva produz acomodação e vice-versa	46
CAPÍTULO 2. A VOZ DA EXPERIÊNCIA	52
Um caso atípico, mas não o único	52
Acrítico, receptivo, subserviente, contraditório... ..	61
Duas afirmações reforçam um perfil contraditório	64
A cegueira: reações à sua chegada	72
PARTE 2. RUMOS E TRAJETÓRIAS	78
CAPÍTULO 3. HISTÓRIAS DE MULHER	83
AUDAI: "Como conquistar o seu reconhecimento profissional?"	83
ESTER: "(...) e, depois que fiz pedagogia, continuei ainda a trabalhar como professora primária, pois não me davam oportunidade"	88

MARILZA: "Nós cegos e você, estado geral e igual"	94
CIRLENE: "Eu sou mais voltada pra o estudo, pra pesquisa; não sou muito de trabalhar assim, com as mãos; meu negócio é mais mental..."	112
CAPÍTULO 4. CAMINHOS MASCULINOS	126
H.B.P.K.: "Eu não tenho revolta de ser cego, muito pelo contrário: eu tenho orgulho de ser cego"	126
MÁRIO CÉSAR: "Eu sempre me impus... onde eu estava, me impunha".....	134
JOÃO BOSCO: "Eles colocavam sempre obstáculos"	144
JOÃO EUDES: "Quem quiser ficar sem lutar, vai ficar em casa, sem fazer nada. Mas também não vai ter mérito, porque ficou em casa sem fazer nada. Só erra ou acerta, quem tenta fazer alguma coisa"	151
PARTE 3. INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NA SOCIEDADE	161
CAPÍTULO 5. POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTENCIALISMO	162
Os deficiente visuais e a política de profissionalização e de emprego	162
Década de oitenta: novos tempos, novas idéias	172
Os deficientes visuais e a política de acesso ao serviço público	181
Reserva obrigatória de vagas: uma faca de dois gumes	185
Os deficientes visuais na sociedade: a política assistencialista como forma de segregar e discriminar	190

Os deficientes visuais e a formação cultural: a política educacional como forma de produzir pessoas conformadas ao sistema	196
CAPÍTULO 6. ULTRAPASSANDO A GRATIDÃO: A FILANTROPIA REVALIDADA	204
Instituições para cegos: na contramão da História	204
Instituto de Cegos da Bahia: de abrigo a educandário	222
Desorganização e dificuldade econômica forçam mudança	229
A mudança não mais podia esperar	233
Uma guinada na educação dos cegos na Bahia	235
Orientação e mobilidade como uma nova perspectiva para cegos no seu direito de ir e vir	237
Uma análise das mudanças e de seus resultados	238
Aliança dos Cegos da Bahia: resultado de uma mudança de rumos	242
Setor de colocação de mão de obra do SENAI	245
Grupo de Copistas Voluntárias: um esforço por atender novas necessidade	250
Mendicância, esmola e filantropia	254
Esmola: de onde vem?	257
Uma emocionada reflexão faz-se acompanhar de um apelo à Filantropia	258
CONCLUSÃO	265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	269

a. BIBLIOGRAFIA TEÓRICO-METODOLÓGICA	270
b. FONTES	274
c. TEXTOS	286
d. TEXTOS GERADOS EM ENCONTROS DE CEGOS	289
ANEXO: RESUMO BIOGRÁFICO	290

INTRODUÇÃO

Transcorre normalmente a obra de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas, cuja leitura transformou-se num desafio para este que agora digita estas linhas, quando a atenção é despertada para um episódio que aparece em dois capítulos: Eugênia, este é o nome.

A personagem Brás Cubas que reflete o discurso de sua época, finais do século XIX, se surpreende e se indigna com o fato de ser ela uma moça portadora de deficiência física, o que acaba com o seu encanto inicial. Era bonita, mas era coxa. Investiria na sua conquista, a despeito de ser pobre. Desistira – era coxa. O que poderia exprimir este discurso? Eis aqui a passagem:

Palavra que o olhar de Eugênia não era coxo, as direito, perfeitamente são; vinha de uns olhos prêtos e tranqüilos. Creio que duas ou três vêzes baixaram, êsses, um pouco turvafos; mas duas ou três vêzes somente; em geral, fitava-me com franqueza, sem temeridade, nem bicos.¹

Aparece então o ponto crucial do discurso:

O pior é que era coxa. Uns olhos tão lúcidos, uma bôca tão fresca, uma compostura tão senhoril; e coxa! Êsse contraste faria suspeitar que a natureza é às vezes um imenso escárnio. Por que bonita, se coxa? Por que coxa, se bonita? Tal era a pergunta que eu vinha fazendo a mim mesmo ao voltar para casa, de noite, sem atinar com a solução do enigma. O melhor é que há, quando se não resolve um enigma é sacudi-lo pela janela fora; foi o que eu fiz; lancei mão de uma toalha e enxotei essa outra borboleta preta, que me andejava no cérebro. Fiquei aliviado e fui dormir. Mas o sonho, que é uma fresta do espírito, deixou novamente entrar o bichinho, e aí fiquei eu a noite tôda a cavar o mistério, sem explicá-lo.²

Observe-se que a personagem de Machado de Assis se perturbara sobremaneira com o fato daquela moça ser portadora de uma deficiência que não a fazia digna de seus amores. Todo o seu encanto e beleza para ele se transformaram em nada, visto que ela era coxa. Não age assim a sociedade do final do século XX, quando se depara com o portador de deficiência. Não agem assim as pessoas, quando têm que encarar de frente, em alguma circunstâncias,

¹ ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Cap. XXXII e XXXIII

² ASSIS. Op. Cite.

mesmo semelhantes às de Brás Cubas, um indivíduo portador de deficiência visual, por exemplo? E a reação, e a atitude, não é a mesma? A sociedade humana que está prestes a entrar no século XXI; que já vive na era cibernética e cujo grau de desenvolvimento chegou a tal ponto, que está pretendendo atingir o ápice de seu desenvolvimento com visitas a outros planetas, tal qual a sociedade do século, que viu nascer o precário telefone, ainda não consegue conviver com naturalidade com as pessoas portadoras de deficiências. Ela ainda não aprendeu, tanto pior, a conviver com as diferenças que são inerentes à pessoa humana. Para a sociedade pretensamente pós-moderna todos têm que ser iguais, uns, no que tange ao modo de ser; no entanto, não tem a mesma pretensão, no que respeita ao modo de viver: distribuição de renda equitativa, na propiciação de educação, saúde, informação a todos. O aparente este sim, é que conta, para ela, fique claro. Todos estes elementos como pano de fundo e esta sociedade como cenário, o leitor abre um primeiro trabalho de cunho geográfico, tendo a Bahia como espaço e o deficiente visual como objeto de estudo, que não pretende ser senão o ponto de partida para uma série de outros estudos sobre o tema, mas que apresenta-se como quem dá o pontapé inicial do jogo, que se afigura como sendo emocionante e cheio de movimentação em todo o tempo de sua duração.

O tempo decorrido entre o surgimento da República nova, inaugurada com a chamada Revolução de trinta, onde o prestígio da casta política baiana se viu definitivamente esmagado, passando pela chamada redemocratização pós quarenta e cinco, assistiu ao crescimento das atividades e/ou políticas voltadas para o atendimento de pessoas pertencentes à categorias sociais depauperadas pelas estruturas de distribuição de renda perniciosas, engrossada pelo empobrecimento provocado pela continua decadência econômica experimentado pelo Estado, indicando que se fazia necessário buscar novas alternativas para enfrentar a difícil situação vivenciada pelas categoria social e economicamente desfavorecidas.

As décadas de 60 e 70, conhecem o auge da história de conquistas dos deficientes visuais baianos, implicando em uma maior efervescência de sua atuação nos diversos seguimentos da economia e da sociedade baiana. Estas décadas assistem também a uma maior e mais via atuação das instituições de apoio e assistência aos portadores de deficiência, sobretudo, no que respeita à integração do deficiente visual na escola, abrindo um amplo espaço para que fosse possível atingir novos patamares sociais e criasse novas e mais amplas perspectivas

econômicas para esta camada populacional, até então sujeita quase que absolutamente à mendicância para a manutenção da vida vegetativa e/ou ao isolamento, como forma de passar os dias que lhe fossem estabelecidos viver.

Finalmente as décadas de 80 e 90, esta já quase em seu final, assistiram ao declínio das iniciativas públicas e privadas, tendo como objetivo a integração social e econômica, mudando os rumos para uma tendência a um assistencialismo promovido e bancado pelo Estado. É neste momento de reorganização estrutural do setor produtivo, que as portas outra vez são fechadas para o ingresso do deficiente visual no mercado produtivo, limitando-se-lhe a atuação à setores onde se faz necessária uma qualificação específica, como os serviços, tendo que enfrentar uma concorrência cada vez mais acirrada com profissionais outros, em condições desfavoráveis, visto as desvantagens quantitativas e de mobilidade técnica, onde o deficiente visual precisa de mais tempo para se adaptar às inovações e aos aperfeiçoamentos aos quais seus concorrentes se adaptam com maior velocidade, dadas as condições específicas de uns e de outros.

O período em que decorre a análise aqui proposta é marcado pela Segunda Grande Guerra, que, saliente-se, contribui decisivamente para o desenvolvimento de um grande número de invenções e aperfeiçoamentos de equipamentos e técnicas, que vieram a facilitar a integração do deficiente visual na sociedade. O Brasil foi marcado no mesmo período pelos dois governos de Getúlio Vargas, que dera os primeiros passos rumo ao estabelecimento de uma política de assistência social, que incluía, naturalmente, as pessoas portadoras de deficiência, em geral aquelas que a adquirissem em acidentes de trabalho.

Seguiu-se-lhe o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubtschek, no qual a industrialização teve grande impulso, culminando com um surto de pequenas e médias indústrias que utilizavam técnicas de fabrico compatíveis com a condição de cegueira, permitindo-lhe o ingresso em suas fileiras.

O período em questão culmina com os governos militares e o advento da Nova República, que viram desaparecer aos poucos a oportunidade de ingresso do deficiente no setor industrial,

gado à tendência de substituir-se a mão de obra desqualificada pelas máquinas e pelos trabalhadores tecnicamente mais e melhor qualificados. Para a grande maioria dos cegos baianos, isto significa a exclusão pura e simples do mercado de trabalho e, por consequência, diminui a sua capacidade de reação diante das intempéries sócio-econômicas que lhes sobrevêm.

A abertura política ocorrida nos meados dos anos oitenta, não se fez acompanhar de uma tendência de desenvolvimento sustentado nas atividades econômicas, no sentido de permitir a manutenção de deficientes nelas já incluídos e de inserir aqueles que estivessem à sua margem. Os anos noventa, vieram encontrar o deficiente em geral e, o deficiente visual em particular, em uma situação de quase completa estagnação econômica e de apatia social, fazendo com que cada vez mais, suas ações que resultariam em avanços ou recuos pessoais ou coletivos, tivessem como ponto de partida o próprio indivíduo, com sua disposição e com os apoios que lhes viessem a agregar-se, de pessoas ou instituições alheias ao seu grupo de pertencimento.

Esta é a temporalidade sobre a qual está construído este trabalho. As entrevistas fluem de acordo com os entrevistados que têm pouca ou nenhuma noção de adequar sua fala a um determinado tempo. Ou seja: eles vivem o seu tempo. Entre 1933, quando é fundado o Instituto de Cegos da Bahia e 1998, quando é feita a última entrevista, o que se leva em conta é a história das vidas que desfilam pelas páginas deste texto, com uma história toda particular, obviamente não desvinculada da totalidade da história global, nacional, estadual e municipal. Eles prendem-se mais aos fatos do que às datas; aos resultados do que aos dados.

É sempre muito difícil para um pesquisador iniciando-se na laboriosa e complexa tarefa da coleta de dados, da confrontação de informações, da roteirização e efetivação de entrevistas, da interpretação do que foi dito e, mais ainda, do que se não disse, entabular um texto a um só tempo conciso e logicamente ordenado; profundo e teoricamente lastreado, sem correr o risco de ser prolixo e muitas vezes insistir em idéias já lançadas em páginas ou mesmo parágrafos anteriores.

Tem-se como principais pilares sobre os quais repousam tais dificuldades, o tema, sua abrangência temporal e espacial, a rarefeita gama de trabalhos acadêmicos realizados e/ou

publicados, bem como a escassa literatura no campo das ciências e disciplinas das quais a pesquisa histórica lança mão, no sentido da complementaridade, sob a égide da interdisciplinaridade.

Como se pode facilmente depreender, estes elementos não se configuram apenas como fatores limitadores do processo de elaboração e desenvolvimento de uma proposta que pretende estudar e analisar o tema; de um maior aprofundamento de uma efetiva e viva busca de novas nuances, na realização de frutuosas descobertas de elementos que permitam uma maior e mais efetiva compreensão, por exemplo, das estruturas sobre as quais se lastream as instituições públicas e/ou privadas **especializadas** em prestar atendimento aos que dele necessitem, bem como que possibilitem identificar os valores e os reais motivos impulsionadores, que levam à sociedade e os indivíduos, uma vez mais por exemplo, a contribuir com trabalho, com tempo, com dinheiro, com uma vida inteira de serviço, na efetivação de políticas e ações assistenciais. Os pilares sobre os quais repousam as dificuldades já aludidas, conjunta e entrelaçadamente, também se apresentam – e aí mais perigosamente para o pesquisador ainda púbere no campo da investigação histórico- científica – como elementos de caráter entravador, bloqueador das oportunidades de coleta e tratamento de informações. Tais bloqueios, interdições ou restrições, podem interferir, por certo negativamente, no momento da interpretação e da obtenção dos resultados, no momento em que as hipóteses precisam ser testadas para uma efetiva comprovação e/ou negação de sua validade.

Neste sentido, este trabalho acabou sendo fortemente atingido pela ação destes elementos de entrave, na medida em que, por exemplo, não pôde contar com documentação de instituições como o Instituto de Cegos da Bahia, que alegou serem suas atas de reuniões e seus congêneres, documentos muito íntimos, pelo que não autorizaram o seu manuseio. Segundo informações de sua presidente, D. Sílvia Magno Baptista, em conversa telefônica travada com este autor, em agosto de 1997, tal decisão, deverá constar na ata da reunião que tratou do assunto. O que poderia sugerir tal atitude? Quais as inferências que se poderia tirar dela? De antemão já se sabe que, caso surja alguma dúvida a respeito de um certo momento de sua história, esta permanecerá como tal, diante daquela decisão.

Outra dificuldade de acesso à documentação encontrada durante o processo de investigação, foi a que fazia referência à participação do SENAI na construção da história do deficiente visual, em uma de suas fases mais efervescentes. Isto se deu, porque o elemento principal desta construção, disse ter jogado fora tudo que se havia escrito, ao fazer uma limpeza geral em sua casa. Pergunta-se então, por que esta documentação estaria em sua casa e não nos arquivos do próprio SENAI? Por que não fora doada a uma instituição de pesquisa, ao Arquivo Público da Bahia, por exemplo? É provável que esta pergunta fique sem respostas. Ou seja, se fosse se construir a história do deficiente visual, considerando-se as políticas públicas e as ações privadas, no sentido de assisti-los na educação, saúde, integração social, tendo a documentação das instituições como fonte de pesquisa, se estaria em um sério beco sem saída. Com isto, uma das propostas de elaboração desta dissertação teve que ser abandonada, já que em tais condições era inviável escrever sobre a história do Instituto de Cegos da Bahia. Aliás, com a recusa, aquela instituição sexagenária, deixou passar a oportunidade de começar a resgatar a sua história, o que implica em optar por a oportunidade de apreender com os erros e com os acertos de sua trajetória de seis décadas, cujos relatos se limitam a elogios, congratulações e repetições de nomes e datas, sem a preocupação de uma análise mais aprofundada de sua contribuição, se houve, para a integração do cego na sociedade e para o papel que ele hoje desempenha – ou não.

Houve ainda uma outra dificuldade que convém expor aqui. Afinal optando-se pela técnica de documentação oral para viabilizar a construção desta dissertação, partiu-se para se fazer o contato com aqueles que seriam os informantes, que com suas entrevistas construiria o acervo de que precisava para tal. Alguns deficientes visuais logo se prontificaram a engajar-se em um tal empreendimento, mesmo sem entender na sua inteireza, o papel e a importância de seus depoimentos.

A dificuldade de acesso à documentação escrita, deve aqui ser mencionada, uma vez que o meio de leitura para os deficientes visuais, o braille, não é contemplado com versões de livros, documentos (impressos ou manuscritos), sendo necessário recorrer ao assessoramento de pessoas que possam fazer as necessárias leituras, o que diminui a possibilidade de utilização de tais materiais em um trabalho como este. Via de regra, as leituras são feitas por pessoas que se dispõem, mas que muitas vezes não tem um bom nível de leitura, o que interfere na compreensão do texto lido. Isto se aplica a todas os níveis de escolarização da pessoa

portadora de deficiência visual, agravando-se à medida em que ela ascende na escala da formação acadêmica.

Dai porque muitas informações valorosíssimas fornecidas por bibliografias indicadas pelo orientador, por professores e colegas do Mestrado, a despeito de terem sido consultadas (relacionadas nas referências bibliográficas desta obra), não pôde ser diretamente inseridas neste trabalho, o que o enriqueceria sobremaneira.

Foram realizadas trinta e cinco entrevistas, com pessoas cegas ou ligadas a elas. Foram utilizadas no texto, servindo as demais como suporte para as análises. Destas nove não residem em Salvador, sendo três da região de Vitória da Conquista, três da região de Feira de Santana, duas da região de Juazeiro e uma da região de Alagoinhas. Dezoito são do sexo feminino. Apenas um não tem segundo grau completo. Quinze têm nível superior ou estão em curso. Eles formam o que se poderia chamar de **elite dentre os cegos**, já que a esmagadora maioria do contingente populacional formada por estes indivíduos, constitui-se de analfabetos, semi- analfabetos ou com o primeiro grau incompleto.

Outros, no entanto, se mostraram hostis, alguns chegando mesmo a comentar que o entrevistador pretendia fazer nome à custa deles, ganhar dinheiro e prestígio, para o que não contribuiriam. Com isto, perderam a oportunidade de contribuir para discutir e analisar sua própria história. Deixaram passar a oportunidade de colocar suas idéias, seus anseios como pessoas marginalizadas pela sociedade e pela historiografia. Outros, mesmo se tendo prontificado não puderam ser contatados por uma série de fatores alheios à vontade do entrevistador, visto que tiver este que enfrentar um sem número de intempéries, dentre os quais, a dificuldade de localizar estas pessoas e seus endereços, adequação de seus horários disponíveis com as conveniências de tempo e de espaço das pessoas que seriam envolvidas no processo. Para estas pessoas não haveria qualquer objeção se fossem resolvidos estes impedimentos.

Em Geral este segundo grupo, é formado por pessoas que não possuem um nível de escolaridade maior que o primeiro grau incompleto; meios de contato rápido, etc. Mas a

vontade de cooperar na discussão de sua história e da trajetória da camada social a que pertence, reveste-se de uma singeleza extremamente gratificante e, certamente, havendo oportunidade será explorada.

Em se falando de proposta, convém informar que a primeira proposta apresentada em forma de projeto para a realização de um estudo sobre a história do deficiente visual na Bahia, afigurou-se como extremamente pretensiosa, na medida em que preconizava o estudo dos aspectos estruturais e conjunturais da inserção do deficiente visual no mercado de trabalho. Esta proposta ficou inviabilizada, devido à falta de estudos macroeconômicos que abranjam o período compreendido entre 1940 e 1990, que era o recorte temporal da proposta. Aliás, crê-se ser útil colocar aqui o seu título, do modo como fora apresentada inicialmente, para que se possa perceber a abrangência que pretendia ter e, que depois, teve de ser refeita sobre a base da plausibilidade:

O DEFICIENTE VISUAL NO CONTEXTO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Aspectos estruturais e conjunturais que engendram, fomentam e consolidam o processo de marginalização do deficiente visual, em relação à produção material e espiritual da sociedade baiana, de 1940 a 1990.

Uma outra proposta, um pouco mais palpável, fora a que pretendia discutir o papel das políticas públicas e das ações privadas no contexto da integração social do deficiente visual na sociedade baiana entre 1940 e 1990, apresentando as seguintes propostas e questões:

- Qual teria sido o papel desempenhado pelo processo de implementação e execução das políticas públicas e das ações privadas, no contexto da integração efetiva do deficiente visual na sociedade baiana, entre 1940 e 1990?
- Quais as influências da cultura e das mentalidades coletivas no planejamento e na execução destas políticas e/ou ações; analisar a legislação que as cria, regulamenta e as legitima; analisar seus êxitos e fracassos, seus acertos e equívocos, seus avanços e recuos, no sentido de uma integração efetiva dos cegos na sociedade, bem como no sentido

contrário, tentando identificar as razões que motivaram ao poder público e à iniciativa privada, a interessar-se em planejar, executar e legitimar tais políticas e ações.

- Tentar indicar as razões pelas quais tais políticas e ações, tomaram tal rumo; caminham num sentido e não em outro, bem como por que, em determinados momentos, há um arrefecimento e em outro um crescimento de tais políticas e ações.
- Tentar compreender como e de que forma a conjuntura econômica e a estrutura social interfere no curso dos fatos geradores destas iniciativas governamentais e/ou privadas; buscar os vínculos do modo de pensar coletivo, da sociedade baiana do período em questão, com as matrizes culturais nas quais estão suas raízes de referência.
- Quais seriam as fontes onde esta sociedade vai buscar os fundamentos para a formação de sua mentalidade?
- Qual a contribuição de cada fonte, no sentido de formar uma mentalidade de discriminação e de marginalização de um ou de outro grupo social?
- Tentar identificar as razões de uma permanência tão longa de formas de pensar o deficiente visual como alguém desprovido de noção das coisas ao seu redor, como alguém incapaz de distinguir as coisas, de ter **razão** no sentido mais estrito da palavra.

Esta proposta ficou igualmente inviabilizada, na medida em que faz-se necessário um tempo maior para apreender os elementos estruturais levantados, além de requerer uma maior maturidade intelectual do pesquisador, na medida em que uma tal abordagem exige um maior aprofundamento nas pesquisas em história das mentalidades e, sobretudo, pelo fato de que os estudos existentes nesta área, salvo melhor juízo, não contemplam um período tão recente.

A proposta que pretendeu apreender, discutir e analisar os resultados obtidos pela implementação das políticas públicas e das ações privadas de assistência, amparo e mesmo de formação profissional, levadas à cabo por pessoas e/ou organizações, visando uma clientela muito específica – os portadores de deficiência visual, é a que ora aparece como núcleo central deste trabalho.

Um dos principais pressupostos de sua análise, é o de que, as políticas públicas e as ações privadas em relação aos deficientes visuais, ao que parece, são mais dispersas, fragmentadas e discriminadoras, do que se apresenta à percepção do observador menos atento, visto que, ela apresenta o cego como alguém de quem se precisa compadecer e ajudar. O beneficiador, é claro, encontrará a recompensa na garantia do céu!

Com o objetivo de:

1. implementar um exame das políticas públicas em relação ao deficiente visual, entre 1940 e 1990, tendo o depoimento do próprio deficiente visual, bem como das pessoas que com e/ou para ele trabalha como lastro sobre o qual se assentará todo o processo de apreensão e análise, visto que não se teve, como já se disse, acesso à documentação oficial, seja ela pública ou privada, o que seria muito útil, até mesmo para que se pudesse fazer um confronto; e
2. analisar e discutir as ações sociais privadas em relação ao deficiente visual, no período acima mencionado.

Já ficou claro que a história oral aqui será a principal fonte e técnica de documentação, embora se faça uso de matérias de jornal e de revistas, para apreender discursos, que expressam o pensamento de quem os faz, quando se trata da forma como se vê o cego e como se age com relação à ele e à sua deficiência.

Saliente-se a importância de se realizar um tal exame, sob dois aspectos principais:

1. No sentido de ser uma primeira tentativa de se compreender um pouco, as redes de interesse que envolvem a relação da sociedade com aqueles que para ela seriam seus **tutelados**;

2. pelo fato de ser possível a participação direta dos próprios alvos da pesquisa, tanto como pesquisador, quanto como aqueles que foram entrevistados por ele.

O estudo tendo como objeto o deficiente visual, sua história, as ações privadas e as políticas públicas que visam seu amparo, seu bem-estar, sua integração, sua habilitação e/ou reabilitação profissional, sua independência pessoal, no que tange aos aspectos sócio-econômicos, político-sociais e, sobretudo, a obtenção de formas próprias de agir e pensar, individual e coletivamente, é por si só, extremamente vasto e complexo, na medida em que diversos setores das ciências sociais precisam ser mobilizados para sua execução; grande é também o número de pessoas, órgãos e instituições envolvidos e entrelaçados numa gama de relações que necessitam de investigação minuciosa e cuidadosa, bem como de estudos específicos e pormenorizados.

Diante de tudo isto, este trabalho só pode ser visto como uma contribuição para que este processo se desencadeie, na medida em que pretende tão somente ser a primeira ou uma das primeiras de uma série de abordagens, cujo tema e preocupação central seja o deficiente visual enquanto ser histórico ativo; enquanto categoria social viva e interativa no âmbito da totalidade da construção da história da região, do Estado, do País, etc.

O texto está dividido em três partes cada uma com dois capítulos. Na primeira parte, CEGOS E LETRADOS, faz-se a apresentação do perfil social do cego e discute-se algumas atitudes da sociedade em relação a ele: capítulo 1. Igualmente se discutem algumas experiências pessoais deliberadamente separadas para este fim, que apresenta algumas formas de pensar o cego por ele mesmo e, evidentemente pela sociedade que o cerca: capítulo 2.

A segunda parte, apresenta a trajetória histórica de oito pessoas deficientes visuais, com o objetivo de mostrar que estão sujeitos às mesmas vicissitudes de todos os outros componentes do corpo social: capítulos 3 e 4.

Na terceira parte, INSERSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA SOCIEDADE, apresenta uma análise das diversas políticas e ações que são planejadas e levadas à cabo por instituições de e

para cegos. Estas políticas e ações, deveriam fazer parte de um esforço para integrar social e profissionalmente o deficiente visual, mas isto não ocorre, na medida em que cria um vínculo de dependência e acomodação muito forte, do qual poucos conseguem desvencilhar-se: capítulo 5.

A título de desfecho da análise, a terceira parte, abriga um capítulo intitulado **ULTRAPASSANDO A GRATIDÃO: A FILANTROPIA REAVALIADA**. Este, depois de descrever algumas instituições, circunstâncias e situações envolvendo os deficientes visuais, contemplando mudanças de rumo que interferiram decisivamente na construção de sua história, dá algumas indicações de como se apresentam para o desenvolvimento autônomo do deficiente visual, algumas das diversas formas pelas quais são tomadas decisões que, em última instância, significam ajudar efetivamente o deficiente visual na busca por sua autonomia ou, ao contrário, afundá-lo em sua dependência e conseqüente inutilidade social. Sendo a mendicância um elemento inerente à percepção do cego pela sociedade baiana, fica ele sendo sempre alvo de ações cujo móvel é a filantropia, que acaba se tornando uma readaptação do velho hábito de esperar uma esmola, pelo novo de esperar que alguma coisa seja feita em seu favor. Por sua vez, o filantropo passa de ofertante de esmolas no varejo, cujos beneficiários eram alguns poucos indivíduos, para ofertante de seu tempo e recursos, no atacado, o que beneficiará a um número maior e por mais tempo. No entanto, não deixará de estar presente no modo de pensar da sociedade, a idéia estereotipada e estigmatizante do deficiente visual como um ser necessitado de ações movidas pela caridade cristã.

Convém não se perder de vista, que neste trabalho, muitas serão as questões que permanecerão sem respostas, até porque não se pode pretender que uma primeira investida sobre um tema tão complexo quanto pouco explorado, seja definitiva e venha a dirimir todas as inquietações por ele suscitadas. Por isto, o leitor ao concluir sua viagem por estas páginas, vai fazer um grande número de questões e perceber um outro tanto de aspectos não contemplados pelo autor; vai ainda encontrar outro tanto de possibilidades de análise, sequer cogitado por ele. Disto o autor tem plena consciência.

Algumas das questões poderão ser respondidas ou, pelo menos analisadas em outros trabalhos. Mas algumas certamente não encontrarão, pelo menos a curto e médio prazos,

sequer a possibilidade de ser investigadas, dado à escassez de elementos sobre os quais se possa lastrear um estudo mais aprofundado, visto que as únicas fontes até então acessíveis, são fontes vivas. Estas são ainda susceptíveis a medos, escrúpulos sociais, que fazem com que não queiram ou não possam falar tudo que sabem, receosos de melindres, que possam provocar represálias, protestos, processos, etc.

No entanto, o que foi conseguido, já permite ao leitor compreender um pouco melhor o que vai por trás e nas entre linhas de seres que não pareciam ter história e de órgãos e instituições que agora têm que dividir com seu público alvo o papel de construtor dos elementos que compõem a saga de quem já pode ter história.

Enfim, é mister que o deficiente visual seja definitivamente reconhecido por aqueles que fazem a ciência histórica e, mais abrangentemente, a ciência social que, a despeito de qualquer resistência, negligência, descaso ou desinteresse por este grupo, enquanto ser que, quando dotado dos meios para agir sobre o seu cotidiano – e mesmo deles não dotado – é capaz de produzir sua própria história; de participar da produção histórica a ele circundante; e mais: que ele pertence à categoria **homem**, da qual se disse que **faz a história**. Certamente, poder-se-á perceber bem isto, quando da leitura da segunda parte deste trabalho, RUMOS E TRAJETÓRIAS, quando se puder contar com os depoimentos de alguns deles, discutindo e analisando questões relacionadas com aquilo que se faz e que se planeja; que se fez que se planejou; resultados práticos, na medida em que eles vivenciaram e mesmo sofreram as conseqüências dos erros e acertos de tais ou quais propostas e ações.

Resta então desejar a quem se dignar abrir estas páginas, boa leitura.

PARTE 1. CEGOS E LETRADOS

CAPÍTULO 1. A LUTA DE CADA DIA

Traçar um perfil etnográfico dos elementos constitutivos da parcela populacional formada pelos cegos letrados e integrados, ativa e efetivamente no contexto da formação econômica e social da Bahia, entre 1930 e 1990, que é o cerne deste capítulo, não é tarefa fácil, em função das grandes disparidades existentes entre os indivíduos em questão. Eles constituem um grupo social, econômico, geográfico e étnico, extremamente heterogêneo. Isto é assim, porque a cegueira é um fato físico-social, que ocorre de modo imparcial, independentemente da posição ostentada pelo indivíduo ou pela família à qual tal fato se relacione. Estes elementos situam-se em uma linha de pertencimento grandemente diversa. Aqui, eles fazem parte de um conjunto de pessoas entrevistadas, cuja idade varia dos vinte aos sessenta e cinco anos. Eles formam um bloco composto de três gerações, enriquecendo indubitavelmente o campo de análise que se pretende fazer. Mas, ao mesmo tempo, dificulta-a, na medida em que tais elementos vivenciaram situações e circunstâncias diversas e adversas, diferenciando-se, até mesmo nas reações de cada geração a partir daquilo que uma e outra vivenciou. E mais ainda, diferenciam-se nas relações por elas imbricadas, no sentido de fazer-se respeitar como indivíduos dotados de razão, capacidade produtiva e de interação nas diversas instâncias da vida e do cotidiano de uma sociedade.

Uma coesão à força

O que se pôde perceber de comum nas observações feitas a partir dos elementos fornecidos pelas pessoas entrevistadas foi que, independentemente de quais tenham sido as épocas em que tenham nascido e crescido, sido educados e inseridos na vida produtivo-funcional, todos encontraram como obstáculos principais a discriminação social e o descrédito de seus familiares. Este descrédito, que se manifesta dentro das quatro paredes do deficiente visual, relaciona-se com a descrença daqueles que o rodeiam, nas suas possibilidades e potencialidades, em prover seus próprios meios de interagir com as diversas tarefas que lhes forem atribuídas.

Essa discriminação e este descrédito, aparecem subjacentes nos discursos de industriais, educadores e familiares, transmutados numa auréola de cuidado e de proteção. Tal forma de pensar, encontra um pretense respaldo, na idéia de que, o indivíduo por não ver, estaria mais vulnerável e exposto que as outras pessoas, aos acidentes, aos perigos inerentes ao processo produtivo-industrial, do deslocamento diário, da movimentação pelas ruas; estariam mais sujeitos aos ataques de elementos perversos, que encontrariam nas pessoas cegas presas fáceis para sua ação mutiladora. Estas formulações sustentam, reforçam, reproduzem e consolidam um preconceito que, impede ou, quando menos, dificulta toda a sorte de demonstração que propicie a superação daquelas dificuldades.

O que chama a atenção do observador atento em tais casos, é que fazia-se necessário que o indivíduo cego se sentisse obrigado a provar ser todas aquelas idéias, um conjunto de antecipações preventivas, insensatas e pueris. Afinal, é conveniente lembrar que todas as outras pessoas estão igualmente sujeitas à todas aquelas circunstâncias, com iguais chances de sucumbir ou não à elas.

Na verdade, o que se apresenta nesta maneira de ver o cego, por vezes subjacente, mas nem sempre, é aquela idéia de ser ele alguém eternamente necessitado de tutela, de um acompanhamento sempre muito próximo e atento de um parente, ou alguém muito confiável, que lhe poderia ajudar a desempenhar suas tarefas, a fazer suas operações de ordem mais complexa, já que ele não estaria vendo. Esta é, aliás, a ênfase maior que se dá a uma tal formulação, na medida em que, este seria o principal impedimento da pessoa cega, no sentido de realizar uma ação autônoma e eficiente.

Apenas a título de exemplo, diz-se que um professor cego não pode ser admitido numa escola comum, para assumir sozinho uma sala de aulas, diante da alegação muito convicta de que, *“ele não pode ver quando está ou não falando com os alunos em sala; afinal eles podem sair e deixá-lo...”*; *“... para contratar você (...), se faz necessário contratar um segundo funcionário para exercer a disciplina...”*. Em outras palavras, se está dizendo que o funcionário cego custará ao empregador, o equivalente a dois funcionários de visão normal.

A idéia de que o cego sempre precisa de tutela para movimentar-se em seu dia a dia, está caracterizada por uma lei, quando explicita, por exemplo, que ele não poderia ter uma conta corrente, sem que tivesse alguém como procurador, apesar de ser seu o dinheiro, sua movimentação, o que em última instância, o impede de livremente movimentar os seus recursos, conforme melhor lhe parecer.

Este tipo de discriminação social, se mostra fortemente arraigado na mentalidade coletiva, na medida em que as pessoas censuram e/ou admiram aqueles cegos, que eventualmente se insurjam contra estes conceitos preestabelecidos, cuja característica principal é a reprodução constante. Esta reprodução resulta num esforço social no sentido de sua perenização ou, quando menos, de sua reelaboração no que tem de essencial.

Neste contexto, por um lado, aparece a censura se impondo, na medida em que o cego está tentando passar por sobre estruturas previamente construídas, que existem e funcionam de forma a promover o seu **bem estar**, contra o que ele insensatamente se insurge. Esta rebeldia, ao mesmo tempo é censurada e incompreendida pela sociedade, que supõe estar agindo corretamente, quando confina seus deficientes visuais a determinados papéis e estabelece para eles tarefas específicas e fáceis de desempenhar, considerando seu estado físico. Mais ainda: acredita estar sendo justa, quando pretende calar-lhes o clamor que fazem por um tratamento equânime, provendo-lhes proventos por meio dos quais, eles teriam garantido o sustento e a tranquilidade de que precisam para desempenhar bem aquilo que natural e socialmente lhe coube, como membro menos válido do corpo social. Tudo isto faz sentido, na medida em que está considerando que eles estão se levantando contra si mesmos, contra sua própria segurança, pondo-a temerariamente em risco. Esta censura se torna mais acre e mordaz, quando o indivíduo não consegue êxito em sua tentativa de levante contra a ordem estabelecida.

Por outro lado, aparece a admiração das pessoas, no que se relaciona com a atitude dos cegos, que recusam submeter-se aos ditames sociais a eles impostos, na medida em que eles dão mostras de que são capazes de fazer frente àquela empreitada autonomista, sem que se intimidem com os eventuais fracassos. Lógico que, esta admiração é, sempre e necessariamente posterior à censura e ao desdém.

Fique claro que, esta mudança de uma atitude de censura, para uma outra de admiração, assumida pela sociedade, deve ser creditada exclusivamente à impetuosidade e ao desejo do cego em se fazer acreditar. No entanto, tudo isto precisa se fazer acompanhar de êxitos insofismáveis, dos postulantes à autonomia de movimentos, de idéias, na busca por desvencilhar-se das amarras que os prendem à tutela tão ferreamente defendida e difundida, tanto por aqueles cujo modo de pensar fundamenta-se no censo comum, que se estabelece consuetudinariamente, quanto por àqueles que fazem a legislação; tanto pelas formulações mentais introjetadas e externalizadas nas pessoas e, que em última instância as move, quanto pelas construções técnicas, científicas normativas, em vigor ou em elaboração pelo todo social que o cerca. Estas formulações são o norte das políticas e das ações governamentais e privadas.

Saliente-se ainda que, a partir destas formulações, por via de consequência, o Estado se sente no direito de produzir, sancionar e fazer cumprir diretrizes a serem cumpridas e metas a serem atingidas, cujo fim é dar à sociedade a impressão de estar cumprindo o seu dever, produzindo nela a sensação de que está dando aos seus deficientes um tratamento decente, como que realizando um descargo de consciência. Com isto, no entanto, o que o Estado consegue fazer na prática, é promover uma política de assistencialismo e de omissão, a um só tempo. Assim, como não poderia deixar de ser, ele acaba produzindo homens e mulheres que, em sua grande maioria, vegetam durante toda a existência.

La discriminación se da en el norte y en el sur, en el este y el oeste: somos "considerados" ciudadanos de segunda classe. La diferencia la proporciona el marco social, cultural, economico y jurídico. La dificultad surge cuando nos olvidamos de estas diferencias y aplicamos ópticas no adecuadas para cada realidad y/o discapacidad.³

Na verdade, este enunciado deixa bem claro, que a discriminação recai sobre todos os cegos, em todos os lugares, em todas as épocas, independentemente da posição social, cultural, política ou econômica que eles ocupem. O deficiente visual está sujeito à discriminação, desde o momento em que se percebe que ele não é igual aos seus outros irmãos, aos seus vizinhos, aos seus colegas de escola e de trabalho, estabelecendo-se com isto uma rede de atitudes e gestos que o seguirão todos os dias de sua vida, em todos os lugares que passe.

³ ELISSALDE, Enrique. Los Ciegos en el Mundo, nº11, enero-julio, 1993.

Então eu fui criada mais assim como uma doente; os outros eram normais e eu era a doente; aí uma doente que era feito tudo por mim, que eu não sabia fazer nada; essas coisas, né? tomar banho, trocar de roupa, pegar alguma coisa, botar comida, essas coisas; tudo era feito pelos outros; eu era uma boneca...⁴

Independentemente de ter uma vida de êxitos ou de fracassos, sua condição de deficiente visual é, em última instância, o fator que determinará o comportamento das outras pessoas em relação a ele. A primeira atitude, o primeiro gesto que se venha a manifestar, terá este elemento físico como norte.

NÃO ACREDITAR + SUPERPROTEGER = ATROFIAR

No que se refere ao descrédito em relação à possibilidade e/ou potencialidade do cego em se prover, em se manter, em ter, enfim, a sua própria vida, convém salientar que tal descrédito se manifesta mais aberta e agudamente no âmbito interno do cego: no trato com a sua família. Na verdade, quando para a família fica claro que um seu membro será uma pessoa cega, já se manifesta a célebre e crucial questão: “*o que será dele? O que ele poderá ser na vida?...*”. Logo se trata de apresentar alternativas de atividades profissionais, quando se trata de famílias minimamente esclarecidas. No caso contrário, trata-se de buscar meios pelos quais eles possam ser sustentados, amparados, sem contudo, na grande maioria dos casos, atentar para a possibilidade de que ele pode ser educado, preparado para uma ação de capacitação profissional e intelectual, moral, que será útil à sua vida, para que não seja ele, um peso que pais, irmãos, sobrinhos, primos ou mesmo amigos tenham que suportar até o fim de seus dias.

Isso mostra que a família não acredita que o seu membro cego possa andar, estudar, trabalhar, crescer em estatura e em espírito; ela acha que tem nas mãos um fardo que precisará carregar indefinidamente, isto independentemente do nível econômico e de instrução da família a que pertença. E, saliente-se que, com esta atitude, muitas vezes, a família transforma o seu indivíduo cego, exatamente naquilo que ela pensa que ele pode ser: alguém que não dá um passo sem que esteja super protegido, guardado em seu **cofrinho**, do qual ninguém o poderá tirar para mal tratar, para **fazer sofrer**. Este indivíduo não encara a vida, fica atrofiado física e

⁴ Cirlene Caxias da Costa. Março de 1998

mentalmente, sobretudo ao nível da iniciativa, da predisposição às conquistas que poderia fazer, se pudesse tomar suas próprias decisões.

Assim, este bloqueio acaba por afetar o indivíduo cego em tais condições, tanto na área sócio-profissional, quanto naquilo que deseje ou busque no setor do afeto, da sociabilização, da integração entre os que são diferentes dele. Ora, o indivíduo cego sob a sujeição a um descrédito, ao quase ceticismo, torna-se um homem ou uma mulher sem quaisquer perspectivas, sem quaisquer alternativas de sobrevivência, a não ser a caridade pública, ligada ou não à uma instituição filantrópica. Com isto, ele fica sujeito à uma formação mental influenciada pelos elementos do conformismo e da apatia, muitas vezes disseminados pelas instituições confessionais, sobretudo, tentando fazer com que o indivíduo e sua família entendam que nada podem fazer, para tornar aquela pessoa cega, um ser produtivo. O máximo que acreditam seja capaz de ser, é alguma coisa que não envolva muito esforço mental, que não esteja ligada à utilização dos olhos e que não envolva a necessidade de mobilidade. Tocar, cantar, fazer versos, alegrar aos circundantes, são atividades socialmente atribuídas ao indivíduo cego e, pior ainda, a ele propiciada como dádiva natural, como que para compensar a perda irreparável da visão, isto é, daquilo que é **essencial** na vida humana.

Neste caso, o descrédito acaba por provocar uma **atrofia emocional**, produzindo um indivíduo que não consegue agir de acordo com sua necessidade pessoal de fazer face à sua vida, embora saiba que, mais dia menos dia, se verá só, à mercê de outros que não seus pais, seus irmãos, visto que cada um tomará o seu rumo, transformando este indivíduo num peso, num fardo que tem que ser carregado por alguém, ou deixado a mercê do Estado, ou da ação benévola de instituições de abrigo e amparo; ou ainda jogado ao sabor dos ventos e das marés, das enchentes e das secas, pelas quais a sociedade esteja a passar.

O cego que sofre este tipo de atrofiamento, apesar de saber que a sua situação de dependência pode ser revertida, se a ele for dado o instrumental necessário para isto, e em alguns casos o é, não consegue se perceber na iminência de encarar a rudeza da vida cá fora; não consegue firmar-se na construção de uma estratégia de buscar autonomizar-se, por se achar fora do período de tomar as suas próprias rédeas, enfim, acaba por tornar-se tão dependente e inseguro emocional, quanto o é fisicamente. Tal como se daria se uma criança ultrapassasse e

muito o período em que deveria falar, ou andar, assim se encontra o deficiente visual a quem não é injetado no tempo adequado, a necessária **gota de ânimo**, de compreensão de que ele pode ser uma pessoal útil à sociedade e inserir-se no contexto da população economicamente ativa. De um tal impulso, depende a elaboração mental de uma auto-estima no indivíduo cego, que lhe permita criar os mecanismos de enfrentamento de que precisa, para fazer face à todas as intempéries que, a partir de sua decisão de buscar seu lugar ao sol, certamente terá que se debater.

É claro que na composição desta fórmula psicossocial, entram ingredientes como o temperamento e a personalidade do indivíduo em questão, as condições e as oportunidades que lhes sejam propiciadas, bem como o principal deles, o apoio afetivo, emocional, que deveria ser propiciado pela família: o crédito de confiança. É exatamente este ingrediente que menos aparece na vida da grande maioria dos cegos, mesmo daqueles que venceram. Para tanto, teve que compensar a falta deste, com o aumento da dosagem daqueles. Isto fica muito patente, na medida em que envolvam outros elementos, que via de regra estão ligados ao fato de ser portador de deficiência visual, tais como o gênero, a etnia, a renda familiar, etc.

Um caso extremo: mas, não único

Há um caso, entre os deficientes visuais que deram depoimentos, que chega a impressionar, pelo impulso dado, pelo resultado e pelo atual estágio de seu processo. Convém salientar que ele não é um caso único, apesar de extremo. Ele é um dentre milhares que não puderam ainda ser identificados e discutidos. Sabe-se de casos de famílias que ocultam seus deficientes, pelas mais diversas razões, embora não tenha sido exatamente este o caso que se pretende discutir agora.

O caso a ser abordado será o de Zorionária Maria dos Santos, 23 anos (01 de abril de 1975), deficiente visual desde os primeiros meses de vida, cuja história se desenrola, basicamente nos anos 80, período em que um grande número de pessoas portadoras de deficiência visual têm seus horizontes sociais, profissionais, econômicos e culturais ampliados, na medida em que conquistam um espaço maior na sociedade da tecnologia.

Trata-se de uma jovem, que nasceu e foi criada na região de Remanso, numa cidade situada a 770 quilômetros de Salvador. Tendo já nascido cega, transformou-se no quase único objeto das preocupações e desvelos de seus pais, apesar de ter mais outros cinco irmãos. Na idade escolar, pouco mais ou menos, apareceu a oportunidade de ser levada para uma outra cidade próxima, para ser alfabetizada em braille. Isto significaria para ela, a oportunidade de seguir estudando. Convém lembrar que, isto no interior do Estado da Bahia, ainda hoje, 1998, é uma coisa muitíssimo rara, visto que se trata de uma região onde o índice de analfabetismo se deve ao fato de o descrédito na eficácia em se colocar os filhos para estudar é bastante elevado, dado situar-se na região do semi-árido baiano, na região do S. Francisco, onde predomina a agricultura e, para onde a grande maioria das pessoas, sobretudo dos pais de família, os estudos seriam considerados uma atividade secundária.

Numa primeira tentativa, levada a efeito quando ainda tinha sete anos, falou mais alto a emoção e o apego seu aos seus familiares e vice versa, não se concretizando o intento, pelo fato de não terem querido deixá-la e de não ter ela querido ficar, já que seria deslocada do convívio com seus protetores naturais. *“Só que devido eu ser muito mimada, filha caçula e também ser deficiente, eu disse para meu pai que eu não queria ficar lá naquela cidade, aí eu voltei.”*⁵

Numa segunda tentativa, desta vez já percebendo-se distante dos irmãos, em termos de adiantamento escolar e, por isto e por eles humilhada, foi mais forte a razão. Afirma:

*Eu já tava cheia, a turma estudando, muita coisa eu aprendi com minha irmã, ela lendo lá, estudando a tabuada, essas coisas simples de português dava para aprender. Às vezes ela me explicava como se estivesse me dando aula, mas muita coisa eu não sabia. Ela me chamava de burra, então aquilo me chamava a atenção. Quando foi chegando assim os dez anos, ela [a professora] escreveu a segunda carta que me perguntava se eu queria estudar, eu disse para ela que queria estudar porque eu não agüentava o pessoal me chamar de burra.*⁶

Mas não só a razão e a humilhação contribuíram para mudar o rumo das coisas. Àquela altura, já havia uma família que a poderia receber em sua casa; que poderia tratar-lhe tão

⁵ Zorionária Maria dos Santos. Março de 1998.

⁶ Z. M. dos SANTOS. Op. Cite.

superprotegidamente como seus pais faziam. Na verdade, seu desejo de estudar, para se concretizar, teve que encontrar as condições que se julgava necessárias para isto.

Portanto, não bastava ter-se a possibilidade de haver meios de alfabetização e de prosseguimento dos estudos; não bastava que os pais quisessem abrir mão de tê-la durante todo o tempo sob suas vistas. Fazia-se necessário que alguém, ou alguma família, de confiança de seus pais, saliente-se, se prontificasse a servir-lhe de tutora, fazendo-se responsabilizar por conduzir a menina no bom caminho. Encontradas estas condições, concretizou-se esta etapa com o seu ingresso no mundo do braille e da escola regular.

Depois de algum tempo, era preciso que se desse um outro encaminhamento a ela e aos outros colegas que com ela estudavam na mesma situação e nas mesmas condições técnicas, institucionais, etc. Os outros foram encaminhados para Salvador, no sentido de seguirem sua vida estudantil e de formação profissional já que ali onde estavam não era mais possível, por razões que aqui não é possível mencionar visto não se ter maiores informações a tal respeito. No entanto, retornara à sua cidade, conseguindo dar continuidade aos estudos, apesar de todos os contratempos.

Cabe salientar que, estas circunstâncias todas de retorno à cidade e de prosseguimento dos estudos, foram propiciadas por sua mãe, a quem cabia todas as decisões de sua vida. No seu não encaminhamento para Salvador, por exemplo, foi assim. Ela teria optado por não se deixar separar da filha, para que pudesse saber e controlar todos os seus passos, dado que em Salvador ela poderia “dar fé de namorar”, o que para sua mãe seria uma tragédia, já que não poderia acreditar que sua filha pudesse ser capaz de discernir o que seria bom ou ruim para sua vida, uma vez que não enxerga.

Concluídos os estudos, obtida a formatura, não poderá crescer, ingressar em outras dimensões dos estudos, porque não lhe é permitido afastar-se da tutela materna, a menos que consiga um novo tutor: um marido.

O grau de dependência desta jovem é alguma coisa de impressionante. Para que se tenha uma idéia aproximada disto, trata-se de uma jovem que, aos 23 anos de idade, jamais deu um passo fora dos limites do seu passeio, sozinha. Era levada para a escola e trazida dela, sempre por amigas, irmãs, sobrinha...; todos os seus passos são invariavelmente seguidos por alguma pessoa. Não se lhe dará qualquer oportunidade de buscar fazer um curso que lhe permita liberdade de movimentos, por exemplo, a menos que ele se dê lá em sua cidade, ou onde algum dos familiares possa estar para lhe assistir.

Pode-se com isto então afirmar, que não é só o Estado e o poder público, nem tão pouco as condições adversas em que no país e no Estado, os deficientes visuais vivem e lutam desesperadamente por uma vida independente e produtiva, que dificultam a concretização e o bom êxito de tais intentos. Mas, a forma como eles são vistos e o modo como são tratados pelos seus familiares, constrói uma barreira ainda mais robusta e difícil de ser rompida e/ou transposta, uma vez em que atua diretamente neles próprios, fazendo com que acreditem não serem capazes de realizar qualquer coisa que lhe possa propiciar algum resultado prático.

Dai se concluir que, esta é a razão que leva Zoria a pensar que para ela é alguma coisa impossível sair daquele estado de dependência e até sujeição à sua mãe, pelo fato de ser mulher cega, não poder sair, nem fazer valer a sua vontade. Ela própria admite que precisa de outras pessoas que lhe dêem a mão e lhe possam ajudar a sair desse estado. Ora, sob tais condições, sairia de uma dependência para outra. Jamais seria capaz de tomar suas próprias decisões, de seguir seus próprios rumos. A razão: cresceu num ambiente familiar que via o cego como alguém que, mais do que ninguém, precisa de outrem para viver, vencer, tomar decisões, executar tarefas.

Ter-se-á enfim, em Zória, mais uma pessoa com uma formação escolar, vivendo como se analfabeta fosse, tendo que se contentar com uma questionável subvenção governamental, sobre a qual, diga-se de passagem, sequer tem qualquer ingerência para decidir o que fazer com o dinheiro, o que comprar, ou como comprar, ou mesmo não comprar, até que apareça um redentor ou um remidor, ou até que ela se insurja e procure rebentar as cadeias que a prende a tal situação e lance para longe de si, os pedaços esmigalhados, de modo a poder andar. Esta, no entanto, seria a decisão mais difícil de ser tomada, visto que Zória se encontra

emocionalmente atrofiada, pelo tempo já decorrido e pela forma como sobre ela se exerce a tutela dominadora e tolhedora de seus movimentos, ações e esforços, no sentido de ser ela mesma.

Toda esta discussão, todas estas afirmações e, sobretudo, todas estas atitudes, só vêm confirmar um autor uruguaio já citado que diz: *“La marginalización de una persona ciega (...) impieza desde el seno de la familia.”*⁷

O que se pode depreender deste caso específico mas, não único nem isolado, insista-se, é que a família tem o seu membro deficiente visual como sendo um cristal, que precisa ser muito bem guardado, cuidado, polido mas, que não pode ser muito exposto ao uso público, pois ele está sujeito a ser quebrado ou trincado ao menor descuido, ao menor toque, visto ser indefeso. Pode ser também que o tenha como uma porcelana de alto preço e estima, mas que o fato de estar trincada, faz com que ela seja sempre a última peça a ser posta na mesa, sempre quando todas as outras já estiverem ocupadas e não mais se possa recorrer a mais nenhuma. Ou ainda, pode ser que as famílias que tenham um membro portador de deficiência visual, tenham-no como um diamante preciosíssimo, que precisa ser lapidado, mas que não deixam que o façam por medo de perder-lhe não só a posse, o controle e o domínio sobre ele, bem como por medo de perder-lhe o valor, apesar de desejar que ele valesse mais do que o que vale, na medida em que só os custos de manutenção e armazenamento, lhes mina os recursos de que dispõem.

Exclusão sociocultural: dependência absoluta

Uma outra situação comum percebida entre todos os cegos que se pode considerar, é o fato de que, em sua grande maioria, eles são excluídos do processo de desenvolvimento educacional e cultural. Isto se dá, em virtude de que, dado às suas particularidades e especificidades, estão profundamente lançados no mais absoluto analfabetismo, ou, quando menos, estão precariamente alfabetizados, muito mal conhecendo o braille em seus rudimentos mais elementares. Desprovidos desta que é a ferramenta principal de sua inserção no ensino regular

⁷ ELISALDE, Enrique. Op. Cite.

e na vida profissional, ficam impedidos de obter, por via direta, quaisquer informações escritas.

Saliente-se que, para aqueles cegos que já dispõem de alguma formação escolar média e acadêmica terem acesso à estas informações, se faz necessário a mobilização de pessoas que enxerguem, geralmente voluntárias, para que se faça a leitura de textos em tinta, tais como jornais, revistas, dicionários, teses, etc., o que dificulta e retarda e, por vezes inviabiliza sua obtenção.

Isto se faz necessário, graças à incompatibilidade dos equipamentos de impressão em braille e, do despreparo do pessoal a ela ligado, que não conseguem acompanhar o ritmo da produção bibliográfica em tinta, provocando uma defazagem de anos luz, no que tange à reprodução das obras que se multiplicam dia a dia. O acervo braille é paupérrimo. Isto obriga os que dispõem de ambições no sentido de alçar vôos mais audaciosos, a lançar mão de todo e qualquer recurso que lhe esteja à mão, para que possa obter os resultados que deseja e precisa, no sentido de atingir seus objetivos.

Quando se trata da grande maioria dos cegos, formada por aqueles que sequer tiveram qualquer contato com o braille, ou o tiveram muito precariamente, o problema se torna mais grave, na medida em que, ela não pôde ter, ou não lhe foi dada a oportunidade de utilizar mesmo este recurso precário, como instrumento de socialização e de qualificação profissional, tão necessários para a sua integração no mundo produtivo, seja ele material ou espiritual, o que os torna assim, sociocultural e político-economicamente alienados e alijados. Aí se chega a uma das razões porque sobre esta maioria recai todo o peso da discriminação e da rejeição. Mas, saliente-se ainda que, tal atitude social, se reflete sobre aqueles outros cegos que puderam escapar e ultrapassar esta linha de marginalização, uma vez que, sua ascensão social não se faz acompanhar na mesma proporção de uma mudança da percepção que a sociedade tem deles enquanto seres participantes de um todo coletivo, com as mesmas capacidades e potencialidades, precisando apenas ter as mesmas oportunidades para poder demonstrar sua condição de homens e mulheres iguais a quaisquer outros.

A maioria desinstrumentalizada e, por consequência despreparada para a vida produtiva, fica entregue à sua própria dependência e à uma vida vegetativa, na medida em que não faz parte de seu leque de interesses, o desejo de conhecer para criticar, de interagir, de contribuir para uma melhora, para uma mudança de rumos e de atitudes, tanto individuais quanto sociais, visto que a alienação já está notoriamente arraigada nestas criaturas, impregnando profunda e sistematicamente suas atitudes, seus gestos e sua percepção do mundo que as cerca.

Portanto, pode-se afirmar que, diante de tudo o que foi dito, suas necessidades são inteiramente outras: aquelas elencadas no rol da sobrevivência. Estas são, na percepção dos familiares e dos próprios cegos em tais condições de analfabetismo ou de semi-analfabetismo, as suas reais e patentes necessidades, pelas quais lutam, ou quando menos anseiam, na coleta de esmolas, na busca de subvenção governamental e ou institucional.

Sem perder de vista a importância da oralidade para a formação do cego como cidadão, dado à uma de suas características, aquela que diz ser ele uma pessoa ligada ao uso da audição, não se pode prescindir da expressão escrita. Sua importância se deve ao fato de que, é a partir do acesso ao conhecimento da expressão escrita, que o indivíduo, cego ou não cego, no processo de construção de seu instrumental cultural, pode ter uma relação direta com os textos escritos, e as idéias neles contidas, de modo a poder, não só conhecê-los em suas formas estruturais, sintáticas e morfológicas. Acrescente-se que, este acesso também poderá fazer com que o indivíduo venha a interagir com eles em suas formas ortográficas, para que possa construir e aprofundar sua capacidade de interpretação e de releitura daquilo que lhe vier a ser dado, durante o crucial período de formação da pessoa humana. É neste momento que ela se autoafirma enquanto indivíduo, dotado de censo crítico, que se torna apto para estabelecer-se e autoafirmar-se como alguém capaz de concatenar idéias e formulações lógicas. E isto é que finalmente o pode transformar em uma pessoa intelectualmente madura e efetivamente pronta para interrelacionar-se com outras pessoas igualmente prontas para um intercâmbio, para uma cooperação cultural, profissional, moral, ética, etc.

Como se pode perceber, à maioria dos cegos baianos é negado o direito de conhecer, criticar, ler e reler a realidade que os cerca, constringe e exclui. Este tipo de negação concorre para que eles entendam sua realidade, como alguma coisa estática, imutável, estabelecida por

Deus. Ela precisa ser percebida por eles, até mesmo como sendo uma espécie de livramento de algo que lhe pudesse ser pior, contra o que nada se pode fazer ou mesmo dizer.

Na verdade, faz-se necessário perpetuar esta dificuldade de reinterpretar a realidade à qual a maioria dos cegos está submetida. Para ela, trata-se de uma situação de vida que lhe parece infligir os céus e a natureza, plena de punições severas, penitências e sinas, mas nunca compreende que a sociedade injusta, preconceituosa, seletiva, discriminadora, funcionalista e utilitária, lhe estaria impondo uma exclusão, uma clara rejeição de alguém que pesa, atrapalha. Eles não têm acesso aos instrumentos de análise e crítica necessários e existentes na sociedade, para perceber que as esmolas, as interjeições que denotam piedade, muitas vezes conotam uma reação do egoísmo e do individualismo de uma sociedade que, apesar das inúmeras demonstrações de piedade, solidariedade, mostra-se, para além das demonstrações, que parte célere numa concreta busca de méritos para a eternidade independente daquilo que um ou outro de seus elementos professe como credo ou filosofia de vida.

Sem a ferramenta que lhe possibilitaria a recepção, estruturação e a reelaboração dos conteúdos culturais, das atribuições sociais, das formulações políticas e econômicas, fundamental à vida em sociedade, o indivíduo cego se torna um ser alienado, desprovido de meios para reagir e pior, de rever e redimensionar a sua vida, ficando agrilhado aos parâmetros prévia e milenariamente estabelecidos.

Esta exclusão se amplia na medida em que estes indivíduos cegos, por este fato em si e de per si, são distanciados da vida produtiva, à medida em que o processo de desenvolvimento tecnológico avança em ritmo extenuante.

Para estas pessoas, já alijadas por seu simples pertencimento ao grupo dos que são marginalizados a partir de sua diferença física, se torna ainda mais aprofundado este alijamento, na medida em que sequer se lhes dá a oportunidade de tomar para si, o único meio pelo qual pode ter acesso às informações e pelo qual pode executar as transformações das quais a sua vida precisa: o processo educativo. Para elas, ele é o instrumento imprescindível para tornar uma pessoa apta para começar a imiscuir-se na faima cotidiana, à qual todo cego

está submetido, para encarar as barreiras estruturais e culturais, a eles impostas diariamente, para que possa, não sem muito esforço e investimento, atingir suas metas, desde as mais inexpressivas até as mais audaciosas. Ele é ainda necessário para que a pessoa cega possa fazer realidade suas ambições e projetos de vida, desde os mais simples, aos mais complexos que venham a conceber para si. Isto se aplica considerando-se as pessoas cegas, ou não, fique claro, tanto enquanto seres humanos, quanto enquanto cidadãos, legalmente possuidores dos mesmos direitos à vida, ao trabalho, à educação, à saúde, à informação, à cultura..., conforme faz-se ressoar aos quatro ventos e aos quatro mares, através dos inflamados discursos pronunciados e repetidos exaustivamente pelos governantes.

Note-se que, quanto mais pronunciados e repetidos são tais discursos, quanto maior o número de declarações, resoluções e pareceres, de âmbito nacional ou internacional adotados, mais fica claro o seu caráter retórico. Isto assim é, porque o papel no qual eles estão encerrados, torna-os como se fora lápides esculpidas para a perpetuidade, visto que, as afirmações ali contidas, na sua grande maioria, quase nunca passam das intenções, no sentido de serem transformadas em políticas e ações práticas, a serem implementadas pelos poderes públicos.

Fica claro ainda, que aquelas elaborações para nada mais servem, a não ser para aplacar o clamor saído das entranhas desta estranha mãe, sempre grávida, chamada democracia. Esta, aliás, se permite deitar com vários de seus maridos, engravidar e parir de todos eles, dificultando cada vez mais a identificação do pai deste ou daquele seu filho. Ora, sendo assim, como legitimar-lhe a paternidade, para que lhe possa ser dada a herança que reclama ter direito?

Segundo as estatísticas internacionais, esta maioria de analfabetos é composta por 85 por cento da população mundial de cegos. Não se sabe de estudos estatísticos confiáveis no Brasil, relacionados com esta parcela da população; menos ainda na Bahia. Sabe-se, no entanto, que a realidade vivida pela grande maioria dos cegos baianos não dista muito daquela apresentada nos demais países do terceiro mundo. Trata-se de um cotidiano de sujeição aos aparelhos ideológicos, cujos principais elementos constitutivos e implementadores de sua nefasta ação alienadora são o Estado, os familiares e a comunidade em que vivem .

É, para falar o óbvio, a ação conjunta de todos estes instrumentos de dominação e alienação, que os transforma em seres conformados à situação em que vivem, sem que se sintam compelidos à uma luta que vise a mudança radical de sua vida. Nestes casos, se tornam seres vegetativos, quase inertes e absolutamente passivos, que apenas esperam que sejam completadas as etapas biológicas inerentes a todos os seres vivos, cuja última é a sepultura. Aliás, esta é a etapa final de sua dependência, desta vez sem chance de livrar-se, sem quaisquer possibilidades de questionamentos ou mesmo de agradecimentos.

De super gênios a super imbecis: dois extremos perigosos

Fica então notória a divisão dos cegos em duas categorias diametralmente opostas e, até mesmo antagônicas. Em primeiro lugar, a categoria dos cegos gênios, na qual são enquadrados todos os cegos que conseguiram fazer-se erguer da masmorra social em que sempre estiveram confinados, não obstante todos aqueles obstáculos interpostos em sua trajetória. Eles passam a partir de então, a serem vistos, tidos e havidos como alguém sui generis, como um ser super dotado de inteligência, de sentidos, de habilidades e de compleição mental superior, e muito, a todos os outros seres humanos. Isto se dá, devido ao fato de que, sem os olhos, eles conseguem sobrepor-se com brilho a tudo e a todos.

Para uma boa compreensão do que se está afirmando, convém salientar que os cegos sobre os quais recaem estas formas de pensamento, são aqueles de já atingiram algum grau de instrução, que já não mais estão relacionados com aqueles outros que sequer conseguiriam alfabetizar-se em braille, enfim, são aqueles que de forma ativa se lançam no campo de luta para conquistar seu lugar na sociedade, para recuperar sua posição de cidadão e reivindicar igualdade de tratamento e de condições de acesso ao mercado de trabalho, à educação, ao lazer, etc. Em outras palavras, estes seriam os cegos letrados, dotados de senso crítico, que questionam o estabelecimento de papéis sociais a serem por eles desempenhados compulsoriamente, pelo simples fato de serem cegos.

Nesta concepção é patente a idéia de que este cego supergênio teria qualquer coisa de extra-humano, visto que é capaz de viver, produzir, interagir social e economicamente, sem a ajuda

indispensável do sentido maior e mais importante, para não dizer único em importância: o da visão.

Sendo o sentido da visão, considerado aquele de maior importância para a vida, torna aquele que não o possui, um indivíduo cuja vida não tem sentido e, cuja razão de ser ou de existir é colocada em cheque, na medida em que não se pode sustentar por meio de seu trabalho produtivo nem de seu esforço físico. Para tanto, terá que prender-se a uma inevitável dependência das políticas públicas e/ou das ações privadas. Uma vez que alguns daqueles indivíduos, conseguem superpor-se a todo este arcabouço mental secularmente arraigado e difundido, independentemente da classe social e/ou do nível de desenvolvimento econômico e cultural atingido pela formação econômica e social em que esteja inserido, só pode ser um gênio ou um extra humano. E mais: deve tratar-se de um ser cuja mente só pode ser infinitamente superior ou, quando menos mais desenvolvida do que todos os outros seres humanos.

Na prática, se está dizendo que, só aqueles cegos, que sejam detentores destas características, terão a chance de atingir uma tão grande dimensão na vida e de realizar uma tão grande e esplendorosa façanha.

Esta marca, este estereótipo afirma-se e reafirma-se, na medida em que as pessoas são percebidas apenas por seus traços externos. Na verdade, o que aparece aos olhos é o que chama a atenção. Por consequência, a característica que imediatamente salta a percepção das pessoas é aquela que está claramente estampada diante de si. Isto quer dizer que, o indivíduo cego, ao juízo de grande parte das pessoas, é alguém que não pode andar, trabalhar, viver e conviver livre, total e independentemente enfim, já que não conta com os olhos. Ora, isto quer dizer que, aquelas pessoas com as características físicas inerentes aos cegos, que conseguem fazer isto tudo, é alguém extraordinariamente dotado. Isto se dá porque a vida humana, em todos os sentidos e em todos os lugares, culturas e, sobretudo, em épocas de grande desenvolvimento e mobilização de recursos tecnológicos, está organizada, estruturada e dimensionada para ser vivida a partir da perspectiva de quem vê.

Isto se pode notar ainda mais claramente no século XX, que é marcado pelos apelos visuais, tanto ao nível da mídia, quanto ao nível do dia a dia: belas, coloridas, grandiosas e iluminadíssimas vitrines, barreiras arquitetônicas indiscriminadamente localizadas, exuberantes e convidativas exposições de quadros, apresentando imagens impressionantes e chocantes, bem como as ilustrações que aparecem no material didático, etc., tudo conspirando e construindo uma percepção do mundo, lastreada exclusivamente no sentido da visão, passando para segundo plano, todos os demais sentidos, todas as demais formas de percepção humana.

Isto fica bem mais claro, a partir da constatação de um fato, aparentemente bem simples, se não fora tão marcante, que foi a superação do rádio, meio que permite ao ouvinte criar imagens dos seus apresentadores e dos demais participantes de seu mundo repleto de representações, pela televisão, onde estão claramente definidas todas aquelas imagens, não permitindo quaisquer recriações, quaisquer representações outras que não aquelas que ali estão diante dos seus telespectadores.

Numa observação mais atenta e crítica, surge a figura da pessoa que vê, indisponibilizando todos os seus outros sentidos, todos os seus outros modos de perceber, interpretar, reinterpretar, de criar suas próprias representações, em favor do contato ótico puro e simples. Alguém diria: “... é ... *aquele olhar...*!”, indicando que quaisquer outros gestos não teriam grande significado para ele. Ora, viver sem este instrumento vital para as pessoas, sem esta ferramenta fundamental para a percepção e para a compreensão das coisas, dos seres e das outras pessoas, não pode ser outra coisa que não fruto de alguém que é dono de uma genialidade impar, inatingível.

Esta percepção social do cego gênio, trás em seu bojo algumas conotações extremamente danosas para si, enquanto grupo social e mesmo enquanto indivíduos que precisam interagir sós, que não podem prescindir de privacidade, de desenvolver suas especificidades de cidadãos.

Em segundo lugar, aparece a categoria dos cegos que são considerados e tratados pela sociedade, como se fossem imbecis, incapazes de distinguir a noite do dia, a esquerda da direita, o ontem do agora, o certo do errado, o prazer da dor, enfim, como seres despossuídos de razão. Estes seriam dignos de uma pena e de uma comiseração ímpares.

Esta categoria é composta pelos 85 por cento dos deficientes visuais que estão alijados da vida cultural e produtiva, cujas principais características podem ser listadas como de ordem estético-higiênica despadronizada, sócio-econômica marcada pela busca da sobrevivência a partir das esmolas ou das vendas de objetos, político-cultural marginal e apática.

Normalmente são pessoas de aspecto mórbido, cujo principal talento é divertir os circundantes, na medida em que faz gracejos, provoca risos e, por vezes, causam asco e repulsa. Este grupo é geralmente formado por aqueles que não dispõem de qualquer tipo de formação escolar, cujo principal meio de vida está restrito ao recebimento de pagamentos por seus trejeitos e pelo uso da sua voz. Isto produz a idéia de que trata-se de pessoas desprovidas de senso, de razão, de capacidade de compreensão daquilo que se passa à sua volta.

Ele é formado por pessoas que, em última análise, se expõem a uma situação de ridicularização social constante, nomeadamente junto a grandes aglomerações de pessoas. Isto é motivado pela necessidade que ele tem de prover-se do sustento material. Mas saliente-se que, estas pessoas não expõem-se apenas individualmente, enquanto seres particularmente constituídos e dotados ou não de razão e, tendo ou não suas faculdades mentais, em plenas condições de funcionamento. Eles expõem todo um grupo de pessoas que formam parte de um contexto mais amplo, cuja única coisa em comum, é o fato de não possuírem a visão.

Estas pessoas não são vistas pela sociedade como seres que se propõem a isto, devido a uma circunstância econômica e social. Elas são lidas como sendo o todo, o cego em geral, que pode e deve fazer-se imbecil, incapaz de raciocinar lógica e equilibradamente. Na verdade, a sociedade apresenta sinais de admiração e surpresa, quando se depara com cegos que são capazes de elaborar um raciocínio, que são capazes de construir um arcabouço teórico-científico, que são enfim, capazes de fazer coisas simples, como identificar suas coisas, seus

familiares, seus conhecidos e, sobretudo, se admira por ver o cego capaz de exercer normalmente quaisquer tarefas que lhe sejam atribuídas. Esta admiração está intimamente ligada ao formato da sociedade humana do século XX, já anteriormente mencionada, que privilegia acima de tudo o visual, o estético, o estabelecimento das capacidades ou das incapacidades, a partir das funções orgânicas desempenhadas pelo sentido da visão.

A imbecilidade atribuída imediatamente a todo o cego, até que ele possa provar ser exatamente o contrário, deve-se ao fato de ser máxima arraigada no contexto da sociedade, de que as pessoas que não pensam, não raciocinam, não têm atenção, não formulam bem as idéias, são cegas. Aquelas outras que se deixam levar pelas paixões, pelas emoções, pelas reações desencadeadas pelo ódio, são pessoas que estão cegas.

Marcados por esta pecha, são imbecilizados todos aqueles que tenham portando a imagem de cego, independentemente de qualquer atitude que possa ter, ou de qualquer gesto que possa esboçar, no sentido de afirmar ou não esta condição. De antemão, ele é visto como imbecil, na medida em que precisa sempre de alguém que fale por ele, haja por ele, tome decisões por ele. Na verdade as pessoas que vêm, nunca imaginam que uma pessoa cega seja capaz de decidir, seja provida de vontade e de capacidade de discernimento. Ao entrar em um logradouro, intentando realizar qualquer transação em que envolva escolha, decisão, discernimento entre uma ou outra coisa, ele é sempre tratado como quem é extremamente incapaz de o fazer, precisando sempre que terceiro o faça em seu lugar. Na verdade, existe uma idéia implícita, é claro, de que estas faculdades mentais, seriam desenvolvidas a partir da visão. As outras informações obtidas pelos outros sentidos seriam periféricas e insuficientes para que uma decisão fosse tomada de modo completo e congruente.

Esta é uma visão extremamente equivocada, na medida em que é a razão que permite ao indivíduo fazer escolhas, ter preferências por esta ou aquela coisa, pessoa ou objeto. Esta forma de pensar o cego, independentemente de ser ele letrado ou não, se torna tão acentuada, que ele não é visto como alguém capaz de escolher aquele ou aquela que lhe será cônjuge. Inclusive faz parte da cultura ocidental, a questão da escolha a partir da estética, da elaboração dos traços físicos e a partir dos elementos constitutivos do processo de atração sensual, que

está intimamente ligada ao ver. Uma pessoa desprovida de tal ferramenta, também estaria desprovida da capacidade de escolher alguém por quem se possa atrair.

Embora não se possa deixar de salientar que, neste último caso de estereotipação das escolhas da pessoa com quem vai-se ter uma relação íntima, de qualquer ordem, é patente a colaboração do próprio cego na construção deste modo de ver da sociedade. Muitas vezes, ele também deixa de tomar na devida conta as qualidades pessoais e gerais do candidato a ser escolhido, para preocupar-se com as questões relacionadas com a beleza externa, que muitas vezes encobre uma pobreza de conteúdo extremamente acentuada. No caso em questão, as pessoas que vêm são chamadas pela pessoa cega, a opinar, a dar relatórios, a fazer descrições, o que suscita uma idéia de que ela estaria procurando para si, alguém que pudesse se enquadrar em padrões que não são deles, mas sim de uma sociedade inteiramente voltada para o visual, para a construção das imagens. Estas imagens formariam o perfil da pessoa a ser cooptada para uma convivência a dois. No entanto, esta renúncia que a pessoa cega faz de escolher, fazendo uso de outros parâmetros, tais como a inteligência, a maturidade, a índole, etc., estará fortalecendo a idéia já fortemente arraigada de que ele é incapaz de escolher. Portanto, trata-se de um ser pela metade. Trata-se de um ser que não dispõe de capacidade mental para fazer suas próprias avaliações e de tirar suas próprias conclusões. Ora, quem é desprovido destas faculdades, é aquele cuja mente não está plenamente desenvolvida e, como tal, precisa que seja tutelado em todos os momentos de sua vida, em todos os seus movimentos, para que não sejam engodados, não sejam infelizes e não sofram quaisquer prejuízos. São enfim, pessoas imbecilizadas.

Na literatura, fica bem clara esta forma de pensar socialmente o cego, a partir do romance de José Saramago intitulado, ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA. Nele, o autor expõe todo o seu preconceito a respeito daquilo que ele considera ser o cego, ou antes, aquilo que é ser cego. Em sua concepção, ser cego é ser sem razão, desprovido de um raciocínio lógico e ordenado. É tomar atitudes insensatas..

É verdade que José Saramago neste livro evoca sua indignação com os rumos que estão tomando os homens e com as estradas que está o mundo a percorrer. Mas, porque tomar o cego e a cegueira como parâmetro de racionalidade e de irracionalidade? Insiste-se na tese de

que esta não é uma percepção isolada e unipessoal do autor, nem mesmo de um homem europeu; trata-se de um modo social de ver, agir e pensar, não só o indivíduo cego, mas, também, a situação de cegueira a ela intrinsecamente ligada. Volta-se assim ao contexto no qual o Novo testamento fala de “*cegueira da humanidade*”. Aí tratar-se-ia de uma forma de fazer compreender o que quer dizer, transmitir. No caso em questão, isto se amplia para uma forma de ação direta sobre as pessoas privadas do sentido da visão e, por isto, presumidamente, desprovida das outras faculdades mentais.

Em um livro eivado destas idéias em relação ao cego e à condição de cegueira, José Saramago mostra com toda a clareza o modo como a sociedade pensa a cegueira e seu portador. Sob a capa de uma visão filosófica do termo e de uma análise da sociedade, ele na prática retrata o modo como esta sociedade se comporta. Mas, para ele, esta sociedade se comporta como um “*cego*”. Sua concepção do comportamento do cego em ENSAIO SOBRE A CEGUEIRA, é uma percepção de alguém que não tem vontade, discernimento das coisas que estão ao seu redor, não possui razão, no sentido que os filósofos das **Luzes** davam ao termo, quando combatiam a fé acrítica nos dogmas até então vigentes. Ele vê o cego como alguém que não sabe para onde está sendo levado, o que caracterizaria um imbecil, alguém com um grau de debilidade mental de tal modo abrangente, que sequer teria condições de saber o que estaria acontecendo consigo e ao seu redor. É verdade que alguns de fato não o sabem; não o sabem, no entanto, pela mesma razão que alguém que vê, pode também não saber para onde está indo: não lhe foi ensinado; não lhe orientaram. Esta orientação, tanto pode ser acrítica para um, quanto para outro, indiferentemente.

O parâmetro não é o êxito: é o fracasso

Para se compreender melhor a história de vida das pessoas portadoras de deficiência visual, em geral, é preciso que se tome como ponto de referência a estrutura social e mental na qual estão inseridas, assim como a sua necessidade de se enveredarem na lida diária, com o propósito de buscarem a sobrevivência e de envidarem esforços para a conquista da estabilidade econômica, para a concretização do processo de mobilização social e, principalmente, para fazerem frente à uma política de discriminação e marginalização,

levados a cabo pela sociedade baiana, a partir de suas ações e idéias coletivamente difundidas e implementadas.

Partindo-se deste arrazoado, pode-se observar e identificar mais uma nuance que envolve a vida das pessoas cegas no Brasil mas não só nele, e na Bahia, que é o que aqui mais de perto importa. Trata-se da idéia de que o êxito de uns poucos indivíduos cegos que de alguma maneira sobrepõe-se aos demais seus iguais, é alguma coisa tênue e facilmente volatilizada num contexto de fracassos vivido pelo comum dos cegos. Na verdade, àquele êxito individual, nunca é atribuído um caráter natural, como sendo fruto de esforço, empenho e aptidão humanas; não se percebe que qualquer indivíduo cego que, receba instrução e orientação e, a quem sejam dadas oportunidades iguais, recursos técnicos e financeiros na medida de suas necessidades e, sobretudo, apoio institucional e logístico, certamente estes indivíduos seriam capazes de alcançar êxito em suas investidas nas áreas a que se propusesse a interagir.

Logicamente, faz-se necessário considerar agora aqui, as aptidões, inclinações, ambições e perspicácia, inerentes a cada indivíduo. No entanto, faz-se necessário reconhecer que, as diferenças de ambiente sociocultural em que tenham nascido e crescido e, as inúmeras outras facetas que envolvem a construção psicológica de cada indivíduo em particular, também se fazem presentes na pessoa cega. Em alguns casos, suas influências são mais ou menos acentuadas e sentidas pelas pessoas cegas, do que por aquelas que vêem. Claramente se pode perceber que, a diferença não está no fato de se possuir ou não a visão em pleno e perfeito usufruto. Este fator físico, se pode manifestar agravante, na medida em que, a pessoa cega dispõe de uma ferramenta a menos para a sua interação com o meio externo a si e, por conseguinte, tem acrescentado à sua batalha diária, a busca de suprir esta falta, com outras ferramentas internas ou não, tornando-a mais vulnerável a quaisquer manifestações explícitas ou não, que lhe ameace de alguma maneira o caminhar. Ora, independentemente de quaisquer perda de um ou mais sentidos, ela acima de tudo, é um ser que dispõe de todos os elementos de caráter animal, que lhe produz as reações inerentes a qualquer outro ser. Como tal, tem pretensões, alimenta fantasias, desejos, reage bem ou mal a determinados estímulos externos ou a sugestões internas.

Entretanto, quando visto na faima diária, no empreendimento de esforços para a sobrevivência e pela auto-afirmação pessoal e psicossocial, é visto e tratado como alguém deslocado do contexto humano, como auter. Ele nunca é visto nem tratado coletivamente. Nesta percepção social o indivíduo prevalece sobre o coletivo, sobretudo no que respeita aos resultados obtidos por um e outro.

O que na verdade se está tentando diferenciar é o seguinte: entre os videntes, se há dois engenheiros e dois médicos e o engenheiro B é ruim e irresponsável; o médico A é incompetente, eles serão demitidos, mas, o Engenheiro A e o médico B serão admitidos, porque são pessoas diferentes. Já a sociedade, quando se trata de observar a minoria, vê exatamente o contrário, que o que conta na verdade, é o indivíduo X, o indivíduo Y, o indivíduo Z. Como em qualquer área da vida humana, tanto se pode ser um cego excelente de comportamento, de caráter ilibado, de competência profissional irrefutável, como se pode ser um cego cuja reputação não seja nada recomendável, ou um profissional incompetente. Mas, para a sociedade de um modo geral, o pior exemplo é o que fica marcado, é aquele que serve e é utilizado como referência.

A partir da experiência de quem transitou pela indústria, o técnico em eletricidade João Bosco Dias Santa Rosa afirma que: *“É isso aí, é isso que eu disse. O primeiro exemplo fica marcado, fica marcado mesmo, esse cara aí rapaz, aprontou, esse cara aí... realmente é muito... É verdade...”*⁸

Geralmente, quando se chega numa empresa, sempre alguém informa: *“Olha, seu colega... fez e aconteceu... Vê se você...”*. Ainda diz: *“...vê se você não faz a mesma coisa...”*

Trata-se da idéia de que todos coletivamente são rigorosamente iguais no comportamento inadequado, nas trapaças e as ações que desabonam e que desqualificam. No sentido contrário, ficam patente que aqueles outros que assim não agem nem se comportam, precisam comprovar que assim não pensam e não agem, para que possam ser vistos como diferentes daqueles que teriam o que seria considerado o comportamento padrão dos cegos: o

⁸ João Bosco Dias Santa Rosa. Janeiro, 1998.

comportamento mau, indigno, inconseqüente, irresponsável, desprovido de quaisquer censo de razão social. Em fim, ao se apresentar uma pessoa cega em uma determinada repartição, pública ou privada, de caráter industrial, comercial, residencial ou educacional, o primeiro tratamento que lhe será dado, será aquele que se daria ao chamado cego que se enquadra nos padrões de comportamento a ele atribuído. Depois é que ele seria examinado e seu comportamento diferente seria visto e, só então, ele teria o respeito devido ao cidadão. Antes de mostrar-se diferente dos demais cegos, o cego não é cidadão; ele é o ceguinho, indiferentemente do grau social, econômico intelectual, profissional e cultural que venha a atingir.

Isto é confirmado pelo técnico em refrigeração, João Eudes, ao reforçar de modo enfático e preciso ao informar que:

quer dizer que normalmente a industria ela fazia o emprego quando um cego trabalhava que ele não saia bem eles botavam para fora e achavam que outro cego não teria condição porque já que aquele cego não deu certo, outro ele não queria e a Brastemp inclusive conseguiu perceber até isso de não discriminar, um cego saiu outro entrava porque já que eles perceberam que tinha outros que trabalhavam e que cada pessoa era um universo é uma individualidade, aliás tinha muito essa coisa na indústria em geral, esse cego não pode trabalhar então outro também não vai.⁹

Esta forma de perceber o cego, muito claramente encontrada nos meios produtivos, se manifesta igualmente comum, embora menos explicitamente, em todos os estágios da vida sócio-econômica, político-filosófica da vida daquele que precisa encarar certas etapas da sua existência, que exijam enfrentamento com pessoas ou grupos de pessoas, que lhe propiciem livre trânsito na escala do seu dia a dia. Logicamente, como já salientava Eudes, àquela altura, havia quem apostasse no cego enquanto indivíduo, como era o caso da Brastemp, mas o pensamento do industrial, do empregador, do homem das ruas, da escola, enfim, de todos aqueles que entram em contato com os cegos, não podendo separar, como separariam as outras pessoas, a individualidade, a personalidade de cada um cego, tratando o indivíduo como se coletivamente agisse e vivesse.

Uma uniformização arbitrária

⁹ João Eudes. Janeiro, 1998

Aqui, cai-se em uma armadilha impressionantemente arquitetada, na medida em que a trajetória das pessoas é como que linhas paralelas, que muitas vezes e/ou quase sempre podem andar lado a lado, mas em nenhum momento se encontram, em termos de se tornarem uniformes, quando se trata de comportamento e de estabelecimento de uma personalidade. Enquanto as demais pessoas são vistas assim, individualmente, as pessoas cegas são vistas como se suas vidas fossem traçadas para serem vividas de maneira uniforme, contrariando frontal e deliberadamente um princípio natural que norteia a vida humana. A vida da pessoa cega, na concepção das pessoas que vêem, escapa a qualquer caracterização que signifique a existência de um comportamento individual, à uma possibilidade de que ela possa ter vontade própria, que signifique a presença de diferença entre uma pessoa e outra.

Existe uma tendência natural das pessoas em uniformizar a vida da pessoa cega, ao ponto de imaginar, que todos os cegos seriam irmãos, conhecidos entre si, fazerem todos as mesmas coisas, tomarem todos as mesmas atitudes, praticarem todos as mesmas ações, terem todos as mesmas reações em todos os instantes e em todas as circunstâncias, independentemente do nível de escolarização, da posição que ocupe na sociedade, da ordem filosófica e religiosa à qual pertença, etc. Na prática, isto significa que uma pessoa cega que more em Salvador, outra que more em Brumado e, ainda outra que more em Tóquio, têm que ter as mesmas características comportamentais e os mesmos costumes. Enfim, são todos iguais.

Esta forma de a sociedade compreender a pessoa cega, está relacionado ao estabelecimento prévio de papéis e comportamentos sociais aos que se diferenciam fisicamente dos demais membros da sociedade, aos quais devem adequar-se sem questionamentos ou rupturas. A partir deste pressuposto, trata-se o cego, o negro, a mulher, de modo a que eles sejam sempre vistos como um todo e de quem se espera comportem-se de acordo com as diretrizes traçadas e as atribuições secularmente legadas. Uma uniformização contra a qual se insurgem os que conseguem fugir daquela trajetória que foi traçada para que sua categoria de pertencimento percorresse, por não mais se enquadrarem a ela, pelas mais diversas razões. É verdade que há um ponto em que sua identidade com os demais membros de sua categoria marginalizada não pode ser negada. O fato de ser deficiente visual, de ser mulher, de ser negro, etc., indica que pertencem a um grupo social enquanto grupo de pessoas com estas características comuns. Mas ao se distanciarem na escala das conquistas de direitos, posições e espaços que, devido ao seu pertencimento a este grupo não lhe seria normal atingir, diferencia-se, individualiza-se,

ganha autonomia em relação a sua categoria. Quando visto de modo geral, é submetido a uma uniformização arbitrária, na medida em que sobre ele é lançada toda a carga de marginalização e de discriminação e preconceito que recai sobre os demais membros de sua categoria, que se mantiveram dentro da padronização social, política e cultural prévia.

A falta de perspectiva, produz a acomodação e vice-versa

Esta é mais uma característica que envolve a vida da pessoa cega, já que a falta de perspectiva e a acomodação aí andam tão juntas e estão tão enfronhadas que se torna difícil uma discussão em torno de o que provoca uma ou outra. Isto ocorre, devido ao fato de que uma tentativa de estabelecer se é por falta de perspectiva ou por acomodação da maioria das pessoas cegas, que não se dá uma movimentação na sua vida, no sentido de se buscar dar um impulso no campo da cultura, alcançar um crescimento no campo da compreensão de si mesmo, até mesmo realizar uma mudança de camada social e atingir um patamar mais elevado em se tratando de categoria econômica. Isto fica evidenciado, por uma apatia e uma paralisia sem parâmetros, no sentido de não se ter iniciativas para uma mudança concreta, ou mesmo para se dispor a enfrentar as dificuldades inerentes a uma tal empreitada. Dizendo-se que seria a acomodação a provocadora de uma tal apatia, poder-se-ia atribuir como motivo a ela, a falta de perspectivas, uma vez que o mercado está fechado, cada vez mais seletivo, exigindo cada vez mais uma especialização cada vez maior e mais profunda. Dizendo-se que seria esta falta de perspectivas, o motivo da apatia social e política da maioria das pessoas cegas da Bahia, poder-se-ia afirmar que elas existem, já que hoje as pessoas cegas têm muito mais acesso à recursos que lhe permitiria atingir determinados patamares, em termos de obter uma formação técnica e acadêmica. Isto, logicamente transformaria uma pessoa portadora de deficiência visual, em um profissional altamente qualificado, efetivamente prontos para enfrentar o mercado de trabalho.

Ora, se estas perspectivas não são assim buscadas e se não acontece a realização desta profissionalização, significa que a acomodação é a provocadora de uma postura letárgica, por parte dos que não foram preparados para a vida e para o trabalho produtivo. Na verdade, as pessoas em geral, têm a tendência a se acomodar a uma situação que não lhes obrigue a maiores esforços e sacrifícios, que não lhes imponha mudanças radicais e abruptas.

Indiferentemente de serem cegas ou não, as pessoas sofrem daquilo que se poderia chamar de uma busca do mais fácil, do menos traumático, daquilo que não venha a fazê-las confrontar-se com pessoas, circunstâncias e, sobretudo, com estruturas já rijamente estabelecidas. A pessoa cega, estimulada muitas vezes por um ambiente de pena, de superproteção, ou mesmo de descrédito, reforçada pela facilidade que é ser mantido por subvenções ou aposentadorias, muitas vezes obtidas de maneira não muito clara, tem sua tendência a acomodação reforçada.

Durante um diálogo com o entrevistador, a Prof.a. e Chefe do Setor Braille da Biblioteca Central do Estado da Bahia, Gersa M. de Souza, comentou longamente com seu interlocutor a propósito da concessão de uma subvenção governamental, no valor de um salário mínimo, destinado aos idosos e aos deficientes, que não têm como prover a sobrevivência. Assim se expressou a respeito da acomodação dos deficientes visuais:

O desinteresse de muitos, a acomodação, a dificuldade; existem esses fatores todos que dificultam que o deficiente visual consiga um trabalho, um emprego; mas eu acho que agora, com esse salário mínimo que o governo destinou, que seria de início, para aqueles que não tivessem nenhuma condição de trabalhar(...) Mas agora eu acho que... a gente está vendo que tanto aqueles que têm condição de trabalho, quanto aqueles que não têm, estão sendo agraciados com esse salário, e às vezes quatro cinco vezes numa família só. ... É com isso, aí é que eles vão se... se acomodar mesmo... Com isso é que eles se acomodaram mesmo. Eles pensam assim: "eu vou trabalhar eu vou ganhar os cento e vinte reais e, sem fazer força, vou ganhar meus cento e vinte; então vou tirar meus papéis" como já me disseram, "e vou conseguir meu salário mínimo". E pronto.¹⁰

Diante da afirmação do interlocutor de que esta atitude só reforça aquela idéia que a sociedade tem a respeito dos deficientes, no sentido de que eles teriam o direito de ser sustentados pelo Estado, ao ponto de muitas pessoas, se dirigirem aos que são portadores de deficiência e dizerem que ele nem precisaria se esforçar tanto, já que o governo tem obrigação de o sustentar.

A professora Gersa M. de Souza faz a seguinte observação:

Justamente. Só veio reforçar. É uma coisa que poderia até beneficiar a muitos, se eles fizessem o trabalho sério de pesquisa e só concedesse essa pensão como eles chamam, sei lá, ou benefício àqueles que realmente tivessem necessidade; comprovassem mesmo. Mas, existem tantas

¹⁰ Gersa Maria Sousa. Janeiro, 1998

*falcatruas! o trabalho é tão... não há nenhuma seriedade... Então pronto: está acontecendo o que se esperava mesmo. Eu esperava.*¹¹

É, e já se imaginava que isso fosse acontecer. Cabe salientar que existe um pensamento do senso comum que diria mais ou menos o seguinte: “*não, eu vou me aposentar. Para que me esforçar, estudar, me sacrificar?*” Por que esta pergunta? A base está no fato de haver pessoas cegas que fizeram alguns cursos profissionalizantes, ou outros que fizeram curso superior, ainda outros que fizeram curso médio e que tem que se submeter a brigar nas empresas ou nos setores, para tentar conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Ora, estas pessoas vão sempre ouvir não daqui, espere dali, aquele famoso “*não ceguinho, espere aí...*”. Então o indivíduo para não se dar ao trabalho de ficar ouvindo essas coisas, de ficar se matando para estudar, ele vai se acomodar de fato aos benefícios previdenciários. E tem outros que além dos benefícios pecuniários que recebem, ainda vão completar a renda, com as famosas esmoladas.

Como se ouviu no interior do Pará, de um cego que entrou no ônibus para pedir sua esmola. Pediu ele que olhassem, já que, o homem que estava ali diante deles, só comeria se a ele fosse dado. Quer dizer isto que: seria impossível para ele sobreviver de outra maneira que não aquela.

Se pode dizer que a perspectiva é algo criado a partir da expectativa de quem a possui. A vida daquele indivíduo passa a ter um sem número de perspectivas, conforme sua leitura da vida e de si mesmo. Na verdade, aí aparecem ingredientes tais como o temperamento, a personalidade, que influem e influem bastante no momento de se tomar uma atitude, que leve o indivíduo a sair em busca de seu lugar nos diversos setores da vida produtiva, cultural e social, de seus ideais de pessoa humana e de cidadão. ou então, conduzir-se no sentido contrário, em sentar-se preguiçosa e descansadamente em sua cadeira de espaldar, ou balançar-se em sua rede, suavemente soprado pela fresca brisa, o que lhe garante um longo período sem quaisquer aborrecimentos, contratempos e sem qualquer receio de intempéries e quaisquer outras coisas que lhe venham minar o sossego e a paz reinantes em sua vida.

¹¹ G. M. SOUSA. Op. Cite.

Para este tipo de gente, o que importa é que todos os meses, chegue-lhe a subvenção do poder público. Aí, todas as coisas estarão acertadas. Basta que seu fluxo de moedas mantenha uma regularidade durante seu expediente de submissão e sujeição à caridade pública e, uma vez tendo o dever ou a sina cumpridos, tudo que se tem de fazer é, estacionar sua trajetória fisiológica por ali, até que ela venha a esvair-se, seguindo o mesmo caminho de todos os mortais.

A acomodação reinante entre as pessoas deficientes visuais, tem sido grandemente reforçada, tanto ao nível das instituições governamentais e não governamentais, quanto ao nível da concepção delas próprias. Seu principal sedimento está, como já se disse, na idéia de que o Estado tem a obrigação de amparar, economicamente a todos os portadores de deficiência e, por via de conseqüência, entendem que faz-se necessário sejam subvencionados por Ele, promovendo aposentadorias, isenções de toda a ordem, favorecimentos em diversas áreas do trabalho e da educação, sob o argumento de que a sua diferença física e a sua dificuldade em conseguir normalmente os meios que lhe permitam uma sobrevivência digna, justificariam a concessão de privilégios, em detrimento dos demais membros da população, paupérrimos, negros, mulheres, igualmente discriminados e sujeitos aos mais diversos tipos de preconceitos. Ora, as dificuldades e as diferenças estão presentes entre os pobres, os negros, entre as mulheres, os estrangeiros e outros excluídos. Se fosse conceder a todos estes diferentes as subvenções e isenções, sob este argumento, tudo estaria perfeitamente seguro para eles. Mas o Estado, que em última instância é o todo social, estaria numa fragorosa banca rota.

Esta acomodação às concessões e aos privilégios, produzem indubitavelmente uma vida desprendida de quaisquer perspectivas, visto que se não vai sentir a necessidade de sobreviver, de crescer, de andar com seus próprios meios, a partir de seus próprios interesses. A alienação é uma característica inerente àquelas pessoas que se submetem a tais condições de vida. Será fácil portanto afirmar que ninguém pode esperar que uma pessoa cega que tem certo uma ajuda de custo, no valor de um salário mínimo, venha a esforçar-se por buscar melhores condições de vida. Não se pode esperar que esta pessoa busque crescimento e desenvolvimento cultural. Pode-se assegurar que elas estarão conformadas e adequadas àquela vida que lhe fora conferida, mediante um dispositivo constitucional que lhe propicia o recebimento de um salário mínimo.

Saliente-se que, não é sem motivos que se constata, que importa que a grande maioria dos cegos seja analfabeta e sujeita a este tipo de tratamento paternalista, visto fazer-se necessário que os dirigentes de instituições de e para cegos, que são considerados donos de cegos, se perpetuem e se petrifiquem em suas posições limitadas e em suas percepções voltadas para uma ação que não incomode a sociedade. Este estado de coisas só serve para que eles possam permanecer indefinidamente nos cargos e possam continuar desfrutando de seus benefícios, sem que sejam molestados ou questionados. São eles os grandes beneficiários destas políticas públicas e destas ações privadas que não levam a uma modificação efetiva da situação do cego e que não propiciam um crescimento deste grupo social, no sentido de lhe prover dos instrumentos de que precisam para ter uma vida social, política e econômica autônoma, produtiva, ativa, criativa, móbil, no sentido de interagir na sociedade. Isto faria com que ele pudesse fazer frente a todos os preconceitos e a toda sorte de discriminação, inclusive, aquela existente no seu próprio seio.

No entanto, este favorecimento se dá no atacado, na medida em que aqueles que estão à frente destas entidades, são os que conseguem atingir estes patamares da vida, juntamente com aqueles que mais de perto os cerca. Aliás, a grande maioria dos associados e dos assistidos por elas, pouco ou nada sabe a respeito do papel que estas entidades desempenham e de suas formas de atuação. Esta alienação da pessoa cega, sobretudo daquela menos ou nada esclarecida, precisa ser mantida e reforçada, embora camuflada pelas ações de alfabetização, que visa apenas introduzir o cego no mundo da escrita e da leitura braille, não trabalhando a leitura que vá além das linhas e dos pontos em relevo. As entrelinhas ficam ainda inexploradas, mesmo por aqueles que sejam dados por alfabetizados.

A atitude alienante das entidades de e para cegos, fica patente, na medida em que promovem cursos de vários tipos, ao mesmo tempo em que age paternalisticamente, promovendo e permitindo que se promova ações de assistência, incentivando a acomodação, baseada na certeza que terá, pelo menos a sexta básica e, ao mesmo tempo, reforçando a idéia já fundamentada na sociedade, de que o cego é para ser assistido, para receber, sem necessariamente realizar algum trabalho em troca daquilo que está recebendo, sem ao menos executar uma ação produtiva, para que em troca receba a paga, o salário. Parece ser mais fácil assistir, do que prover meios para que ele tenha o seu ganho, tenha a responsabilidade de gerir um orçamento, ainda que apertado, restrito, mas que é fruto de seu esforço diário, no sentido

de produzir, para sobreviver. Com estas duas ações, se consegue cooptar clientes sempre gratos pela obra feita em seu favor. No entanto, não se sabe destas instituições se fazem uso do espaço que têm nos meios de comunicação de massa para imprimir na massa de ouvintes, telespectadores e de leitores, uma nova visão da pessoa cega, que possa mudar as concepções até então dominantes na mentalidade coletiva. Mas não só na mentalidade coletiva dos que vêm, ainda mais profundamente dominante, na mentalidade coletiva daqueles que não vêm.

O deficiente visual, cujo universo restringe-se à compreensão de que o Estado é bom e está com sua engrenagem bem lubrificada e em perfeito funcionamento; à idéia de que seus dirigentes de classe estão envidando todos os esforços para trazer-lhe o bem estar; à compreensão de que o seu futuro está na garantia do recebimento de um salário mínimo e de que o papel primordial da sua associação é o fornecimento de sextas básicas, ou o suprimento de suas necessidades biológicas, está fadado a ser alguém irremediavelmente acomodado, sem quaisquer perspectivas de futuro, de crescimento, cuja acomodação a uma vidinha padrão de um cego, seja a sua marca, o seu viver comum.

CAPÍTULO 2. A VOZ DA EXPERIÊNCIA

Um caso atípico: mas não único

“Meu nome é José Augusto Sampaio.” Assim começa o depoimento do professor de Antropologia de uma instituição de ensino superior, que apresenta uma história de vida realmente atípica, na medida em que pôde transitar da vida de quem enxerga tudo ou quase tudo, para a vida de quem não enxerga nada, com extrema rapidez e até alguma tranqüilidade. A ele será dada a palavra na maior parte deste texto, para que se possa aquilatar a importância de sua experiência. Convém salientar que o comum seria exatamente o contrário do que se deu com ele, na medida em que na mesma situação, muitas pessoas, até mesmo com um nível social e intelectual semelhante ao seu, tenderia ao desespero e se deixaria abater pela circunstância que seria vista, como se verá páginas adiante, algo similar à morte.

Mas, deixemos que o professor fale de sua saga.

Eu tenho 41 anos, sou antropólogo; sou cego desde os 33 anos; dos dois olhos; eu tenho glaucoma congênito que foi descoberto quando eu tinha dois anos de idade; aí fiz algumas cirurgias que, na verdade foram eficientes, porque consegui manter a visão até os 33 anos; eu perdi uma visão aos dezenove anos e a outra aos trinta e três, como decorrência, mais ou menos normal, da progressão do glaucoma. Descolamento de retina no primeiro caso e interrupção no nervo ótico no outro. E a recepção por mim e pelas pessoas eu não saberia dizer muita coisa não. O que eu posso lhe dizer, depois de seis anos de análise, é que de certo modo, isso era uma expectativa, na minha vida, embora eu tenha vivido até ficar cego, como um vidente quase que normal, embora enxergasse pouco né, havia essa perspectiva meio que no horizonte; quer dizer, uma coisa que atrapalhava um pouco a minha capacidade de fazer planos, né? Mas, depois que eu fiquei cego, na verdade houve um período de adaptação, que eu acho que deve ter durado aí, no plano profissional, muito pouco tempo ... porque eu tirei licença da faculdade somente por dois meses, que era o final do semestre; passei o período de férias entre os semestres e no semestre seguinte voltei às aulas, quase que normalmente, né? como faço até hoje. E no plano do trabalho de pesquisa que eu exerço até com mais intensidade do que a atividade de ensino, continuou a ser feito, também com poucas alterações. Eu que (...) costumava fazer pesquisa em equipe, em grupo, e continuei fazendo. hoje até em alguns casos faço sozinho mesmo. Com o problema de deslocamento para as áreas... mas, com um pouco de ajuste dá pra fazer. Eu viajo muito sozinho. (...)Viajo muito, viajo muito sozinho; e eu acho que, depois que (...) em seguida logo à perda da visão, eu acho que no máximo um período de adaptação de seis meses, um ano, em que eu aprendi braille, comecei a tentar identificar recursos informáticos pra cegos e, pelo menos no plano profissional, eu poder voltar a trabalhar, sem maiores problemas.¹²

¹² José Augusto Laranjeira Sampaio. Fevereiro de 1998.

Como se pôde perceber, algumas coisas ocorreram na vida deste antropólogo, que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, ele não se prendeu a um sentimento de vítima indefesa, atingida de cheio por uma fatalidade que lhe tirara o meio de vida único e absolutamente indispensável de que dispunha: a visão. Como ocorreria na maioria dos casos semelhantes, não teve seu mundo turvado e seus ideais de vida estrangulados como que por um sem número de grilhões que não sessariam de lhe apertar a garganta, até vê-lo sucumbir sem forças, ir-se entregar ao desespero, prostrando-se definitivamente em uma redoma inexpugnável, na qual se moldaria toda a sobrevida que teria, de onde só sairia para a redoma definitiva na qual seu corpo teria completada a decomposição que teria iniciado ao nível do psicológico, do afã de viver e do desejar. Sua vida não se tornou um caos absoluto, no sentido de tornar-se como uma onda a vagar ao sabor dos ventos, batendo aqui e ali, até que viesse a desfazer-se em espumas, que no máximo, seriam admiradas em sua beleza pelos que romantizam as manifestações idílicas da natureza ou, lamentadas por aqueles que esperavam retê-las para contemplar mais longamente. Afinal seria apenas para ser contemplada.

Em segundo lugar, o professor e antropólogo em questão, não saiu à busca de culpados nem no âmbito interno, onde tentaria encontrar motivos de sua vida, que lhe fizesse ter como retribuição um tão grande e nefasto legado; nem de âmbito externo, procurando responsabilizar pessoas, situações, circunstâncias, nas quais ele procuraria lançar as razões de sua desventura. Na verdade, a sua atitude foi a de buscar encontrar forças e meios para reerguer-se, reabilitar-se e retomar o curso normal de sua vida, tendo a consciência de que, a partir daquele instante, contaria com algumas limitações em vários âmbitos de sua vida. Em terceiro lugar, não buscou, como seria normal em outros casos, se considerar inválido, incapacitado para o exercício de sua profissão, quer como professor, quer como pesquisador. Na percepção do até então normovisual, estas atividades, poderiam ser entendidas como atividades inteiramente visuais e, como tal, não mais seria possível ser exercidas por um cego. Com tal percepção, poderia ele ter partido para uma aposentadoria por invalidez. Mais uma vez sua atitude foi exatamente contrária a esta. Entendeu que precisava apenas adaptar-se, aprender o que seria seu novo método de leitura e escrita e, partir a busca de descobrir outras ferramentas, sobretudo na área de informática, que lhe permitissem o exercício normal e integral das atividades para as quais era apto, sob o ponto de vista intelectual e estava qualificado, sob o ponto de vista profissional.

Outra vez o professor tem a palavra, para comentar desta vez a reação de sua família diante de tudo isto.

A reação da família... no início, de muita preocupação... porque o meu caso sempre foi um caso assim de empenho de meus pais como eu nasci com glaucoma e nasci com a ameaça da cegueira desde pequeno, sempre foi pra eles um ponto de honra me cercar de todos os cuidados e atenções e recursos... e tudo mais... quer dizer: eles sempre me deram todas as possibilidades que poderia ter de recursos médicos pra continuar enxergando e, quando eu finalmente perdi a visão, eu acho que eles se sentiram assim um pouco... de início um pouco assim, talvez... derrotados... Eu acho que, quando eles viram que eu poderia continuar trabalhando e vivendo normalmente, eles também superaram isso; eles hoje têm uma relação que eu acho bastante boa com isso. Mas que decorre do fato de eles perceberem que eu posso trabalhar e me manter bastante bem... Mas não foi uma coisa imediata não; acho que a primeira reação deles foi realmente de uma certa desorientação, e tal; isso passou.¹³

Quer dizer: mesmo sendo uma coisa que de alguma forma se sabia que mais cedo ou mais tarde ocorreria, de alguma forma, houve alguma perplexidade. A esta intervenção do entrevistador, o professor antropólogo retruca:

Não, não se sabia que mais cedo ou mais tarde ocorreria não. Poderia até não ocorrer; havia essa chance; poderia fazer 60 anos e continuar enxergando,... Era uma possibilidade... não se sabia se ocorreria ou não, mas era uma ameaça bastante consistente, digamos assim. Bastante presente. Houve alguma perplexidade, porque foi muito de repente também; quando eu perdi o segundo olho, foi uma coisa mais ou menos repentina; então houve alguma... não sei se perplexidade, mas alguma... um impacto... um impacto sim. Meu pai me levou a Belo Horizonte pra fazer tratamento e tal, mas aí ficou logo caracterizado que não havia chance e tal; mas foi muito bom. Inclusive, no dia que eu fiquei cego fui a Belo Horizonte ... depois de dois dias voltei já sabendo que tinha ficado cego mesmo, definitivamente; eu falei pra papai que queria mexer logo com os recursos que tivessem ao meu alcance (...). Comecei a aprender braille quatro dias depois de ter ficado cego. (...) E eles providenciaram isso pra mim. Então vamos dizer, como eles tiveram todo o empenho em me cercar de toda assistência médica, enquanto eu enxerguei, quando eles viram que eu não enxergava mais, eles também tiveram todo empenho pra que imediatamente eu começasse a me adaptar. Então, perplexidade, se houve, foi assim de dois dias ou três.¹⁴

Aí aparece uma quarta diferença no que respeita as reações em relação à perda da visão, na observação do caso do professor e antropólogo. Esta diferença se estabelece, no que tange ao apoio e à forma como a sua família enfrentou a situação. Em casos outros, o desespero se faria acompanhar de uma atitude de descrédito em uma eventual recuperação e, sobretudo, em uma possibilidade de que aquele homem ou mulher, agora desprovido de visão, ser uma pessoa útil, capaz de se movimentar e manter autonomamente. Ou seja, o normal, seria a família entender que a partir daquele momento, este ser passava a se apresentar diante de sua

¹³ SAMPAIO. Op. Cite.

percepção como um fardo que toda a família teria de suportar e prover resignadamente. No caso em foco, e aí entra em questão a índole do personagem, se em algum momento esta idéia passou nas cogitações de seus familiares, logo foi dissipada, com a sua intenção manifesta em não se deixar ficar prostrado à espera de que alguém lhe viesse estender a mão. Logo tratou de levantar-se e dispôs-se a andar.

Esta atitude dos familiares do professor Guga foi fundamental para a sua reabilitação e para a reestruturação de sua vida pessoal e profissional, na medida em que lhe provera de todos os recursos necessários para que, emocionalmente, ele pudesse ter a chance de perceber que ainda era possível estar no pleno domínio de sua trajetória, que poderia retomar nas mãos as rédeas do seu viver, sem que tivesse que se entregar a uma vida vegetativa, inútil, improdutivo e, sobretudo, sujeita a toda sorte de incógnitas, já que uma vez sendo completados os dias de seus pais, por exemplo, ficaria a pergunta de quem o ampararia dali por diante. Uma pessoa que sempre tivera o pleno domínio de seus atos e de seus movimentos, não poderia perdê-los pelo fato de se ter tornado deficiente visual. Sua impressionante recuperação, no sentido de se tornar outra vez senhor da situação, de sua vida, de si mesmo e de seus rumos, além de ser creditada à sua têmpera ativa e decidida, deve igualmente ser creditada a esta atitude de confiança a ele tributada. Lógico que o fato de que ele e seus familiares possuírem algum meio pelo qual pudesse bancar uma tamanha empreitada, não fará ofuscar os méritos de todos eles. Isto se afirma pelo fato de se saber da existência de outras pessoas, igualmente providas de meios econômicos e sociais, o que não propiciara, necessariamente o mesmo êxito, já que os recursos financeiros são insuficientes, quando não existe o interesse, o ímpeto pessoal, o apoio e a confiança dos que são próximos ao indivíduo que precise sair de situação similar.

Neste caso, o que chama a atenção é o fato de que o professor Guga, ao ser indagado se teria tido algum contato com pessoas cegas antes de se ter tornado cego, já que convivia com a possibilidade de se tornar como um deles, por conta de ser seu caso progressivo, responde que não, o que torna ainda mais sui generis a sua adaptação a um mundo que sequer conhecia de experiências outras. Vindo de uma outra realidade físico-emocional, a despeito de ser portador de uma miopia bastante acentuada e, a partir de certa altura, não mais ver por um dos olhos, era de se esperar que já iniciasse em desvantagem sua caminhada para a reabilitação.

¹⁴ SAMPAIO. Op. Cite.

No entanto, o que se vê é uma pessoa cega de pouco tempo, já assumindo uma postura crítica no que respeita às atitudes e as formas de agir dos seus novos coagentes sociais.

Não. E inclusive, até hoje eu não convivo com cegos; eu só me aproximei de cegos, quando eu fiquei cego. Acho que talvez nos primeiros meses depois de ter ficado cego, eu me aproximei de alguns cegos, para pegar a experiência deles e me adaptar, saber de coisas. O que foi muito útil; na verdade, eu fui algumas vezes à... freqüentei algumas vezes o setor braille da biblioteca, mais para conversar com as pessoas; fui a umas reuniões da associação; e, depois de algum tempo, não voltei mais a conviver com cegos; eu só os procurei pra ter alguma experiência; ouvir um pouco da experiência deles. Mas depois me afastei deles (...).¹⁵

Fazendo um parêntesis na trajetória do professor antropólogo, caberia umas palavras a respeito do motivo que o teria levado a afastamento dos cegos que ele conhecera e com quem aprendera como conviver com sua nova situação de vida sensorial. Ele afirma que se afastara,

porque os cegos formam um clube. Um clube do qual eu não faço parte. Um clube onde tudo está mais ou menos ligado ao fato deles serem cegos: eles namoram com cegos, jogam dama com cegos, tomam cerveja com cegos e, eu sempre tive meu círculo de relações, quer dizer, o fato de ter ficado cego, já adulto... quer dizer, eu fiquei cego tendo uma vida estruturada na profissão, na família, na relação afetiva, para mim, realmente a convivência com cego foi útil pra me adaptar; depois que me adaptei, eu converso com eles às vezes, pra discutir coisas de computador, acho que só isso, basicamente.¹⁶

Pode-se pontilhar neste afastamento do professor Guga dos demais cegos, pelo menos, três características que foram imediatamente por ele identificadas. A primeira, se relaciona com uma tendência irrefutável à hermetização dos cegos em um clubezinho, no qual os interesses, as idéias, as conversas e as manifestações de lazer, se limitam ao universo daqueles que não vêem. Isto se dá, em meio a todos os grupos sociais marginalizados, na medida em que eles estão como que se isolado preventivamente, como que numa tentativa de fugir a uma avalanche de rejeições e de discriminações iminentes. Esta atitude preventiva faz com que eles se fechem em seu **mundinho** idealizado e criado fundamentalmente em torno de seus iguais, tira deles a capacidade de fazer frente ao processo de marginalização e de discriminação que a sociedade em geral lhes impõe.

¹⁵ SAMPAIO. Op. Cite.

¹⁶ SAMPAIO. Op. Cite.

Como consequência da primeira característica, surge outra que se manifesta na construção de relações de cumplicidade, de afetividade, cuja base é sua composição intra vídrica, formando um círculo fechadíssimo, onde todos conhecem e se dão a todos, de acordo com uma tácita convivência coletiva. Isto fica bem claro quando se parte para avaliar as relações afetivo-fraternas. Elas em geral são estabelecidas em torno de um número restrito de pessoas, ligadas entre si pelo fato comum de serem cegas, mas não necessariamente por outras variantes, tais como a profissão, o nível cultural e intelectual ou mesmo o nível sócio-econômico. Apenas a título de exemplo: dado ao pequeno número de pessoas cegas do sexo feminino que se apresentam para participar deste convívio, no que tange à proporção entre um gênero e outro, a uma forte tendência a que haja uma atitude de circularidade.

Ainda tomando em conta as observações do professor Guga, surge uma terceira característica por ele percebida em seus primeiros e rápidos contatos com os cegos. Trata-se de serem eles tendentes ao ócio mental e não se interessarem por uma busca real e concreta de realizar atividades intelectuais e acadêmicas, que os possa fazer desenvolver o pensamento coletivo e por conseguinte, buscarem efetivamente mudar a forma de se pensar, de agirem entre si, bem como as formas de pensar e agir em relação à sociedade como um todo. Isto se diz não só dos cegos de um modo geral, mas sobretudo, daqueles que teoricamente estariam em condições de fazê-lo. Diz o professor, ao se referir à sua primeira experiência com outros cegos, desta vez, aqueles ligados ao Dosvox em todo o Brasil, encontro realizado no Rio de Janeiro:

Voltei a ter um encontro muito bom, com um grupo imenso de cegos. Foi quando eu fui pro encontro Dosvox no Rio. Eu gostei muito desse encontro, por que eu vi que realmente cegos podem estar juntos e fazer coisas úteis para os cegos, o que na Bahia, eu nunca tinha percebido isso porque a Associação tinha aquelas reuniõezinhas e tal.. eu nunca percebia dos cegos da Bahia um empenho maior em mobilizar coisas para os cegos. A não ser, ao nível assim mesmo dos pequenos confortos pessoais e tal, que eu já tinha. Quer dizer: quando eu fui pro encontro Dosvox no Rio, foi que realmente eu me senti assim mais confortável em estar entre cegos, discutindo assuntos tecnológicos, de cegueira e de informática; voltei com uma impressão melhor dos cegos em geral. Depois disso, ficou uma amizade muito boa com aqueles cegos; mas só que eram cegos mais próximos de mim intelectualmente: Mário César, Marilza (...). Porque hoje na verdade, são mais meus amigos, se principalmente, são também cegos, mas a amizade passa por outros dados que não só o da cegueira em comum.¹⁷

Ele conclui o assunto afirmando não ter encontrado

¹⁷ SAMPAIO. Op. Cite.

... entre os cegos, mais do que um apoio inicial. No momento em que eu decolei para o meu trabalho, a convivência com os cegos ficou desinteressante; eu não sei se há uma letargia; eu sei que, infelizmente, parece que os cegos se conformam a uma segurança da vida entre cegos. E, eu acho que é muito fácil pra mim, que fiquei cego adulto, com profissão, com emprego com mulher, ficar criticando os outros cegos, que ficaram cegos na infância, pobres, não é? Eu acho que eu não tenho esse direito de pedir a eles que saiam de seu mundinho de cegos, não é? Porque eu acho que deve ser um mundo muito mais seguro e confortável mesmo, do que o mundo aqui fora, né? Um mundo onde vivem os não cegos e onde os cegos realmente têm que se virar e tal, né? Eu preferi me virar fora desse mundinho, porque eu tinha recursos pra isso: recursos pessoais, profissionais, afetivos ...que eu acho que a maioria deles não tem. Gostaria muito que todo cego pudesse ter as condições que eu tive e que eu tenho, de competir e de viver no mundo como um todo e não [só] no mundo dos cegos.¹⁸

Na prática, o professor está indicando que existe uma grande diferença entre aquilo que ele é e aquilo que poderia ser, observando-se as condições que ele tem e que aqueles outros não têm; enfim, a desigualdade social fazendo sentir seus efeitos até mesmo na ora de produzir uma pessoa ajustada ou não ajustada às novas circunstâncias físico-sensoriais. Ele fez uma análise contemporânea de uma situação já vivida, mas que não escapou à sua percepção, mesmo quando ainda era um cego em inícios de trajetória. Mas, já se disse e convém lembrar, que para além das diferenças sociais e econômicas, interferem muito fortemente as diferenças pessoais, afetivas, emocionais de cada indivíduo. Claro está que, em concomitância com a possibilidade, precisa operar a oportunidade. Mas, ambas seriam inúteis, ou quando menos insuficientes, ao se depararem com alguém desinteressado, desmotivado, desprovido de forças suficientes para se sentir ainda pessoa útil e capaz. Isto no professor Guga foi uma conjugação matematicamente perfeita.

A título de conclusão desta análise da trajetória deste personagem que se destaca pela sua capacidade de recuperação e de adaptação às novas situações da vida e às novas necessidades de ação e interação social, enfocar-se-á mais dois pontos de sua entrevista. Em primeiro lugar, trata-se daquele momento em que ele precisou retomar a sua vida profissional, já que se sentia pronto para o pleno exercício de suas atribuições acadêmicas. Perguntado sobre como se dera a partir de então a sua adaptação e as formas de se portar no trato com os alunos e com os colegas, diante da nova realidade, afirma:

Na verdade, embora eu seja professor universitário, a atividade de ensino é muito periférica na minha vida. Eu dou em média 8 horas de aula por semana e ocupo as outras trinta e tantas horas disponíveis de tempo útil, em pesquisa, com extensão, que é o que eu mais faço mesmo; ... No trato com os colegas, no meu departamento... O meu departamento na época em que eu fiquei cego,

¹⁸ SAMPAIO. Op. Cite.

entrei de licença, saí de licença; voltei no outro semestre como se nada tivesse acontecido; voltei e não tinha disciplinas pra mim; as disciplinas, não tinham sido distribuídas pra mim; eu voltei e falei olha, eu estou de volta, tenho condição de trabalho, não estou mais de licença, quero trabalhar. “Ah, mas o semestre já vai começar já. Já estamos a quinze dias do início do semestre e...” Aí eu descobri que não tinham dado a matéria pra mim; eu falei: “oh, se vocês não quiserem que eu dê aula, ótimo, vou ficar aqui, mas eu não vou ficar aqui sem ficar trabalhando, estou reassumindo...” Aí discuti lá o que iam fazer, e tal... Depois eu soube que o departamento consultou a Pró-Reitoria Jurídica da universidade pra saber se eu podia dar aula; a Pró-Reitoria jurídica disse que sim, que podia. Eles aí remanejaram disciplinas, me deram disciplinas, eu vim pra sala de aula e, dei aula, né? Como os alunos... sempre alunos novos, cada semestre, né; no meu caso eu peguei aula para calouros, né; meus alunos com quem eu dei aula depois que fiquei cego não me conheciam antes; já me conheceram como cego; eu já me apresentei na sala de aula como sendo cego; nem disse que estava cego há pouco tempo nem a há muito: falei, “oh, estou aqui, vocês devem ter percebido, eu sou cego, mas eu dou aula! Então pronto.”¹⁹

Interpelado sobre o fato de ter tido uma realidade diferente; ao fato de dar aula antes, utilizando os diversos recursos visuais, ele informa que:

E eu nunca utilizei muito os recursos visuais não, a não ser, estar vendo a cara dos sujeitos, né? Eu sempre dei muita aula expositiva mesmo, falando pelos cotovelos e, estimulando a participação, o debate; nunca fiz prova com vigias, pra não pescar; nunca fiz isso, por exemplo, né? Eu usava o quadro negro, bastante, né? continuei usando, só que passei a usar de forma sistemática, invés de usar meio às tontas, o que vinha na cabeça na ora, eu passei a trazer de casa um plano de aula já feito; o plano de aula que eu trago de casa, eu passo para um aluno passar no quadro; então o aluno passa no quadro o plano; e, quando eu quero escrever no quadro um nome, alguma data, alguma referência bibliográfica, eu mesmo escrevo no quadro né? mesmo sendo cego, eu ainda uso o quadro. (...) Quando eu estou falando e quero (...) referir algum título, ou algum nome de autor, ou alguma data, ou algum conceito, eu vou no quadro e escrevo; frases curtas, palavras eu escrevo no quadro bastante. (...) Quando eu vou dar prova, eu passo questões no quadro; uma ou duas questões, eu passo no quadro, diretamente. Até pergunto ao pessoal: “como é que é, da pra ler, tal... dá pra entender?”. Eu não perdi a minha memória gráfica. Eu não vejo o que eu estou escrevendo mas eu sei escrever manuscrito, né?... Sai um pouco torto, claro, sai feio, sai um pouco torto mas, o pessoal entende; o pessoal lê. Então, alguma dúvida, eu esclareço, né? “Que palavra é essa aí, quando tal palavra...” e eu digo “é tal...”. Mas eu uso pouco os recursos visuais, eu uso pouco, mas sempre usei pouco também, porque, não esqueça que eu era um professor vidente, mas, altamente miope, também... Então já tinha uma... eu tinha miopia de 22 graus; então eu nunca fui muito visual, não... A grande diferença que eu acho que faz é com relação ao diálogo visual com os alunos, porque o bom professor, ele olhando pra cara dos alunos, sabe se o pessoal está de saco cheio, se está atendo. Se pode monitorar uma aula visualmente (...), e perceber o ambiente, podendo concluir “minha aula deve estar um porre, está todo o mundo com cara de sono”; ou pode dizer assim: “a aula está boa, está todo o mundo atento, está legal”. Então, tem muita comunicação que você passa pros alunos, passa no olhar... Então esse recurso eu perdi; eu tento superar dizendo pra eles: “oh pessoal, eu não enxergo; a comunicação visual é muito importante entre professor e aluno, então, como eu não tenho esse recurso, eu quero que vocês, sempre que possível, falem comigo o que é que estão achando da aula; se a aula está chata, se tem que mudar alguma coisa”. E até brinco com eles, falando que não adianta ficar com a cara de inteligente que eu não vou perceber... “Se vocês quiserem ser inteligentes abram a boca, perguntem, falem...” e coisas desse tipo... São esses atalhos...

E com relação ao trabalho de pesquisa é que é mais interessante né? que eu trabalho com povos indígenas... na região nordeste, povos indígenas camponeses, não são índios tipo índios da Amazônia; são índios camponeses.. e ... quer dizer: pra eles isso é meio impactante o fato de eu ter ficado cego; os cegos que eles conhecem, são cegos quase inválidos, ou que são artesãos, músicos e, então pra eles é uma coisa misteriosa; pra eles eu sou tido até como uma figura assim

¹⁹ SAMPAIO. Op. Cite.

meio superdotado e sobrenatural, porque sou um cego que viaja sozinho, que trabalha, que escreve no computador... que tem uma profissão, e ganha dinheiro e tal, né? Então... Mas isso com o tempo também eles acostumaram; eu costumo dizer pra eles que.. eles dizem: “não mas você vai andando...” porque eles ficam querendo que eu não... me tomar muito conta de mim... Eu digo: “olha, andar no mato com um bom guia, é mais fácil do que atravessar uma rua na cidade. E, com o tempo, isso também vai se superando, né?... Na verdade é...Pro trabalho de pesquisa, de fato a perda da visão também prejudica muito; porque o contato visual, a observação mesmo, de coisas puramente visual, é muito importante, né?

Mas, eu abandonei um pouco esse lado do trabalho de pesquisa, passei a trabalhar basicamente com entrevista; e sempre recorro à auxiliar de pesquisa, né.. ou companheiro de pesquisa pra [obter] outros dados.²⁰

Ele é indagado se esse pessoal que é alvo de sua pesquisa hoje como cego, já teria contato anterior com ele, quando ainda enxergava, ao que responde:

Alguns sim, outros não. Alguns sim, outros não. Entre pesquisa e extensão, depois de cego, eu trabalhei com umas dez sociedades diferentes na Bahia, em Alagoas, em Minas Gerais; dessas dez, acho que umas quatro ou cinco já me conheciam antes, outras são trabalhos novos. Mas, como o contexto social e político é muito restrito, são os índios do Nordeste, mais ou menos, todos eles se conhecem entre si, têm contatos... por causa do movimento político, e tal, então, a minha fama corre; todo o mundo sabe quem eu sou e tal. Antes de eu chegar na área, já sabem que eu vou chegar e que eu sou cego; e que eu sou antropólogo; sabem muita coisa sobre mim, não só que eu sou cego; mas sabem muita coisa de mim, antes de eu chegar; não chega a ser um impacto tão grande por causa disso.²¹

Um último aspecto que se gostaria de focar da trajetória do professor Guga, seria a sua opinião acerca da associação baiana de cegos, em particular, mas que pode ser estendida no sentido de ser uma opinião que englobaria outras instituições de e para cegos. Embora ele não tenha tido contatos mais diretos com alguma delas, no sentido de sofrer qualquer tipo de influência, pôde no entanto, perceber sua fragilidade e desvio de propósitos, no sentido de se fazer porta-voz e estandarte das reivindicações daqueles que diz representar. Diante das perguntas e das observações do entrevistador, assim Guga se posiciona:

É... o papel dela, na minha opinião, seria contribuir na socialização dos cegos e ser uma voz dos cegos diante da mídia; quer dizer, eu acho que a Associação, poderia ser; poderia ser... Na verdade quando eu conversei na época com os diretores dela na época, ela tinha essa idéia mesmo de ser isso, ser uma instância de reivindicação dos cegos na sociedade; reivindicação pras coisas que os cegos precisam; coisas mais idiotas que só um cego sabe que ajuda: orelhão do lado esquerdo do passeio, sei lá o que... sinal sonoro, recursos de educação de informática pro cego, colocado à disposição dos estudantes que são a grande massa dos cegos que precisam de assistência; quer dizer, um monte de coisas que a sociedade deve aos cegos, que essa associação

²⁰ SAMPAIO. Op. Cite.

²¹ SAMPAIO. Op. Cite.

deveria ser uma instância de reivindicação e de cobrança, esclarecimento, de assessoria aos órgãos públicos, etc.

Eu tenho experiência de militância em organização não governamental, porque trabalho com índios, e eu sei como é que funciona, quando se quer ser uma instituição reivindicativa e representativa; eu acho que a Associação poderia ser isso (...). Mas infelizmente parece que não é; ela parece que é apenas um clube de cegos; um clube para convivência social, para lazer, ... mas não sei se isso é culpa da Associação ou culpa do mercado que ela tem; o mercado que eu digo, o mercado interno que ela tem, os próprios cegos; enfim, eu percebo por exemplo, que todos os recursos de informática que se coloca a disposição dos cegos, e que são recentes e que cada vez mais se aperfeiçoam, não interessam à maioria dos cegos; não interessa; porque já estão há muito tempo acomodados com o que eles fazem; então não tem muita paciência pra quebrar a cabeça aprendendo a mexer com computador, nesse tipo de coisa, não, eles procuram mais comitê de cegos pra isso mesmo. ... pra se sentir seguros, pra brincar, pra namorar; então a Associação acaba atendendo aquilo que o seu próprio público demanda dela. (...) Agora eu gostaria que houvesse uma entidade de cegos, que pudesse ser mais visível no plano político da sociedade.. Eu acho que isso, infelizmente, não tem.²²

Na verdade, esse papel de ser a voz do cego na Bahia, ela não está desempenhando. Aqui não caberia dizer por quê, mas enfim, ela não consegue desempenhar; não se percebe nos jornais, na televisão nem no rádio, a presença da Associação, a não ser por coisas assim bastante inúteis para que se realize uma mudança de comportamento de toda uma sociedade em relação ao cego, como convite para festas, inaugurações, etc. Quer dizer, o cego continua sendo visto como alguém que precisa ser carregado nos braços; que precisa ser sustentado pela família e pelo governo. Assim, com este modo de pensar velho, preconceituoso e discriminatório, a sociedade não tem como abrir as portas para que o cego seja professor de uma escola como o Vieira, por exemplo, o P.H.D. E o professor Guga acrescenta:

Justamente, no mercado privado, você não teria condições (...) Até em concursos públicos mesmo, é sempre uma batalha. Esse tipo de coisa... mesmo que seja garantido por lei, na prática vira uma batalha; isso acaba sendo uma batalha pessoal dos cegos interessados. Mário César mesmo, que é advogado e que fez vários concursos, até bem sucedidos, tem que ficar puto da vida porque sempre que ele tem que enfrentar um concurso, ele tem que ir sozinho e dizer "não, eu posso me inscrever sim, a lei me garante o direito". Não tem uma associação que faça uma campanha dizendo... que garanta o espaço social dos cegos, pelo menos nesse nível institucional, quer dizer: cada cego tem que falar por si mesmo, quando quer [precisa] buscar algum direito... não tem uma... uma voz.²³

Acrítico, receptivo, subserviente, contraditório...

Uma outra forma como a sociedade percebe o portador de qualquer tipo de deficiência, mas fundamentalmente o portador de deficiência visual, é aquela que o caracteriza como sendo

²² SAMPAIO. Op. Cite.

alguém que deve estar sempre pronto para adequar-se a tudo quanto a sociedade estabeleça para sua vida, sem críticas ou reivindicações e/ou pressões, para receber tudo que lhe for apresentado como forma de ajuda, sempre grato e feliz e, para obedecer sempre às ordens emanadas de quem se supõe superior, mesmo em seu próprio prejuízo físico e/ou emocional. Mas, por vezes ele se apresenta como um ser contraditório em suas atitudes e formas de pensar, quando envolve o trato interno com seus congêneres. Mas, o mais grave de tudo isto, é constatar-se que, na mentalidade e nas atitudes da grande maioria dos deficientes visuais, este comportamento já está plenamente arraigado.

Cabe explicar aqui que, há na forma de se comportar daqueles que são chamados normovisuais, um sentimento de superioridade em relação aos deficientes visuais, cujo principal fundamento no qual sustenta esta superioridade é a posse da visão. Isto se pode notar, inclusive, nas atitudes daquelas pessoas que são portadoras de visão subnormal. Esta é a razão porque se colocam em posição de mando, diante dos quais os demais deficientes precisam apresentar-se subservientes. Isto constrói uma espécie de mundo à parte, cuja principal característica é a letargia nos movimentos e nas idéias.

Na verdade, quando se diz que o mundo vivido pelos cegos se apresenta de certa forma letárgico, em primeiro lugar, deve-se ao fato de ser ele, uma estrutura cuja composição é extremamente pesada, lenta, imperrada, no que respeita a se deixar modificar substancialmente, em seus métodos, em seus conceitos de vida e na compreensão de seu real papel na sociedade, ao ponto de perpetuar aqueles já previamente atribuídos pelo corpo social dominante, aos deficientes visuais.

Em segundo lugar, por que é um mundo que não avança, que é formado por pessoas que não se desenvolvem no mesmo passo que a sociedade que as cerca. Se alguém esteve na biblioteca Central a sete anos atrás, por exemplo, se outra pessoa esteve lá a dez ou quinze anos, vai-se encontrar, mais ou menos, se não as mesmas pessoas, mas, pior que isso, as mesmas atitudes, os mesmos hábitos, até, pode-se dizer, praticamente o mesmo linguajar; as mesmas preferências musicais e de leitura, etc.. Trata-se então de um mundo muito parado, muito estático; e aí é onde entra aquela afirmação feita pelo professor Guga, quando na sua fala, em

²³ SAMPAIO. Op. Cite.

relação ao que se poderia chamar de segurança, o que na verdade se trata de medo de mudar, baseado na teoria do pânico ao novo, ao desconhecido, o que provoca uma resistência imperradora na vida das pessoas e dos grupos de pessoas.

Se pode também dizer que, este marasmo está fundamentado na falta das condições efetivas para caminhar . Na verdade, são necessárias e indispensáveis, algumas condições para a realização de mudanças sociais, políticas e filosóficas, em todos os aspectos da vida, tanto da sociedade, quanto das pessoas. Entre estas condições prévias, se poderia citar a vontade política, a existência de uma clientela que forceje estas mudanças, a existência e a disponibilidade de elementos com capacidade de articulação e liderança de grupo, que se proponham a desencadear e capitanear o processo que venha a culminar nestas mudanças.

Tais condições não são ainda plenamente manifestas entre os portadores de deficiência visual, independentemente de se estar situado no início dos anos quarenta do presente século ou já nos finais da década de noventa, em razão de ser um grupo social com baixíssima qualificação profissional, formação escolar e inserção cultural e, pior ainda, com uma mentalidade plenamente formada à imagem e semelhança daqueles outros grupos sociais que os oprime. Sua percepção do mundo externo, ainda é a percepção do que vê: seus conceitos estéticos, seus gostos e preferências, ainda estão muito estruturados em torno dos gostos e preferências visuais, a despeito de sua impossibilidade de ver. Ou seja, o próprio elemento cego ainda é um ser extremamente preconceituoso e discriminador. Este preconceito e esta discriminação, estão presentes e se fazem sentir dentro da própria categoria.

Saliente-se que, no que respeita à discriminação e ao preconceito internos, -- apenas à guisa de se abrir uma discussão de um tal tema, visto que se aterá a ele mais adiante --, há uma tendência, sobretudo, entre os cegos intelectualizados e em melhores condições econômico-sociais, em rejeitar suas colegas cegas, em favor de garotas que podem enxergar, no momento de construir uma relação afetiva, sobretudo se pretender duradoura e efetiva.

A justificativa utilizada para este comportamento contraditório é, a busca da auto- afirmação, diante de si e das pessoas que o cercam. Mas este comportamento manifesta-se apenas dentro

de um grupo um pouco mais complexo, no sentido de já possuir uma estrutura de pensamento mais ou menos própria, embora, insista-se, fortemente influenciado pelas formas de pensar e agir daqueles que vêem.

No entanto, quando se trata de uma convivência com os demais elementos da sociedade que o cerca e marginaliza, ele se torna subserviente, acrítico, receptivo, plenamente de acordo com aquilo que lhe é ditado pelas estruturas de estratificação social, que o marginaliza, de acordo com a classificação de inválido, subgente, substrato social, parasita que precisa ser sustentado ou pelo Estado, ou pela caridade pública e, de preferência por ambos. Esta afirmação encontra lastro no fato de que, em última instância, existe uma construção político-estrutural, de tal maneira erguida, que em vários momentos as duas colunas de sustentação deste monstruoso edifício social se confundem.

Dir-se-á ainda que em já havendo algum elemento que propicie a existência de algumas daquelas condições prévias, será preciso criar todo um ambiente para que possam amadurecer. Os elementos que poderiam levar adiante algumas tentativas de mudanças nas formas de compreensão e de percepção que tem o cego de si mesmo, estão ainda em formação, correndo ainda o risco de sofrer as influências externas que dificultam um maior aproveitamento de seu potencial modificador.

Duas afirmações, reforçam um perfil contraditório

Adriana: “Quem vai me botar no ônibus não é minha bengala?”

Neste ponto é preciso que se dê a palavra ao entrevistado, para que num diálogo com o autor, algumas questões possam ser debatidas. A jovem Adriana, tem 24 anos, estudante do terceiro semestre no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, será a pessoa com quem se vai travar um debate muito interessante, na medida em que na sua fala, vem à tona duas polêmicas, sobre as quais faz-se necessário refletir.

Comentando a transição por que passou quando ficou definido que teria que levar uma vida diferente daquela que levara até então, já que ficou com algum resíduo visual que se deteriorava dia a dia, informa que: *“Entre doze e quatorze anos, eu fiquei revoltada mesmo. (...) Eu achava que não tinha jeito, que a gente não tinha como sobreviver, mesmo eu sobrevivendo. (...)”*²⁴

Ela exprimia exatamente a idéia de que sem a visão e, no seu caso naquele momento, sem o resíduo visual, não poderia sobreviver, sucumbiria ao tédio, à dependência de tudo e de todos. Na verdade, era a idéia daqueles que vêem, que projeta toda a sua existência físico-psíquica, na capacidade visual.

E prossegue:

E, por conta disso, eu fui, aos doze anos e meio, treze anos, pra locomoção²⁵; eu tinha vontade de sair e minha mãe não deixava, por superproteção, tudo mais. Então, tomei locomoção muito rápido; (...) E, só comecei sair de fato sozinha, há quatro [ou] cinco anos atrás(...), com dezessete, dezoito anos. Foi quando eu entrei no Severino Vieira (...). Ai a minha vida ganhou uma normalidade. Ai sim, eu comecei viver mesmo de uma maneira normal; porque até então [vivi] com superproteções, com... irmãs protegendo; pais, tia, avó... porque, em toda a minha família, só eu que não enxergo(...) E mulher, e não enxerga; eu sou uma das caçulas; só tenho mais uma irmã depois de mim e dois irmãos. Então, todo mundo paparicava, porque ela não vê; todo mundo protegia, porque ela não vê; todo mundo acobertava algumas coisas, porque ela não vê; e isso foi mudando depois que eu fui pra escola; porque a justiça ela é igual pra todos.²⁶

Assim inicia ela uma discussão extremamente importante, na medida em que toca num ponto da vida do deficiente visual, que pouco se tem percebido, até mesmo por quem vive o dia a dia de um cego. Observe-se que entre o período em que toma a locomoção, ou seja, passa a estar apta para andar na rua com o auxílio de sua bengala e o tempo em que efetivamente a põe em prática, decorrem aproximadamente seis anos. Todo este tempo, ela fica apenas como detentora de um instrumento que não se dispõe a usar, em função de um sem número de razões a partir das quais ela levanta uma questão vital para a pessoa cega: usar ou não usar a bengala? Eis a questão.

²⁴ Adriana Borges dos Santos. Março, 1998.

²⁵ Termo usual entre as pessoas cegas que significa realizar atividades que permitam sua independência de movimentos. Em termos técnicos isso significa fazer o treinamento de orientação e mobilidade.

²⁶ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

Ela começa abordar a questão de haver uma rejeição da bengala, uma espécie de vergonha daquele objeto, por parte dos cegos, sobretudo das cegas. Ora, partindo do pressuposto que a bengala é o instrumento de liberdade, de independência e de auto afirmação da pessoa cega, uma vez que nela se deposita todas as suas esperanças e todas as suas expectativas de mobilizar-se livremente por todos os lugares que ela precise ir, que lhe propicia a oportunidade de reivindicar chance de trabalho, de mostrar sua capacidade profissional, intelectual. Na prática, uma tal atitude, seria como que se estivesse rejeitando receber sua carta de alforria, uma vez que estaria sendo liberto da escravidão, representada pela necessidade de uma pessoa que sempre lhe pudesse levar e buscar nos lugares, indo de encontro a um anseio alimentado por ele mesmo durante anos a fio. É importante notar que se estabelece aí uma contradição, na medida em que se rejeita ao mesmo tempo duas coisas: a sua cegueira, visto que a bengala é um indicador incontestado de que seu usuário é alguém que não vê, daí precisar de seu auxílio. Isto significa uma rejeição de si mesmo, enquanto pessoa que precisa interagir com as outras pessoas, desde as que formam parte de sua família, até aquelas que forma todo o restante do corpo social.

Em segundo lugar, está se rejeitando aquele instrumento que lhe proporcionará a liberdade quase que absoluta, na medida em que abre-lhe os horizontes diante de si e diante daqueles que o cercam. Uma vez rejeitando-se o uso de uma bengala, se está dizendo que não se quer andar, trabalhar, estudar, crescer, lutar pela vida e pela sua emancipação social, econômica e cultural, pela sua autonomia política, enfim.

E ela afirma:

Tive muita vergonha de começar usar a bengala. Porque, quando a gente tem algum resíduo visual, a gente usa daquele resíduo, para facilitar a nossa locomoção. Quando a gente não tem e é inevitável que a gente use bengala, meu Deus, todo mundo olha! Porque as pessoas... estão acostumadas com cego, mas todo mundo olha pro cego na rua... E eu via que todo mundo olhava. Então eu tinha vergonha mesmo e, isso eu acho que passa por todos os cegos... Pelo menos as cegas, passam por isso. Minhas colegas, todas que eu conversei, todas que perderam a visão depois, ou que estão ainda em processo de perda de visão, todas passam por isso. Todas, todas, todas.²⁷

²⁷ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

Como bem indica sua fala, a primeira das preocupações está centrada no fato de que todas as pessoas vão observá-la empunhando uma bengala, um instrumento estranho à maioria das pessoas, visto que se trata de um apoio que não se faz necessário, a menos que não se enxergue, que é o caso. Este instrumento perderia então toda a sua importância na condução da pessoa cega rumo à conquista de seus ideais. Neste instante, para a entrevistada, a bengala apenas é vista como aquele bastão que vai à sua frente indicando obstáculos, de toda sorte; ela não está sendo vista como um instrumento de afirmação pessoal da do portador de deficiência visual. É interessante notar que ela acredita ser esta rejeição, uma questão mais diretamente relacionada com as garotas cegas, o que deixa entrever duas coisas. A primeira é uma forte preocupação estética: ... *“eu, sair com esse fardo, esse negócio pesado, feio, horrível.”*

A segunda, uma negação de si mesma como cega, conforme conclusão da própria entrevistada.

Pode reparar isso: se você tiver saindo comigo ou com qualquer outra das meninas, geralmente, o que é que a gente faz? Dobra a bengala. Isso eu acho que é uma coisa inconsciente do negar a cegueira. Eu acho. Eu faço muito isso. Mas, eu acho que isso seja. Mas isso, isso... faz por exemplo, eu saio muito com meus colegas e as pessoas dizem muito isso assim: “ele não enxerga. Porque que ela não conduz ele?” E de uma certa maneira a gente diz assim: “puxa eu ainda sou normal”. Entendeu? Lá no fundo eu acho que passa por isso. Eu acho (...), eu acho que passa por isso. Lá no fundo, no fundo. Porque é fácil você aceitar,(...) mas querer ser cego, ninguém quer ser. Entendeu? Isso é uma verdade. Ninguém quer ser cego. Quanto mais ...quanto mais, entre aspas, “normal” a gente for, melhor, porque a gente está sofrendo menos preconceito. Então, no momento em que eu escondo minha bengala e saio com você e você me conduz, claro que o cego ali é você. Então as pessoas te discriminam, mas não me discriminam, até que descubram que eu sou cega e, aí a discriminação vem em dobro.²⁸

Durante a discussão deste tema, a entrevistada apresenta sua percepção de uma diferença de reação/adaptação à cegueira entre homem e mulher, que serviria como outro aspecto a ser refletido um pouco mais demoradamente, e que aqui só será superficialmente mencionada, por razões de tempo e de espaço. Neste trecho ela afirma:

Acho que homem para essa questão de cegueira, de adaptação e tal, é muito mais... muito mais... fácil... Porque homem tem que... que encarar mesmo a vida ... Mulher não. Mulher ainda está com...sai muito com a irmã... então se vale muito da irmã... E aí? Eu mesma... passei muito por isso. Como eu saia muito com minhas irmãs, então não usava bengala. E aí, depois que eu mudei,

²⁸ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

que minha irmã foi pra escola técnica, a outra foi estudar no Central, eu tive que ir pro Severino... como era que eu ia? Minhas irmãs iam ficar me levando e me buscando? Entendeu? Então ... porque isso da bengala tomou um tempo danado... mas, foi o que mais assim... demorou mesmo; foi o período mais demorado da minha vida; foi de doze, que foi o período em que eu tomei locomoção, até... meu primeiro segundo ano no Severino Vieira; quer dizer, foi muito longo; cerca de seis, sete anos.²⁹

Voltando à questão da rejeição da bengala, ela firma resoluta que aos dezoito anos, precisando dar rumo e sentido independente à sua vida, acaba por conscientizar-se não só da utilidade da bengala, mas também de sua importância enquanto meio de emancipação e, por tabela, passa a ver a bengala como uma forma de se encontrar consigo mesma, agora já se encarando como cega e, como tal, como alguém que não pode prescindir, sob quaisquer hipóteses, do seu uso. E diz com a firmeza e com a ênfase que lhe caracterizam: “*Oh, sabe de uma coisa, quem é que vai me botar no ônibus, não é minha bengala? Quem?!*”

E conclui:

Inclusive, hoje em dia eu falo muito pra minhas colegas: “fulana, procure de vez em quando sair com a bengala na mão... Porque não é bom você ficar retardando... um dia você vai ter que usar, então, que esse dia você aproxime mais, e você tem uma relação melhor com sua bengala...!”³⁰

Passando para outro tema não menos polêmico, ela uma vez mais inova com afirmações que em princípio chocam, mas ao mesmo tempo forçam uma reflexão e aguçam a curiosidade para que se promova uma observação.

Eu sempre namorei com meninos videntes; eu acho que pode até... eu não afirmo, mas, pode até ser uma forma de negação... Claro que tem os dois lados da moeda... pra o homem arrumar uma... pro menino cego arrumar uma namorada vidente é mais fácil do que pra gente. Porque pra mulher tem todos os preconceitos... Todos. E quando a mulher é especial entre aspas, o preconceito é mais acentuado ainda; e o homem não; sendo homem, mulher já vai atrás... pode ser mudo, cego, aleijado, ou capenga, pode ser o que for; é homem. entendeu? Então a mulher tem uma flexibilização maior em aceitá-lo. E o homem não. O homem tem que ser... “sim não enxerga, mas é muito bonitinha”. Entendeu? É muito difícil você por exemplo, ver uma menina que não enxerga, fora dos padrões sociais, ou seja, gorda, desarrumada, não estudada, com um menino razoável; um homem razoável. É muito complicado.³¹

²⁹ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

³⁰ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

Assim ela entabula o seu discurso que fez parte de uma idéia que, não se sabe até que ponto permeia o pensamento das jovens cegas, mas que ela defende com vigorosa ênfase e convicção. Suas afirmações chegam a chocar, na medida em que ela coloca em evidência uma rejeição do cego pelo cego. Como tal, coloca em cheque, toda uma formulação que pretende ser o discurso de luta dos cegos, que é a reivindicação de igualdade de tratamento da sociedade em relação a eles enquanto minoria social. Isto indica que dentro de suas próprias fileiras persiste uma discriminação. Pior que isto, uma tentativa de se nivelar aos que vêm, a partir da escolha de seu parceiro ou de sua parceira, refreando ou deixando de lado, quaisquer vestígios de afetividade ou de preferências outras, que não aquela de poder ter um parceiro que lhe possa servir de meio de aceitação pela sociedade, como se fora uma moeda de troca. Aliás, uma troca muito difícil, já que ele precisa ter alguma coisa muito maior para proporcionar a quem se propuser fazer este tipo de negociação social.

Diante da insistência do entrevistador, no sentido de ampliar a sua reflexão sobre a questão, ela acaba por reafirmar isto. Ao tocar num ponto tão discutível, que é a questão do homem cego, mais facilmente arrumar uma garota que enxerga para ser sua namorada, suscita grande perplexidade, por não ser a experiência do interlocutor, compatível com tal afirmação. Lógico que, guardando-se as devidas proporções, há de se reconhecer que as garotas encontrariam um pouco mais de dificuldades aqui, principalmente para casar. Para namorar, talvez não tanto; principalmente para casar. O cara certamente vai querer uma mulher que ele tenha certeza que vai fazer tudo para ele, com ele, mais ele, etc., ele não vai apostar na dúvida: será que fulana pode fazer isto ou aquilo? Será que aquela garota, apesar de inteligente, apesar de esforçada, aplicada ... Apesar de tudo isto, será que ela é capaz de assumir uma casa como...? Então esse seria o ponto de maior dificuldade de uma garota encontrar um sujeito vidente. Já a mulher, que ela diz ser mais flexível, ao mesmo tempo ela parece ser muito mais preconceituosa do que o homem. Porque a preocupação do homem, é a preocupação mais material, mais concreta. Quer dizer, ela vai poder fazer ou não vai poder fazer? Ela vai poder ser ou não vai poder ser? A mulher não. A mulher, ela vai ver muito mais o seguinte: como minha mãe, minha amiga, minha irmã, etc., vão me ver, vão me encarar sendo namorada, noiva ou mulher de um sujeito que não enxerga...?

³¹ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

A estas ponderações ela assim responde:

Eu, eu, ... quer dizer, eu concordo, mas eu acho que o preconceito da mulher é mais...o preconceito da mulher cega... que a mulher cega passa é maior, porque o homem sempre está procurando uma mãe...Primeiro tem a mãezinha dele, boa maravilhosa, e depois ele começa a namorar e quando vê que aquela pessoa é a pessoa que ele gostaria de casar e tudo mais... então, ele sempre... hoje em dia isso mudou, eu acho... isso mudou mais; eles já aceitam, porque hoje em dia o homem já faz as coisas dentro de casa,... o homem trabalha como... Ele já participa de uma forma mais ativa na... nos afazeres domésticos e tal... então isso eu acho mais facilmente superado, do que uma mulher vidente... não.... eu acho que isso pro homem, mas, ele sempre ... "e, mas ela é cega...", entendeu? "e, mas..."...é complicado... pra gente realmente é muito complicado... Tanto que você vê nas estatísticas: se você analisar um pouquinho mais... de... eu conheço um número razoável de homens e mulheres cegos; e, que eu estou me lembrando agora, nesse momento, só tem duas colegas minhas que são casadas com homens videntes. Casadas. E..., os homens não... Os homens se têm um grau intelectual... sobretudo intelectual, maior num instante arrumam mulher pra casar...³²

Aí ela carrega na ênfase, repetindo sua afirmação, recheando-a de um tom bastante solene e convicto.

É verdade, é verdade; é verdade. Quando você... quando você vai procurar nas estatísticas, se é um menino de primeiro segundo grau que tem uma profissão, digamos assim, inferior (...) Então eles mais facilmente casam com cegas. Se conformam com a cega; é, isso é uma verdade. Mas o homem, o que estuda, não sei o quê, não. Você tira pelos nossos colegas. Eles sempre estão procurando a menininha da universidade, a menininha do trabalho, entendeu? A menininha, mesmo que... do bairro, mas que tenha o mesmo nível que ele, ou pode até ter um nível inferior, mas... e ela, óbvio, dá graças a Deus porque ele é cego e tudo, mas, ele é universitário, ele faz mestrado, ele faz doutorado, entendeu? É assim. Isso acontece. Isso é normal. Normal. Eu acho um absurdo,... mas é normal.³³

Percebe-se que é um tema que não se esgota aqui, porque se trata de uma questão social, para os pesquisadores levantarem. Por exemplo: quem tem mais preconceito, o cego em relação à cega, a cega em relação ao cego, ou o vidente em relação aos dois?... Quer dizer... é difícil estabelecer um parâmetro; a não ser que se saia pegando casos; mas é complicado porque cada caso é um caso. Por exemplo, algum cego pode achar você uma pessoa interessante, independente de ser cega ou não. Mas você pode achar exatamente o oposto. Aí se vai jogar para o campo do preconceito? É complicado. Quer dizer, um cara que vê, muito bem, pode achar assim uma menina cega, super legal, bonita, irresistível; mas o outro, que também vê, pode achar, independente de não enxergar, uma menina comum. Ele pode dizer que encontra

³² A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

³³ A. B. dos SANTOS. Op. Cite.

uma melhor ali na frente. Talvez até também cega. Mas, aí se vai jogar para o campo do preconceito? É complicado.

O mais grave é que uma afirmação feita por uma jovem de 24 anos, é corroborada e reforçada pela experiência de uma pessoa que já passou dos cinquenta anos e que apresenta os mesmos argumentos e a mesma ênfase que a da primeira. Trata-se de Marilza, 52 anos, funcionária do CERPRO na área de programação de computadores a mais de vinte anos e, atualmente, estudante de Filosofia na Universidade Católica do Salvador, que referindo-se a um companheiro cego que tivera, cuja relação durara dois anos, comenta que as idéias da família dele foram fundamentais para o fim do relacionamento. E, diante de tudo que vivenciou, ela conclui, de modo irônico, como sendo o pensamento de seus familiares:

Na verdade, ele tinha que ter uma mulher que enxergasse, que ele podia ter um carro, que ele podia ter uma motorista; que ele podia ter isso, ler aquilo. E aí para o homem cego arranjar uma mulher que enxerga, é até mais fácil, até pela própria natureza da mulher. Só que tem uma coisa, (...), eu já percebi, não sei se é a regra, mas, pelo menos na maioria das vezes, existe o desnivelamento cultural entre o homem cego e a mulher que arranja, com quem ele casa. Na verdade, ele não casa com uma pessoa de igual para igual, ele casa com uma pessoa para lhe servir, isso eu acho também uma sacanagem.³⁴

Por este raciocínio, poder-se-á concluir que, na melhor das hipóteses, esta seria apenas a fêmea da cama e da mesa: uma empregada de luxo, de papel passado. E ela arremata:

A mulher quer casar, que ela também por ser socialmente colocada numa situação inferior de repente quer um cara inteligente, cego mas tem emprego (...) e abrir uma oportunidade para ela. Só que aí ela vai ser na maioria das vezes a serviçal, que dirige, que ... nada de mais. Não tenho assim, nada de mais.³⁵

Ela sentencia enfática e convicta:

São pouquíssimos os que conseguem se relacionar com alguém do seu nível cultural. Pelo que eu tenho visto até agora, se ele conseguir, depois de casado desenvolvê-la, tudo bem, pode até ser que... mas, na maioria das vezes, a maioria dos cegos que eu conheço, casado (...) são pessoas

³⁴ Marilsa Vieira de Matos. Janeiro de 1998.

³⁵ MATOS. Op. Cite

*infelizes. Porque, tem filhos, tem mulher, tem carro, tem as facilidades dos olhos, mas não tem o fundamental que é a afinidade e o amor.*³⁶

A cegueira: reações à sua chegada

Neste ponto, se pretende discutir um aspecto que envolve as pessoas cegas, sobretudo as suas famílias. Tratar-se-á brevemente, do modo como eles reagem à chegada da cegueira, ou como encaram a possibilidade de ficar ou ter alguém na família na iminência de se tornar cego. Esta discussão, faz-se necessário em um capítulo de caracterização, na medida em que do modo como se reage imediata e mediatamente a este fato, depende a vida comportamental que se vai ter. Destas reações dependem o rumo que a pessoa que passa a ser portadora de deficiência visual, vai dar à sua vida. Sua formação psicossocial está diretamente relacionada com as impressões deixadas no seu espírito, por uma reação hostil, não só a cegueira em si, mas à pessoa que por ela foi visitada. Também esta pessoa pode ser marcada por uma reação que implique em um confinamento, em uma construção psicológica que a encare como alguém injustiçado pela natureza, cuja única e mais confortável saída seria a morte. Destes tipos de reação, pode sair pessoas abatidas, frustradas e marcadas por uma sensação de impotência e inutilidade.

Em geral, a cegueira é recebida pelas famílias sobre as quais ela se abate, de modo semelhante àquele como é recebida a morte. No primeiro caso, é necessário cuidar da pessoa que foi atingida por aquela fatalidade, já que, apesar de se preferir que não vivesse para sofrer tamanha desventura, ainda se encontra viva e, ainda se alimenta esperanças de alguma forma de milagre ou acontecimento igualmente inesperado, ou mesmo de uma cirurgia que resulte em transplante, ou ainda alguma tecnologia de ponta, que possa trazer de volta a visão perdida. Quando porém isto não ocorre, fica aquela sensação de que seria melhor que morresse o agora cego. Em primeiro lugar, porque ele não teria que passar por tanto sofrimento, por tantos dissabores, tais como depender em tudo e de todos, para quaisquer coisas, o que iria fazer com que esta pessoa se tornasse uma carga que toda a família teria que levar e suportar, na medida em que seu nervosismo, sua inquietação, sua tristeza, seria o nervosismo, a inquietação e a tristeza de todos. Em segundo lugar, porquê, em consequência, todos, inclusive a própria vítima da cegueira, ficariam livres de tudo isto e, mais ainda: a

³⁶ MATOS. Op. Cite.

família ficaria com a consciência tranquila, no sentido de que teria feito tudo quanto pudera para minimizar os traumas decorridos da fatalidade que se abatera sobre todos. Enfim, a morte é preferível à cegueira. “*Um choque para qualquer pessoa*”³⁷, diz uma senhora que perdeu a visão aos trinta e sete anos, ao comentar o tema.

*Sabe qual foi a reação do meu marido, na hora que eu disse a ele que eu tinha perdido a visão? (...) Eu disse: “não, é que o que eu vou lhe dizer, você vai ficar muito triste. Ai ele ficou perguntando, “o que foi Bela, o que é que você está sentindo?”. Ele caiu na mesma hora, no chão. Se eu não tivesse chamado o médico, poderia ter perdido ele naquele momento. Eu tinha em casa um revólver. (...) E eu escondi esse revólver dentro de uma caixa em cima de um guarda-roupa alto, quando eu senti essas coisas que eu vi que ia perder a visão, eu peguei o revólver, peguei a caixa do revólver botei no cofre (...). Sabe qual foi a reação dele quando ele voltou a si? Levantou, foi em cima do guarda-roupa pegar o revólver, porque ele, depois, declarou que teve o intuito de matar a menina, me matar e se matar porque achava que a vida tinha acabado para ele. Então eu tive que ser forte e mostrar para ele que a vida não tinha acabado(...)*³⁸

No segundo caso, considerando-se uma relação entre as reações diante da cegueira e da morte, tratar-se-á de realizar o sepultamento, a despeito de se vivenciar uma dor profunda pela perda irreparável do ente querido. No entanto, ele não ficaria sendo como que um fardo que a parentela teria que suportar durante toda uma existência. Haverá aquele sentimento de perda; mas se trata de uma perda total e não de uma perda parcial, onde o ente fica mutilado em suas possibilidades de sobrevivência, interação social e econômica, fazendo com que se pareça mais um parasita que se vai instalar no seio de seus familiares para lhes sugar todas os recursos, todas as forças e energias.

A esta conclusão se chega a partir das reações de desespero e consternação, das sensações de desgraça e desventura, dos ímpetos e desejos de morte, que acompanham familiares e vítima, no momento em que se dá o fato.

A idéia de fardo, está muito presente na vida das pessoas, sobretudo das ocidentais, em virtude de se ter sempre presente a imagem da pessoa cega, como sendo aquela que estará sempre na dependência de terceiros, desde o seio da família, até o provimento do sustento, quando teria que recorrer à caridade pública ou às subvenções governamentais. Paira sempre

³⁷ Bela Vaitsman. Fevereiro, 1998

³⁸ VAITSMAN. Op. Cite.

uma incógnita na vida da criança e do jovem cego, no que respeita ao que ele seria sob o ponto de vista profissional; sobre quem o sustentaria na eventualidade da falta de seus pais. etc., deixando claro que na verdade vais ser sempre uma surpresa indizível, se ele conseguir escapar desta trilogia provisional: família, caridade de particulares ou instituições e Estado.

Isso pode ser constatado facilmente, ao se examinar os depoimentos que são quase unânimes em afirmar que suas famílias ou eles próprios, caso a cegueira tenha vindo ao seu encontro quando adultos ou jovens, em rasgos de sincera demonstração de que as pessoas estão culturalmente condicionadas ao sentido da visão, ao ponto de negligenciar e até mesmo quase não perceber a existência e a eficácia dos outros quatro sentidos, a menos que, ao perder aquele considerado principal, precise fazer uso forçado dos demais. Esta posição assumida pelas pessoas que vêem, acaba criando em torno disso um mito popularizado de que no cego, os outros sentidos são mais aguçados e melhores; mais eficientes, do que naquelas pessoas de visão normal.

É interessante como aí transparece toda a carga cultural e emocional existente nas pessoas; daí a sensação de morte/catástrofe que se abate sobre elas, quando chega a cegueira, sempre pelas portas dos fundos e quase sempre sem aviso prévio. Mas por vezes, saliente-se, tais avisos são ignorados, no sentido de se buscar ter um preparo psicológico para viver melhor esta experiência.

O glaucoma aparece como causa de cegueira em mais de oitenta por cento dos entrevistados. Congênita ou não, ele é causa de cegueira certa, como que programada. Como o câncer, ou qualquer outra doença terminal, mais dia menos dia leva o seu portador à morte, o glaucoma, mais dia menos dia, levará o seu portador à cegueira. No entanto, da mesma forma que reage a família do doente terminal, diante da sua morte iminente, assim reage o paciente portador de glaucoma, e, sobretudo os seus familiares, quando se consuma o diagnóstico, igualmente iminente, a despeito das inúmeras tentativas terapêuticas ou não de revertê-lo.

Num artigo escrito pelo Senhor professor João Delduck Neto, que aqui será transcrito e comentado, algumas coisas interessantes são ditas a respeito de alguém que perdeu a visão

quando jovem e, por isto mesmo, melhor pode aquilatar as sensações por ele vivenciadas. Neste artigo, o professor narra sua própria experiência de ter ficado cego em pleno vigor juvenil, bem como exprime mais ou menos o que seria a reação da maioria das pessoas diante da mesma situação. Por isto lhe será dada a palavra em grande parte do tempo, apenas se intercalando observações e comentários que se façam pertinentes. Sob o título de “Transição”, o professor Delduck, assim inicia seu texto:

Repentinamente o horizonte povoou-se de pontos luminosos. Eram focos de cores variadas, difusas, onde houvesse claridade: uma lâmpada acesa, uma janela aberta para o mundo, pouco adiantando piscar, esfregar os olhos ou mudar de campo visual.

O dia seguinte foi ainda mais angustiante, pois até na penumbra os focos apareciam e se multiplicavam. À falta de um melhor conhecimento, um inexperiente oftalmologista vacilou. Foi um inseguro diagnóstico, dando lugar a um intenso nervosismo. Na amargurante sucessão dos dias, hoje pior que ontem, sentia que a trajetória me levava a um irremediável destino: a cegueira. Um negativo quadro surgiu afim de que fosse ouvida a triste realidade - Glaucoma precoce! Imaginem o que isto representava, numa época em que os instrumentos de avaliação ótica eram tão imprecisos, daí a raridade dos bons especialistas. Eu contava apenas vinte e três anos, fator que muito influiu num profundo desespero.³⁹

Observe-se que até aí ele descreve o fato, mas não deixa de inferir algum juízo de valor, quando se refere ao oftalmologista, aos instrumentos de avaliação ótica e, sobretudo, ao fato em si: “... Uma triste realidade”, “... um irremediável destino”.

Todas as tentativas clínicas e cirúrgicas que procuramos foram frustradas, ânimo familiar minado. Restava-me um moral destruído: fuga ou retraimento, meu e dos que me eram caros – parentes, ou amigos – tudo me condenava a um cruel isolamento, maior culpa minha, pois eu fugia de tudo e de todos. Porém o meu ânimo, em impetuosa juventude, não me permitiam mais. Sonhos jogados por terra. Real incapacidade para me locomover e algo produzir. Cercado de superproteção familiar, desconcertantes expressões de caridade a mim dirigidas, perguntas a meu respeito a outros indagadas. Noites insones e dias de dormideira. Enfim, uma impotência de vida que me aniquilava. E nem é bom dizer dos amores que se foram sorrateiramente, elas temerosas de um desditoso futuro. Conclua-se que o momento era propício ao aparecimento de enigmas que desafiavam a nossa decifradora inteligência: peso morto na família?... – Desaparecimento da capacidade de participação com os amigos?... – Perda da atração sensual?...⁴⁰

Note-se que na maior parte do tempo o professor Delduck discorre sobre as suas próprias reações diante do fato de ter ficado cego, em plena fase de buscas, questionamentos, seduções, enfim, na fase mesma de sua vivência mais intensa com as coisas e com as pessoas. Apresenta então suas dúvidas, seus medos, suas inquietações a cerca de tudo que lhe

³⁹ DELDCUCK NETO, João. Revista Brasileira para Cegos. Ano LV, nº. 420, Abril - Julho, 1996, pg. 19-24.

acontecera. Perdera desde a capacidade de ver as pessoas, até a possibilidade de contar com a maioria delas, inclusive aquelas que lhes eram parte mesma de seu dia a dia, como “os amores” que se afastaram daquele que agora lhes parecia um catre de ignomínia, que a elas poderia trazer embaraços e a elas forçaria responder perguntas para as quais não teriam respostas. O temor de um “desditoso futuro” se fazia acompanhar do vexame de ter que dizer para si mesmas que estava tendo um romance com alguém que não mais lhes podia ver. Tais constatações foram para o professor Delduck extremamente difíceis de ser compreendidas, uma vez que a despeito de se sentir em uma “impotência de vida”, sabia ser o mesmo jovem que antes; apenas não mais via como antes. Sabia ser o mesmo jovem que antes era capaz de amar, de conquistar; de trabalhar e de criar; só não mais poderia usar seus olhos como ferramenta de sedução e de trabalho.

No parágrafo seguinte, ele confirma aquilo que já foi dito acima, quando se fez referência ao fato de que as pessoas não tomam qualquer conhecimento da existência de meios e instrumentos capazes de fazer de uma pessoa cega, alguém capaz de retomar o curso de sua vida e se refazer como alguém alto para uma vida afetiva e produtiva normal, logicamente fundada em outras bases, que não mais aquelas que privilegiam a visão.

Quem perde a visão na idade em que perdi e no grau de cultura então alcançado, é certo que já ouviu falar em estabelecimentos para cegos, sem avaliar todavia, se educandário, se centro de reabilitação ou se simples refúgio. Pois, na verdade, jamais se interessou pelo assunto, uma vez que nada tinha a ver com o mesmo. Mas também é certo que na fase de isolamento, qualquer saída se presta para deixar o contigo ambiente familiar. Ainda que a família esteja saturada das impertinências de seu “enfermo”, hesita em consentir no seu

afastamento. Contudo, o que conta é a decisão do “enfermo”, quando este já a tem: justificando assim, a infelicidade dos seus familiares, quando a ignorância ou desconhecimento das coisas, condena-os de forma irremediável.⁴¹

Aqui ele procura mostrar o que pensava nos primeiros tempos de cegueira, quando tudo ainda era uma incógnita em sua vida, quando ainda não se podia imaginar cego, visto que estava preso ao seu passado de quem via.

⁴⁰ DELDCUCK NETO. Op. Cite.

⁴¹ DELDCUCK NETO. Op. Cite.

Mas uma mata rebeidia, reforçada por uma descrença e insegurança adquiridas na primeira fase da cegueira, fazia-me desconhecer toda a evidência do novo ambiente: o cego ler e escrever?... O cego ser instrumentista por música?... O cego ser doutor?... Pura balela!⁴²

Ou seja, percebe-se que a visão de que estava impregnado, que lhe moldara o período em que vier, vivenciando todo aquele caudal ideológico por ele incorporado em todos os anos que pôde desfrutar do sentido da visão, ultrapassando até mesmo as raias do preconceito inato nas pessoas que vêem, ele carrega nestas palavras, demonstrando toda a sua resistência à vida que passava a viver: *“Os primeiros tempos se arrastaram sombrios. Minha vacilante locomoção ocasionava-me acidentes. Meus colegas seguiam resolutos para as suas atividades, enquanto eu me arrastava teimoso, naquela “mentira de vida”⁴³.*

Enfim, a reação das pessoas à cegueira, precisa ser encarada de algum modo, pelo prisma da percepção que se tem do que é ser cego. Da maneira como as pessoas que vêem pensam ser o cego, elas reagem: para a grande maioria das pessoas, o cego é um ser morto, sem quaisquer perspectivas de futuro, cujo destino é mendigar a vida inteira, ser parasita, dependente em tudo e de todos, no sentido de ser alimentado, vestido, fazer suas necessidades mais iminentes e, até mesmo as mais íntimas, de modo que preferem morrer. Esta sentença de morte que as pessoas se pretendem dar, esta bem patente, no modo como se refere à cegueira. Quando elas fazem as comparações entre os diversos tipos de deficiências, dizem ser melhor ter esta ou aquela deficiência, apresentam como argumento o fato de que ser isso, é melhor do que ser aquilo. No caso de se fazer a comparação tendo a cegueira como parâmetro, por exemplo, dizem ser melhor não andar, porque ao menos enxergam; não ouvir e não falar, porque pelo menos enxerga...!

⁴² DELDCUCK NETO. Op. Cite.

⁴³ DELDCUCK NETO. Op. Cite.

PARTE 2. RUMOS E TRAJETÓRIAS

Se busará neste texto, historiar e discutir algumas trajetórias percorridas por algumas pessoas deficientes visuais que conseguiram ou que estão em vias de superar alguns dos muitos obstáculos que se lhes apresentam no transcurso de sua vida, possibilitando a oportunidade para que outros, de outras gerações, prossigam no desbravamento de uma ainda densa floresta de preconceitos, descrédito, discriminação e rejeição, ora explícita, ora implícita, ora velada, ora sem a menor preocupação de quem assim age, em esconder sua atitude devastadora de ânimos, para com aqueles homens e aquelas mulheres que duplamente se esgotam em esforços: para conseguir se superar a si mesmo; para que lhe sejam dadas as oportunidades de que precisa para desenvolver e transformar em realidade seu potencial.

Na sociedade humana, pessoas e/ou grupos sociais são trabalhados durante toda a sua existência, para exercer uma representação dada. Sobre eles são projetadas certas e deliberadamente distorcidas imagens, determinados papéis a serem socialmente representados, imprime-se estereótipos, estigmas, etc., aos quais a sociedade, como um todo, condiciona a indivíduos e/ou grupo de indivíduos, a se moverem e a se comportarem consoante parâmetros de há muito consolidados. Para que se chegue a este resultado de modo satisfatório e seguro, a sociedade humana recorre aos diversos instrumentos de que dispõe como: a coação político - militar (cujo órgão executor é o Estado, aquele existente nas sociedades de classes), a coerção, sobretudo aquela cujos instrumentos de sua consecução estão diluídos e ao mesmo tempo quase imperceptíveis no processo de elaboração e de execução da política econômica, na implementação do modelo de educação levado à efeito e na elaboração e reelaboração da cultura a ser apreendida e massificada pela e para a sociedade em questão.

Assim, para que um indivíduo e/ou grupo de indivíduos possa exercer uma representação dada, em uma sociedade igualmente dada, precisa preencher requisitos de ordem econômica, política, social, racial e, naturalmente, requisitos que tenham a ver com a capacidade ou a incapacidade físico-mental: capacidade visual, motora, cognitiva, auditiva, etc.

Aqueles que, por quaisquer razões, estiverem fora dos enquadramentos aceitos, difundidos, legitimados e, por vezes, reforçados pela sociedade, passam a ser considerados como

indivíduo ou grupo de indivíduos à margem, em relação aos demais indivíduos ou grupo de indivíduos, que compõem o todo social.

Este grupo de indivíduos posto à margem do curso normal da sociedade, representa quase que naturalmente, um papel social compulsoriamente marginal e secundário. A ele, muitas vezes, é atribuída uma inferioridade incompatível com o potencial que possui. Ademais, o condicionamento sócio cultural a que é submetido, dificulta, quando não impede, o pleno desenvolvimento e aprofundamento de potencialidades em proveito da sociedade como um todo.

Saliente-se que, ao indivíduo ou grupo de indivíduos marginalizados, o desenvolvimento e aprimoramento pleno de suas potencialidades possibilitaria atingir sua dignidade social e humana negada pela marginalização.

Esta forma de ver o deficiente, sobretudo o deficiente visual, transforma-o num ser quase inválido e o faz pensar diferente dos demais seres humanos, no sentido de achar que para ele, todas as coisas precisam ser facilitadas ao máximo. É preciso salientar que, como seria de se esperar, o próprio deficiente é diretamente influenciado por aquilo que dele é pensado, internalizando em suas atitudes e reivindicações estas estruturas de pensamento que o cercam cotidianamente, contra as quais ele mesmo se insurge, ao ponto de ser taxado de estúpido, por aqueles que agem conforme o modo de pensar da sociedade em que vivem. Não compreende um e outro, que se encontram ambos em situação de franco e surdo conflito.

De um lado, se apresenta um velho pensamento social sendo colocado em prática por aqueles que julgam o cego como sendo aquele ser estereotipado tal como lhe foi introjetado por anos e anos de percepção, leitura, filme, novelas, enfim, pelo dia a dia, reforçado por exemplos inúmeros propiciados por cegos de seu convívio, que incorporam aqueles estereótipos. De outro lado, se apresenta o novo pensar social incorporado por aqueles que se debatem veementemente contra estes estereótipos porque já estão bem além do perfil construído sobre aqueles velhíssimos alicerces.

O deficiente visual, agora renovado por uma idéia de si mesmo que o procura apresentar como alguém que, com oportunidade pode se superar e vencer os limites físicos e até mesmo sociais a ele impostos, natural ou ideologicamente, luta e, até mesmo, briga por construir não só um novo edifício, como também por reparar as falhas estruturais de anos, séculos e mesmo de milênios, sem o que sua nova construção estará em constante ameaça de desmoronamento. O choque do novo com o velho pensamento resulta neste constante desentendimento, nesta constante incompreensão mútua a que estão sujeitas as relações entre cegos e não cegos. Não se perca de vista, entretanto, que este conflito entre o velho e o novo existe entre os próprios cegos, e mesmo dentro do indivíduo cego consigo mesmo, motivando a diversidade de atitudes tomadas e assumidas por cada um deles, ou por cada grupo deles: acomodação, apatia, submissão, rebeldia, insubordinação, luta aguerrida e constante, etc.

As mudanças ocorridas, sobretudo no século XX, são percebidas pela observação de diversas trajetórias, quase sempre individuais, que indicam novos rumos para aquelas vidas, antes sabidamente inúteis e infrutuosas, visto que apenas vegetavam anos a fio, confinadas dentro de claustros materiais e espirituais. Apesar de muitas e naturais exceções, a vida de deficientes visuais, nada mais era, até bem pouco tempo, do que uma existência manifestamente inglória e desprovida de sentido, na acepção mais plena do termo.

Neste contexto, este capítulo apresenta algumas trajetórias que demonstram estas idas e vindas da vida de uma pessoa cega, indicando como se dá o movimento dialético, tomando como princípio a idéia de que eles estão em constante luta por modificar aquelas determinações que lhes são inculcadas e, por vezes inculcadas, com base no fato deles não possuírem ou perderem um dos seus sentidos. Naturalmente que os rumos e trajetórias aqui apresentadas, nem sempre serão vitoriosas, na medida em que alguns têm fracassado em suas tentativas de transformar a sociedade e suas atitudes preconcebidas

Muitas vezes, estes fracassos são resultantes de alguns deles possuírem uma índole pouco perseverante. Outros fracassam por razões inteiramente alheias à sua vontade. Mas fique claro que, a apresentação destas trajetórias, visa mostrar uma dinâmica construção, algumas vezes coletivas, outras vezes individuais, maioritariamente, saliente-se. Esta incessante busca por mudar a forma como a sociedade milenariamente está condicionada a ver o cego, muitas

vezes esbarra na falta de meios e de instrumentos para uma consecução uniforme. No entanto, mesmo em forma de mosaico, ela segue sendo feita e precisa seguir sendo feita, sob pena de se tornarem inúteis os esforços já envidados por gerações outras, que lutaram em condições econômicas, políticas, culturais, sociais e tecnológicas ainda mais adversas que as agora vigentes.

CAPÍTULO 3. HISTÓRIAS DE MULHER

AUDAI: Como conquistar seu reconhecimento profissional?

"... diga-se de passagem que, as oportunidades para os deficientes são mínimas..."

Audai Maria da Silva Silveira, 41 anos, casada, dois filhos, nível superior: Licenciada em letras pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) concluindo o curso pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) onde também se formou em Bacharé em Direito. Profissão em exercício: telefonista.

Ao começar sua conversa com o entrevistador, D. Audai fala de como foi iniciada a sua trajetória: "Estudei no Instituto de Cegos da Bahia. Fui para lá com onze anos mais ou menos e estudei lá até a sexta série". Salienta que a ida para escola comum, seria "justamente pra você se socializar com outras pessoas, pessoas videntes".

Esta filosofia era uma coisa nova naquele momento, uma vez que o referido educandário de cegos iniciava uma reestruturação filosófico-educacional, segundo a qual fazia-se necessário estabelecer um contato com outras crianças, no sentido de permitir uma maior integração da pessoa cega com a sociedade. Esta filosofia funciona apenas no que tange à aclimatação das crianças videntes com as crianças cegas, o que não é coisa muito difícil, uma vez que entre elas a atitude de solidariedade e de integração social é muito mais ampla e espontânea, do que entre os adultos. No entanto, quando se trata de imiscuir o cego na faina diária da sociedade, onde se estabelece uma relação de competição e de luta pela sobrevivência, isto muda completamente e esta integração precisa ser feita de uma outra forma.

E prossegue Audai: "Então, eu concluí a sexta série fui-me embora para Feira de Santana porque minha família morava lá, aí fiz a sétima e oitava séries, lá".

O primeiro choque, ocorre quando se tem que sair de Salvador para retornar à sua cidade de origem e, reiniciar sua vida, tanto profissional, quanto estudantil. Todo o processo de integração acontecido em relação à escola regular fica interrompido, uma vez que a pessoa

teve que ir para um outro lugar, que não aquele ao qual ela estava integrada. Logo, tem que começar todo o processo. Desta vez, isto se torna ainda mais difícil, visto que está sozinha, sem quaisquer assistência especializada, precisando virar-se e andar com suas próprias pernas, lutar com suas próprias forças, utilizar-se de seus próprios recursos e, sobretudo, ser muito criativo e perspicaz. Enfim, toda a pretendida integração que enquanto criança e adolescente se fez benéfica, quando adulto, no dia a dia do trabalho, dos estudos, etc., torna-se inócua.

Observe-se o que diz Audai, quando se refere a apoio especializado:

"Em Feira, eu fiquei completamente só. Não tive apoio de ninguém; estudava; fazia minhas provas dactilografadas ou oral, muitas vezes era oral; e, terminei o curso, fui pra Faculdade, continuei assim, até voltar para aqui: aqui também foi do mesmo jeito."

Verifica-se então que para que a professora Audai pudesse prosseguir e concluir seus estudos, tanto em Feira de Santana, quanto em Salvador, foi preciso esforçar-se muito, já que seu era o interesse e sua era a necessidade. Ela é quem tivera que buscar os meios de superar a falta de material, a falta de produção bibliográfica em braille, quer na sua área específica de estudos, quer em áreas de entretenimento.

Superar estas dificuldades, acaba sendo para muitos, o critério mais rigoroso utilizado para um avanço ou para um recuo em sua caminhada. Travar uma luta contra estes fatores materiais fundamentais para uma formação escolar, profissional ou mesmo acadêmica, acaba sendo um longo e sufocante processo seletivo, já que nem todos ou muito poucos, conseguem vencer esta etapa, que, muitas vezes é a primeira das etapas do desenvolvimento da vida social do deficiente visual.

Superada e vencida esta fase, o caminhar do deficiente visual rumo a uma vida de independência e de ações produtivas para a sociedade em que vive, torna-se mais fluente, embora não menos difícil, já que se terá que conviver com aquelas necessidades, quanto mais se avançar no campo da leitura, da elaboração, reelaboração e até da absorção da cultura, na qual o deficiente está inserido e, com a qual precisa interagir ativa, constante e eficazmente.

Segue Audai na reconstituição de sua trajetória:

Depois eu fui, fiz segundo grau e fiz vestibular pra Letras; passei e fui para a UEFS estudei lá, até terminar a licenciatura curta; pedi uma transferência porque nesta época, em 1982, (...) houve [um] programa que trabalhava esse lado de dar oportunidade às pessoas deficientes, ajuda... e, principalmente ajuda em termos de profissionalização. Então a TELEBAHIA colocou duas vagas à disposição e uma delas foi ocupada por mim. E fui (...); continuei na Universidade Católica e, trabalhando lá na TELEBAHIA como telefonista. Nisso eu terminei o curso de Letras; nesse meio tempo eu me casei com uma pessoa deficiente também, Cândido e continuei na TELEBAHIA e depois fui fazer... pedi matrícula especial pra fazer direito. ... E fiz direito.

Note-se aqui a observação bastante pertinente e, sobretudo muito consciente que Audai faz, a cerca de seu caso, que não é só seu e é exatamente por isto que se faz pertinente. Exatamente por isto que se faz pertinente. Em geral acontece o seguinte: ao se dar com o cego, um fato que envolva alguma atitude que possa ser entendido como discriminação, ou resistência em se lhe dar a oportunidade de fazer-se reconhecer profissionalmente, não é apenas com ele que se dá, sob o ponto de vista pessoal. Isto se faz sentir coletivamente. Daí porque se dever atentar bem para o que diz ela.

O fato é que eu já concluí o curso de direito e continuo na TELEBAHIA, como telefonista..., diga-se de passagem que as oportunidades pra os deficientes são mínimas; a TELEBAHIA não permite nem que eu concorra a nenhum concurso interno; ela diz que eu não tenho chance, que não tem como me colocar (no novo cargo [grifo]) e me bloqueiam todos os caminhos. E, continuo lá como telefonista (a despeito dos avanços intelectuais, [grifo]) e, batalhando cá fora pra fazer concurso, tudo. Mas acontece que, para a gente passar num concurso [público], precisa estudar muito; e precisa ter tempo; precisa ter alguém que leia para a gente; precisa ter outros mecanismos que eu não tenho no momento, ainda e (cuja falta [grifo]) dificulta muito, muito a vida do deficiente, principalmente a minha.

Como se pôde perceber, nem precisa ser dito que, para o deficiente visual não basta ser graduado em uma dada área do saber; não basta possuir um curso técnico- profissionalizante. As portas a ele se fecham pura e tão somente pelo fato dele ser portador de uma deficiência física que se faz acompanhar de um descrédito ímpar. Ele além de apresentar as provas documentais e testemunhais de que é possuidor da formação profissional ou acadêmica que

diz ter, precisa provar sua aptidão, mesmo que não tenha as necessárias oportunidades para tal. Isto é, ele precisa se virar de alguma forma para se fazer acreditar pela mesma sociedade que lhe vira e muitas vezes custeara a formação, uma vez que a grande maioria obtém sua formação em estabelecimentos públicos de ensino e formação, embora alguns consigam fazê-lo em instituições privadas. Mas tem que provar. É como se um eletricitista pudesse mostrar-se competente, sem nunca ter puxado um único fio, sem nunca ter alimentado uma única fase, sem nunca ter operacionalizado um transformador de força. É como se pretendesse que um engenheiro demonstrasse sua competência, sem que ele nunca tenha edificado um prédio.

Retome-se a trajetória de Audai:

Tenho dois filhos, Cândido e Lorena (...); eu não tenho nenhuma dificuldade na minha vida familiar, na minha casa, faço tudo; não tem nada que me embarace. Os meus embarços, os meus percalços são lá fora; aqui eu não tenho problema nenhum.

Voltando aos fatos relacionados com a busca de melhores oportunidades, como a relação entre o estudante e candidato cego e os desafios que precisa enfrentar em sua trajetória, Audai afirma que:

Em Feira eu estudei, eu era bem aceita nos colégios, fui para faculdade, no primeiro vestibular eu passei, não encontrei nenhuma dificuldade; e fiz concurso, fiz concurso público pra professora, passei também, o primeiro concurso. E, as dificuldades eu vim encontrar aqui em Salvador; em Feira não encontrei dificuldade não. Não trabalhei; não cheguei a trabalhar; mas, em termos de escola, etc., não tive problema nenhum de ser aceita. Nesse aspecto, não. Agora, aqui em Salvador, os concursos... a maioria dos concursos barram, se tem que impetrar mandato de segurança pra poder fazer, pra poder ter a chance de concorrer, de fazer uma prova; e emprego, já se sabe como é.

Continua ela:

Eu passava noites e mais noites estudando... e às vezes eu ficava em casa de colegas, dormia lá, ficava... aproveitava os momentos em que elas iam estudar, estudavam comigo também; iam pra

elas e pra mim. (...). Então foi dessa forma que eu consegui... [gravei] muitas fitas, muitas fitas mesmo.

E explica a razão de tanto desconforto:

...o curso de direito, é um curso que requer muito estudo... são livros e mais livros, códigos e mais códigos... Até pra você fazer uma prova, é muito difícil pra um deficiente visual fazer uma prova porque você tem que consultar os artigos, cada artigo vem num livro em braille - porque se sabe que é imenso, né? São cinquenta volumes. Como é que você podia levar cinquenta volumes de um código pra uma sala de aula? Até pra você fazer um concurso é muito difícil...

Indagada sobre os resultados alcançados ao concluir um curso de graduação, responde um tanto quanto cética:

Eu acho que os resultados são meramente a satisfação pessoal. Alguém ter concluído um curso, um curso que se queria! Fazer aquilo que sempre se almejou. Mas, em termos profissionais eu pelo menos não... eu ainda estou muito decepcionada. Porque ainda não... Lá na TELEBAHIA, como eu já disse, não dão oportunidade. Surgem as oportunidades e eles dizem: "oh, você nem se inscreva... Porque não tem condição de você trabalhar em tal lugar... essa função você não vai conseguir desempenhar. É, se dê por satisfeita... trabalhando ganhando... exercendo uma função que um [indivíduo] de nível primário consegue exercer". Eu não considero nem de nível médio... nem nível médio porque uma pessoa com o primeiro grau consegue ser um bom telefonista ou uma boa telefonista...

Indagada se a posse de um diploma de nível superior não implicaria em uma melhoria salarial, responde:

Não. Você não ganha pelo nível que você tem não. Ganha pela função que você exerce. Agora veja bem: a TELEBAHIA hoje, pra telefonista, eles só admitem telefonista com nível superior. Agora, vê se eles pagam condizente com o nível [exigido]? Não pagam. Só exigem. Até essas empresas que estão entrando agora - como se sabe 102 foi terceirizado e aí, já tem duas empresas aí atuando: ficou uma parcela de 102 com uma empresa e outra parcela com outra e uma pequena parte ficou para a TELEBAHIA. Então, até essas empresas, todas as pessoas que eles estão admitindo têm que ter nível superior ou pelo menos estar cursando.

Saliente-se que - aí volta-se à questão do deficiente visual - isso já coloca noventa por cento dos deficientes visuais fora da possibilidade de encontrar neste tipo de atividade, uma chance de emprego, o que lhes reduz ainda mais os espaços onde buscar exercer uma função que lhe permita uma sobrevivência digna de seres humanos. Audai concorda e desabafa:

Eu nos meus momentos de depressão, eu me questiono: valeu a pena? Valeu a pena? O que valeu estudar... Hoje mesmo um colega falou: "Audai, você uma menina tão capaz, tão capaz, você está aqui como telefonista... advogada está aqui como telefonista!"... Eu disse: "sabe porque que eu estou aqui, Zenildo? Porquê eu não enxergo. Porquê se eu enxergasse eu não estaria aqui não. E é.. e é, porque eu não enxergo... né? Então é isso.. O que provoca o acomô.. a acomodação é... é.. são justamente essas dificuldades que você encontra na sua vida.

E conclui, salientando que um dos grandes problemas que mais a aflige, no tocante às pessoas portadoras de deficiência visual seria a falta de esclarecimento a cerca delas e de coesão entre elas. Isto, em sua opinião, facilita a prevalência da discriminação e da imposição da vontade social sobre elas. Diz Audai:

O que a gente deve... o que se deve batalhar, lutar, é por um esclarecimento maior; se chegar a comover as autoridades, pra que elas... porquê até existem leis aí, que dizem que beneficiam a deficientes... só que essas leis, elas são letra morta. Elas não chegam a ser uma prática. e, se o deficiente não... não se unir e não buscar, não exigir que essas leis sejam cumpridas, ele nunca vai ter acesso a nada. Principalmente nós no Brasil, né? Então, o que está faltando é isso. Esclarecimento.. união, sobretudo união.

A união faz a força. Se alguém entrar na justiça, mover uma ação contra uma determinada empresa, um determinado[órgão], uma determinada pessoa... se for uma ação coletiva, se tem muito mais chance de conseguir. E se for uma ação individual, se pode conseguir também, mas, quando a ação é coletiva, tem-se muito mais chance: as chances são maiores. Então, tudo é assim. A vida é assim mesmo.

ESTER: "(...) e, depois que fiz pedagogia, continuei ainda a trabalhar como professora primária, pois não me davam oportunidade"

Ester Brás de Oliveira, 1936, pedagoga especializada em Orientação Educacional, professora aposentada, que começa assim a maratona de sua trajetória:

Meu nome é Ester Brás de Oliveira, nasci no interior, menina ainda com oito anos vim para o Instituto de cegos. Eu nasci no interior (...) nas adjacências de Mundo Novo e, ainda menina, com meus oito anos, eu vim para o Instituto de cegos; e aí fiquei interna; quando eu cheguei, estava prestes a concluir o curso primário. Então eu desejei fazer o ginásio; manifestei muita vontade de fazer o ginásio.

A professora iniciou sua vida estudantil, numa época em que a mulher e, sobretudo a mulher cega, enfrentava ainda um conjunto de situações, que as colocava em uma posição de subserviência ou ainda, vivenciava um estágio da sociedade no qual ainda se dava determinadas atividades como talhadas para mulher. Dentre estas atividades, professora. Ter na família uma filha professora era o sonho acalentado pela maioria das mães e o grande consolo da quase totalidade dos pais. Para a mãe de uma menina cega, não deixava de ser frustrante o fato de não poder acalentar também para esta filha o mesmo sonho que acalentaria para as outras. No caso de uma menina cega nascida no interior, onde a informação sobre a existência de alguma possibilidade de instrução para alguém como ela, se faz muito raro, era ainda mais difícil se imaginar que aquela menina, nascida nos arrabaldes de Mundo Novo, pudesse ter alguma perspectiva em sua vida, que não fosse a de ser uma ceguinha, que quando muito, teria uma vidinha muito tranquila e apática, vivendo de alguma subvenção de alguma instituição ou mesmo da própria família, caso tivesse ela algum recurso.

No entanto, chega Ester ao Instituto de Cegos da Bahia, desejando fazer o Ginásio. Este era um feito para poucas moças daquela época, que quando muito atingiam a formação primária, o que já era considerado suficiente para quem tinha uma perspectiva muito restrita na vida: casar. Ester se apresenta como quem quer alguma coisa mais além. Quer ter o ginásio. Era a década de quarenta.

Continua Ester:

Era diretora nesta época do Instituto de Cegos da Bahia, a professora Bernardete Pires de Almeida. Então ela vendo a minha vontade de continuar os meus estudos, me mandou pra São Paulo, pra o Instituto Padre Chico; e aí, cheguei lá e (...) continuei meus estudos, fiz admissão - naquela época existia curso de admissão ao ginásio - e fiz o curso de ginásio completo em São Paulo.

Outra vez Ester apresenta-se para vivenciar uma experiência diferente. No Instituto, só existia a possibilidade de formação primária. Não havia uma preocupação em fazer com que o cego pudesse atingir outros patamares na vida escolar. Para que se pudesse passar dos limites da formação básica, fazia-se necessário o deslocamento para o estado de São Paulo, mostrando a visão que a sociedade possuía dos deficientes visuais e, deixando igualmente à mostra a visão daqueles que cuidavam dos cegos e de sua formação física e intelectual. As pessoas não acreditavam, (como ainda não acreditam), que os cegos pudessem atingir determinadas escalas na hierarquia da formação humana, o que redundava numa visão de planejamento ainda fundamentada nas suas possibilidades manuais, musicais, cênicas ou tudo aquilo que não lhe exigisse um maior esforço da construção de pensamento lógico. Daí a surpresa que tiveram com Ester e outras poucas, que precisaram ser remetidas para São Paulo para não terem frustradas suas perspectivas e expectativas.

Concluí o curso de ginásio e vim me embora para Salvador, para o Instituto dos cegos e aí permaneci. Entrei na Escola Normal pra fazer o curso normal; era a antiga... o antigo Instituto Normal da Bahia; entrei ali e fiz o curso normal. Após ter feito o curso normal eu... antes de terminar o curso normal, eu já estava trabalhando pela prefeitura. Após ter concluído o curso normal, eu fui nomeada também pelo Estado. E aí continuei trabalhando com os dois empregos: pelo Estado e pela Prefeitura. Tinha muita vontade de continuar ... de fazer uma Faculdade. Mas eu me recusava a voltar a organizar esse plano porque eu tinha o problema de não andar só. Então eu me absteve de fazer a faculdade e continuei trabalhando.

Ester uma vez mais tem que enfrentar as rudezas de uma pretensão que esbarra na falta de planejamento e de visão a longo prazo. Quando em outras áreas metropolitanas já se dava meios para que o cego se pudesse movimentar sozinho, no final da década de cinquenta, a professora Ester ainda não tinha esta facilidade em sua vida, apesar de estar vindo de um curso em São Paulo e de fazer o curso normal, que a dava por apta para ensinar. Perceba-se que ela já o fazia. Mas, estava impedida de empreender mais um investimento na sua vida: ingressar em um curso superior. Ela estava pronta para o desafio. Estava pronta para encarar todas as dificuldades inerentes a um processo de estudos que demandaria tempo, dispêndio de energias, de recursos materiais, etc.; mas não estava efetivamente pronta para a plena e livre incursão naquela nova seara de sua vida: porque não tinha meios de movimentar-se sozinha.

Em 1965, eu fui fazer a reabilitação (...), também em São Paulo, no Instituto de Reabilitação. Chegando então da reabilitação, estava muito animada; (...) estava independente; andava sozinha; sabia ir assim em qualquer lugar; e aí (...) eu me encorajei e enfrentei um vestibular pra Faculdade e passei em primeiro lugar. Fiz então a faculdade de pedagogia, que tinha muita vontade. Sempre tive muita tendência a trabalhar na educação. Como eu já era professora primária, então quis continuar a minha carreira educacional. Fiz pedagogia e, depois que fiz pedagogia, continuei ainda a trabalhar como professora primária, pois não me davam oportunidade.

Aqui fica patente que, o grande inimigo do deficiente visual em sua trajetória e nos rumos que queira e/ou precise dar a sua vida, não é senão o descrédito, a falta de oportunidades que campeia. A relação de luta aguerrida que ele tem que estabelecer para se fazer acreditar profissionalmente é alguma coisa inimaginável. Não basta enfrentar todas as asperezas de um curso superior, de uma formação técnico-profissional, tem-se que enfrentar a má vontade de diretores, chefes e pessoas responsáveis pelos setores em que atuem, no sentido de lhe reconhecer a capacidade de atuar na área para a qual se habilitou. Isto fica mais claro no decurso deste trecho da fala de Ester: "Fiz concurso de psicologia educacional; me reprovaram, alegando-me que eu não tinha condição de ensinar, como que [se] eles soubessem alguma coisa, entendessem alguma coisa de deficiente visual" , afirma ela com uma irritação indisfarçável.

É sabido que, ao se concluir um curso universitário, geralmente enfrenta-se alguma dificuldade no momento de se colocar, quer dizer: de buscar uma promoção, uma mudança de posição profissional, de nível salarial, etc. Isto é assim hoje, e muito mais era ontem. Indagada como enfrentara esta situação em seu momento de afirmação profissional, Ester responde, dando indicações que não se tratava apenas de questões técnico-burocráticas. Era ainda uma vez mais, o véu do descrédito no trabalho desempenhado pelo profissional cego, que reforçava a má vontade daqueles que respondiam por este setor junto ao Estado, embora isto não tenha se dado apenas com ela, visto que outras colegas foram violadas em seus direitos.

Eu me formei em 69, então lutei com isso nos anos setenta. (...), a dificuldade era.. eu querer.. Disseram aí que tinha uma... um processo de que a pessoa... quando tinha universidade passava automaticamente, depois não me passaram: não me passaram e eu consegui; teve também de tirar o nosso processo... não só eu como todas as minhas colegas formadas a gente... minhas colegas videntes nós lutamos pra isto. Aí precisou se fazer especialização, para se conseguir um lugar. Eu

mesma me aborreci muito, chorei muito... lutei mas, finalmente, consegui. Aí eu voltei à Universidade; voltei à Faculdade e fiz a especialização.

E continua ela, na busca de um crescimento quase que incessante, no que respeita ao seu campo de atuação profissional.

Eu então fiz Orientação Educacional; que sempre tive vontade de trabalhar neste campo. Quando fiz Orientação Educacional, lutei novamente; entrei em luta e consegui então passar para o nível universitário. Aí continuei trabalhando, trabalhei em escola comum. Meu primeiro ano de trabalho como orientadora educacional foi na Escola D. Arlete Magalhães em Castelo Branco. Depois, também cheguei a trabalhar no Carneiro Ribeiro; na Escola Carneiro Ribeiro, aqui em Salvador; e voltei para o Instituto de Cegos; voltei para o meu ninho antigo. Aí eu inaugurei o S.O.E. Inaugurei o S.O.E e aí trabalhei na orientação educacional; eu trabalhei 16 anos, como orientadora

E conclui:

E, chegou o tempo de me aposentar, passei do tempo, pois (...) ninguém queria; eu tinha vontade de deixar que alguém continuasse o meu trabalho de orientadora educacional. Pois eu (...) pensando no bem-estar dos alunos, na situação dos alunos, queria deixar que uma colega continuasse. Mas acontece que não apareceu nenhuma pretendente pra trabalhar no S.O.E. Ninguém quis... uma se recusou pra me... preferiram se...entrar... entrou uma que já era...também era orientadora; mas ela preferiu ir trabalhar como professora primária do que trabalhar no S.O.E. e aí, quando chegou eu passei do tempo de aposentar; trabalhei trinta anos; e quando pedi minha aposentadoria, já tinha trinta anos de trabalho. Pois eu deixei minha... primeiro me aposentei da prefeitura; na prefeitura tinha mais tempo eu e tinha muita vontade de me aposentar; e depois me aposentei pelo Estado.

Após a minha aposentadoria, eu vim com um problema muito sério; problema de... nas mãos, devido o trabalho que eu tive. não é?... só escrevendo, escrevendo, pois não dispunha de livros; a maioria da... tudo que eu queria, tinha que ser escrito pelas minhas mãos. E aí eu fiquei com problema manual. foi preciso eu me submeter a cirurgia; fiz vários tratamentos e me submeti a uma cirurgia e, por sinal, Deus me ajudou que agora eu estou bem melhor. Já estou escrevendo, bem, graças a Deus que, que eu não conseguia escrever nem duas frases; às vezes, nem uma frase completa, não conseguia escrever. Agora graças a Deus eu já estou escrevendo direitinho.

E aí, depois que eu melhorei da minha mão, eu passei, fui fazer um curso de francês, fui fazer curso de francês pelos estudos canadenses; e hoje estou fazendo curso de francês, curso de inglês; tenho minhas atividades na igreja, de um modo que meu tempo não dá.

Agora realizada e já aposentada, a professora reflete sobre as lutas que tivera que enfrentar, apresentando as diversas etapas de seus embates com alguma riqueza de detalhe, imprimindo uma ênfase quase de adolescente que folga com seus feitos, suas travessuras e traquinagens, apontando no entanto para as idas e vindas que vivenciou, sem perder de vista, os resultados por ela alcançados e que entende sejam plenamente possíveis de serem alcançados por outras gerações. As dificuldades a serem enfrentadas por elas são as mesmas, embora um pouco amenizadas pelo tênue mas rápido avanço tecnológico em curso nos últimos decênios do presente século. Mas a mentalidade coletiva não foi nem um pouco atenuada em suas idéias, ações, políticas e percepções, ao processo de mudanças tecnológicas até então desencadeadas. Tais construções mentais não tem sido minimizadas em seus efeitos nefastos, pelos avanços tecnológicos, tiflológicos, nem mesmo pelas conquistas individuais e coletivas levadas a efeito pelos deficientes visuais.

Comentando a respeito da forma como os deficientes são vistos por eles mesmos, afirma a professora Ester, numa expressão de arroubo juvenil, quase jactancioso:

Tem gente que tem a mania de , quando se refere a deficiente visual, se refere a deficiente visual do Rio, deficiente visual de São Paulo... e que eu não vejo ninguém do Rio nem de São Paulo, melhor do que nós aqui. Não vejo mesmo. Eu não... vou lhe dizer uma coisa: se, se fizer um balanço, nós, aqui... deficientes visuais aqui da Bahia, estamos além do povo do Rio e de São Paulo. Olhe, eu me formei em professora. Fui a primeira professora deficiente visual aqui na Bahia. Eu fui nomeada, como minhas colegas, como minhas colegas foram. Nós nos encontrávamos na Secretaria de educação. Apenas elas enxergavam e eu não. E, quando eu fui fazer reabilitação em 65, eu cheguei lá em São Paulo, tinha duas colegas ensinando, mas tudo com o cadastro das videntes. Quer dizer: não tinha uma nomeada pelo... nomeada, assim,... nenhuma.. não tinha uma funcionária pública nomeada... funcionária pública como eu e outras. Como por exemplo: eu, Rosa, Elma, João, e outros, e outros e outros.

E arremata triunfante: "Eu não troco o nosso desenvolvimento social, intelectual, educacional (...) do operário ao intelectual, eu não troco por nenhum de outro lugar".

Ao concluir sua entrevista, pediu-se-lhe que desse uma palavra final, que fizesse uma colocação no sentido de fazer da sua experiência uma espécie de alento e ao mesmo tempo alerta para os que depois dela viessem a trilhar pelos caminhos que ela trilhara. E ela diz:

A palavra final que eu queria dizer é a seguinte: é que... muitas pessoas ainda, elas acham que o deficiente visual deve ser diferente, ou deve ser aquele puritano, ou deve ser aquele assim que... Mas, eu encaro o deficiente visual, como uma outra pessoa qualquer. Eu sou uma pessoa, como outra qualquer. Tenho minha vida independente; (...[não respondo a família]); tenho minha vida independente faço dela o que eu quero e o que eu devo fazer. Como eu devo fazer. Então, eu acho que o deficiente visual também, deve procurar sua independência. E, não viver assim só agarrado ou... ou comandado por família. Não. Nós, igual aos outros, temos os nossos direitos, com tanto que estejam dentro das nossas limitações, das nossas condições e das nossas capacidades.

MARILZA: "Nós cegos e você, estado geral e igual"

Comemos, dormimos, trabalhamos, andamos, enxergamos, você não sabia? Nós também enxergamos. Para você que utiliza o sentido da visão é difícil acreditar que se possa enxergar também com o tato, com o olfato, com a audição e até mesmo com o corpo inteiro. Imagens não fotografamos com a retina mas, nós formamos com cérebro. Então, qual a diferença?

Você usa um sentido para enxergar, nós, os demais para ver. No mais, saúde, amor e vida verdadeira iguais a você.

Meu nome é Marilza Vieira de Matos, tenho 52 anos de idade, nasci com Glaucoma congênita e enxerguei até os 28 anos de idade. Com 28 anos de idade, eu tive um deslocamento de retina que me levou à cegueira. Apesar de ter feito três cirurgias, mas foi irreversível e eu fiquei sem enxergar a partir dessa idade.

Assim começa a trajetória de cegueira da Marilza, mulher impetuosa e de temperamento forte, que em uma idade bastante importante de sua vida pessoal e profissional, precisa encarar com a maestria indispensável de mulher independente e dona de seu nariz, uma cegueira que lhe muda radical e extraordinariamente os rumos de sua vida. Não obstante ser um fato anunciado, visto ser ela portadora de glaucoma, não menos surpreendente e chocante, uma vez que tudo se muda em torno; todas as perspectivas precisam ser revistas, todos os planos precisam ser refeitos; todas as estratégias de vida precisam ser repensadas e reelaboradas. A cegueira adulta trás consigo um quê de desalento e uma sombra de impedimento. No entanto,

Maroca, como lhe chamam seus colegas, consegue sacudir para trás de si uma gama de lembranças de quando eu via e passa a viver a realidade que se lhe acerca e prenuncia de muitos labores recheados de cansaço, mas de grande valia para si e para os que privam de sua leal amizade e de seus préstimos.

Observe-se como ela desliza pela questão de ter perdido a visão num momento tão crucial de sua vida:

No início foi muito difícil, que mesmo sabendo que um dia eu ia ficar sem enxergar, quando chega, a ocasião, que a gente é adulto. realmente fica um negócio que você... uma coisa nova, uma coisa inicialmente apavorante. Então, eu fiquei no início meio desnorteada. Mas teve uma coisa fundamental nessa história, que me segurou, que foi a minha família. A minha [família] foi peça fundamental nessa história. Primeiro porquê nós morávamos numa casa, e os meus irmãos me incentivavam. Eu tenho uma irmã e mais dois irmãos. Minha mãe era um pouco mais frágil em relação a isso: ela fugia (...), ela não sabia lidar. Eu não estava sabendo, imagine ela. Mas, meus irmãos foram muito meus cúmplices no início. Então, foi assim... o norteio. A partir daí... eu fiquei cega em 1974, em agosto de 74, quando foi em março de 75 eu já estava fazendo reabilitação. Eu já fui para a Secretaria... na época tinha aqui em Salvador um serviço, na Secretaria de Educação, eu fui lá nesse serviço e... por lá eu fiz locomoção, aprendi braille, fui para o Instituto de Cegos e fiz todas as atividades, (...) e nesse mesmo ano surgiu aqui... no final de 75, já ... uma possibilidade de fazer um curso de processamento de dados.

É certo que o fato de já dispor de informações que lhe davam conta da possibilidade de perder a visão a qualquer momento, indica uma certa maturidade de espírito, no instante em que isto efetivamente se dá. Entretanto, faz-se necessário um tempo e um trabalho de reabilitação, no sentido de recompor material, intelectual e até mesmo fisicamente a pessoa atingida por um tão grave evento emocional. Sim, é precisamente no campo das emoções onde se estabelece o maior grau de incertezas e é dela onde mais se precisa encontrar reforço no sentido de recompor a vontade de seguir vivendo; a sensação de se ter uma necessidade de firmar-se a despeito da importância de um sentido que perde suas funções e que provoca a mais premente mudança. A partir de então, precisa-se conviver com limitações as mais diversas, sobretudo aquela que lhe obriga a mudar de área de atuação profissional. Este é o ponto mais obscuro para quem vive a circunstância da perda visual quando adultos, visto que sabe que precisa reestruturar sua vida e, que não tem a menor noção desta possibilidade, habituados que já

estão ao uso quase que exclusivo do sentido perdido. Isto fica muito claro nas palavras encontradas nos versos acima descritos. Trata-se de algo apavorante para alguém que dispunha antes de um quase inacabável volume de oportunidades de trabalho, de mobilidade social e física à sua frente, vê-se então privado de todo ele. Mas logo Marilza se refaz e, aos poucos retoma sua vida ativa e produtiva, principalmente.

E segue ela:

Eu estava empregada quando fiquei cega e, eu estava no INPS estava de licença ainda e o INPS queria dar um rumo a isso aí, me aposentar ou me... Inicialmente ele queria que eu retornasse ao serviço, só que eu não tinha condições porquê eu trabalhava com contabilidade, minha formação inicial é de contabilidade. Trabalhei muitos anos da minha vida em contabilidade, então eu não tinha condição, não tinha como voltar a trabalhar com contabilidade. Aí eu pedi ao INPS, que me mandasse para o Centro de Reabilitação do INPS para que nós juntos acharmos uma coisa lá. Foi quando surgiu através do SENAI, através de Manoel Santa Rosa, a oportunidade de se fazer um treinamento em São Paulo, um treinamento de processamento de dados, tomar um curso... era um curso de formação de programadores cegos. Então eu (...), consegui que o centro de reabilitação do INPS, me mandasse para São Paulo. Passei um ano em São Paulo, aliás, foi em 75, essa história anterior, foi em 73, 74. Então em 75 eu passei o ano inteiro morando em São Paulo. Fiz o curso lá de Processamento de dados e... consegui fazer o curso legal e lá no encerramento do curso eu era a única mulher. Éramos 11, 10 homens e eu no meio, lá, aquela maravilha, lá. E aí, no encerramento do curso estava presente, na época um monte de diretores do SERPRO. Que esse curso era encerrado com solenidade, e ele me perguntou na época sobre... viu as minhas notas do curso. Ele me perguntou se eu já estava empregada. eu disse a ele que não. Ele perguntou se eu queria ficar em São Paulo, eu não quis, queria voltar para a Bahia, e daí ele me encaminhou para o SERPRO da Bahia. Eu fiz uma entrevista com ele (...) para fazer um estágio aqui. Então é um programa bom esse aí. Isso em 1976, no dia seis de janeiro de 76 eu cheguei aqui no SERPRO e, que estágio foi esse que até hoje eu estou aqui .

Fica patente que a programadora Marilza não se deixara abater pela perda sensorial que tivera. Se erguera e iniciara uma caminhada pioneira tanto pelo fato de ser ela mulher, quanto pelo fato de ser ela mulher e cega. Não havia na época qualquer meio de interação direta entre a pessoa cega e o computador. Sua coragem em enfrentar um desafio tão grande lhe valeu todo o respeito que goza diante das pessoas que são suas colegas de trabalho, bem como daquelas outras que são suas colegas de deficiência. Sendo já funcionária pública e tendo perdido a

visão no exercício efetivo da função, poderia muito bem ter-se acomodado e abatido ao ponto de preferir aposentar-se e remoer uma vida sem sentido e sem gosto até que o seu corpo desfalecesse para ser levado à sepultura. Entretanto, decidiu enfrentar o desafio de recomeçar, de reencontrar-se com o trabalho, com a produtividade e com a finalidade última da pessoa humana: ser útil s si mesmo e aos outros. Conquanto soubesse das inúmeras dificuldades que encontraria pelos novos caminhos que iria trilhar, não recuara nem se recusara a segui-lo com firmeza e competência de quem imaginava ter toda uma vida pela frente, que não poderia ser minimizada por algumas migalhas de aposentadoria por invalidez, incapacidade para o trabalho ou quaisquer outros cognômios que possam ser encontrados no vão dicionário da vida medíocre e insólita do que se entrega à própria desgraça, tornando-se e fazendo desgraçado aos que lhe possam rodear, por qualquer circunstância ou em qualquer época.

Ela reafirma que tivera dificuldades; reafirma também que as encarara:

Nesse tempo todo, tive as dificuldades naturais de... imagine você chegar na empresa para fazer processamento de dados, isso a 22 anos atrás, para trabalhar numa coisa que era nova para a maioria, imagine para uma pessoa cega. Então era uma coisa muito legal porque com o SERPRO a gente trabalhava muito em equipe. o pessoal aqui é muito legal sempre está trabalhando junto desde o início, é uma... não é só comigo, é com todos, todos trabalham em equipe, sempre estão trabalhando juntos.

E assevera que

Isso ajudou muito, facilitou muito, mesmo porque não tinha naquela época ferramentas adequadas... Hoje a gente já tem algumas coisas que fala mas, naquela época não tinha. Já cheguei a ser supervisora da área de desenvolvimento, na época de 91 à 95, mas, depois surgiu a oportunidade de ir para o interior. eu preferi, que não deu certo depois. E estou aqui, eu sou a coordenadora e trabalho até hoje aqui.

Atualmente estou estudando filosofia. Resolvi fazer vestibular e estou estudando filosofia. Não tinha formação universitária, essa é a primeira. Eu tinha... eu sou técnica de contabilidade, então apesar de ter trabalhado muito com contabilidade, eu não tinha formação universitária, agora que eu resolvi fazer filosofia como opção que é uma coisa que eu quis fazer toda vida e agora eu estou fazendo para realizar o meu sonho.

Até os 28 anos, mesmo tendo consciência de que mais cedo ou mais tarde não mais veria, ela afirma não ter tido muitos contatos anteriores com cegos, sobretudo, no sentido de preparar-se para seu momento, conhecer o mundo que poderia passar a vivenciar, para melhor interagir com ele. Ao ser confrontada com o tema, responde com franqueza:

Eu lembro que só conhecia duas pessoas cegas, uma era Nadir que morava perto do lugar onde eu trabalhava e eu ajudei Nadir a atravessar a rua duas vezes, como os meus colegas também e conhecia de vista, Manoel Santa Rosa. Mas não tinha nenhum contato com nada, tanto que de início, eu tive uma certa dificuldade para saber onde era que tinha os serviços que eu precisava. Não tinha nenhuma informação sobre esses serviços, não sabia de nada sobre os cegos em geral. E via também o cego como uma coisa assim... como as pessoas que enxergam bem, nos vêem. Não tinha contato com os cegos de jeito nenhum.

Indagada como era que ela como via o cego, assim se expressa:

Isso daí é o seguinte: minha experiência, eu sei como é que as pessoas enxergam me vêem. Tipo assim: "Nadir, quando eu atravessava. Nadir... Eu atravessava Nadir por solidariedade e por pena também. Uma moça já dessa idade andando por aí sozinha", então tinha aquele sentimento, um certo sentimento de proteção, em relação a Nadir. E ao mesmo tempo: "Eu achava que ela era uma pessoa corajosa, ela era uma pessoa assim... que enfrentava, que tinha vontade", mas o sentimento assim de proteção, de pena mesmo. Dizer assim: "poxa, coitada, na rua, sozinha, agora batalhando (...) não tem família. Ainda se tem...." esse é o sentimento, é o sentimento que de uma certa forma eu acho que... está na maioria das pessoas.

Passando para um outro ponto de discussão, ela começa levantar algumas questões que até já foram mencionadas no capítulo anterior, mas que aqui ganham um pouco mais de profundidade.

Antes de ficar cega eu nunca estive casada, até por conta de que eu sabia que tinha essa coisa muito forte. Eu tinha glaucoma, eu não enxergava de um olho, e já tinha glaucoma, minha pressão chegava a 46 e eu sabia que a qualquer momento podia ficar sem enxergar. Então isso foi um problema. Eu achava que eu não tinha que impor isso a ninguém, já que isso ia acontecer a qualquer hora, vamos deixar acontecer primeiro para depois decidir o que é que dá. Aí aconteceu e quando aconteceu eu estava com um relacionamento bem forte e foi a primeira topada que eu

leve. Apesar da figura ser uma figura legal, mas ele me confessou que não tinha estrutura, para ele era muito difícil. Tudo bem, para mim também foi muito difícil lidar com isso mas, foi difícil. Nos separamos.

Aqui cabe uma interrupção. A chegada da cegueira, embora anunciada, não desorganizou somente a vida profissional de Marilza, ela veio também desorganizar a sua vida privada, a sua vida afetiva. Embora precavida quanto a assumir uma relação mais estável, não deixava de ter seus sonhos, seus projetos de vida a dois, se bem que precisasse esperar o desfecho dos acontecimentos oftalmológicos.

Entretanto, uma vez dando-se o desfecho que resultara na cegueira total e definitiva, a pessoa com quem mantivera uma relação forte, não tivera o equilíbrio emocional suficiente para apoiá-la em seu momento difícil de auto aceitação, de recomposição de sua auto-estima. A justificativa, que mais explica do que convence, como não poderia deixar de ser, foi o fato de Não ter estrutura para encarar a sociedade, a si mesmo, no momento em que tivesse que apresentar sua namorada, noiva, esposa, mãe de seus filhos, etc. Por que isto?

Uma primeira tentativa de explicação, está no fato de que as pessoas que vêem, tem como limite de percepção e de compreensão quase unicamente o sentido da visão. As pessoas que enxergam não conseguem idealizar um mundo, uma forma de conviver com o mundo e de interagir com ele, sem que seja por meio da percepção visual. Para elas só e tão somente esta forma de percepção sensorial é capaz de apreender a totalidade do real, das coisas e dos seres, animados e inanimados. Ou seja, para elas, todos os demais sentidos são secundários, acessórios e, não têm razão de existir, se não for para complementar a percepção visual. Esta seria uma explicação técnica.

A própria construção da visão de mundo que envolve a sociedade moderna, fundamentalmente estribada em apelos visuais, em formas que são para serem vistas, em traçadas que implicam na preponderância do ver, denuncia esta formulação. Imagens, suas evocações e seus usos em todos os aspectos da vida contemporânea, reforçam este processo de valorização do ver e a secundarização - para não dizer terceirização - do sentir, quer com o olfato, quer com o tato, do ouvir, no qual mergulha-se a sociedade e seus aparelhos de

persuasão, suas formas arquitetônicas e suas manifestações de cultura. Até mesmo a propagação e inculcação de idéias e ideais de vida se faz a partir do sentido da visão, negligenciando-se os demais sentidos. Até existe a evocação de uma pesquisa que diria ser mais fácil, rápida e eficaz a apreensão e a retenção de ensinamentos (ideológicos ou contra-ideológicos), perpetrados pelos meios visuais. Fique bem claro que se trata muito mais de evocação de imagens dinâmicas, envolvendo cores, dimensões, etc.; não está incluída nesta elaboração o incentivo à leitura, por exemplo.

Uma segunda tentativa de explicação da razão que levava a relação forte de Marilza a destroçar-se como um castelo de cartas, é pura e simplesmente a preocupação com a aparência e com a censura. As pessoas não se querem defrontar com os conceitos e preconceitos engastados na sociedade, que diz que uma mulher cega, por exemplo, não poderia assumir uma casa de modo eficaz e com competência. Esta criatura certamente preocupava-se com as explicações que teria que dar aos amigos e parentes, a partir de observações tais como: "Tantas meninas bonitas e 'perfeitas' estão por aí a tua volta, por que teria você se deixado prender por uma cega?" Qual a explicação que ele arriscaria? A velhíssima explicação do foi o amor? Seria estrepitosamente ridicularizado, ou, quando menos, se sujeitaria a olhares compadecidos de uma resignação evocativas de uma predestinação da qual se não poderia livrar.

Que outra explicação tentar encontrar, a da solidariedade humana? Até quando ela duraria? Na prática, sua atitude disse que, ele não estava disposto a assumir o ônus social de se fazer marido de uma mulher que, a despeito de bonita e plenamente capaz de se bastar, quer enquanto pessoa e profissional, quer enquanto mulher com todos os atributos, virtudes e defeitos que lhes são inerentes, trata-se de alguém que não mais vê.

Ele revela aquilo que a sociedade com suas simulações tenta esconder, mas que no dia a dia faz clara: uma atitude de rejeição que discrimina, alija, exclui e nega a oportunidade aos deficientes visuais, para que possam demonstrar sua capacidade de integrar-se ao seu ritmo produtivo e ao seu caráter utilitário. Fique claro que o discurso social, as propalações de agentes das políticas públicas e privadas em relação ao deficiente visual em particular, apresenta-se exatamente contrária a tudo isto. Ela se apresenta como integradora, fazendo a

apologia da igualdade das oportunidades, da formação profissional para o mercado de trabalho, promovendo até mesmo a ministração de cursos, etc. Na prática porém, no dia a dia do deficiente visual, as ações concretas são exatamente aquelas do namorado que deixara Marilza por não ter estrutura para encará-la em sua nova situação físico-sensorial.

Devolva-se a palavra a Marilza, para que continue sua saga. Agora entre os cegos, ela sofre o efeito contrário, porém não menos traumatizante, uma vez que, é transformada em um objeto de posse; um objeto de desfrute, sem vontade, sem direitos a uma escolha, enfim, alguém que poderia ser possuído sem a menor cerimônia ou constrangimento. Aí entra a parte da ideologia social absorvida pelo homem cego, que o torna tão discriminador e preconceituoso, quanto aqueles que lhe discrimina, lhe tem preconceitos, lhe atribui papéis e lhe imprime estereótipos, contra os quais vocifera.

Eu fui para São Paulo e lá eu confesso que voltei um pouco traumatizada com relação a isso. Porque eu descobri que, principalmente entre os cegos daquela época, eu descobri uma coisa assim, que chega a ser um pouco neurótico. As pessoas assim... "eu quero te comer", no sentido exato da palavra mesmo. Eu, de uma certa forma, não era de se jogar fora. Então, todo mundo queria mesmo me passar a mão. Então, foi uma coisa assim meio agressiva, mesmo porquê eu estava no meu processo de... eu tinha saído de um relacionamento forte e de repente, eu via um monte de homem ao meu redor querendo me papar. Aí ficou um negócio difícil. Mas tudo bem, foi o meu primeiro contato com isso.

E prossegue com sua história de rejeição e preconceito. Neste episódio, além do preconceito da própria figura, entra um segundo elemento: sua mãe. A este segundo elemento, sucumbe até mesmo, o tão propalado amor.

Muito bem, aí eu fui para São Paulo. fiquei aí enquanto eu estava trabalhando e eu conheci uma figura que trabalhava aqui no emprego e começamos a ter amizade, foi, ficamos apaixonados. Só que essa figura, a família dele, na época, a mãe dele em especial, me chamou um dia, isso depois de cinco anos que nós estávamos tendo um relacionamento, me chamou para me falar que não gostaria que o filho dela se casasse comigo. Que ele era o filho único dela e que não era eu a nora que ela gostaria de ter, eu era cega.

Fica então muito clara a influência que a família exerce sobre um seu membro que, por alguma razão, resolve camuflar o seu próprio preconceito, a sua própria rejeição. Alguma coisa existe para num primeiro momento se passar por cima de seus próprios sentimentos de repulsa, transformando em amor um sentimento que mais exprime covardia e insegurança do que propriamente aquele sentimento tão sublime que faz com que as pessoas superem a si mesmas, suas internalizações há muito encrustradas no seu subconsciente. Na verdade a pessoa é despertada para o seu real sentimento, para a sua real forma de encarar aquela outra que momentaneamente quer, é a pressão externa que lhe chama como que ao real, fazendo-lhe sair de um torpor que ela reputa como sendo amor. Fica patente ter sido isto que ocorrera com a figura em questão. Sua mãe, na verdade, lhe despertara para aquilo que normalmente era o seu modo de viver e de pensar. O que reforça esta idéia, é o fato de ter ela cedido às pressões e às argumentações de sua mãe (certamente não só dela; mas preponderantemente), contrárias a que ele se envolvesse com alguém que para ela (e também para ele) não era capaz de desempenhar minimamente o papel de mulher, de mãe, de profissional, enfim, de esposa total e plenamente. E Marilza reproduz aqui a argumentação com a qual sua opositora golpeava de morte sua relação marital:

Como é que o filho dela ia casar com uma mulher cega, como é que eu ia tomar conta da casa, como eu ia criar os filhos... Aí eu disse a ela que tudo bem, ela tinha o direito de pensar isso, mas eu achava que isso era decisão dele. também, que a opinião dela eu sabia que era essa já de algum tempo, mas teria que ter a decisão dele. Eu fui conversar com ele e realmente essa opinião da mãe dele pesou, e é uma pessoa que até hoje me jura amor, mas que não topou ficar comigo. O motivo principal é a cegueira.

Tratando-se de um tema muito próximo destes, envolvendo agora a forma como a sociedade vê e trata o cego, não mais tomando a relação familiar como parâmetro mas sim, as relações sociais de modo mais abrangente, tem-se levantado o seguinte: dentro das universidades, isso agora, tem-se um discurso bastante avançado, no sentido de apresentar em suas linhas gerais, um progresso no que tange ao modo como as pessoas, seus atos, suas diferenças e suas preferências são encarados. Tem-se fugido dos paradigmas estabelecidos. Dentro e fora das universidades, são aceitos e como que venerados os homossexuais, a prostituição não é mais vista com aqueles olhos de uma mentalidade conservadora, razão pela qual é renomeada, de modo a perder aquele caráter pejorativo; mas o homem e a mulher deficientes em geral e o visual em particular, continuam sendo deficientes. Este é um título, um cognome tão

pejorativo quanto aqueles outros, tão cuidadosamente escamoteados pela inteligência, sobretudo de origem nos partidos de esquerda, chamada vanguarda do pensamento social.

Ao primeiro grupo, todas as concessões, todas as formas de fazer ouvir as reivindicações lhe são propiciadas; todos os meios de comunicação estão à sua disposição, ao tempo e à hora. Ao segundo grupo, tudo é negado: todas as suas reivindicações soam como privilégios. Todos os espaços na mídia estão ocupados, as portas fechadas para as suas reivindicações, para a veiculação de seu pensamento. A exclusão dentro da exclusão é algo notória e alguma coisa escandalosa. Neste ponto Marilza uma vez mais busca inovar, procurando fazer uso da tecnologia e dos meios de que dispõe para facilitar seu acesso às informações e, abrir caminho para uma interação entre os professores, o aluno, entre a escola e o estudante.

Eu tive uma experiência na Universidade Católica, que eu cheguei nesse ano que passou e procurei a direção do Instituto de filosofia para conversar. O diretor acadêmico do Instituto e eu queria fazer minhas provas no computador. Porque eu tenho o DOSVOX, facilitaria legal para mim. Eu acho que é uma tecnologia que existe e que podemos usar e na verdade eu achei abertura completa da direção da escola. Só que os professores da Universidade, na maioria teve uma certa resistência para isso, porque achavam que estavam me fazendo uma concessão, que a segurança das provas deles estava sendo abalada, ou seja, desconhecimento de um monte de coisa.

Não se trata apenas de desconhecimento. Se trata também de formas de consolidar uma segregação já forte e calcificada. Abrir estes precedentes, significa abrir possibilidades de pessoas se manifestarem; apresentarem-se como capazes, mediante o uso de uma tecnologia de ponta, apreender conteúdos, reprocessá-los e transformá-los em teses e antíteses, formulando assim asínteses. Isto é: faz-se necessário não deixar que estes poucos que chegaram andem tão livremente; podem contaminar os outros; podem fazer com que os outros acreditem que também podem chegar. E ela expõe seu ponto de vista, já de pronto chamando a atenção para a quota de responsabilidade dos próprios cegos e de suas lideranças, no que tange a não elaboração de um pensamento coletivo, a não aplicação em buscar uma representatividade coletiva. Tais atitudes fazem com que uma categoria já marginalizada, viva num processo de acomodação e de estagnação social contínuo e perigoso.

Nós os próprios cegos, que lideramos de alguma maneira alguma coisa, como seres humanos (...), gostamos de poder, também. Então (...) pode olhar que todas as vezes que a gente começa a fazer alguma coisa, por menos que a gente queira, a gente está tendendo a direcionar, a legislar em causa própria. A gente tem as Associações que são representativas mas, na verdade, representa muitas das vezes o presidente da associação. Quando muito a diretoria.

A gente tem nas Universidades os diretórios acadêmicos, que tem pessoas lá cegas ou de [outra] deficiência mas que estão representando a cada pessoa, ali de alguma maneira é o palco de ascensão daquela pessoa. É claro, eu acho que tem que ter, você tem que procurar sua ascensão, você tem que procurar também fazer sua política pessoal. Mas você não pode usar a sua cegueira para fazer isso. Se você esta falando em nome da cegueira... a gente tem que ter um pouco mais de escrúpulo com relação a isso. Eu acho que tem muita gente por aí falando em nome de muitos aí e falando coisas erradas. Até pelo poder... isso é do próprio ser humano.

Então isso é uma coisa que precisamos mudar, precisamos melhorar. A própria conscientização do cego de um modo geral, mesmo do que se diz intelectual, tem que ser feito um trabalho político mesmo. Um trabalho de... sei lá, sabe. juntar mais, porque não adianta eu me representar. Eu estou me representando como Marilza mas eu sou cega, eu estou representando os cegos de um modo geral. O que tiver errado comigo... tudo que se tem errado com o cego, passa a ser errado com os outros, porque passa a ser estigma nosso. Isso aí a gente tem que ter cuidado, não é que você tenha que se encolher, mas você tem que unir mais essas coisas (...). Poucos falando em nome de muitos e falando de uma realidade que não é a realidade dele. E a aprovação pessoal, claro como seres humanos que somos, porque não?

Retomando um ponto anterior da entrevista com Marilza, faz-se necessário, já que seu caso é interessante, por uma razão simples: como ela mesma colocou, quando se vê não se dá a importância ao fato de que se está na iminência de não mais ver. Mesmo sabendo que era esse o seu caso, ela não fez qualquer questão para que essa transição fosse menos traumática. É esta mesma atitude que se assume, no que respeita à morte, por exemplo: todos sabem que vão morrer mas, ninguém se prepara e ninguém aceita. A lógica biológica pura e simples, indica que as pessoas mais velhas morrerão primeiro que as mais novas, eliminando-se os fatores outros de morte, que não o natural. Mesmo sabendo disto, entra-se em pânico quando se pensa na possibilidade de vir a morrer ou de vir a não mais enxergar. Com Marilza certamente não era diferente, nos momentos em que refletisse na possibilidade de se tornar deficiente visual. E ela o confirma:

(...) eu, eu não vou ficar cega não. (...) eu não vou morrer não. A sensação é a mesma. [esta] associação [é] muito boa. Se tem certeza, mas não se acredita. Eu tenho certeza que eu vou morrer,

mas todas as vezes que eu penso que eu vou morrer... Como a gente não acredita que... quer dizer, eu acho que todo ser humano é um deficiente em potencial. Alguém ficar cego é a coisa mais fácil que tem. Se você tomar uma pancada no olho fica cego. Então você é um deficiente em potencial, você é um cego em potencial. Outros que estão dirigindo carros são paraplégicos potenciais. Então, eu acho que o ser humano é um deficiente potencial. E eu acho que a não admissão disso tudo é, até por conta da fuga disso aí, de se topar com essa realidade, de dizer, eu sou um deficiente em potencial.

Ela então foi indagada se, no decurso de sua adolescência e juventude, alguma vez refletiu sobre isto e, por conseqüência, entrou em depressão, perdeu o controle, enfim, entrou em parafuso, ela responde com toda limpidez de quem tem o domínio de uma situação:

Muitas vezes. Eu tinha duas vertentes. Tinha essa do pânico, muitas vezes, e essa do pânico é assim... calada. É comigo mesma. Porque meu pai é separado da minha mãe, sempre eu tinha pena da minha mãe e eu queria poupar a minha família, como se eu fosse, digamos, culpada disso. Eu sentia uma culpa muito grande mesmo. Eu tive que fazer 10 anos de terapia para me livrar de algumas culpas, inclusive essa. Era como se eu fosse culpada de ficar cega. Foi uma coisa muito forte. Eu queria poupar, eu tinha que esconder meus sentimentos porque eu não queria fazer minha mãe sofrer (...) como se fosse eu que estivesse fazendo. Isso eu tinha (...) foi muito claro, foi uma coisa forte. Então eu tinha que esconder. Eu lembro quando estava começando a ficar sem enxergar, ninguém na família sabia. Meu cunhado uma vez que me pegou em flagrante. Que deu assim ... Eu ia pelo corredor da minha casa e de repente sumiu tudo. Aí eu parei encostei na parede um pouquinho pra ... entrei em pânico, naturalmente e ele viu e veio conversar comigo. Aí eu falei com ele como eu estava mesmo, mas eu ia pedir um favor pra ele: eu queria que ele fosse meu aliado, não queria que ele contasse para ninguém na minha família. Então se vê quais são os processos. Esse processo todo eu sei que a família também, faz disso uma coisa maior do que é. Desde muito cedo para minha mãe isso era um drama também. Quer dizer, o sofrimento dela é muito grande. Por ser grande, eu queria amenizar esse sofrimento dela. Quer dizer, eu amenizei o dela e em... quer dizer, não sei se amenizei porque na verdade isso não se ameniza em ninguém.

Observe-se que, aqui persiste a idéia de uma tragédia, tanto quanto no caso da morte de alguém e, sobretudo, de algum membro da família. O fato de se avizinhar o já prenunciado dia em que Marilza teria confirmada a hipótese de se tornar cega, ela se tornava angustiada e se embatia em esforçar-se por sofrer sozinha, por poupar sofrimentos à sua mãe e, sobretudo, se apresentava a si mesma como sendo a culpada por tudo aquilo. A busca de um analista para desfilar suas angústias, dúvidas e sentimentos de culpa, se assemelha à frenética busca feita

por um grande número de pessoas, por encontrar nas práticas religiosas, sobretudo naquelas que se apresentam como as que poderiam, a partir de seus rituais e evocações espirituais, fazer saber o futuro dos vivos ou anunciar o presente dos desencarnados, como meio de tranquilizar aos primeiros e consolar os familiares dos segundos.

E segue Marilza, no desenvolvimento de sua interessante narrativa:

No dia em que eu tive o descolamento de retina, eu estava trabalhando. E lá alguém me chamou e, quando eu virei a cabeça o meu campo visual se dividiu no meio certo. Eu fui atender o telefone e, de lá mesmo eu já liguei para o médico. Falei com o Dr. Fernando Príncipe, que era meu médico na época, ele pediu que eu fosse lá. Eu fui e ele disse que eu tive um descolamento de retina e era para eu ir para o hospital agora. E eu disse "olha doutor, agora eu não vou por que eu preciso ir para casa preparar minha mãe para isso". Então eu disse a ele que no outro dia eu iria para o hospital, então a minha preocupação era chegar na minha casa para dizer a minha mãe. E tive que procurar todas as minhas forças para chegar em casa para dizer, tentar fazer um pacto com ela. Tipo assim:

"vamos segurar juntas aqui, você vai ter que me ajudar, se você se desmantelar eu também vou, então você vai ter que me ajudar". Mas foi assim... principalmente a minha mãe, meu maior drama da cegueira foi em relação a minha mãe. Quanto a gente se despreza as vezes por conta dessas coisas! Então, a relação da pessoa deficiente com a família, eu acho que é um dos maiores dramas que a pessoa tem. Porque ela começa a culpar-se: começa a não dizer as coisas, fica um negócio muito ruim.

Ao iniciar este assunto, Marilza diz que sua reação à cegueira tivera duas vertentes. Uma, ela acaba de explicar que fora o pânico.

Depois de externar bem isto, prossegue, apresentando a segunda vertente:

É. uma foi o pânico e a outra, a impossibilidade. Meu Deus do céu, o que é que eu vou fazer!... Isto é: aquela sensação de impotência.

De impotência. Tipo assim: meu Deus do céu, minha vida vai acabar, o que é que eu vou fazer daqui para frente? Ou seja, o desconhecimento mesmo que se tem, você como indivíduo, assim de quanto a visão anula as outras coisas [os outros sentidos]. Tipo assim, eu não vou enxergar[mais].

Então, não vou fazer mais nada. Era assim o maior pavor, era esse também. Acabou a vida: não sei fazer mais nada, não vou saber fazer mais nada. Como é que vai ser isso aí?

A partir desta experiência pessoal, Marilza afirma com a firmeza de quem vivenciou na pele todas as intempéries de perder aquilo que mais valorizava e que considerava única maneira de aprender e apreender as coisas, que o esclarecimento da família sobre as possibilidades de superação da perda visual [ou de um outro dos sentidos] e o pleno conhecimento das potencialidades do indivíduo, a despeito das limitações a que passa a estar sujeito em função da perda sensorial, "são os dois pontos principais para se ter ... para se reconquistar" a vida aparentemente perdida. Estes fatores são fundamentais para que a pessoa que tem perda visual pós-adulta se considere capaz de prosseguir ativa, produtiva, não só sob o ponto de vista econômico e social, mas também sob o ponto de vista da cultura, do lazer, do prazer e da afetividade. As limitações advindas a partir da perda sensorial, podem ser minimizadas a partir da exploração das habilidades e capacidades inerentes à pessoa humana, à sua formação pessoal, profissional e acadêmica, independentemente de ter ela perdido a visão, ou a audição, ou a locomoção, etc.

No entanto, é subjacente a idéia de que a pessoa uma vez sensorialmente limitada é social, econômica, política e culturalmente incapaz, na medida em que isto se reflete no indivíduo que vivência esta situação, independentemente da formação e da camada social a que esteja vinculado. É uma idéia arraigada nas pessoas que sempre afirmam ser, por exemplo a cegueira, a maior perda que um indivíduo pode sofrer, na medida em que fica impedido de desfrutar dos prazeres, dos lazeres, dos folguedos, da produção econômica e cultural. Enfim, para a maioria das pessoas, mesmo aquelas esclarecidas, em princípio a perda visual representa tudo isto, sobretudo se ela se apresentar em um dos seus. Na verdade esta concepção está diretamente relacionada com a forma como é tratado o cego não só pela sociedade civil, através do corpo social com suas formas de estereotipar os seus membros diferenciados por quaisquer estigmas, mas também pela elite dirigente encrustada no aparelho de Estado, que prefere realizar propaganda de investimentos e implementações técnico-educacionais assistencialistas, tendo no entanto uma prática social e política diametralmente oposta à sua própria propaganda.

Mas, devolva-se a palavra a Maroca, para que ela continue apresentando seu pensamento de quem vivenciou uma cegueira, embora anunciada, no entanto não menos traumática, à medida em que ela estava inserida numa sociedade que nunca pensou uma pessoa cega, como sendo alguém capaz de viver normal e plenamente.

Depois que eu fiquei cega, durante algum tempo, graças a Deus não foi muito tempo, porque eu tive até sorte, logo no ano seguinte eu fui para São Paulo, passei um ano sozinha lá. Então São Paulo na verdade foi a minha reabilitação. Eu tinha que me virar mesmo, não tinha ninguém por perto. Eu estava no meio de não sei quantos milhões de paulistas, morando num pensionato, então eu tinha que me virar. Então foi a minha reabilitação. É tipo assim, o que eu descobri da minha potencialidade foi aí. O que é que eu podia fazer de novo. Tanto que até nessa época eu até escrevi alguma coisa sobre cegos, que eu chamei de Nós cegos e você, estado geral e igual. Comemos, dormimos, trabalhamos, andamos, enxergamos, você não sabia, nós também enxergamos. Para você que utiliza o sentido da visão é difícil acreditar que se possa enxergar também com o tato, com o olfato, com a audição e até mesmo com o corpo inteiro. Imagens nós fotografamos com a retina mas, nós formamos com o cérebro. Então, qual a diferença? Você usa um sentido para enxergar, nós, os demais para ver. No mais, saudade, amor e vida verdadeira iguais a você.

Isso aí diz da minha descoberta. eu descobri, lá, que era igual a vocês, que até então era como se tudo fosse ser diferente. Então essas duas vertentes, o pânico, o pavor, e aí passa um pouco também pela vaidade da gente, tipo assim, o cego, aquela imagem do cego coitadinho. Muita gente não usa a bengala por isso. Acho que passa pela vaidade, passa pela impotência, passa pela humilhação, passa por um monte de coisa. Difícil.

Na verdade, Marilza vivenciou sua experiência de cegueira em um período que, em termos de aproveitamento da mão de obra de pessoas deficientes era mais fácil, como em alguns campos, como o da indústria onde não se exigisse grande especialização técnica e, nas áreas, como o do emergente setor de processamento de dados, só para citar um, tal aproveitamento era mais difícil. Aliado a isso, a resposta da sociedade ao cego e à sua utilidade era sempre ou quase sempre negativa, por esta sociedade ser extremadamente utilitarista. Não é demais salientar que esta atitude negativa, está baseada no pressuposto de que o cego é um ser inútil para a produção; que precisa é ser assistido, amparado pelos poderes públicos e pela filantropia privada. Por isso a sociedade o rejeita, exclui e o discrimina. Ao que Marilza interpõe:

E se a gente for apurar mesmo ao pé da letra, digamos, eu trabalho no SERPRO há 22 anos, sei que conquistei o meu lugar aqui, a empresa tem respeito por mim, mas se eu for apurar mesmo isso, não é a mesma coisa dos meus colegas. Se você for apurar mesmo de verdade, não é a mesma coisa. É uma coisa que você sempre tem que estar alerta, sempre estar atenta, porque eu acho que é inerente do próprio ser humano.

Parte então para sua experiência com pessoas que precisou para trabalhar em sua casa. Diz ela:

Qualquer coisinha do dia-a-dia, no relacionamento, por exemplo, um relacionamento super difícil que todos tem, é com a secretária. E, eu como dona de casa cega, acho que tem um relacionamento esse... e o outro da parte da cegueira que é o mais difícil de todos: o negócio de enganar, esconder, tapear, dizer que fez e não fez (...), essas coisas que vão [acontecendo] no dia-a-dia; as pessoas mentem muito, as pessoas não assumem, não dizem a verdade de um modo geral. A gente tem que fazer um esforço muito grande para não ficar a vida assim, em cheque, por que se não ... Tem que ficar atento, alerta o tempo inteiro, com isso aí, digamos, com a sua dignidade. Porque eu acho que esse é um problema seríssimo para o cego. Pelo menos, para os que prestam atenção nisso. Tem muitos que não prestam atenção. Mas, por exemplo, você quer o seu lugar de ser humano, fica difícil. Tem-se que estar com os tostões o tempo todo ligados. Tem-se que estar dando de vez em quando uma referenciazinha aqui, uma referenciazinha ali; dizendo: "oh, você está confundindo, não é bem assim...

Eu acho difícil. Dizem que eu sou muito exigente, não sou não. Eu só sou atenta pela minha dignidade e, disso eu não abro mão. Mesmo sendo cega, eu sou antes de tudo ser humano e por isso, eu brigo sempre que posso. Eu acho que é um dos pontos maiores que se tem que estar lidando, tem que estar aceso para preservar sua dignidade. Esse para mim e o ... Porque qualquer coisa, a tendência é escorregar.

A certa altura da conversa, Marilza é indagada sobre o que acha do procedimento dos cegos diante da sociedade. Tem ele se portado de acordo com o estigma e com os estereótipos a ele atribuídos? É ele de fato, enquanto coletividade, aquilo que a sociedade constrói, uma camada social doente, inútil? Ao que ela responde:

Olha, infelizmente, quer dizer, ele não é, ele assume, acho que a maioria ainda - uma grande parte não, já tem muita gente aí brigando pela sua dignidade. Mas a maioria ainda troca a sua dignidade por favores. Favores no sentido de... quer dizer, não tem... Um exemplo, se alguém chega na

Associação Baiana de Cegos, vá agora de tarde lá, a gente sabe por exemplo que está difícil emprego naturalmente, tá difícil para todos, a gente sabe que está difícil ganhar dinheiro, sabe que está difícil viver de um modo geral mas, hoje, ontem, há 10 anos atrás, se você chegar agora na Associação Baiana de Cegos você vai encontrar no mínimo 20 cegos jogando dama.

Assinale-se que, o que é hoje na associação, há 10 anos atrás era na Biblioteca central. E se alguém observar bem, são as mesmas pessoas.

Então eu acho que de uma certa forma, por isso eu disse antes que nós todos precisamos mudar nosso relacionamento em relação ao poder. Agente tem que atacar mais firmemente essas coisas. Porque não adianta eu, você isoladamente, urgente ter as conquistas porque quem falar de cegos vai se basear por Marilza, por Jorge... E a gente não pode ficar promovendo a cada um de nós.

Saliente-se ainda uma vez mais que, a mídia vê Marilza, Guga, Manoel Santa Rosa, como se fossem pessoas ou agraciadas pela sorte ou uma exceção de ser alguém portador de inteligência rara. Quer dizer, não generaliza o fato de que você e outros estarem em uma posição hoje, seja possível que outros cegos possam estar em tais posições. Já o contrário não; o contrário é generalizado, quer dizer: até que se prove o contrário, todo cego pede esmola, bate viola na feira, toca sanfona, é aposentado, procede mal, etc. Ao que Marilza assevera: "E isso a permissão é do próprio cego, que aí passa por algumas outras coisas".

Falando acerca da necessidade de se buscar uma independência real, efetiva, ela endurece o discurso, uma vez que a maioria esmagadora dos cegos, mesmo aqueles que se dizem emancipados se colocam em uma posição de dependência quase que imperceptível, tanto quanto inaceitável, na medida em que não a admitem como tal. Referindo-se inicialmente à filosofia do Instituto de praticamente entregar tudo pronto nas mãos dos seus alunos (para aos dezoito anos lhes tirar tudo sem mais protelações...), afirma ser difícil se crescer com alguma noção de independência em tal sistema. Diz ela:

O Instituto de cegos da Bahia, forma os cegos, dá a formação básica. Quer dizer, não forma o cego, mas, uma parte dos cegos passa por lá, crianças cegas passam por lá, adolescentes...(...) essa instituição apesar de formar, ela é deficitária porque as pessoas que dirigem esta instituição, têm pena dos cegos. As pessoas que estão lá, são iguais a minha mãe, iguais a tua mãe.

Eu vi uma cena do Instituto de Cegos, que eu a entendo mas, que eu não sei o que eu faria, eu sei que a cena me chamou muito atenção.

Os meninos do Instituto de Cegos, recebem de manhã cedo, a escova de dente com pasta. Aí eu perguntei: "por que recebem com pasta?" "É para economizar pasta". Tudo bem, é instituição, precisa economizar pasta. Mas será que não tinha outra maneira de você ensinar desde a hora da pasta de dente, até as outras coisas, ao cego a ele economizar, ele valorizar isso aí? Por que que alguém tem que fazer isso por mim? Por que eu não posso aprender a fazer isso?.

Prossegue ela com a firmeza de quem tem a cátedra da vivência pessoal e uma gama de outras experiências arquivadas num corolário de vidas contactadas por pelo menos duas gerações:

Até... tudo bem, chegou, não sabe, vai lá e ensina. (...), ali dentro é escola, se lá tiver a minha mãe, a sua mãe, não vai adiantar nada. Se eu fosse pela vontade de minha mãe ... Eu viajei com minha mãe agora. Até hoje... eu tenho 52 anos, até hoje se ela puder ela tira minha roupa. Ela briga comigo, quer se meter em todas as minhas coisas, quer descartar, quer mandar na minha vida, quer responder por mim. Não pode, eu tenho que dizer não a isso. Mesmo sendo a minha mãe, mas eu não posso fazer isso, se não quem está vivendo a minha vida é a minha mãe. Eu vou ficar como em um negócio desse? Se eu estou numa Instituição e a Instituição fala por mim, tem voz por mim? (...) Agora é o seguinte: eu acho que hoje, o cego está [lidando] com três tipos de pessoas, eu hoje lido com três tipos de pessoas: eu lido com pessoas que se pudessem me colocavam no colo, para me poupar do sofrimento da cegueira: aquelas que são abençoadas, estão lavando a alma com Deus, são caridosas: lido com as pessoas - são poucas - que me tratam mais ou menos de igual para igual, pouquíssimas, mas lido. tem pessoas assim; e lido também com uma grande parte de pessoas que, por exemplo, de seu relacionamento de um modo geral, entra em confronto comigo. Tipo assim, querem fazer as coisas por mim e quando eu digo não, brigam comigo, porque eu sou orgulhosa, porque eu sou vaidosa, por isso, por aquilo, ou seja, competem comigo. Elas gostariam e não admitem que eu diga não, então a gente quebra o cacete de vez em quando aí. Então tem as caridosas, calam, compreendem, coitada, mas as outras... é assim mesmo, "não, coitada, é porque ela é cega assim mesmo, é nervosa. Deixa para lá, ela volta de novo a ser submissa", mas é isso mesmo, é a verdade. E essas que é que entram em confronto comigo são as que me discriminam, as que não permitem, as que acham que deu não posso fazer aquilo, como fazer isso? São essas aí e essas aí são um grande número de pessoas. Você vê na escola por exemplo, tinha 52 colegas esse ano e muitos chegavam para mim e diziam: "Marilza, não pergunte muito ao professor não se não a gente não vai ter o horário de não sei o quê". As pessoas não gostam. Se você tem um certo destaque porque você perguntou, porque você questionou, você começa a incomodar as pessoas, você passa a entrar em confronto com elas. De uma certa forma você as vezes mostra a impotência das outras pessoas. na hora que você diz não "como você faz se eu não posso fazer isso?".

Aqui no SERPRO, já teve épocas... hoje não, hoje, graças a Deus, não tem isso aí, mas, já teve época de eu está sentada na frente de um terminal com colegas meus trabalhando e, a gente estava trabalhando, falando... e daqui a pouco ele bate qualquer coisa errada no teclado e eu disse olhe:

- Está errado isso aí.

- Está errado como, eu estou vendo. Aqui não esta errado não.

- Está errado, você bateu errado.

- Não está Mara, eu estou vendo aqui na tela, não está nada errado.

Tá. Então vamos, aí a gente vai, quando chega lá na frente, dá erro. Eu não lhe disse que estava errado? Aí neguinho se reta e "Vá tomar no cu!" Levanta e se pica, certo? Porque, não admite.

Naquela hora ali, fui eu que vi que estava errado. Então, esse tipo de pessoa é a grande maioria. Se lida no dia-a-dia com esse tipo que... que você tem que compreender; tipo assim coitado, mexeu na... no dele... deixa ele se refazer... depois ele volta.

CIRLENE: "Eu sou mais voltada pra o estudo, pra pesquisa; não sou muito de trabalhar assim, com as mãos; meu negócio é mais mental..."

"Bom, meu nome é Cirlene Caxias da Costa, nasci e resido atualmente em Juazeiro, sou deficiente visual; meu problema foi glaucoma e perdi a visão total com doze anos" .

A jovem professora e pedagoga Cirlene, tem uma história em muito parecida com a da maioria dos deficientes visuais, como se vai perceber. No entanto, faz-se necessário atentar para ela, por ser uma história que transcorre, em grande parte do tempo fora da região metropolitana de Salvador, o que torna os rumos de uma pessoa cega ainda mais difíceis, visto que tem que lutar com todas as suas forças e sem quaisquer apoio logístico dos órgãos públicos para isto criados e mantidos. Nela se descobre o quanto está distante do real, do dia a dia do deficiente visual, a propalada ação do Estado em favor de tornar uma pessoa deficiente pronta para enfrentar a vida com independência. Nota-se também o quanto está presente a discriminação e a rejeição de modo explícito na vida da pessoa portadora de deficiência as quais, muitas vezes são perpetradas por professores, dirigentes de órgãos e repartições públicas, que são pagas para exercerem abertamente seu preconceito, sua repulsa àquele ser que em alguma forma lhe é diferente.

Aqui será priorizada a fala da entrevistada, porque, por si só, diz muito daquilo que é sua vida, que é sua trajetória rumo à perspectivas que ainda estão por ser tornar reais em sua vida. Claro que em alguns momentos se intervirá no seu discurso, para reafirmar ou mesmo esclarecer alguma coisa que por ventura se faça necessário.

Logo que eu nasci (16-05-64), a família percebeu logo; foi de imediato; já foi congênito; logo com o nascimento, já foi detectado. Pra falar a verdade, esse problema foi ocasionado por rubéola em minha mãe, durante a gravidez; então, eu já nasci com problema.

...A primeira infância que eu passei aqui com os meus familiares, foi uma infância difícil, porque na época, imagine aí, a trinta e quatro anos atrás, praticamente, as pessoas não tinham informação suficiente e o deficiente era visto realmente como um doente; então eu era tratada como doente; tanto é que, eram feitas todas as minhas vontades, eu não podia me contrariar na época porque (...) a glaucoma ela proporciona muito incomodo ao [seu] portador. Então ela impossibilita que você fique chorando, ela... quer dizer, o máximo que você puder evitar transtorno que venha a dilatar os olhos, é melhor. Então, por causa disso, a minha família me via muito como doente. Ela me poupava ao máximo pra que eu não me contrariasse, pra que não houvesse irritação, pra que eu não chorasse, pra que a pupila dos olhos não dilatasse; essas coisas. Então, eu fui criada mais assim como uma doente; os outros eram normais e eu era a doente; aí uma doente que era feito tudo por mim, que eu não sabia fazer nada: tomar banho, trocar de roupa, pegar alguma coisa, botar comida, essas coisas; tudo era feito pelos outros; eu era uma boneca.

Falando da forma como chegara a ouvir falar do Instituto e de como fora para lá, diz ela:

Ah, essa é a parte mais interessante. né? Acontece que eu tenho um tio lá em Salvador, e através da esposa dele, que na época eram muito desenvolvidos, até hoje; eles são pessoas muito boas e, souberam do Instituto e aí se interessaram de me levar. Mas meu pai na época, por superproteção, ele não deixou; ele tinha medo que eu sofresse com a ausência deles; essas coisas, essas superproteções de pai. Então ele nunca permitiu. Minha mãe sempre teve vontade porque ela achava que, apesar da deficiência, se existia um recurso ela queria que eu tivesse essa condição de vida que os outros filhos dela: mas o meu pai, mais amoroso e ao mesmo tempo superprotetor ... não deixou. Então, com a morte do meu pai quando eu tinha nove anos, isso foi em setenta e três, minha mãe decidiu - como ela era a chefe de família nesse momento -, assumir e me levar pra Salvador. Ela achava assim, que meu pai já tinha morrido e ela poderia vir a faltar e eu ficar como uma pessoa inútil. Então, para que isso não acontecesse, ela enfrentou a dificuldade de... essa questão toda da ausência, do sofrimento, não sei quê... e aí ela resolveu realmente a me levar pra o internato.

Cirlene fora interrompida em sua narrativa, para ser indagada a respeito das relações e de como se davam os contatos com as crianças suas coetâneas, ao que ela responde, com uma ponta de saudosismo:

Não, isso aí era normal; apesar de... porque naquela época as brincadeiras eram diferentes das de hoje...; a gente brincava muito era sentada, de boneca mesmo... as meninas; então as brincadeiras não eram como as de hoje, não tinha muito... a gente não tinha acesso a televisão... porque a gente não tinha condições e televisão era coisa rara.. principalmente aqui no interior.

Então a gente brincava muito e era todo o mundo junto, porque as brincadeiras eram calmas, eram saudáveis, não tinha essas violências que tem hoje; essas brincadeiras de empurrar, de machucar, de correr, essas coisas; apesar de que tinha aquela brincadeira de esconde-esconde, mas na maioria dos casos e das vezes as brincadeiras eram mais sossegadas... então dava pra todo mundo se integrar normalmente; eu me integrava muito bem com as vizinhas e as vizinhas comigo e, a gente tinha um elo muito forte de ligação; nesse ponto a infância foi normal... não teve.

Eles me tratavam de igual pra igual: tanto é que, como eu falei anteriormente as brincadeiras eram saudáveis então...eu sempre participava de tudo normalmente; não tinha aquela coisa de diferença não. Eu acho que posso dizer que a integração era perfeita, entre as crianças.

É, no Instituto tudo foi novidade...porque em casa eu tinha todo mundo pra fazer tudo e lá eu passei a fazer as coisas que eu desconhecia, que podia fazer aqui; porque tudo que eu podia fazer lá eu não podia fazer aqui. Então, pra mim, a princípio, foi um choque, mas um choque até bom, porque me fez me sentir assim mais independente, uma criança normal; então eu tive noção das minhas possibilidades; foi aí que realmente eu consegui me encontrar como pessoa.

Ela aqui faz uma afirmação, que deve ser encarada com a compreensão de que, quem fala, fala como quem relata uma coisa já ocorrida. Não é possível que aos nove anos ela possa ter se encontrado como pessoa. Ela pode ter tido uma nova sensação de possibilidades, de descoberta de potencialidades, visto que, até então, ela nada mais era do que alguém que precisava de tudo e de todos para continuar vivendo. E isto fica claro quando ela afirma que:

Não, na verdade eu não tinha noção; eu achava que... eu ... na verdade eu não tinha idéia do que viria... entendeu? Eu só sabia... a única coisa que me animava, era a questão do estudo; eu sabia que eu ia estudar e que eu ia crescer nesse sentido; muito embora na época eu não tivesse essa visão de crescimento; mas eu sabia que ia conseguir chegar a onde meus irmãos iam chegar também; então dentro desse ponto de vista, a gente pode dizer isso hoje, que no meu íntimo já tinha essa noção de crescimento, muito embora não soubesse expressar.

Bom, os dois primeiros anos foram ótimos... Eu me dei muito bem, consegui assimilar todos os ensinamentos, na verdade eu sempre fui muito introvertida, muito tímida... então eu sempre tive muita dificuldade de comunicação, eu sempre fui uma menina muito tímida, nunca tive facilidade pra chegar até as pessoas, mas no momento em que as pessoas chegavam até mim, a gente se dava muito bem, a gente criava um elo de amizade muito forte; pelo menos eu penso. E, os problemas, os conflitos que vieram depois, foi por conta da perda da visão. Porque até então eu tinha visão subnormal; até ali era ótimo, dava pra me virar muito bem; mas a partir do momento em que eu tive a perda da visão a coisa se complicou pra mim, porque eu me perturbei, eu me desencontrei; é como se eu tivesse me desestruturado, tudo aquilo que eu pensei que fosse naquele momento passou a deixar de existir; então, é como se eu tivesse que retomar tudo de novo. Pra mim esse período foi muito difícil. Perdi as amizades que eu tinha; na época amizades boas, sólidas - que eu acho que não era tão sólida porque acabou, mas até então, era. E aí ficou aquele clima de desarmonia e que realmente me levou a sair antes do momento certo. A instituição fica com a gente até os dezoito anos, e eu saí aos treze; justamente pela minha falta de, digamos assim, de adaptação, depois dessa fase terrível que eu passei com a perda da visão.

Vim, vim pra cá. Agora, interessante apesar de tudo, apesar dos conflitos, apesar da má fase, apesar de tudo que se possa imaginar de negativo daquilo tudo, mas no meu íntimo eu sempre quis vencer; sempre quis crescer, sempre quis cursar uma faculdade; eu sabia o que é que eu queria; Claro que na época não sabia o curso que queria fazer... mas eu já sabia que eu tinha que vencer na vida, eu vim pra o mundo pra crescer; eu não vim pra ficar parada... E, apesar das dificuldades eu sempre quis assim conquistar o meu próprio espaço; eu sempre quis conquistar aquilo que eu achava que tinha realmente condições e direito de conquistar; uma coisa minha; eu queria me encontrar comigo mesma... Então apesar de eu sair daquela instituição, que dá um certo apoio a gente, que investe mesmo na nossa auto-estima, e sei lá e aí eu vim pra cá, mas vim com o objetivo realmente de continuar os estudos; apesar das dificuldades, apesar de eu saber que seria difícil; que aliás eu não sabia nem como começar.

Mas, eu saí de lá realmente pra o interior mas com o objetivo de continuar os meus estudos. Chegando aqui, encontrei realmente muita dificuldade. Inclusive, a maior dificuldade que eu encontrei foi comigo mesma, porque eu por ser muito tímida, eu não era muito de brigar pelos meus direitos; eu não tinha nem consciência de como chegar. Então eu procurei realmente escolas pra que eu retomasse meus estudos e, eu não consegui na época. Mas, eu não consegui e me acomodei. Porque eu tinha medo de enfrentar as pessoas; as pessoas diziam que não podia, que eu ia chamar a atenção das outras crianças e, eu achava que não tinha como lutar, apesar da minha vontade. Então eu me acomodei por um tempo, o tempo passou também, eu não agüentava mais ficar naquela ansiedade, naquela ociosidade.

Este é o primeiro problema que enfrenta o deficiente que procura estudar em sua cidade de origem. Ele tem que enfrentar as muitas desculpas daquela instituição que teria por princípio

integrar, agregar em torno de si, pessoas dos mais diversos matizes sócio- econômicos e psico-culturais, para fazer daquelas pessoas assim fraternizadas, cidadãos que saberão respeitar as diferenças, os direitos; que dirigirão a sociedade, que criarão e executarão as políticas sociais, econômicas, culturais e educacionais, a partir das bases recebidas na instituição que forma, junto com a família, o caráter do homem: a escola. É ela a primeira a discriminar, a segregar, a rejeitar um aluno, porque não enxerga; porque diz não ter meios para atendê-lo em suas necessidades especiais de acesso a escrita e leitura. É portanto ela que forma pessoas frustradas, acabrunhadas unicamente porque não lhe foi dada a chance de desenvolver o seu potencial.

E o que é mais grave: não existe a menor perspectiva de que esta atitude tenha mudado e/ou que vá mudar a curto, médio e mesmo a longo prazos. Não existe qualquer política pública ou ação privada que seriamente pretenda resolver um tão grave problema. Existem ações isoladas, mas não contam com apoio efetivo de quem executa a política educacional do País ou do Estado.

Volte-se a Cirlene e à sua narrativa.

Ai resolvi, já adulta, voltar pra Salvador. pra ver se eles me ofereciam algo mais que aqui eu não tinha conseguido. E aí quando eu retornei... retornei, aliás, pra Salvador, eu fiz locomoção, [o que] pra mim foi uma coisa muito boa, porque aí eu conquistei um algo mais na minha vida, que eu não tinha, a minha independência... e aí eu retomei os estudos; entrei também na oficina pedagógica, pra tentar aprender alguma coisa, mas eu confesso que não aprendi nada lá; não por culpa deles, mas é porque eu não nasci mesmo pra essas coisas de arte; não dou pra fazer nada assim manual... não tenho esse dom de... essa aptidão de fazer as coisas manuais; eu sinto que o meu forte, apesar de eu não ser também muita coisa, claro né, mas eu sinto que eu sou mais voltada pra o intelecto; eu gosto mais de estudar; eu gosto mais de... sabe... eu gosto mais assim... sou mais voltada pra o estudo, pra pesquisa; não sou muito de trabalhar assim, com as mãos: meu negócio é mais mental .

Indagada se conseguira alguma colocação em Salvador, para que se pudesse prover nesta nova empreitada de sua vida, Cirlene afirma que não.

Na verdade, a minha família que continuou a sustentar, em termos financeiros; ela me botou lá e ela mesma arcou com as despesas; pra falar a verdade, lá eu não cheguei a trabalhar, fui mantida o tempo todo pela família. E, só quando eu retornei pra cá... Eu estava em Salvador e Seu Manoel Santa Rosa - parece que ele era o encarregado na época, não sei se ainda é, de colocar o deficiente em determinados empregos, não sei... E me parece que eles achavam melhor colocar a gente na própria cidade. E aí ele veio com uma proposta, disse que tinha um emprego... inclusive eu estava estudando, tive que deixar os estudos, porque ele disse que eu retornaria pra lá, pra regularizar a situação. Não foi assim que eu cheguei aqui no mês de maio e fiquei aqui mesmo. Trabalhei na prefeitura, um tempo como telefonista e depois, eles foram embora e não deixaram nada certo... Engraçado que... eu acho interessante essa parte, porque eles não conversaram claramente comigo; eu não sabia nem direito o que eu vinha fazer aqui; eu sabia que era alguma coisa relacionada a emprego. Mas eles não disseram...

Aqui cabe uma interrupção, para que se diga ao leitor, que era exatamente esta a forma como agiam as pessoas que lidavam com a vida do cego como um todo. Não era apenas o setor responsável pela colocação de mão de obra; era assim que agia o pessoal que dirigia o setor braille da Secretaria de Educação, o pessoal que dirigia o Instituto de Cegos, etc. A informação do que estava acontecendo ou do que iria acontecer era sempre negada. Toda vez que se pretendia saber alguma coisa a respeito da empresa para onde se estava sendo levado, o que lá se faria, quase sempre era negado. A idéia de deixar que as coisas acontecessem era corrente na cabeça das pessoas que dirigiam estes setores. Cirlene vivenciou isto de modo muito traumático, já que teve que interromper o processo de escolarização que retomara a custo de muito sacrifício seu e de seus familiares, sem que tivesse nada concretamente estabelecido, sobre a sua vida funcional. Prossegue ela:

Eles não conversaram comigo pra dizer assim: "olha, você vai pra lá, você vai se empregar, nós vamos colocar você lá em determinada repartição, em determinado órgão e tal, vai ser uma coisa assim..." Quer dizer, eles não me colocaram a par de nada; eu não sabia se era carteira assinada, se era contrato, o quê que eu ia fazer... E, eu só sabia que era relacionado a emprego, porque os professores comentaram comigo; mas eu não tinha assim... engraçado, eu era a pessoa que vinha trabalhar e eu não fui colocada a par de nada; é como se eu fosse um brinquedo; eu não tinha noção, do que realmente eu ia fazer, apesar de que eles podem dizer que tinha; mas eu mesma não tinha.

Então, quando eu cheguei aqui, e eles me colocaram lá na prefeitura; me deixaram como se estivesse tudo certo; e perguntei se eu ia ficar lá, eles disseram que estava tudo certo. Mas, quando eles saíram, não estava nada certo. Na época, o secretário daquele órgão, que hoje é o prefeito, por coincidência, hoje é o nosso prefeito aqui na cidade; ele disse que não me aceitaria; que não me

aceitava; é questão de preconceito mesmo... E aí por muita briga, muita confusão mesmo, com o tempo eu fui admitida; mas com o tempo também eu fui afastada e, até hoje estou na batalha.

Aí aparece uma segunda manifestação de rejeição, de discriminação contra ela, perpetrados pelo poder público. Na verdade, o poder público prefere agir com as pessoas portadoras de deficiência, de maneira que esta ação possa ser alardeada, como sendo uma ação praticada por alguém e, que induza a se pensar que foi um indivíduo quem a praticou. O pleito de Cirlene era o de ter assegurado o seu direito ao trabalho, ao provimento com a utilização de suas habilidades pessoais. Isto é: ela só queria vender sua força de trabalho. Ao poder público interessa mais uma política que tenha como pedra de toque a assistência, a doação. Isto faz com que o seu executante apareça aos olhos da população, da mídia e do deficiente assistido, como sendo alguém que se interessa pelas circunstâncias em que estão ele e seus familiares mergulhados, razão pela qual toma a iniciativa de prover-lhe com alguma coisa. Porém, tem que ser alguma coisa que não dure, para que ele possa, ou antes, precise voltar tantas vezes quantas seja necessário repor aquilo que lhe fora dado. Ou, no caso de um benefício pecuniário, para que a população o veja mensalmente ir a uma agência bancária e, saiba que ele está sendo assistido pelo Estado, e, por via de consequência, saiba quem foi que possibilitou esta sua provisão como que providencial.

Mas Cirlene dá provas de perspicácia, quando aproveita-se da situação indefinida no que tange ao emprego, para dar o rumo que sempre pretendeu à sua vida.

Aí, nesse meio tempo, eu retomei os estudos e aí não parei mais. Fiz o primeiro grau, terminei, fiz o magistério em Petrolina, e prestei o vestibular e passei e aí, fui cursar na Faculdade em Petrolina e foi uma experiência assim muito boa que eu tive, porque me oportunizou, essa vinda pra cá, os estudos, que eu tanto almejei conseguir; e, no ano passado já formada eu fiz o curso de especialização em atendimento ao deficiente visual; que pra mim, foi uma experiência muito boa, porque veio pra minha cidade. eu fiz aqui mesmo. Posso dizer que foi uma felicidade pra mim.

Ao responder se aquelas idas e vindas de sua vida funcional tinha alguma coisa que ver com o fato de ser ela deficiente visual, diz acreditar que sim e, discorre de chofre, sua terceira experiência de sofrer uma rejeição explícita.

Eu acredito que tenha, porque apesar de tudo, apesar da televisão hoje estar falando mais claramente, estar mostrando, mas a gente sabe... a gente tem que admitir que a gente mora no interior; e como tal, as pessoas ainda são muito, digamos assim, mal informadas e menos comprometidas, com certas realidades, que uma delas é essa, dessa integração do deficiente; quer dizer: eles acham legal, normal, lá no sul, lá em outra cidade, ou mesmo aqui no nordeste, contanto que seja longe deles. A partir do momento em que a coisa chega próxima, eu acredito que isso choca e intimida.

Eu pude ver isso, eu ousou falar dessa forma, porque eu me lembro que, quando eu entrei no colégio pra fazer o primeiro grau, uma professora me chamou muito a atenção, ela professora de matemática...que ela me deixou uma lembrança muito interessante, embora tenha sido negativa, mas eu guardei isso comigo, não porque é negativo, mas, porque me chamou bastante atenção, a forma como ela se sentia ao lidar comigo. Quer dizer, eu confesso que concordo com as pessoas, que pra quem não tem experiência, pra quem não tem um curso de especialização, seja realmente muito difícil lidar com o portador de deficiência. Mas, uma coisa que me chama a atenção também, é essa falta de disponibilidade deles de conhecer o novo. Eles têm medo, porque eu, quando não conheço algo, eu vou lá e procuro conhecer; eles não; eles são o contrário; eles não conhecem e têm medo de conhecer; é como se fosse um fogo; qualquer coisa ele fosse explodir eles fossem ser apanhados no meio daquele fogo.

Então, ela virava assim pra sala, olhava assim pra mim - engraçado que, a gente não vê, mas a gente sente quando a coisa é direcionada - ela dizia: "tem gente aqui que vai desistir; eu vou fazer, vou acontecer"... ela ameaçava mesmo sabe, ela era linha dura; ela ameaçava mesmo. Só que eu não desistia, porque meu objetivo não era me intimidar, era estudar realmente; eu já estava ali, ali eu tinha que seguir. Não podia fracassar mais; não podia perder mais tempo; eu já estava muito atrasada e eu queria sair daquilo ali. Então, ela viu que eu não desistia; ela chegou até o coordenador geral do colégio e pediu que pelo amor de Deus, ele tirasse aquela menina dali, porque aquela menina não era pra estar naquele colégio; que a família dela teria que colocá-la na capital, porque...

Aqui ela arremata, apresentando sua leitura de tudo o que vivenciou, indicando uma plena consciência daquilo que enfrenta todo o deficiente e o que a sociedade de fato quer para ele.

Quer dizer, pra eles, é como se o deficiente tivesse que correr sempre de onde está para um outro lugar; é como se a gente tivesse que ser obrigado a viver fora da cidade, pra que não pudesse incomodá-los. É por isso que eu digo que é preconceito mesmo. Eu não vejo outra forma de colocar, não; eu acho que é o preconceito realmente que entra nisso aí...

Aqui ela retoma o caso de seu emprego na prefeitura, que, por sinal, tem a mesma leitura e ela procura reforçar o que já foi colocado como sendo forma normal do corpo social agir e pensar, no que respeita à aceitação e à admissão do portador de deficiência, como alguém normal, capaz, hábil e, que precisa apenas ser visto como tal.

Na verdade, eles não queriam me aceitar, sob hipótese alguma; (...) e a partir do momento em que eles me aceitaram... Engraçado que na época, (...) o expediente era pela manhã, nessa secretaria. Aliás, na maioria das secretarias. O expediente era pela manhã e, eles me colocaram à tarde, porque eles achavam que o movimento era menor. Eles alegaram que o movimento era menor, que eu tinha que ter mais sossego, que não tinha que fazer muita coisa... Então, eles me colocaram no horário da tarde, onde não tinha muito o que fazer. E, por incrível que pareça, na secretaria em que eu estava, realmente não tinha nada pra fazer: nada mesmo; o telefone nem tocava; era preciso fazer oração pra o maldito tocar, pra eu poder fazer alguma coisa. Então, e, por incrível que pareça, essa secretaria, ao lado dela, na época, tinha o chamado bordéu e, lá, aconteciam muitas brigas, muitas confusões... Então, pra você ter uma idéia, só ficava nessa secretaria à tarde, eu e o vigia. Assim mesmo, o vigia, ele foi colocado por minha causa; porque eles achavam assim, que eu era deficiente não podia ficar lá sozinha; porque realmente lá não era muito aconselhável. Então por lá ser um lugar assim muito ...

Aqui ela descreve o lugar que fazia vizinhança com seu local de trabalho, indicando ser um lugar "... boca quente..." onde as brigas, os palavrões, as confusões e os assassinatos eram o prato diário. Ela narra um dos episódios, que teve uma consequência importante para a sua vida funcional.

Então, certa vez houve um crime lá; e por causa desse crime... era um período assim de eleição, tinha muita movimentação, na secretaria, atrás do secretário, pedindo... lá era secretaria de obras e eles pediam muita... sabe como é o povo ... na época de política aproveita pra pedir material de construção, não sei o quê... tudo que eles podem arrancar eles vão lá e pedem. ... E, nessa época, eu lembro que houve um crime; e foi por causa desse crime que eles me mandaram ir pra casa. Então, a partir daí, com o tempo eles me dispensaram. Eu tentei voltar várias vezes, ligava pra lá, ia lá, mas eles não me aceitavam. Inclusive, nesse período ... houve um grande período que ficou inativa essa função à tarde. Realmente, não existia esse lugar; esse lugar foi criado pra mim, porque não existia. E aí com o tempo, as coisas foram se modificando. os horários mudaram. essa coisa toda ... e aí não houve mais espaço realmente pra mim: toda a secretaria em que eu batia, estava já preenchida; o meu lugar já era preenchido; então não teve mais como...

Diante disso, indagou-se se tal dispensa de serviço, significava retirada de folha, ao que ela responde, um tanto titubeante:

Essa questão de retirada de folha, ela...continuou, sabe? Mas é uma continuação assim, que não tem nada certo; é um período... essa questão de mudança ... quando muda alguém corta; quando volta... um bota, outro tira; aquela coisa assim; não tem nada...

Na verdade, ela não conseguiu ganhar estabilidade. Mas ela aproveitou bem isto, fazendo avançar sua vida pessoal e intelectual, conforme seu desejo íntimo.

Aí eu aproveitei pra estudar, porque, já que eu tinha vindo pra cá com uma proposta de emprego e não deu certo e eu estava nesse impasse todo, então eu aproveitei pra estudar; estudei um bom tempo à noite; depois fiz magistério durante o dia, já que não tinha nada pra fazer . Magistério, geralmente é durante o dia. Aí, eu fiz.

Aí aconteceu outro fato interessante. Na época eu tinha uma amiga de Petrolina e ela sempre andava aqui em casa, e ela falou pra mim que estava tendo atendimento ao deficiente visual; que a partir daquele ano, o pessoal tinha feito o curso e ia atender ao deficiente visual. Então, minha mãe sempre teve vontade de que as filhas fizessem magistério, porque ela não pôde fazer... essa coisa de mãe: transferir pra os filhos o que gostariam de ter feito. E por realmente não ter uma outra coisa! Se sabe que segundo grau está muito a desejar; então eu realmente me enquadrei na questão de fazer o magistério. E aí essa minha amiga me disse que tinha esse atendimento e, eu empolgada com esse atendimento que realmente ia ter, com essa assistência, eu disse: "Ah, então eu vou fazer". Eu fiz o primeiro grau todo aqui, por minha conta, sem assistência nenhuma, brigando com os professores e tal, então, lá, vai ser melhor.

Aí eu fui lá, fiz a matrícula; quando eu cheguei lá encontrei com uma diretora muito simpática na época, me recebeu muito bem, me atendeu; até falou sobre a lei; disse que a lei assegurava; que mesmo que ela não quisesse, que a lei me dava toda a cobertura; mas ela realmente foi muito simpática, muito agradável, me aceitou de cara, foi aquela empolgação por ter uma aluna deficiente e tal... Só que depois que eu entrei, eu fiquei sabendo, que o curso que os professores tinham ido fazer em Recife, era voltado para a alfabetização; pra atender crianças na faixa etária infantil, na fase de alfabetização. E eles entraram em pânico, porque surgiu uma aluna já no magistério; eles não sabiam que existia essa aluna, esse cliente novo (...). O atendimento foi isso: eles se prepararam pra uma coisa e surgiu outra no caminho deles; mas foi uma experiência, acho que tanto pra mim, quanto pra eles. O que eles não sabiam eu ia conversando com eles; até no atendimento com crianças, sei lá, devido à minha experiência... Foi aí que, houve essa integração.

No primeiro ano - o primeiro ano é mais voltado assim pra o básico e tem três matérias específicas do magistério - não foi tão problemático porque essas disciplinas elas, apesar de serem do magistério, mas elas são mais, digamos assim... teóricas... Problema mesmo veio no segundo ano, com o estágio, quando eu tive que encarar o estágio.

Interessante que, quando eu cheguei no magistério, apesar de eu não saber, eu só... engraçado eu só soube agora, já terminando a faculdade. Conversando com os professores, tive aquela curiosidade de perguntar pra eles, o que é que eles sentiram, se eu perturbei o meio deles, como é que eles viram a minha chegada no magistério. Eu não sabia; mas disse que foi uma confusão; todo o mundo entrou em parafuso: "Meu Deus, o que fazer agora? como organizar esse curso pra essa menina? Como organizar essa criatura... no estágio?". Então houve muita preocupação e houve muito tumulto e, muito pânico também; só que o pânico deles foi muito bem abafado; eu não percebi nada; realmente eles me driblaram. Mas, como o curso é voltado para o ensino comum, houve realmente dificuldades ... E, a dificuldade maior, era saber como me enquadrar no estágio. Então ... o que foi feito? Eles colocaram uma aluna pra me acompanhar na sala. Quer dizer: ao invés do estágio ser assim, um aluno por cada... em cada sala; foi assim, duas alunas, no caso.... então pra facilitar, quer dizer eu dava a minha parte... Na parte de observação não, que na observação a gente não faz quase nada... Por exemplo eu não podia escrever no quadro; não podia... essa parte de participação não tinha. Mas, distribuía atividades na sala; a minha colega me ajudava. Então, isso foi tudo normal.

Agora problema mesmo foi no terceiro ano. que aí a gente tinha que dar aula.

Pra início de conversa, a professora... a orientadora do estágio ela já sabia que eu me encontrava na escola, então, no primeiro dia de aula. ela me rejeitou; e foi através dessa minha amiga que me levou pra Petrolina que eu consegui me enquadrar na equipe dela... Porque... eu preferi ficar na equipe dela pelo seguinte: porque pra mim. era mais cômodo, por ser mais próximo aqui de casa; apesar de que era em Petrolina, mas, a escola que eu ia estagiar, ficava ao lado da orla... aliás em frente a orla; e a orla já fica aqui, de frente pra Juazeiro; então eu preferi estagiar com ela. Deu muita confusão, porque ela [a orientadora] não queria de forma alguma me aceitar; ela não queria me enfrentar, enfrentar o problema, a dificuldade: qualquer coisa. Ela não se deu ao trabalho nem de conversar comigo pra saber o que é que eu achava, como era que faria... Então acabou que ela não me queria de forma alguma, e eu entrei na raça. Então ela me tratou muito discriminatoriamente; ela me tratou de uma forma muito cruel; ela me rejeitou em todos os instantes do estágio; inclusive ela me prejudicou bastante. Ela me colocava sempre abaixo das outras; e o máximo que ela me dava era, quando ela não fazia nada por mim, ela me dava a indiferença; ela me destratava; e quando ela não me destratava ela me tratava com indiferença; ou seja, não era nada pra ela; tanto fazia eu estar ali como não, pra ela conta era a mesma; se eu fizesse bem estava bom; se eu não fizesse, estava melhor ainda. Então, tudo que eu fazia ela criticava, tudo que eu fazia não tinha valor... e quando ela não falava nada, ela também não gostava, segundo ela demonstrava... Inclusive as pessoas já sabiam; é tanto que teve confusão no estágio, porque ela não me orientava: não orientava o grupo, mas, principalmente a mim... você

sabe como é orientador de estágio, joga lá e, cada um que se vire; ela era muito exigente, cobrava muito, mas dava muito pouco. E, pra mim então, é que ela não ligava mesmo. Então houve muita dificuldade porque não houve preocupação em nada em relação ao estágio... comigo; e eles me colocaram numa...

Engraçado que tinha uma aluna cega nessa escola; e, ela era aluna de uma professora recém chegada na cidade; que a professora também tinha pânico de cego e dizia que... demonstrava também indiferença com a menina; e, ela dizia sempre que não queria aquela menina no... a menina era rejeitada na sala de aula... quer dizer, ela fazia de forma assim, não ligava pra menina, sabe aquela... ela dava aula pra todo o mundo, como se todo mundo fosse igual na sala; ela não estava nem aí pra quem não soubesse, pra quem tivesse dificuldade e a menina cega, então, ficava a ver navios. Então, eu fui colocada nesta sala pra atender esta menina. A professora da sala de aula me aceitou, mas não me aceitou porque eu era uma estagiária; ela me aceitou, porque eu ia resolver um problema que ela não conseguia resolver; eu ia assumir a aluna dela que era deficiente visual. E, uma coisa que me chamou bastante a atenção nesse período, foi justamente que essa professora passava essa menina nas provas, sem que ela soubesse nada; ela dava notas altíssimas a menina e, a menina não acompanhava a sala ... o ensino que ela ... E, uma coisa que me chamou bastante a atenção, também, foi que ... nós ficamos numa sala de crianças repetentes a três anos. Quer dizer, três anos essas crianças vinham sendo repetentes e, foram reunidas numa só sala e era uma sala de meninos altamente indisciplinados; e essa sala choveu substituta; essa professora não ficou na sala de aula regularmente; ela tirava... licença várias vezes e, choveu substitutas; e as substitutas também não tinham controle nessa sala. E foi um pandemônio... Pense aí numa loucura; foi uma coisa estressante, desgastante, muito ruim, mesmo. Então, quando partimos pra o estágio, pra dar aula, realmente foi uma experiência muito árdua pra mim, porque, as crianças não me atendiam. Talvez não porque eu fosse cega, mas porque elas não tinham o hábito de respeitar o professor da sala de aula; e, choveu muita substitua e não tinha assim aquele domínio; eram pessoas... Eu acho que na verdade, aquelas crianças, precisavam de um atendimento psicológico e não tinha; a escola não oferecia esse tipo de trabalho. Então foi muito difícil.

Entrando já na fase final da entrevista, passa a falar sobre o seu período de faculdade, que parece ter sido mais tranquilo, apesar de não menos trabalhoso.

Na hora de cursar [a faculdade], para falar a verdade, os professores da faculdade, eram praticamente os mesmos, mudavam muito pouco, mas os mesmos do magistério, então aí eu já não tive grandes dificuldades, de relacionamento. Eu tive dificuldade mesmo foi na parte de material, porque faculdade você sabe, é tudo jogado, pelo menos por aqui foi, não é? E explicação só aqueles de boa vontade, mas na verdade eles só dão conteúdo, conteúdo, para você se virar, para você passar aquele conteúdo a diante, você entra como aluno e sai como professor realmente, porque você é o tempo todo sendo professor, mesmo sendo aluno e o professor passa a ser aluno.

quer dizer, ele lhe coloca, lhe enche de conteúdo, mas só dando material, mas explicação ele não se predispõe não é? Então a minha dificuldade era justamente aí, porque, era muito conteúdo, para pouco tempo. Por exemplo, você recebia três quatro cinco apostilas hoje, para dar amanhã e aí eu me via assim empanturrada de apostilas sem ter como digerir isso tudo. Então como é que eu me safava disso tudo? As colegas liam, agente estudava em grupo, agente explicava uma para a outra; discutia, dividia os tópicos das apostilas e agente combinava de cada uma fazer a sua produção, a sua explicação dentro daqueles tópicos que agente dividia e... eu ia me virar dessa forma, quando eram coisas mais extensas, eu pedia para as colegas gravarem, as colegas gravavam para mim, e aí agente estudava para fazer trabalhos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, agente estudava. Eu estudava através do gravador: as meninas gravavam e eu estudava em casa, ouvia, aí eu fazia os trabalhos individuais, e em grupo agente sentava, estudava, cada uma dizia seu ponto de vista, chegava a um consenso e elaborava o que tinha para elaborar.

Quanto às provas, devido a essas duas professoras terem feito curso de atendimento aos deficientes visuais, elas batiam algumas vezes as provas em braille para mim, à título de voluntário, eu acho que elas não recebiam nada para isso, acho não, eu tenho praticamente certeza, que elas não eram profissionais da faculdade, a faculdade convocava mas, à título de amizade, só amizade mesmo, então elas se prontificavam de bater as provas e alguns textos que eu queria, eu pedia para elas baterem, mas eu não pedia tanto porque eu sabia que era gratuito, agente fica meio assim, de pedir, para que as pessoas trabalhem para agente de graça, diante deles serem profissionais, e diante da crise que está aí, sufocando todo mundo, então eu diante da minha timidez, eu nunca fui de pedir, não tive muita facilidade de comunicação então eu passei muito aperto por isso, eu não dizia exatamente o que eu queria e eles não sabiam, então... Bom, mas as provas como eram feitas não é? As provas eram feitas individuais. Quando as provas estavam batidas em braille, e em dupla - passaram a fazer prova em dupla porque eles não queriam nem mandar as provas pra Debi, aquela questão dos professores não quererem antecipar seu trabalho. Por exemplo, para eles mandarem as provas do deficiente para a secretaria bater, eles têm que elaborar antes para mandar, então, é... não sei se pela questão do tempo, talvez fosse porque na verdade eles eram professores de outras instituições, talvez fosse pela questão do tempo. Eles não queriam se predispor a antecipar essas provas para Debi bater e eles fazerem de novo e eles fazerem aquela questão, não é? Então, devido esse vai e vem, para encurtar o trabalho, eles preferiram fazer provas em dupla. Porém, teve uma das professoras que não queria prova em dupla, queria que eu fizesse prova oral e eu rejeitei a fazer prova oral. Porém uma das vezes eu me submeti devido a necessidade, porque eu não tive argumento para usar, por conta da pessoa que batia prova em braille para mim estar viajando, então como eu teria que fazer aquela prova, eu me submeti a fazer aquela prova e ela achou interessante porque, no fundo no fundo, ela queria me testar se realmente eu acompanhava o programa ou não. Então para mim, foi uma experiência ruim, porque eu detesto prova em braille... essa questão, de falar e tudo principalmente com professor, essa coisa de nota, você fica meio tenso. Eu fico toda, não é meio não, eu fico toda. Aí eu achava aquilo ruim, e tal, ficava nervosa, coisa que agente sabe agente acaba se atropelando, esquece até, não lembra, então teve questões mesmo que eu sabia e não consegui lembrar na hora e, logo depois, quando ela disse que acabou a

prova, eu lembrei mas aí ela não deixou que eu dissesse, porque aí já tinha terminado e para mim foi chato nesse ponto. Mas, por outro lado, eu provei para ela - ou ela se sentiu provada - que eu poderia acompanhar o conteúdo da escola, como qualquer outro aluno, com as mesmas condições e as mesmas deficiências também. [Mesmo porque] eu não sou obrigada a ser aluna nota dez sempre, como também eu não sou obrigada a ser aluna abaixo do seis ou do sete como era a média. Então, ela ficou encantada com a minha condição de poder acompanhar a turma e foi a partir dali que ela viu que eu não era aquela coisa toda que ela achava que eu fosse, o bicho papão, ela me enfrentou e achou que eu realmente dava conta do recado.

E ela conclui reflexiva, procurando mostrar-se a um tempo contente por ter atingido um determinado patamar na vida e a outro, alguma decepção por estar ainda sem estabilidade funcional, sem resposta a todo o esforço envidado para chegar a um tal ponto. Ela só reflete o que vivencia inúmeros outros que trilharam mais ou menos a mesma estrada que ela: só um balanço que indica muita luta, muitas intempéries, muitas dificuldades enfrentadas e superadas, mas, na prática, como resultado concreto de tudo isto: nada.

É engraçado, desde criança eu sonho em entrar na faculdade, de entrar num curso superior mas o meu objetivo maior era justamente de... era em termo de... eu queria avançar culturalmente, eu queria ampliar meus conhecimentos, mas, ao mesmo tempo, eu queria conquistar a minha sobrevivência, a minha independência financeira, e eu queria ser aquela pessoa responsável pela minha sobrevivência, não queria deixar isso para as outras pessoas. Para você ter uma idéia, meus irmãos hoje estão bem, mas para mim... eles estão bem, fico muito contente com eles mas, eu ainda não me encontrei porque, justamente eu não tenho essa independência financeira entendeu? E... uma das minhas perspectivas era justamente sair de lá e no mínimo conseguir pelo menos um contrato, para dizer assim, olha, você está contratada, e está realmente engajada em alguma coisa para seguir seu caminho até que você consiga avançar, passar num concurso, ter estabilidade realmente, mas confesso que depois do curso, me deparei com a dura realidade. Quando agente está estudando, agente tem aquela idéia, ah... aquele sonho não é? Eu estou louca para terminar, para trabalhar, meu objetivo era trabalhar nessa área, era realmente conquistar o meu espaço, era realmente ganhar essa independência financeira, realmente eu fiz com o propósito de melhorar meu ordenado, de ganhar melhor, de melhorar aquilo que eu não tenho, mas, de ganhar melhor no futuro, e de repente não ganhei nada, estou parada.

CAPÍTULO 4. CAMINHOS MASCULINOS

H.B.P.K. : "Eu não tenho revolta de ser cego, muito pelo contrário: eu tenho orgulho de ser cego"

"Meu nome é HBPK, nasci com glaucoma congênito por causa de um problema genético que tem na minha família".

Aqui começa a movimentada história de HBPK, uma pessoa extremamente irrequieta, eletrizada, completamente imiscuída na senda cotidiana dos cegos. A primeira razão é óbvia: também não vê. A segunda, não tão óbvia assim, porque na grande maioria dos casos, há pessoas cegas que fazem questão de não parecerem cegas, sobretudo, se se alcança um determinado patamar econômico e social; se se atinge uma certa notoriedade pessoal. HBPK em determinada altura de sua entrevista, pede que não lhe obriguem a falar das coisas dos cegos, sem que seja como ele sabe fazê-lo: apaixonadamente. A principal característica de sua fala é a veemência com a qual se expressa. Com ela e com a emoção que lhe aflora e com as quais decora sua verbalização, procura enfatizar seu modo de pensar, suas idéias a respeito do que é o cego, do que são as instituições de e para cegos e como se deveria agir para que tais e quais situações pudessem ser modificadas, para que melhor os cegos pudessem ser atendidos em suas necessidades de integração, de capacitação e de conscientização de seu real potencial.

A sua entrevista neste capítulo, será apresentada somente os momentos em que ele discorre sobre sua saga pessoal. Os momentos em que ele discute as instituições de e para cegos e suas idéias a respeito delas, será apresentada no capítulo seguinte, na parte onde serão elas tratadas especificamente. Por enquanto seja lhe dada a palavra, para continuar a apresentar- se e falar um pouco de suas faimas diárias, como cego, como aluno, como músico, etc.

Aquela história do cara com seis dedos. outro nascer com quatro. aquela história... só que em mim deu na vista. Enfim. Aí eu vim pra Salvador. pra operar com dez dias de nascido; fiz três operações. como foi em 1967. não resolveu nada: se fosse dez anos depois. eu já não ficaria cego. Mas enfim... Bom e aí, vivi em Utinga. enxergando até os nove anos; Utinga, interior do estado, chapada Diamantina. Até os nove anos de idade eu enxergava qualquer coisa: até os seis com os

dois olhos e dos seis aos nove com só o olho direito; mas eu via tudo; via até melhor do que os que enxergavam. Mas aí comecei a perder a visão. (...) Olhava um carro via dois carros, um em cima do outro; olhava para a lua, via duas luas; (...) fui perdendo a visão, perdendo ... Aí, (...) eu pedi à minha mãe, para ir estudar no Benjamin. onde meu irmão que também é cego - ele é o mais velho, eu sou o mais novo - estudou e aí eu pedi para me levar pro Benjamin, lá no Rio de Janeiro. Setenta e sete, antes de completar dez anos, eu fui pro Rio de Janeiro, pro Benjamin. Como eu era baiano, falava diferente, enfim, tinha cabeça diferente; enfim, era totalmente diferente; apanhei muito.

Aqui HBPK aparece vivenciando a primeira separação de seus familiares, conhecidos, amigos, coetâneos, coisa que hoje ele mais combate. Para ele trata-se de uma das formas mais cruéis de educar uma criança e uma das táticas mais eficazes para perpetrar a segregação, a discriminação. Isto ficava claro, quando os seus novos colegas lhe tratavam com indiferença e mais ainda, com hostilidade, pelo fato de ser ele diferente, embora fosse cego como eles.

Porque aquilo ali, era um verdadeiro presídio. Então tinha um grupo que costumava espancar os cegos de fora, principalmente os nordestinos. Porque o carioca, naquela época, tinha um preconceito (...) E, apanhei muito, sofri muito, foi uma época difícil, uma língua diferente; o alfabeto era pronunciado de maneira diferente; era uma coisa horrorosa, para mim. Mas, me adaptei. Isso em 77

Como se percebe, ele acabou por se enquadrar, a despeito de tudo. Era já um garoto de dez anos. Daí se deduzir que já teria alguma idéia de socialização, ao ponto de compreender que precisava fazer-se igual aos diferentes; que tinha que forcejar uma convivência com mundos e pensamentos divergentes, para que pudesse sobreviver a uma estrutura que o empurrava para fora de si. Isto, analisando uma micro estrutura, onde a diferença não era físico-sensorial. Mas, mais uma vez, teve que interromper uma aclimatação já em processo de consolidação.

Em 78, mais uma vez eu fui estuprado: tive que sair do Rio, de uma gaiola grande para vir para uma gaiola pequenina aqui em Salvador. Então, no final do ano eu saí do Rio de Janeiro, no final de 78 e em 79 eu ingressava no Instituto de Cegos da Bahia. No meio do ano eu passei de série, eu passei da segunda para terceira série; (...) e foi aquela história, eu estava muito forte e no meio do ano eu passei para a terceira série; já estudava em colégio normal. Eu estudava no Marquês de Abrantes, no Boqueirão. Só que era muito rebelde, né? Muito rebelde mesmo com negócio de prisão; não gostava.

Aqui ele já cria o conceito de prisão, associado ao de rebeldia. Assinale-se que esta era a forma de demonstrar insatisfação com a situação a que eram submetidos os internos dos institutos, que ele puderam encontrar. Era a forma de manifestar-se que possuíam e da qual faziam uso. Isto nunca fora entendido pelas instituições a partir desta via de compreensão. A inquietação, a rebeldia, a insubordinação eram sempre tomadas como alguma coisa que não se deveria investir, porque não valia a pena, não se daria jeito. Pessoas que eram acometidas destas atitudes eram consideradas incorrigíveis, casos perdidos. Esperava-se que elas nada mais fossem que não marginais, esmolés, dependentes e infelizes, por serem insociáveis, de convivência difícil com as demais partes formadoras do corpo social.

No entanto, não é demais dizer e assinalar que, esta é uma sentença que não encontra respaldo real no dia a dia destas pessoas, pelo menos em sua grande maioria, que se acabam vivenciando uma situação de dependência e de miséria, tal relaciona-se com fatores outros, que não os acima referidos. Mas, o contrário: em geral, todos os que foram convidados a sair, ou mesmo aqueles que não passaram por aquelas instituições tem tido algum êxito em suas incursões pela vida. E, aqueles que foram sempre conformados ao sistema, enquadrados em suas normas, salvo as necessárias exceções, se encontram em situação de paralisia ou de semi-paralisia política, social, cultural, econômica e, por conseguinte, efetivamente alijados do processo produtivo da sociedade. Mas esta é uma discussão para mais adiante. Por enquanto, devolva-se a palavra ao músico, arranjador e internauta HBPK que continua a discorrer a cerca dos institutos, comparando-os:

E, o Instituto do Rio era fantástico: era uma prisão, mas (...) um presídio de alto gabarito! Nós tínhamos não sei quantas quadras de futebol, não sei quanta... enfim, piscina, uma série de coisas, um espaço que nem se compara ao espaço daqui, uma coisa totalmente fora do comum. Aí eu fui engaiolado aqui numa gaiolinha pequenininha, mais com cara de açalpão do que de gaiola! Eu enlouqueci! Aí, namorei de mais e fiz muita besteira no Instituto, até que fui convidado a sair.

"Convidado a sair": esta era a atitude mais drástica que achavam poder tomar, para combater a criatividade, a inteligência a qual, correndo risco de asfixia, era o meio de abortar um embrião ao oitavo mês de gestação. Dali poderia nascer uma insubordinação coletiva, visto que aqueles rebeldes, em geral, tinham senso e carisma de liderança e exerciam alguma influência sobre seus colegas. O que os dirigentes não poderiam imaginar é que eles ao serem

convidados a sair, deixavam suas marcas indeléveis nos espíritos irrequietos daqueles que ainda ficavam. As idéias, as iniciativas, as práticas tidas por anormativas eram imitadas pelos que eram influenciados pelos líderes insurgentes. O medo de propagação manifestado no convite a sair, acabava se concretizando naqueles que ficavam e que igualmente insurgiam-se, cada vez com mais força e audácia. A cada geração de rebeldes, as ações eram mais perigosas, mais audaciosas, iam, enfim, mais longe. Mas os dirigentes, os técnicos não entendiam como sendo um sentimento coletivo, uma atitude que refletia uma situação vivida e, contra a qual se pretendia soerguer. Era sempre interpretado como algo pessoal, anomalia de alguém que não se podia enquadrar às normas de uma instituição aniquiladora de espíritos e ideais. E segue HBPK:

Bom, mas continuei meus estudos etc., fora do Instituto e continuei andando com os cegos, mas, quando eu vi que as associações e lugares onde se promovia o cego, só servia para que os cegos jogassem dominó, se reunisse para jogar dominó e baralho, falar da vida dos outros e não fazer mais absolutamente nada, eu resolvi sair do meio.

Logo se percebe que não era apenas um rebelde, que se insurgia contra uma instituição que o privava de seu ir e vir. Era uma rebeldia que se manifestava contra o *modus vivendi* de uma camada marginalizada e que como tal se comportava, sem que buscasse qualquer meio de superar esta condição de pária da sociedade dos normais. Segue então seu próprio rumo, indicando ter percebido a necessidade de o fazer, sob pena de ter o mesmo destino que aqueles que se encontram apáticos, literalmente estacionados no tempo e no espaço, esperando que alguém, ou alguma instituição, seja pública ou privada, venha e faça-lhe alguma coisa, conceda-lhe algum benefício (pecuniário, alimentar ou indumentário): viva-lhe, enfim, a vida.

E, como eu tive iniciação musical lá no Rio, de piano, iniciação musical com piano, solfejo, essas coisas, e aqui em Salvador tive continuidade disso, eu resolvi entrar na música. Primeiro tocando violão, etc., etc., e segundo, comecei a mexer no teclado, até pela formação musical que já vinha com piano.

Aqui este rebelde dá uma demonstração de que sua insubordinação se faz acompanhar de uma perspicácia excepcional e, igualmente necessária para si e para suas idéias de autonomia e

independência. A despeito de se rebelar contra um sistema que tolhia, atrasava e atrelava a um esquema de fixação de papéis, usava de algumas de suas ferramentas para conquistar seu espaço, sua sobrevivência e, sobretudo, sua fama como artista. Esta é igualmente uma forma de rebelar-se. Está dentre os papéis determinados pela sociedade para o cego, aquele segundo o qual todo cego deve necessariamente ser executor de algum instrumento ou cantar, para que a sociedade lhe aprecie a voz e, se sintam ambos recompensados: um por não ter o direito de ver; o outro por poder dizer que: "quando Deus lhe tirou a visão é porque coisa melhor lhe deu"; ou "quando Deus tira os dentes, enlarguece a goela". Bem assim age o rebelde HBPK, fazendo inverter a situação, tomando para si as rédeas de sua trajetória artística: assume uma postura pela profissionalização. Não se trata de um mero cego tocador, executor de um instrumento musical: trata-se de um músico, um arranjador. Trata-se de alguém que desempenha um papel social, porém com a altivez de quem o faz de forma ativa e independente de determinismos.

E aí, foi uma loucura. Entrei na primeira banda, e conheci um bocado de gente, entrei na segunda e, aí não parei mais.

Em 85 eu fiz uma das grandes besteiras da minha vida: me casei pela primeira vez, 86. eu me casei. E aí, continuei tocando. Fui tocar no Sabor da Terra, uma das casas de espetáculo maiores que já teve aqui na Bahia. Na época da lambada, eu era chamado o rei da lambada e, com matérias na *Veja*, etc., etc., enfim, fui tocando minha vida: comprei minha casa, as coisas normais que as pessoas normais costumam comprar para seu conforto e continuei estudando música.

Fica portanto claro, que se trata de uma opção, de uma escolha feita pela pessoa, pelo homem que escolhe algo para aplicar na sua vida, profissionalmente ou não. Está igualmente claro que, o seu espírito inconformado apresenta-se satisfeito por fazer aquilo que lhe apraz, quando menciona "matéria na [revista] *Veja*", uma clara demonstração de que prevaleceu a impetuosidade do temperamento que já se manifestava na infância e na adolescência, cuja leitura não puderam fazer os especialistas em dirigir estabelecimentos e vidas de cegos. Digase de passagem que os tais se sentem donos e proprietários, não só das vidas destes como também de seus corpos, destinos e vontades. Segue HBPK com a saga de quem tem o domínio quase que pleno dos rumos que se tem que dar à vida: "Abandonei, no segundo grau, os estudos, porque não dava para conciliar trabalho e estudo; ou eu estudava e não trabalhava e, corria o risco de me tornar o meu irmão".

Aqui uma interrupção deliberada, para que HBPK pudesse explicar a alusão feita ao seu irmão, visto que fora para ele um espelho no qual se mirara para tomar a maior parte das decisões de sua vida, visto que aquele tinha feito opções que o enquadravam em um sonho pessoal; este fizera valer o palpável, o concreto, cuja base fora exatamente o fiasco do primeiro. "Meu irmão fez quatro universidades no Rio de Janeiro, e eu o encontrei na avenida Copa Cabana pedindo esmola. Tive que trazer aqui para Salvador".

Cobrado a respeito do que dissera a cerca de seu irmão, dirá mais adiante que se tratava de um visionário, cujo maior sonho era ser professor na mesma instituição onde sempre estudara: o Instituto Benjamim Constant. Como lhe foram fechadas as portas à concretização de tal ideal, acabou por degenerar-se em esmolé, despeito de suas quatro formações universitárias. Mais à frente se voltará ao assunto. Defende sua posição em relação a decidir por estudar e trabalhar e só trabalhar, afirmando:

Então, como eu não queria pedir esmola, nunca tive nenhuma influência de segurar na cumbuquinha e tocar pandeiro no meio da rua, eu tive que correr atrás do trabalho, porque trabalho, mais do que estudos, poderia me dar dinheiro. Nada contra estudo. Muito pelo contrário: Minha filha vai apanhar muito para estudar se fizer... se quiser seguir o caminho que eu segui. Mas, enfim, tive que abandonar os estudos para meter bronca no trabalho.

Dado o caráter enfático da entrevista com HBPK, fez-se retomar o tema apenas superficialmente aberto por ele, quando dizia ter seu irmão estudado em quatro universidades e acabou pedindo esmola. Que história é essa? Foi-lhe indagado, com algum espanto e igual ênfase. Sua resposta, tornou-se então o tema central do seu discurso, onde ele expressa toda a sua revolta, todo o seu modo de ver e pensar as instituições de e para cegos. Daí por quê muito pouco se intervirá em sua fala daqui por diante, para que ele possa com uma linguagem toda sua, exprimir-se com a liberdade que não tivera quando engaiolado.

Meu irmão foi um cara que nasceu na época errada, no lugar errado, estudou na época errada, se formou na época errada, procurou uma profissão certa numa época errada, quer dizer, tudo aconteceu de errado na vida de meu irmão. Por incrível que possa parecer, tudo aconteceu de errado na vida de meu irmão. Por que? Meu irmão fez [cursos em]quatro faculdades no Rio de Janeiro, das quais nenhuma ... - o sonho dourado da vida dele...

Aqui ele enfatiza de modo especial, uma posição contrária à forma como funcionam as instituições de e para cegos, salientando, segundo sua própria concepção, o seu caráter de estrangulador de sonhos e de destinos de cegos que buscam uma ação mais intensa e diretamente voltada para uma prática cotidiana independente.

É por isso que detesto instituições pra cegos... porque o sonho dourado da vida de meu irmão, era ser professor do Benjamim. Ele se formou inclusive em... era P.H.D em língua portuguesa. Só que não conseguiu. Fez matemática, fez computação, fez não sei ... milhares de coisas e a sociedade simplesmente o abandonou. Meu irmão era formado em 1975, já tinha cursado esses cursos todos que eu estou falando e, não conseguia absolutamente nada, porque fecharam as portas na cara dele. Então, em 1976; no final de 75, já desiludido com os quatro canudos que ele possuía, ele fez um curso de afinação de piano. Porque ele é ouvido absoluto e ele... outro curso de universidade que ele fez foi música, mas música clássica; é por isso também que eu não segui a música clássica; porque eu não tenho tendência pra sofrer... Então... pra gostar de sofrer.[correção]. Mas, em 76; no final de 75 pra 76, ele fez um curso de afinação de piano; um ano com um professor. Ele foi tão competente, que o professor dele mandou vir da Alemanha, uma caixa de ferramentas, com todo o equipamento de precisão, pra ele afinar piano. Só que, por uma miséria da vida, uma desgraça da vida, em 76, as casas noturnas do Rio de Janeiro, que tinham piano, venderam todos os pianos e colocaram duas vitrolas e um diskjockey. Porque, (...) em 76 foi quando iniciou-se o movimento discomusic. E acabaram-se as casas com boça nova, com jazz (...) E entrou a discomusic. Então, os pianos... se acabou [com] os pianos, acabou também o grande mar de empregos que eram gerados no Rio de Janeiro. E, ele como era um afinador novo, por mais que ele fosse ouvido absoluto, ele era novo; e, os pianos remanescentes já tinham seus afinadores contratados e. ninguém ia arriscar com um novato... um piano alemão com um novato. Então, ele perdeu... Quer dizer foi um cara que nasceu numa época errada. Ele nasceu em Utinga, quando não havia nem luz elétrica em Utinga; ele nasceu numa época errada, num lugar errado, num lugar horroroso...quer dizer hoje até é melhorzinho, mas na época era um lugar horroroso!.

Enfatiza uma vez mais a questão da discriminação e informa o resultado desta atitude social, no que respeita ao seu irmão.

E ele foi discriminado, enfim, quer dizer, a vida do meu irmão Valter, foi uma vida totalmente conturbada; ele é hoje um homem de 53 anos, vai fazer esse ano (...); ele nasceu em quarenta e cinco e vai fazer 53 anos, e ele sofreu muito. Tanto que sofreu que, hoje ele está pirado; quer dizer, além de cego, ele ficou meio pirado. Eu encontrei ele na Avenida Copacabana, pedindo esmola, cara! E eu fui pro Rio de Janeiro, achando que ele estava vivendo numa boa, porque, porra!, um professor de língua portuguesa, matemática, computador, música, cara!, afinador de piano... eu

achei que ia encontrar ele numa boa: muito pelo contrário: encontrei ele lá, sem óculos, mau vestido, todo rasgado, sentado na avenida Copacabana pedindo esmola. Então, para mim foi um choque horroroso.

Ele finaliza fazendo o diagnóstico, apresentado os resultados e, apresentando a proposta profilática, partindo de suas observações, conhecimento de fatos ocorridos a terceiros e das informações que por ele foram sendo acumuladas ao longo da vivência e da convivência com as instituições de e para cegos. Na prática, nunca é demais reiterar que, tais instituições imprimem em seus membros, a idéia de uma permanente espera de que alguém lhe faça as coisas, de que alguém lhe traga algum benefício, lhe proporcione alguma formação profissional, etc. e, acaba ficando estático nesta constante e quase interminável espera. Afirma ele:

É por isso que eu acho que as instituições... os institutos de cegos do Brasil, coloque isso, dê uma ênfase bastante grande a isso, ... os institutos de cegos do Brasil, são verdadeiros depósitos de futuros esmolés. Essa é a minha concepção. E, é claro que como pessoa inteligente que sou - porque sou inteligente - posso não ser uma pessoa bem formada, com a cultura ... mas sou um cara inteligente e, digo com certeza: os institutos... é claro que toda regra tem exceção, e é a exceção que faz a regra... mas, na sua grande maioria,... esmagadora maioria, os institutos de cegos do Brasil, são fabricantes de esmolés. São fábricas, depósitos... Pegam um cego, com três anos de idade, um menino que é acostumado na sua cidade a ser visto como cego; seus coleguinhas brincam com ele como se ele fosse uma criança normal; aí tiram aquele cego dali e colocam ele dentro de um hospício, presidio, depósito de esmolé, sanatório, etc., etc. e aí colocam esse menino lá, dentro desse monte de lugares que eu lhe falei; e com dezoito anos de idade, dão um treinamentozinho qualquer pra esse menino - que não é um treinamento decente; porque fabricar vassoura, fabricar isso, não dá dinheiro a ninguém. Aí dão um treinamentozinho qualquer, jogam na rua e dizem: "Oh, se vira! tu já tá formado, se vira!". Ele que não tem estrutura nenhuma para enfrentar a sociedade, porque a sociedade aqui fora discrimina. Aqueles mesmos coleguinhas que ele brincava quando pequeno, já o vêem como um E.T.; porque ele sai quando pequeno e volta quando grande; .. aí já é tratado como E.T.

E sentença fulminante e cada vez mais enfático:

E, o futuro do cego no Brasil, se não for mudado, sempre vai ser esse. Uns, conseguem ter um computador, como eu e você; e [outros] milhares se tornam esmolés; como nós temos exemplos de amigos nossos, que não vale nem a pena citar nessa... mas que se sabe que existe.

Para HBPK, a solução seria inverter as coisas, no que respeita à formação dos cegos, à sua educação:

Então pra mim, é triste ver a educação... o cego ser levado pra educação e não a educação ser levada ao cego. Porque seria muito mais barato. Se alguém for somar o preço de colocar um cego aos três e tirar aos 18 anos!; quinze anos, alimentando um cego dentro de um Instituto, e alimentando funcionários; e alimentando toda aquela estrutura grotesca; se você for somar todo esse custo, formar uma professora de cada município saia mais barato. Uma professora de cada município ... fazer braille na cidade grande e voltar pra o seu município, seria mais barato... seria muito mais barato. Porque, uma professora pra aprender braille, levaria no máximo seis meses; um cego pra sair um E.T. leva quinze anos. Então, essa estrutura de levar o cego pra educação e não o oposto, ou seja, levar a educação pra o cego, é uma estrutura falida que só presta pra... salvo algumas exceções, não sou radical, mas tenho que admitir que existem algumas exceções, eu e você somos uma prova disso. Mas, salvo algumas exceções, a maioria, a grande e esmagadora... eu diria, noventa e nove vírgula nove por cento dos cegos, são condenados por uma estrutura grotesca, imbecil, a se tornarem esmolés.

Salvo os arroubos de paixão, fruto de um temperamento irrequieto e de um espírito criativo e assaz eivado de curiosidade, impetuosidade e que busca o desenvolvimento e o crescimento naquilo que faz e, sobretudo, aferrado à perfeição daquilo que abraça e que se dispõe a imiscuir-se, temos uma radiografia real e crua do corpo doentio chamado por ele mesmo de mundo cegal. Faz-se necessário uma cirurgia muito delicada e arriscada; cabeças e interesses estão em jogo e, precisam ser de qualquer maneira preservados. Se mostram intocáveis os tumores que carcomem todo o tecido, desde os dos órgãos internos, chegando à epiderme, como se fora um câncer generalizado que impunemente se espalha e degenera todo aquele corpo, sorvendo-lhe pouco a pouco, mas constante e vorazmente a vida. Esta cirurgia, como se percebe, não pode mais ser protelada, sob pena de não mais se poder impedir a homeostase.

MÁRIO CÉSAR: "Eu sempre me impus... onde eu estava, me impunha"

Meu nome é Mário César da Silva Lima, eu sou formado em direito pela Universidade Federal da Bahia, exerço a minha profissão de advogado de forma contínua. Atualmente ocupo cargo público de Procurador Fazendário do Estado; já fui advogado da PETROBRAS DISTRIBUIDORA, sou casado, tenho uma filha, resido em Brotas, (...). Sou portador de retinose pigmentar, além de outras complicações,[a] exemplo de estagno, fotofobia, catarata num dos olhos. Esse meu quadro clínico, vem desde o meu nascimento; e, com meu crescimento, paulatinamente meu campo visual foi se reduzindo; hoje eu tenho apenas um campo restrito que eu tenho sensibilidade à luminosidade e a leve percepção de vultos.

O depoimento do Bacharel Mário César Lima, apresenta-se como sendo um discurso meticulosamente estudado para uma determinada situação. Sempre cauteloso, falando de modo bem pausado, aparentando medir milimetricamente cada palavra, cada frase, como quem depõe num tribunal, esforçando-se para não deslizar em alguma afirmação, que lhe possa trazer algum dissabor futuro. Mas ao leitor não escapará as características principais de seu pensamento: autonomia, firmeza, fortemente estribado nos fundamentos de suas origens sociais, etc.

Trata-se, no entanto, de um depoimento deveras importante, na medida em que pode identificar na pessoa de Mário César, todas as características inerentes ao homem comum, normovisual e em uma posição de destaque no mundo dos juristas, mas que vivência uma situação de portador de deficiência visual e, que se esforça, tanto quanto os demais deficientes das outras áreas da sociedade brasileira, por se fazer reconhecido e respeitado, quer enquanto pessoa, ser humano, cidadão, etc., quer como profissional, capaz de fazer uma carreira tão brilhante quanto eficiente e exitosa, como se fora um dos seus pares normovisuais. Não por ser deficiente visual, pois este fato por si só, não indica ser seu portador inteligente, capaz, pronto para desempenhar bem, aquilo que se propuser fazer. Mas sim, o fato de ser ele alguém comum, no que respeita à formação bio-psico-social, cuja única diferença que o marca indelevelmente em relação aos demais componentes do círculo dos bacharéis, está no fato de ele não utilizar o sentido da visão, para fazer o que faz.

Devolva-se-lhe a palavra, para que possa discorrer sobre sua trajetória.

O meu processo educativo, inicialmente foi numa escola tradicional de freiras, escola da Soledade, onde eu cursei até a primeira série primária; o meu estudo inicialmente foi feito paralelamente com uma escrita em negrito e a escrita em braille; eu tinha um acompanhamento de uma professora especializada; era enviada da Secretaria da educação. Como da minha parte, havia muita resistência ao método braille - porque naquela época, se as letras estivessem em caneta hidrocor, eu tinha condições de estudar normalmente -, então eu fui do segundo à quarta série primária em outras escolas, só pelo negrito. Quando eu fui iniciar o ginásio, coincidiu com uma perda acentuada de visão. E aí foi um problema; tanto que eu perdi a primeira... a quinta série eu perdi uma vez; daí em diante as lentes... eu usava lentes fortes... fazia um tratamento... fiz tratamento em Belo Horizonte, Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo capital, mas chegou um momento em que estas lentes já não produziam resultados satisfatórios; então eu tive que fazer os meus estudos só pelo método braille; aí eu voltei a ter acompanhamento por professoras indicadas pela Secretaria de Educação que estavam nas escolas comuns onde eu estudei.

Aqui aparece um elemento que chama bastante a atenção. Trata-se do fato de Mário dizer ter tido resistência ao braille, alegando ainda poder ler material escrito em negrito. Na verdade, por trás da rejeição ao sistema braille de leitura e escrita e do uso de bengala, - o que se verá adiante -, está a resistência ao fato de se estar ficando cego. Já se disse que uma das principais razões disto é a exacerbação da importância dada ao sentido da visão, sobre o qual é colocado praticamente todo o sentido da vida humana. Era ele ainda uma criança e um adolescente, mas já rejeitava o fato de se estar tornando um cego. No entanto, não se pode dizer que já tivesse uma idéia, ainda que tênue, de que o fato de ser cego lhe traria problemas tipo rejeição, preconceito, discriminação social; tratava-se, aparentemente, de uma idéia de não mais poder fazer, ser e ter determinadas coisas, etc.

Inclusive, isso me deu a oportunidade de conhecer vários tipos de professoras: desde pessoas maravilhosas, como a saudosa Primitiva Sampaio, que hoje com certeza deve estar realizando um trabalho pedagógico em outras esferas espirituais, muito positivos; pessoas como a professora Elvira, que é incansável batalhadora na educação especial, uma figura com uma capacidade humana muito grande; e também burocratas, limitadas, atrofiadas, como Sílvia Duarte, que ocupou cargos de chefia e que era um atraso na vida de todo mundo. Mas eu fui aos trancos e barrancos né, com o apoio significativo da minha família, galgando degraus mais elevados no processo educativo.

Aqui, sempre considerando que se trata de uma análise a posteriori, ele critica vorazmente a estrutura de atendimento e apoio ao deficiente visual, sobre o qual ele - bem como todos os outros -, teve que construir suas bases, sobre as quais assentou sua vida, sua formação profissional, etc. Ele nomeia e analisa criticamente dois tipos de pessoas, bastante distintos, que atuavam na área de atendimento ao aluno deficiente visual. Esta dicotomia parece indicar que, dependendo de como este ou aquele aluno fosse visto por um desses dois grupos, ele viria ter ou não chances de avançar, recuar ou estacionar, conforme tivesse ou não meios de escapar de tentáculos tão poderosos. Em um primeiro grupo, estavam aqueles profissionais que tinham como objetivo final de sua atuação, o aluno. Ele era o centro de suas atenções, de seus desvelos, de seu empenho pessoal, onde o que importava era o resultado: os êxitos alcançados pelo aluno. Em um segundo grupo, estavam as burocratas para quem o objetivo final de sua atuação era a pessoa.

Para estas, o que importava era o sucesso de uma determinada e meticulosamente escolhida pessoa. Para tanto, eram envidados todos os esforços, alocados todos os recursos, buscados todos os meios que pudessem fazer com que a pessoa (ou pessoas) escolhida pudesse ter o êxito planejado e desejado para ela. Mário, no entanto, procura dar indicações de que escapara disto - e a impressão de que não era uma pessoa das preferidas - graças ao apoio e às possibilidades que sua família lhe dera e tivera para fazê-lo andar em largas passadas, apesar de tudo e de todas, em contrário.

Estive cursando as minhas séries finais no colégio Maristas. Isso não posso deixar de registrar aqui: recusas que eu enfrentei em alguns colégios. Por exemplo: veladamente o Colégio Antônio Vieira não me aceitou. Mas no Colégio Maristas eu fui aceito de braços abertos e, foi uma experiência muito positiva. Sofrida no início pra mim, porque até então eu vinha estudando em escolas relativamente pequenas; então desde o contato com professoras e colegas, identificação de colegas até o domínio do espaço geográfico, era muito mais fácil do que um colégio de dimensões como o Maristas.

Aqui se faz necessário que se explique com mais vagar a afirmação por ele feita, no que respeita à rejeição sofrida, quando se apresentara como candidato a ser aluno do Colégio Antônio Vieira. Não pareça incomum tal situação, visto que o processo de inclusão dos alunos cegos nas classes comuns era uma experiência ainda relativamente nova e, como não poderia

deixar de ser, enfrentava resistências muito fortes, por vezes explícitas, às vezes veladas, sobretudo por parte das instituições privadas de ensino, mas não só. Daí julgar-se importante ter-se-lhe indagado quais teriam sido as alegações utilizadas pelo Vieira para não admiti-lo como aluno regular daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino. Ele bem filosófica e estrategicamente responde:

Olha, todos os colégios, no fundo, não queriam assumir os riscos que um aluno portador de deficiência traria: era uma queda na escada, a convivência com os colegas que poderia não ser das mais satisfatórias; o processo de aceitação dos colegas desde a hostilidade até a pena... Outra coisa, o professor numa sala de aula, que teria que ter uma atenção mais específica para esse aluno que era específico. Tudo uma série de adaptações que os Colégios não queriam fazer.

Note-se a título de informação que, até poucos anos antes do final da década de sessenta, o ensino dos portadores de deficiência visual ainda se realizava dentro das quatro paredes dos chamados colégios especializados, onde não se tinha qualquer contato com outros tipos de alunos. A Bahia, justiça se faça, foi um dos primeiros Estados a intentar uma tão grande inovação no setor de ensino deste tipo de clientela, introduzindo-a para uma convivência com os demais alunos, buscando obter como resultado, uma melhor aceitação destes por aqueles. A grande verdade é que, entre as crianças o processo de discriminação e a atitude de rejeição é quase inexistente, uma vez que elas têm a capacidade de se relacionar bem, com as diferenças, sejam elas de quais ordem sejam, naturalmente, que considerando-se o seu modo de encarar a arte de conviver. E Mário filosofa, apresentando seu conceito de educação, considerando haver alguns ingredientes sine qua non à sua concretização, indicando que é a falta destes ingredientes que teria levado o Vieira, ou qualquer outra instituição com atitude semelhante, a assumi-la.

Isso inclusive é até uma contradição, dentro da linha filosófica de educar. Porque educar é antes de tudo, um ato de amor. Educar é você emancipar: é abrir horizontes; e quando você está se recusando a educar uma pessoa que é portadora de deficiência, porque essa deficiência que ela porta vai lhe obrigar a ter um dispêndio maior de suas energias, então se está dizendo que não tem amor suficiente para educar, que não se está definitivamente imbuído do propósito de emancipar a todos.

Uma vez matriculado no Maristas, apresenta-se à sua vida um grande desafio pessoal, ligeiramente comentado páginas atrás: aceitar-se como cego. Discorre assim sobre a questão:

E, justamente aí surgiu um desafio pra mim, que até então - eu sabia que uma hora ia chegar -mas que foi sendo relegado pra um segundo plano, em função das necessidades, que era a locomoção. Eu sempre me...lá dentro das escolas, em minha casa eu não precisava de ninguém pra me locomover; mas, se precisasse ir à rua, aí já surgia essa dependência; só que com o meu crescimento, com as novas tarefas que a fase, a etapa da vida que eu estava vivendo me traria, então seria impossível eu ter alguém quotidianamente do meu lado, porque se assim fosse, eu estaria renunciando a minha independência. Porém admitir fazer a locomoção, andar sozinho pela rua com bengala, era admitir o meu quadro de semi-cegueira que, na verdade, no fundo, eu não estava preparado pra essa realidade. Então, foi um processo muito doloroso, e que eu tive que topor esse desafio.

Outra vez, Mário é interrompido para que responda a indagação sobre o fato de que dos quinze aos dezesseis anos, ele vinha sofrendo uma perda progressiva da visão. Mas, ele não admitia que mais cedo ou mais tarde estaria sem ela; ou então não estava informado disso. Qual seria a situação em que ele se enquadraria para agir de forma a não admitir-se cego, apesar das evidências cada vez mais inequívocas do fato?

Não, informado eu... Agora, todos nós... a coisa mais difícil de mudar é a cabeça do ser humano. E não tem nada que lhe assuste mais do que o novo: pra quem sempre andou pela rua, acompanhado de alguém que o protege, é extremamente arriscado andar sozinho. Todo o problema era isso, era o medo do risco; é o risco da vida; que naquele momento era representado por andar sozinho pela rua. E nós todos temos nossas cargas de medo.

Ainda era complicado pra mim, me aceitar daquele jeito, porque eu, no fundo, reproduzia ... eu sabia que as pessoas não olham o portador de deficiência, como olha qualquer outra pessoa. Então, o desafio seria chegar para as pessoas que estavam à minha volta e dizer: "olha, eu tenho uma deficiência, mas eu posso ser igual a vocês, eu posso fazer coisas que vocês estão fazendo, eu posso ser útil pra vocês..." é esse grande desafio que se vai enfrentando em coisas miúdas. Eu vou aqui dar um exemplo que me veio à memória: uma escola em que eu estudava, nós tínhamos um andar térreo e um andar superior. Só que, no fim da escada havia um pequeno portão; e aí não se sabe... de vez em quando esse portão estava fechado. Então, o que a gente fazia: subia e pulava o portãozinho. Então um dia eu fui fazer e o colega disse que não acreditava que eu fizesse: eu disse: "umbora, eu vou lá e faço pra você e pronto". "Eu vou lá pra ver você arrebitando a cara!"

Já outra vez, nesse mesmo colégio, é.. a gente... tinha também uma salas que tinha também umas varandas. E aí fechavam; os meninos na brincadeira iam e fechavam. Então o que a gente fazia: saía pelo fundo, pulava e ia pra outra sala e ganhava o corredor. Então eu fui fazer isso um dia e um viu e, me chamou atenção: "eu vou falar pra diretoria que lhe vi fazendo isso, que você não tem problema nenhum de visão, que você está enganando todo mundo".

Porque o deficiente ele sempre é o menos capaz, ele é sempre o coitadinho, ou então é sempre excepcional, nunca é o meio termo.

Ele nunca vai ser o super forte; ele sempre é o super gênio; porque as pessoas não admitem a força física do deficiente, tá, porque é sabido demais. Então era isso: essa dúvida de como me colocar pras pessoas e mostrar pra elas que, eu, não obstante deficiente, era eficiente.

Ele aqui diz qual teria sido o ingrediente fundamental para que então, definitivamente se dispusesse a fazer locomoção e, se assumir como efetivamente cego.

É porque... era já naquele momento, uma questão de sobrevivência. Porque veja: eu já estava me tornando um adolescente; de adolescente eu seria um homem... Então muito bem: eu poderia até encontrar alguém pra me levar pra escola, deixar na escola, me apanhar na escola, me deixar em casa. E depois: e o lazer? E o namoro? Como é que ia ser? Eu seria um ser pela metade. E, graças a muita coisa que eu encontrei pelo caminho, esse desafio foi topado. Foi vencido e foi uma coisa muito interessante.

E retoma sua narrativa:

Então, eu concluí meu segundo grau no Maristas, como aluno normal: bom em algumas matérias, excelente em algumas bem poucas; péssimo em outras tantas, a exemplo de matemática. Matemática eu fui um aluno que perdia todas as unidades, ia pra recuperação perdia, e era aprovado no conselho de classe, porque eu tinha um desempenho bom em outras matérias; e, no terceiro ano eu quase, quase eu não faço vestibular porque eu fui pra prova final e passei arrastado, arrastado mesmo em matemática. Porque eu era um aluno absolutamente normal, dentro do Colégio eu fui da direção do grêmio, desenvolvi atividades literárias; nessa época eu também participava no meu bairro de grupo de jovens da igreja, e alguns amigos que eu fui conhecendo. nós desenvolvemos trabalhos literários em rádio, na rua, eu tinha uma atividade efervescente.

Ao desenvolver o seu raciocínio em torno de seu desempenho como pessoa, como jovem secundarista, procura demonstrar que a ele não se aplica as máximas por ele apontadas pouco acima, a do cego gênio, superdotado, que é bom em tudo que faz. Mostrou por sua própria experiência que tanto pode fazer inúmeras coisas excelentemente bem, ter excelente desempenho em uma série de atividades, quanto pode fazer um outro tanto de coisas mal feitas, ter desempenho até medíocre em outras atividades que não se empenha ou não tem habilidade para desenvolver. Caracterizando-se como uma pessoa normal, como uma criatura como outra qualquer, procura distanciar de si idéias que minimizem o brilho de sua carreira, de sua atuação advocatícia. Isto porque, se ele fora um gênio, onde estaria então o mérito de seus esforços por ser o que quer que seja?

Ao partir para a etapa de sua vida na qual tivera que se empenhar ainda mais para atingir objetivos mais ousados, uma vez mais faz acres críticas ao desempenho dos órgãos públicos que, em tese, deveriam apoiar o deficiente visual em sua caminhada rumo à formação escolar e/ou acadêmica, chegando a citar especificamente uma pessoa, como se ela fora o símbolo mesmo da atuação seletiva e, como tal discriminatória daquele aparelho estatal. O mais grave é que os resultados posteriores indicam que os cegos eram tratados diferentemente, de acordo com critérios ainda pouco claros, na medida em que pessoas inteligentes e mentalmente muito bem ajustadas, estão no mais completo abandono sócio-profissional, vivendo das mais variadas formas, sem, no entanto, necessariamente vencer-se pela acomodação.

Prossegue Mário com sua saga:

Ingressei na Universidade Federal, eu passei, tanto na Federal quanto na Católica, inclusive vencendo um desafio da nefasta Sílvia Duarte que, em outras palavras, disse que não acreditava que eu passasse na Federal, porque nenhum deficiente passava na Federal; e que me daria um prêmio se eu passasse...

E na Federal, eu não tive nenhuma ação específica da Universidade para mim; também não pedi. Foi tipo assim: "Olha, a Universidade está aí; você se resolve como você puder; então eu tinha que me virar. Por exemplo: eu tinha aula na Piedade, tinha aula no campus de S. Lázaro onde não... há uma única linha de ônibus; e que só tem um ônibus, também... de hora em hora. (...). Então, eu tinha que fazer o que todo o mundo fazia: saltar na Caetano Moura e dar o meu perneamento até S. Lázaro... Às vezes que precisei almoçar no restaurante universitário, tinha que ir também, subir

aquela escada pra Ondina; tinha enfim, tudo que todo o mundo fez, eu tive que fazer... Lógico, muita coisa dessas complicadas, com o auxílio de colegas, que realmente eu contei com muitos colegas; colegas excelentes.

Na Universidade, o meu estudo foi providenciado por conta própria. No início através daquele maravilhoso trabalho das copistas; tem uma que já é falecida, dona Beatriz Santos.

Mas depois, a minha família conseguiu comprar um OPTACON e aí somando o OPTACON, às vezes leitura de alguém que lia pra mim, enfim, deu pra concluir o curso e começar atuar.

Fora lhe perguntado sobre as perspectivas ou antes, sobre as expectativas alimentadas como estudante secundarista que tivera uma vida tão ativa, enquanto militante com atitudes e idéias progressistas. Ele procura separar duas situações por si vivenciadas, de modo bem distintos:

Aí se tem duas vertentes pra isso. A perspectiva de um aluno, que dentro do sistema educacional brasileiro equivocado, você está estudando pra ser aprovado no vestibular. Então, minha perspectiva era, nessa vertente aí, era conseguir chegar até a universidade. Como um aluno que tem uma deficiência, minha perspectiva era não ficar no meio do caminho, era ter que ultrapassar as barreiras que eram: a carência de livros... Era, basicamente a carência de livros. Era a cada contato com o professor, a gente se adaptar um ao outro, colégio, era isso.

Indagado se, em algum momento, já durante a graduação, ele calculou o nível de dificuldade que teria para exercer a profissão para a qual se estava preparando, apresenta uma resposta bastante interessante, na medida em que formula idéias baseadas mais em sua realidade enquanto portador de deficiência visual, enquanto numa comunidade de seres que vivenciam situações fundamentadas numa totalidade cultural, do que em sua realidade sócio-econômica específica.

Por mais que se imagine, nunca se consegue ter um quadro real da dificuldade. A gente só conhece o tamanho da fera e a força da fera, indo para a arena brigar com ela. Então, com certeza eu não podia divisar. Agora uma coisa eu digo: eu não tive e não tenho a dificuldade para exercer a profissão, que não seja aquela coisa que nós temos... a dificuldade que nós temos para estudar, para namorar, para se divertir, para ser atendido, ter acesso ao sistema de saúde, que é uma coisa chamada preconceito. Porque, eu no exercício da minha profissão, eu sentava na minha máquina, no meu computador, redijo minhas petições, como qualquer outro advogado faz; eu participo das audiências e dos processos como qualquer outro advogado participa; e entro em cartórios e

tribunais como qualquer outro, vou enfrentando. Agora com certeza, tem muito olho espantado à minha volta... "pô, ele é cego e faz isso tudo?". Como gente que vem e procura e vê: "Pô, o cara é cego, não pode ser meu advogado."

Então, o nosso problema maior... Nós temos problemas de ordem objetiva. Mas temos um problema que esse é central, é subjetivo, que é o sentimento da sociedade que é o preconceito. E esse é real, velado, exteriorizado, seja como for, mas ele existe e é violento.

Mas, cabe aqui salientar que esta é uma percepção que se está tendo hoje agora, com alguma maturidade que se adquiriu com as idas e vindas, os tropeços, as quedas e os erguimentos. Mas, insiste-se na questão se, enquanto graduando, ele já tinha essa percepção. Afirmativa e categoricamente responde:

Tinha. Tinha. Eu sabia que eu ia enfrentar preconceito. Porque eu tive estágios recusados, Tanto que eu, como já sabia disso, eu procurei selecionar os lugares onde eu ia tentar estagiar. Justamente eu procurei os lugares onde havia mais mente aberta... É porque na época eu era uma pessoa muito engajada em movimentos políticos, então eu já sabia mais ou menos onde as cobras dormiam.

Aqui caberia instigar-lhe a falar de como conseguira cumprir uma das normas do curso de Direito, que obriga o candidato ao exercício advocatício à realização de estágios, para que assim possa fazer jús ao registro que lhe permitirá tal exercício. O fato de ser deficiente visual, fica claro, fez com que tivesse que fazer muitas gestões para conseguir estagiar. Ele diz como pôde cumprir tal obrigação.

Olha, eu sempre me impus... onde eu estava, me impunha. Então eu estagiei um tempo no serviço jurídico da Faculdade de Direito, onde eu estava dentro do meu ambiente. Então não teve nenhum problema. Estagiei num sindicato, onde... É eu desempenho, mas o problema do sindicalismo brasileiro, infelizmente, é que ele é extremamente partidarizado, uma parte da direção...

E o povo do P.T. é de uma mesquinhez na análise das coisas, do que é divergente... e era a direção toda vinculada ao P.T., e como eu não era do P.T., embora de esquerda, mas não ligado ao P.T., então, eu fui cortado, uma decisão mais partidária do que qualquer outra coisa; por sinal era até o sindicato de professores, um pessoal que, devia ser até mais aberto... Infelizmente, é isso aí. Então, o estágio pra mim, não teve grandes problemas: então, não posso me queixar.

JOÃO BOSCO: "Eles colocavam sempre obstáculos"

Meu nome é João Bosco Dias Santa Rosa, sou portador de cegueira congênita, minha formação profissional ela é radio técnico, (...), estou enveredando, acho que há uns dois ou três anos atrás, na área de informática mas a nível profissional eu sou eletrotécnico, e classificado na PETROBRAS como eletricista. São vinte e três anos de batalha aqui na empresa e agente vem lutando aí, vem lutando.

Assim começa Bosco em uma entrevista cheia de relatos e de comentários, na qual ele desenvolveu seu pensamento harmoniosamente articulado, sem deixar de ressaltar pessoas e fatos que considerara de grande relevância para todo o êxito por ele alcançado. Funcionário de carreira da PETROBRAS, atuando principalmente no campo, começa assim uma das últimas etapas da era Industrial, no que tange às colocações de mão de obra feitas pelo SENAI. Diga-se de passagem que, esta foi a colocação de maior importância em termos de repercussão e de êxito realizada por aquela instituição.

Bosco, na verdade, integra uma espécie de elite restrita de cegos, que conseguiu firmar-se em colocações de mão de obra promovidas pelo SENAI em todo o seu tempo de atuação, cujas características diferiam grandemente daquelas que constituem a maioria esmagadora das colocações. Uma destas era a exigência de uma qualificação técnica, propiciada por uma formação específica do candidato. Aquele precisava apresentar-se pronto para uma atuação de grande risco e responsabilidade extrema, na medida em que estaria em uma área de produção pesada, que exigia de seu titular, dentre outras coisas, perícia e grande habilidade, aliadas a um conhecimento prático-teórico muito bem fundamentados, visto que naquele setor produtivo não cabiam improvisos de última hora.

Empresas como a PETROBRAS, BOSCH, BRASTEMP e outras só poderiam empregar mão de obra que tivesse em seus detentores, espaço para um aprendizado mais complexo e constante, na medida em que as máquinas e os equipamentos, sofriam modificações constantes para se adequarem aos métodos e técnicas de produção e de trabalho em constante desenvolvimento. Outrossim, os melhoramentos tecnológicos nos produtos daquelas empresas, se faziam notórios, razão pela qual os trabalhadores precisavam aprender as novas

modalidades de montagem, o que exigia um nível intelectual e uma capacidade de assimilação grandes para que a empresa e sua produção, não sofressem solução de continuidade.

Obviamente, por todas estas razões, eram aqueles trabalhadores melhor remunerados e estas vagas mais cobiçadas, despertando o ciúme daqueles que não as conseguiam.

Mas, devolva-se ao entrevistado a palavra, para que ele possa contar sua saga, para que ele possa expressar-se.

A história é a seguinte (...), eu nasci na verdade no interior lá de Sergipe, na cidade de Boquim e meus pais vieram para cá quando eu tinha precisamente três anos, e... vale a pena salientar essa coisa da família, como agente foi orientado. Eles, apesar de terem sido pessoas simples, pessoas do interior, meu pai sempre foi pessoa que lidou com roça essa coisa, mas tiveram assim o dom de nos orientar de uma forma normal, nos criar de uma forma natural, bem natural, ou seja integrado com os outros irmãos. (...) enfim, foi todo esse tratamento super natural que aí eu acho que é, digamos assim, é a base de toda engrenagem da seqüência da história da gente, porque, daí você tem coragem, você encara as coisas, você não, não fica uma pessoa devotista, ou seja você não, você não teme aos desafios, você encara, encontra mil dificuldades para caramba, muitas dificuldades realmente mas, nem por isso você desiste. (..)

Eu vim do interior de Sergipe, para aqui para o interior da Bahia. Itapetinga, passei lá até os seis, sete anos, e eu vim para o Instituto de Cegos da Bahia com sete anos de idade, e lá no instituto - que o Instituto ainda era prédio velho, não tinha toda essa tecnologia que hoje os meninos lá estão cercados, toda uma plataforma montada para eles -, naquele tempo a coisa era bem crua ainda (...), mas, funcionava e funcionou, a verdade é essa. Não só eu como outros passaram nessa época lá, estão aí, atirados, não estão no mercado de trabalho porque já estão aposentados, e os que não deram sorte, não deram sorte mesmo, mas que tivemos boas orientações tivemos.

Aqui caberia uma interrupção, para que se observe a que o entrevistado atribui o fato de alguns de sua época não terem tido o mesmo êxito que ele tivera: a falta de sorte. Não se saberia dizer por quê razão atribuiria ele a uma falta de sorte daqueles seus colegas. Não se poderia no entanto dizer que seria uma ingenuidade de sua parte, uma vez que ele é uma pessoa bastante inteligente e perspicaz, para saber que a verdade não é esta? Houve um processo de seleção, um jogo de preferências, uma política de favorecimento sim. Não se pode ainda dizer com toda a segurança, os pilares nos quais se assentam tais políticas ou

preferências. Mas está muito claro que, não teria a sorte favorecido a um e desfavorecido a todos os demais.

Infelizmente, ainda se percebe uma tentativa de escusa em se externar a verdade quando se trata de analisar razões de vitórias de poucos e fracasso de quase todos os demais. Um destes processos está fundamentado no tipo de formação que se dá a uns e que não se dá aos demais. Uma espécie de eleição, que garante ao eleito todas as oportunidades que apareçam para que ele se qualifique se torne pronto para granjear o maior número de avanços que lhe seja possível. Assim, fica fácil da sorte ser-lhe prodigamente favorável.

Devolva-se a palavra ao entrevistado, para que retome a sua história.

Depois eu passei apenas no instituto o primário e meus pais vieram morar aqui em Salvador, automaticamente eu fui morar com eles, morei com eles e inicializei o ginásio. Estudei no João Florencio Gomes, já na cidade baixa, fiz meu ginásio lá, depois do ginásio eu fiz turismo, não tem nada haver não é? Mas eu fiz turismo. foi uma das primeiras turmas que surgiram aqui na Bahia, aqui em Salvador, eu fui um dos alunos. Mas um curso que na verdade não tem nada haver comigo, fiz, me formei até, mas não tinha nada haver. O que eu sentia, que corria nas veias mesmo rapaz, era essa área elétrica, essa área profissional mesmo da eletricidade e isso que eu vim investindo desde a época do Instituto de Cegos. No Instituto de Cegos eu fazia algumas experiências, mesmo escondido mas fazia, e daí, depois de tudo isso eu fui fazer o curso do SENAI, formação profissional, o curso de eletricidade que o SENAI tinha lá de um ano e meio, mas era uma forma bem mais intensiva, você estudava pela manhã e pela tarde. De manhã era teoria e pela tarde era prática, e...depois ingressei. fiz estágio aqui na PETROBRAS, depois desse estágio fiz concurso, prestei concurso aqui para a empresa na área de eletricidade e engajei como eletricitista mesmo.

Só que paralelo a tudo isso eu fiz vestibular para Eletromecânica e fiz Eletrotécnica, aí realmente eu concluí o curso de eletrotécnica.

E Bosco chama a atenção do entrevistador:

Agora, vale a pena salientar o seguinte (...), toda essa história não foi apenas se encaixando como se encaixa uma mão na luva não tá, existiu realmente muitas dificuldades, até mesmo discriminatória mesmo, porque... aquela história, as pessoas se admiram muito do deficiente

visual: "Poxa! você faz isso, ele é formado naquilo", mas na hora de lhe dar oportunidade mesmo, que é o que interessa, aí a pessoa normalmente, aí dá um passo atrás. Aí é onde entra você, a sua coragem, você argumentar, você pedi oportunidade para você realmente provar que você tem condição de exercer aquela tarefa, aquela profissão. Então, não pense que fazer o SENAI foi fácil, apesar de já ter uma pessoa lá que já era deficiente visual. Para que se tenha uma idéia, no SENAI, Manoel, ele estava no SENAI e já trabalhava lá e era muito simples chegar lá fazer um curso, não, nem por isso foi tão fácil assim.

Observe-se como o entrevistado procura minimizar o fato de ter um seu irmão como chefe do setor de colocação de mão de obra. Aqui já não é mais a sorte quem dá o tom. Aqui é a luta, o esforço, o empenho, etc. Percebe-se uma mudança no discurso, quando se trata de explicar a razão de seu êxito, sob sua percepção. Os outros que não foram exitosos, não tiveram sorte; ele, precisara lutar. Neste ponto ele é igual aos outros. Os outros precisarão lutar e não contar com a sorte. A diferença está no fato de ele dispor das ferramentas, das armas necessárias para insetar sua luta; os demais, ou a grande maioria não dispõe. Isto é que ele chama de falta de sorte. E segue ele:

Fiz o concurso do SENAI, os testes que eles fazem lá, e todos os níveis do curso, primeiro, segundo e terceiro grau. Para se ter idéia, tive que fazer um teste prático antes de todos eles, para ver se eu tinha realmente condição de fazer aquele, digamos assim, aquele grau, aquele nível de curso. Foi eletricidade básica, aí eu fazia, me saía bem e tal, concluía seis meses, o semestre, aí partia para o segundo. "Ah, mas e aí agora, como é que você vai fazer eletricidade industrial? Como é que vai ser isso aqui". Quer dizer, eles colocavam sempre obstáculos. "Ah!, vamos ver". Isso eu já estava concorrendo com os outros de uma forma bem mais digamos assim... desumana até mesmo não é? A coisa mesmo discriminatória mesmo, eu acho. Aí eu tinha que fazer, ele tinha que me dar uma tarefa do segundo grau, coisa que eu nunca tinha visto e executar aquela tarefa; ele me explicava, para dizer: "Não realmente ele tem condição de fazer". Vamos lá fazer o segundo grau, tudo bem, me saía bem no segundo grau, aí vamos o terceiro, a mesma coisa, aí era o bicho papão que era a área de bobinagem de motores, a parte de máquinas elétricas e, essa que realmente foi parada, porque o cara achava que eu jamais ia bobinar o motor.

Tem até uma história interessante, tem um episódiozinho aí. Quando nós estávamos no primeiro dia de aula, aquela coisa de apresentação do aluno, professor, aí ele virou para a turma e disse: "rapaz, o motor que você bobinar aqui eu faço questão de comer assado". Na frente da turma, (...). E eu digo: "rapaz, olha", também eu tive na hora presença de espírito. "tomara que você não tenha uma congestão". Não deu outra, graças a Deus eu consegui bobinar todos eles e, por incrível que pareça a minha profissão aqui dentro é fundamentada na bobinagem de motores. Foi durante vinte

anos na área de bobinagem de motores: bobinei todos os motores, e se ele comesse todos os motores, eu acho que... não sei se ele suportava não.

Observe-se que aí o fator sorte não mais faz parte do discurso, na medida em que a capacidade, a inteligência e a habilidade são chamadas à cena. Trata-se de uma forma de tentar creditar apenas a estes fatores o seu êxito pessoal, o que por conseguinte, dispensaria o fator sorte. Ou seja: mesmo que os outros fossem igualmente dotados de capacitação e habilidade, se dispusessem de inteligência, nada conseguiriam uma vez que não tiveram sorte. Mas o entrevistado sabe que não é esta a verdade. Sabe ele que o nivelamento dos outros que não tiveram sorte às condições que ele e outros poucos tiveram, certamente estariam prontos para uma concorrência par e passu consigo. Se a todos fossem dadas as mesmas oportunidades de capacitar-se e habilitar-se; de desenvolver sua inteligência, restaria o jogo das relações para fazer a diferença. Para evitar surpresas, é melhor iniciar a diferença pela base da formação.

Adiante, o entrevistado insiste na idéia de uma conquista eminentemente meritória.

E para entrar na PETROBRAS, também foi uma outra história, o estágio, agente concluiu através do SENAI, de dois meses e graças a Deus nós tivemos um desempenho bom, a própria empresa solicitou mais dois meses e acabou indo quatro meses. Na verdade foram seis meses aí eu parti para fazer o concurso, aí foi que a porca torceu realmente o rabo, porque é aquela história, pessoas com pequenas avarias queriam se aposentar por invalidez, então como é que uma pessoa com avaria total que seria a visão, já ia entrar como profissional dentro da empresa? Mas o fato é que agente lutou, lutou, fez o concurso, pediu pelo menos para fazer o concurso, se passasse tudo bem, se não... Mas graças a Deus agente passou, e aí chegou a hora médica, que a hora médica realmente anulava todo esse esforço nosso não é?

Mas agente já foi na área médica com o desconto, sabendo que agente tinha deficiência visual, e apenas ia ser avaliado outras questões de saúde e graças a Deus nós conseguimos entrar e estamos aí até hoje.

Depois de algum tempo na área de eletricidade e, depois de ganhar fama como o cego da PETROBRAS, resolve sair da área de bobinagens, para iniciar sua atuação na área de informática da empresa, onde atua no momento. Claro que houve aí um período de transição,

que durou alguns anos e lhe custou algumas resistências. Aí, há de reconhecer-se que, são seus os méritos; seus os pés que percorrem este caminho. Já tem maturidade e habilidade profissional suficiente para fazê-lo. Não mais depende das mediações que lhe proporcione qualquer vantagem sobre quem quer que seja. Aqui ele já construíra sua própria estrada.

De um tempo para cá, depois de sair dessa área, eu resolvi entrar nessa área de informática, como reabilitação. Eu tive um problema de saúde e, por volta de 91 a 93, dois anos que eu passei afastado e, na minha volta, não dava mais para essa área de campo, porque eu trabalhava no campo em Catu (...), eu viajava para lá todos os dias, era uma barra; com essa ocorrência aí eu tive que interromper esses dois anos e, na volta, eu não voltei mais para eletricidade. Então, eu optei para ser reabilitado na área de informática, que é uma coisa que eu também tinha uma certa inclinação, eu sempre gostei, mas me afastei devido ao tipo de atividade que eu fazia, que não tinha nada haver com informática mas, comigo, eu sempre tive essa idéia de um dia me envolver com informática.

E aí estou. A empresa na verdade - isso aí eu tenho que dar esse depoimento, em qualquer lugar que eu estiver - , nesse momento então, ela foi muito solícita. Não encontrei grandes dificuldades. E comprei equipamentos (...) que facilitavam a interação com o computador, com o sintetizador de voz, o soft para que você pudesse navegar nos aplicativos, nos programas, e não fechei ainda o pacote a nível de capacitação, porque a tendência é fechar para programador.

Indagado sobre o fato de contar com um seu irmão à frente do setor de colocação de mão de obra do SENAI, não seria um facilitador de seu ingresso na empresa que melhor pagava e que lhe dava a melhor das oportunidades conferida aos cegos de sua época e mesmo de épocas posteriores, uma vez que todos os colegas da época assim pensavam, ele rebate dizendo que:

Inclusive (...), já que se tocou nesse assunto, foi até um pouco oportuno. As pessoas imaginam que eu por quê eu sou irmão de Manoel, ele é mais velho do que eu, se engajou no mercado de trabalho do que eu, e foi no mercado de trabalho qual foi não é?. Que foi do SENAI, de provação do deficiente visual no mercado de trabalho, que eu tenha sido protegido, e isso na verdade não existe porque graças a Deus cada um tem a sua competência e não adiantava nada disso se eu não tivesse condições de chegar a onde eu cheguei. Você acha que a PETROBRAS ia me aceitar se eu fosse apenas coitadinho ceguinho para ficar aqui dentro, as escolas da vida ia me aprovar só porque eu

era apenas um ceguinho que eu estava lá dentro. "Coitadinho, vamos aprovar ele, não, não é?". Nós sempre fomos muito independentes graças a Deus, inclusive até discordamos às vezes de ponto de vista etc., etc., à nível profissional mesmo. Como irmão não tem nada a ver, como família não tem nada a ver, mas, profissionalmente (...) discutir, não é apenas por que ele acha que está certo e eu digo amém, mas não é porque ele acha, que eu acho, ele tem que achar? Não, agente sempre foi muito independente e as pessoas sabem disso. E realmente cara, eu derramei muito suor, certo? Muito suor para chegar até onde cheguei, e não derramei não, ainda estou derramando, viu? Estou derramando, você vai ver depois. A coisa não é fácil não (...), então, para chegar até onde chegou não foi a varinha de condão não, não foi a fada madrinha não.

Aqui ele volta a tentar mostrar que conquistou tudo o que conquistou por méritos próprios. Lógico que não se vai cometer a leviandade de negar-lhe os méritos da conquista. O que se discute é a questão dele apresentar como explicação para seus êxitos o esforço, o empenho, a dedicação o suor; para o fracasso dos outros, simplesmente a falta de sorte. Para ele, as mediações de ter tido as oportunidades que outros não tiveram não seria também explicação. Seria apenas a falta de sorte que os golpeia. Para ele, não fora a fada madrinha, nem a varinha de condão. Mas para os outros fora a falta disto que ocasionara seu fracasso, seu alijamento do processo produtivo. Quem teve oportunidade de fazer cursos em São Paulo, dando-se ao luxo de abandoná-los em favor daquele que fazia no SENAI?

E aí voltei e terminei o curso do SENAI, e aí sim deslanchei de onde veio todo esse suor que eu estou falando, todas essas barreiras que surgiram aí na frente. Então o pessoal realmente sempre teve essa história, realmente acha que foi tudo fácil, que tudo agente conseguiu caindo do céu na verdade, entendeu? Agora, as pessoas tem o direito de pensarem o que quiserem, elas são livre, agora, a minha consciência está graças a Deus muito tranqüila, isso é que importa não é?

Ele na verdade, conjugara a oportunidade surgida, a possibilidade de fazê-la propícia a si e, a presença de um círculo de relações que lhe permitira ser o contemplado com as oportunidades surgidas. E ele explica:

Até para fazer o vestibular de eletrotécnica criaram problema, não queriam deixar eu fazer vestibular para essa área. Porque achavam que ia me frustrar, achavam que se eu passasse eu não ia ter condição de fazer o curso, ou então, mesmo que fizesse profissionalmente. Só que eles não sabiam que eu já trabalhava na área e que eu tinha inclinação realmente para a coisa (...) desenho

aqui na Bahia por exemplo, desenho para cego, adaptado para cego, (...), eu que comecei a mexer com essa coisa por causa dessa área que eu entrei, porque essa área sem esquema, sem desenho, eu digo: "não, nada feito", sem saber interpretar, então agente teve que meter as caras mesmo aí nessa área de desenho, e... agente conseguiu. Aí pronto, aí eu fiz vestibular, para eletromecânica (...) teve uma prova que eu tirei uma nota boa, eu cheguei a tirar dez numa prova de desenho lá, que foi aquela coisa de virar, de geometria, você dividir circunferência em nove partes, sete partes essas coisas e graças a Deus agente conseguiu tirar dez, essa prova até a escola aprendeu, (...), mas você pensa que era fácil eu chegar lá assim ? Não. Eu tinha que... não tinha negócio de sábado e domingo para mim, eu tinha que estudar mesmo, tinha que treinar. Minha cegueira como foi congênita, então eu não tinha noção nenhuma de traçado de risco, então tinha que ser injetado aquilo naquele período. Então, imagina-se o esforço que foi; não foi uma coisa assim caindo do céu não.

Conclui reflexivo e outra vez creditando a si, com justiça, salientando-se a vitoriosa trajetória profissional.

Sim, não, não, não. Aí me admitiram aí eu fiquei voltado para a área de bobinagem de motores, já disse aí antes na gravação, comecei minha vida aí profissional como bobinador e aí pronto, começar a abrir os motores, e às vezes só queriam me dar motores pequenos, pequeninhos, aquilo foi indo, foi indo me irritando porque como eu disse eu não gosto dessa coisa repetitiva, aí eu disse: "eu quero motores de respeito. motores maiores, motores mais complicados". Aí eles me davam um mais complicadinho para fazer o teste, a coisa dava certo e eu saí bobinando motores de 150, 200 cavalos numa boa mas, é por isso que eu chamo de peregrinação, não foi fácil não, você se fazer respeitar dentro da área, porque uma coisa é quando você está lá fora, (...), outra coisa é quando você começa a colocar ombro a ombro com outros companheiros, competir mesmo aqui dentro, trabalhar com eles, então, aí começava até muitas vezes criar até dificuldade, aquela coisa da discriminação, "pô, aquele cara, deficiente visual é cego, quer saber fazer isso, tá vendo que não pode?" Então se eu me calo, se eu me encolho, realmente não podia, não tinha chegado onde eu cheguei, mas como eu não me calei... e não pense que ao longo desse tempo, nessa caminhada, não se criem algumas vezes inimizades, pessoas que antipatizam por isso. Não, cria sim. Porque... você sabe que quando você reivindica demais, incomoda, e se incomoda, as pessoas se aborrecem, mas só que isso para mim, era só um obstáculo que eu tirava do meu caminho e ia continuar a caminhada(...).

JOÃO EUDES: "Quem quiser ficar sem lutar, vai ficar em casa, sem fazer nada. Mas, também não vai ter mérito, porque ficou em casa sem fazer nada. Só errou acerta, quem tenta fazer alguma coisa"

Meu nome é João Eudes Alves Pereira, eu sou do município de Mairi, de um lugar chamado Angico e eu vim para o Instituto de cegos já com catorze anos incompleto, sou cego de nascença, minha infância foi muito boa, porque eu tive uma infância normal, brincando com o pessoal do interior, minha infância no interior é muito boa, meus pais quando perceberam que podia fazer alguma coisa eles botavam para fazer, ou seja, não me deram tudo na mão, me botavam para fazer.

Meu pai tinha casa de farinha, o que ele via que dava para fazer, peneirar massa, essas coisas, eu estava lá; padaria, alguma coisa assim de amassar, aquela massa de fazer o pão, ou puxar cilindro para fazer a massa do biscoito, então foi uma experiência boa para mim.

Aí quando cheguei no Instituto de cegos, foi normal. Eu já fui me alfabetizando e depois fiz o primário no Marquês; comecei fazer o sistema de seriado no ICEIA, mas preferi fazer supletivo. Aí fiz o supletivo de 1º e 2º graus. Na época em que eu estudava, comecei a trabalhar também paralelamente e estava sem condições de trabalhar e estudar, aí tive que optar parar o estudo por uns oito anos ou mais, e depois voltei a estudar e terminei o 1º e 2º graus.

Mas trabalhei na indústria, trabalhei na BRASTEMP, que é com montagem de ar condicionado. Ela funcionava no C.I.A. Depois, saí da BRASTEMP e fui para BOSCH, trabalhava com vela de ignição, com linha de montagem também.

Depois fui para a KODAK, trabalhar com revelação de filmes na câmara escura. É um trabalho que emenda um filme no outro para depois ser colocado no processo para o filme ser revelado. Esse tipo de trabalho ficou inviável, eu tive que sair da KODAK por isso, porque com as novas técnicas, vieram as novas máquinas e esse tipo de trabalho ficou inviável.

Na realidade, as máquinas agora são máquinas que trabalham com filmes soft, notas de alguns minutos, depois colocam outro filme e assim vai, e ele aproveita, trabalham três pessoas, o que na época eram 20 que faziam. Então, para que se tenha uma idéia de como funcionava a coisa no laboratório, para entregar filme em 24 horas, trabalhavam 20 pessoas; hoje, para entregar filme em uma hora, trabalham três pessoas, já era um emprego a menos para o cego nessa época.

E depois eu saí da KODAK, fui trabalhar, tentei vendas, tentei trabalhar na oficina de um amigo meu de (...) fiquei um pouco com ele, depois fui para a área de..., fiz um curso de massagem que é massoterapia e nessa área eu me identifiquei mais do que nas outras, e aí estou exercendo essa função de massoterapia já há cinco anos que eu fiz o curso, há seis anos que eu fiz o curso, entrei para o estado e comecei a trabalhar nessa área, trabalhei um pouco no EBAL também, numa parte de embalagem e passei, fiquei na parte de embalagem do EBAL, depois passei uma transferência para esse setor que hoje é no setor de saúde da justiça e por enquanto eu estou por lá. Então aí está um perfil da minha vida traçadas em linhas gerais.

Indagado como chegara a saber da existência do Instituto e como chegara até ele, João Eudes responde:

Eu soube do Instituto através de um senhor que mora aqui em Salvador. Senhor Dionísio Souza, e ele sabendo... que ele é amigo de meus pais há muitos anos, ele já morou no interior, sabendo da minha condição, soube do Instituto de Cegos e escreveu para mim falando que existia um Instituto de Cegos que o aluno ia aprender a ler, escrever, falando das coisas que tinha no Instituto, o que era jogo de bola, o que era música, além dessas coisas todas e incentivando. Me lembro bem que na carta ele pedia para ler para mim e dizendo que eu ia poder andar pelo Brasil todo, então, para mim naquela época eu sabia que o cego não podia andar sozinho, era um negócio incrível. Para mim chamou muita atenção, eu tive vontade realmente de vir para o Instituto de Cegos.

Ao ser perguntado sobre o seu ingresso no mercado de trabalho, que se dera por volta dos anos setenta, assim discorre o entrevistado:

Meu ingresso no mercado de trabalho, naquela época, como todo cego que começava a trabalhar, tinha que entrar através do SENAI, quando o SENAI tinha um trabalho que era de emprego às pessoas da indústria, adaptação das pessoas na indústria e no comércio em geral. As pessoas que trabalhavam no SENAI era Manoel Dias Santa Rosa e Silvia Duarte, depois ficou Manoel Dias Santa Rosa só. Então Manoel, ele entrava em contato com as indústrias e percebia onde tinha emprego, onde dava para empregar os cegos e aí ele fazia a seleção daqueles que iam trabalhar, então havia uma seleção. O pessoal ia para o SENAI, e lá Manoel fazia entrevista com eles e de acordo com a habilidade de cada um. Manoel percebia e de acordo com o emprego que fosse surgindo ele colocava essas pessoas no mercado de trabalho. Foi uma época assim que eu acho, que nos anos 70, se fez muita coisa porque se empregava, me parece que a média era de 15 cegos por ano ou mais, então na... eu entrei pela BRASTEMP foi até por um intermédio até desse setor Manoel, a BRASTEMP ela... de início as firmas sempre recusavam, não queriam, achavam que o cego não tinha condições de trabalhar. Como Manoel era cego, então ele é que ia para esse setor tentar convencer as pessoas e as vezes até fazer determinadas operações para as pessoas perceberem que o cego sabe fazer aquilo, poderia fazer. Chegava no local, eles deixavam ser testado. Como é que faz isso aqui? Aperta um parafuso aqui, outro ali, como é que monta essa peça? Então Manoel aprendia como montar a peça e aí mostrava que o cego podia trabalhar, se ele é cego podendo fazer, aí automaticamente ele abria cancha para a indústria entregar, então foi assim que eu entrei na BRASTEMP. Eles não queriam, mas depois que eu entrei eles perceberam que o cego tinha condições de trabalhar. Chegou a trabalhar cinco. Na indústria quem chegou a empregar o maior número de cegos no C.I.A foi a BRASTEMP. Justamente porque eles perceberam que havia condições: chegou a ter cinco cegos trabalhando inclusive eles perceberam uma coisa, que quando tinha um rapaz que não tinha um comportamento bom eles botaram para fora e colocaram outra pessoa no lugar. quer dizer que normalmente a indústria ela fazia o emprego quando um cego trabalhava que ele não saía bem eles botavam para fora e achavam que outro cego não teria condição porque já que aquele cego não deu certo, outro ele não queria e a

BRASTEMP inclusive conseguiu perceber até isso de não discriminar, um cego saiu outro entrava porque já que eles perceberam que tinha outros que trabalhavam e que cada pessoa era um universo é uma individualidade, aliás tinha muito essa coisa na indústria em geral, esse cego não pode trabalhar, então outro também não vai.

Afirme-se sem medo de estar equivocado, que é esta a percepção das pessoas de um modo geral, independentemente do grau de instrução ou de inserção sócio-econômica. Seria conveniente relatar um episódio que, ao mesmo tempo hilariante e quase anedótico, é também revelador desta concepção social acerca do cego. Ele ocorreu em Feira de Santana. Eram cinco os cegos que estavam juntos numa loja; todos muito diferentes fisicamente uns dos outros. Entram ali para que a única mulher do grupo, pudesse comprar umas fitas para a sua máquina de escrever. Enquanto os outros esperavam, uma senhora apareceu e perguntou: "Vem cá, vocês todos são irmãos?". Um deles, com um arzinho muito sério disse: "Somos sim, dona, somos todos da mesma barriga".

Então, é esse o conceito que as pessoas têm: o de que todos os cegos são irmãos, são iguais, são parentes, são, enfim, conhecidos uns dos outros.

Na verdade, acaba passando isso para a área do comportamento. Quer dizer, se um se comporta mal, se é agressivo, o outro também é, um terceiro também é. mas, se sabe que o inverso não ocorre. Se um é educado, o outro não é. Daí fazer-se necessário indagar ao entrevistado, como era na BRASTEMP, a relação entre os empregados normovisuais e os deficientes visuais. Ao que responde:

A relação é normal, muito boa, porque eles conseguiram perceber que não teria problema nenhum; a gente brincava normalmente, a gente saía juntos. então o pessoal tratava a gente normal fora a barreira que a gente conseguiu tirar. eu que entrei primeiro... Porque tem uma coisa que ocorre com as pessoas. Que a pessoa ia me ensinar. eles achavam que eu não podia fazer determinada operação. "Não se pode fazer isso porque você não vai acertar. que é difícil". Então. se eu dissesse: "Não. você vai me ensinar. porque não vai ser difícil. E eu ficava por ali e tudo bem. "Então, deixe eu ver como é que você faz isso aí". O cara me mostrava como é que fazia, e tal e "Então, deixe eu pegar para ver como é que faz para fazer isso aí".

Com paciência, um dia, não precisava ser no mesmo dia, ficava até conversando, e então, quando a pessoa ganhava confiança na gente, aí eu dizia, deixe-me ver como é que faz isso aí, como é que monta essa peça. Começou a me mostrar, depois, quando ele via que eu sabia montar, ele mesmo, depois, começava a me chamar para ajudá-lo. Porque, na realidade, tem aquela coisa: o ser humano também precisa; pois às vezes, não está com muita disposição e precisa de uma pessoa para ajudar. É cada uma pessoa numa operação; mas às vezes fica muito cheia aquela operação e, já que eu estou na outra operação na frente e está faltando aquele aparelho ir para minha mão, porque está faltando uma operação, então eu vou para lá ajudar. E então, com isso, as pessoas começaram perceber e começaram a ensinar. Então, daqui a pouco eu já sabia trabalhar em todas as operações da montagem do ar condicionado. Porque, a montagem do ar condicionado, era dividida em várias operações. Me lembro que era dividida em cinco ou seis; então eu participava em todas as operações, porque eu ia fazendo assim com todas as pessoas, não pode, tá tudo bem. Quando aquele era muito irredutível e aparecia outra pessoa que ia trabalhar naquela operação, que era mais flexível, então com aquela eu conseguiria. Então a pessoa que tem a deficiência visual... Manoel diz uma coisa: "é mais fácil preparar o cego para a sociedade, do que preparar a sociedade para o cego".

Então o cego tem que se preparar para isso. Ele é que tem que ter jogo de cintura, porque ele é minoria. Então, ele vai ser mais exigido, então ele tem que ter essa percepção e, dizer: "agora eu posso, agora eu não posso". Esse é muito irredutível, procurar uma pessoa mais flexível; é por aí. A conversa, não pode ser de outra forma, porque aí é que está rompendo barreiras. Os outros não, os outros já romperam, os outros não tem barreiras, porque os outros não tem essa percepção das barreiras. Então, uma coisa eu concordo com eles: é justamente isso; é que o cego, ele tem que ser preparado para enfrentar todas estas barreiras e ter jogo de cintura para ir aos poucos cercando... cercando como o pessoal fala no futebol até conseguir o objetivo dele.

Eudes assegura que na BRASTEMP, tinha uma relação tranquila e normal, apesar de em alguns momentos, às vezes, aquela relação parecer uma atitude de superproteção e, às vezes ela parecer uma atitude de repulsa. Então ele é indagado sobre o modo de como se dava a competição entre eles. A questão faz sentido, uma vez que entre colegas existe uma relação de competição interna, no tocante a uma disputa para que se estabeleça quem teria o melhor desempenho, na medida em que um representaria perigo iminente à manutenção do outro na função em questão. No caso do trabalhador deficiente visual, essa disputa poderia se dar no campo da habilidade, mobilidade, versatilidade, da capacidade de aprender e de compreender esta ou aquela nova operação ou etapa da produção. Claro está que, o trabalhador normovisual, em princípio, parte do pressuposto que vai sair vitorioso em uma tal disputa. É o princípio da visão que supera a todos os demais sentidos.

Eudes parece ter entendido a questão por este ângulo e respondeu:

Olha, a competição é aquela coisa normal do ser humano, pois o ser humano, quando ele sente que alguém está trabalhando no setor dele, ele se sente ameaçado como se estivesse alguém tomando seu lugar. Tem pessoas que tem este tipo de comportamento.

Eu trabalhei com muita gente onde tinha pessoas que possuía este tipo de comportamento, mas eu nunca me preocupei com isso.

E, se sabe que em alguns setores da vida em geral e do trabalho em particular, realmente existe uma espécie de ciúme para com o colega, o que tem um melhor desempenho, etc. A isto, Eudes retruca:

Eu nunca me preocupei com isso porque eu sempre ensinei quem queria saber. Eu ensinava então, eu não me preocupava com competições. Tem essas pessoas que tem isso do próprio ser humano, tem aquela coisa de brincadeira, ver quem trabalha mais rápido, essas coisas, às vezes chegavam pessoas novas que não conhecia a gente a coisa do preconceito e achavam que não sabíamos trabalhar e queria ensinar até uma operação que eu já sabia. O cara chegava lá e dizia para esperar que ele já ia ensinar e queria me ensinar. E sabendo que eu já estava ali a um tempo, achava que eu não sabia aquela operação. E uma outra coisa, achar que podia trabalhar mais ligeiro do que eu, porque ele via que eu era cego e, de vez em quando a gente brincava. Teve até uma vez que a gente fez uma brincadeira assim - que eu nunca gostei de apostar - , mais um amigo meu...Um cara disse que trabalhava mais rápido do que eu numa operação lá. Aí o amigo meu disse: "Não trabalha". Aí ele disse: "Eu aposto". E eu disse: "Não quero apostar com você que eu trabalho mais rápido do que você realmente. tá, então vamos apostar um tiquete de refrigerante".

E, então, eu comecei. E realmente: enquanto ele fez na operação - era um trabalho que fazia lá no ar condicionado, no aparelho - e, eu terminava em um e partia para outro e enquanto ele estava em um eu já tinha feito dois. E a raça começou a fazer gozação com ele.

Convém lembrar que tais fatos se dão nos anos 70, aqueles anos em que, se de um lado abriam caminhos para o aproveitamento da mão de obra do deficiente visual - o cego industrial estava apenas dando seus primeiros passos - de outro lado, o país, sob o ponto de vista político mergulhava na sua mais densa e fria noite. Eudes chega a mencionar isto, na medida em que lembra a dificuldade que era para se fazer alguma reivindicação, por mínima que fosse.

Os anos 70 foi toda uma *indústria para mim, estudando e trabalhando na indústria, era um ano que não se podia discutir política, era [muito] difícil. não podia falar em política partidária, porque sempre tinha alguma pessoa por ali, ligada ao governo, o pessoal falava muito em agente secreto, naquela época. Então, quando se estava discutindo um termo político, tinha que estar falando baixinho com uma pessoa e, quem se confiava. Quando se reclamava qualquer coisa que não se gostava, de determinado tipo de comida que tinha na firma, por exemplo. Se alguém não gostasse e tentasse fazer um movimento, esse alguém era tido como agitador. Então quando se reclamava de algum comportamento do chefe, já era chamado de agitador, então era um ano muito difícil, era um ano sem iniciativa política, a coisa do medo era muito grande.

Mas aí depois sai da BRASTEMP. fui para BOSCH. Na BOSCH trabalhei, na área de operações também, com velas de ignição. Houve também as mesmas coisas que houve na BRASTEMP, mas a gente superou também e tinha um contato normal com a turma; brincava normalmente. Então essa barreira a gente conseguiu vencer.

Logicamente, ele encontrou dificuldades em conciliar escola e trabalho, já que sempre teve que trabalhar para garantir a sobrevivência. Eudes foi indagado se em algum momento chegou a desejar fazer um curso de nível superior, se chegou a tentar fazer, ao que ele responde:

Neste ano não. Tentei depois; porque nesta época, era impossível realmente para mim estudar, porque, uns anos que eu morava em pensão, trabalhava distante e realmente eu não tinha condição de estudar mesmo. Mas naquela época, não se falava muito em estudar, era voltado tudo para o trabalho e, pouco cego conseguia trabalhar e estudar, muito difícil. Eu não conheço ninguém que conseguiu estudar e trabalhar, a não ser no emprego como o de Manoel, que era no SENAI e Bosco, que foi na PETROBRAS. O resto não tem mais ninguém que eu conheça, que conseguiu trabalhar e estudar. Os outros conseguiram fazer curso superior porque só estudaram.

Aparece aqui uma afirmação que só confirma o que se tem dito, no que tange à preparação do cego para atuar em setores e áreas onde não seja exigida mais do que a capacidade de aprender uma operação e a habilidade de manusear um ou outro instrumento para a consecução desta ou daquela operação produtiva. A idéia era e ainda é a de que os patamares mais elevados da cultura, do pensamento lógico e filosófico não podem ser acessível aos cegos, já que continuam em sua grande maioria analfabetos e sem quaisquer perspectivas pessoais, sem quaisquer pretensões coletivas, com uma apatia social que chega às raias da estagnação total, embora pareça o contrário, haja visto as propagandas de realizações de cursos, etc. Mas, quando eles se realizam de fato, têm sempre este caráter de preparar uma

mão de obra subserviente, maquinal, sem idéias, sem iniciativas próprias, sem pretensões maiores. Se algum escapa a este círculo vicioso, escapa por sua própria iniciativa, por sua própria índole, por sua própria indomabilidade de temperamento.

Apenas a título de exemplo, note-se o que diz Patrícia Amorim de Amorim, 20 anos, quando indagada sobre suas perspectivas, seus projetos, suas pretensões pessoais para o futuro.

Patricinha vai quebrar a cara até entrar na faculdade, seja quantas vezes for, é... e aí eu pretendo fazer a Pedagogia, eu não nego, é um sonho de criança, a psicologia para trabalhar no Instituto, que é um sonho meu. Mas isso aí são só sonhos. Eu pretendo fazer um curso universitário, seja pedagogia, psicologia ou jornalismo. Eu sei que no fim da minha vida eu serei psicóloga ou jornalista. Nem que eu chegue aos 60 anos dizendo isto!

Psicologia, porque eu tenho vontade de trabalhar essas crianças que às vezes elas não são compreendidas. Porque hoje, a gente compreende elas porque a gente passou por isso. Mas não diga que o psicólogo vidente tem a mesma maneira de ver que eu ou que você ou que qualquer outro cego tenha, a respeito do deficiente, da Instituição e de outras coisas mais que é melhor não citar. Então... e o jornalismo é sonho de criança, uma vocação minha mesmo, sabe, eu sou muito curiosa, eu tenho certeza que eu vou batalhar muito, vai ser difícil eu conseguir. Mas eu aprendi com uma pessoa amiga, que antes chorar por não ter conseguido, do que por não ter tentado. Eu posso não chegar lá, mas tentar eu vou até o final da minha vida.

Ou seja, com apenas vinte anos, Patrícia tem a plena consciência das dificuldades, das barreiras, das caras viradas que vai encontrar na sua trajetória rumo aos seus objetivos. No entanto, não se dá por vencida antes de perder a última batalha. Ela no entanto é uma das poucas exceções à regra geral de letargia mental que graça no mundo dos cegos. Por culpa deles? Também mas, não só. Trata-se de uma ação coletiva. Trata-se de viver sob uma mentalidade coletiva que apesar de apresentar vernizes de mudança e de flexibilidade em suas sarcófagas formas de ver os portadores de deficiência, esconde sob as coloridas que lhe decora e cobre o corpo, uma pútrida e sempre ativa ação no sentido de manter as coisas da forma que são e as pessoas nas condições em que estão, para que não tenha que rever nenhum de seus pressupostos marginalizantes, por meio dos quais mantém suas políticas educacionais, assistenciais, de emprego e renda, de cuja propaganda sustenta o Estado e sua cúpula social dirigente.

Devolve-se a Eudes a palavra, para que ele prossiga em sua observação de que modo estavam agindo os cegos de sua época de industriário, no que tange à necessidade de trabalhar e a perspectiva de estudar:

Então, eu não conheço nenhum caso de um cego que trabalhasse e estudasse ao mesmo tempo, porque os trabalhos eram muito distantes, a dificuldade grande, também até de apoio de professores. Tinha muito professor, mas na hora que a gente ia estudar, era uma coisa mais complicada. A indústria pedia extra: na BOSCH era de turno. Teve uma vez que eu fiz um mês de extra, no dia que eu apareci no colégio, foi um dia de prova, então não tinha condição. O cara falava assim para a gente: "Ou você trabalha ou você estuda. Se você quiser estudar largue o emprego".

Quem é que podia largar emprego? E era assim que o chefe dizia para a gente e se a gente reclamasse, tivesse uma extra e nós não quiséssemos fazer, era taxado de agitador.

Tal inviabilidade se explica, porque principalmente na Universidade, o cego tem que produzir, quase sempre sozinho ou com ajuda de colegas, todo seu material de estudos e de pesquisa. Aliado a isto, às vezes, para não dizer sempre, o indivíduo já deu um duro desmedido na indústria, no comércio ou no serviço, durante o dia e durante a noite. E o cansaço do cego é ainda maior, por conta de sua necessidade de envidar mais o esforço para poder acompanhar o curso. É fisicamente inviável.

É, eu acho muito difícil por isso. Quando eu saí da BRASTEMP, da BOSCH fui para a KODAK. Já na KODAK me daria condição para estudar, então na KODAK já tem um ponto mais de relaxamento meu, eu não procurei estudar na KODAK, aliás assim mesmo eu fiz o 1º e 2º grau supletivo quanto tirei eu estava trabalhando na KODAK. Então como na KODAK dava condições de estudar levava material para lá, estudava lá, quando eu fiz o curso e 1º grau, eu gravava as fitas e lá eu passava para o braille então muita coisa eu fiz quando eu estava na KODAK aí deu para estudar mais a nível de supletivo consegui. Depois quando foi agora no início de novembro, eu fiz um cursinho pré-vestibular, entrei vestibular, mas não deu, então não tentei mais, eu fiz um curso de massoterapia e estou trabalhando na área e alguns cursos que aparece, de vez em quando eu faço. Como apareceu um curso de radialista, eu fiz também esse curso e terminei o curso que estava dando condições mesmo de fazer eu aproveitei e fiz, e é um curso que está guardado para uma oportunidade.

Eudes agora é instigado, no sentido de emitir sua opinião sobre como ele acha que é o relacionamento social dos cegos entre si. Eudes assim se expressa:

Eu acho uma relação muito distante, o cego na Bahia, ele... eu acho assim, tem uma turma que está mais assim no... Já acostumei com isso que está vivenciando aí, parou, porque tem muita gente que está parado, não está fazendo nada, não está trabalhando, com essa aposentadoria que o governo abriu agora, o pessoal se pegou nessa aposentadoria, mais ninguém está fazendo nada. É como se dissesse, fica aí parado para receber esse dinheiro e o pessoal está aceitando numa boa e ninguém faz nada, ninguém está estudando muito. São poucos, tem alguns que estão estudando realmente, mas a maioria está aí parada no tempo. A impressão que eu tenho é essa. E não tem nada de trabalho, nada de criativo. Tem algumas pessoas que estão ligadas em área de arte, música. Temos um grupo de 10, nessa faixa que estão tentando nessa área de música alguma coisa, o resto, está nisso aí. Eles vem para a associação à tarde se encontrar, ponto de encontro e a gente fica sem saber como incentivar; o que é que poderia incentivar para fazer com que essa turma faça alguma coisa.

Eudes finaliza a sua entrevista, afirmando a respeito dos cegos que, eles precisam correr atrás, que precisam deixar de esperar que façam alguma coisa por eles e eles mesmos, passem a fazer alguma coisa por si.

E arremata:

Agora ele sabe que pode ir, agora vai ter que correr atrás, tem que ir a luta, tem que enfrentar tudo isso que está aí, para poder levar a coisa em frente. Para poder realmente alcançar o objetivo dele. Nada se consegue sem luta, quem quiser ficar sem lutar vai ficar em casa, sem fazer nada. Mas, também não vai ter mérito, porque ficou em casa sem fazer nada. Só erra ou acerta, quem tenta fazer alguma coisa, então, é isso que eu quero deixar para você.

PARTE 3. INSERÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NA SOCIEDADE

CAPÍTULO 5. POLÍTICAS PÚBLICAS E ASSISTENCIALISMO

Desde que os seres humanos se organizaram para viver em sociedade, tudo passou a girar em torno de um núcleo social que mais tarde ganhou o cognome de Estado. Dele derivavam as políticas a serem desenvolvidas para o abastecimento, a organização administrativa e, devido ao fato de se tornar a sociedade e sua engrenagem cada vez mais complexa, fez-se necessário uma política legislativa, no sentido de disciplinar seus membros, bem como de exercer alguma justiça social, visto que as diferenças individuais e grupais começavam a se fazer sentir.

Este texto, busca fazer uma abordagem das políticas públicas e das ações privadas em relação ao grupo socialmente marginal, composto por aqueles que são portadores de deficiência visual, levadas a efeito tanto pelo Estado do século XX, com sua engrenagem complexa e emperrada, quanto da iniciativa privada com suas formas de encobrir suas injustiças sociais, no sentido de prover meios para que estes seres marginalizados possam enfrentar um mundo de transformações cada vez mais radicais e rápidas, tanto sob o ponto de vista técnico, quanto sob o ponto de vista econômico.

Necessitando de um tratamento especial, no sentido de obter uma formação profissional, os deficientes visuais ficam à mercê destas políticas, sem as quais seus esforços para uma conquista de caráter profissional, acadêmico, cultural e, sobretudo sócio-econômico, se tornam cada vez mais intensos e exigindo maiores dispêndios de energia e, no entanto, apresentam resultados menos frutuosos, visto que ele tem que enfrentar a dificuldade de fazer colocar em julgamento o seu potencial, a sua capacidade de interação junto aos demais membros da sociedade.

Os deficientes visuais e a política de profissionalização e de emprego

As duas grandes guerras, desencadeadas no início do século XX, vieram estabelecer uma nova dinâmica social para a vida das pessoas portadoras de deficiência visual. Aquelas que foram consideradas durante milênios, de acordo com a civilização/cultura, desde pesos mortos até

alguém que precisava de uma atenção especial, a ponto de, no período medieval, lhe ser facultado o direito de submeter-se à caridade pública, chegaram, no período moderno, a iniciar timidamente, uma ação quase imperceptível, em busca de algum lugar ao sol. O deficiente visual inicia, aos começos deste século, uma empreitada no sentido de se fazer útil e acreditar ser um ente capaz de se superar, sem perder de vista, naturalmente, suas inegáveis limitações físicas.

As duas guerras dão um forte impulso a este ímpeto de autonomia e de conquistas, uma vez que um dos resultados dela fora o alarmante número de pessoas mutiladas que deixara atrás de seus vultosos pelotões de vencidos e de vencedores e, sob seus escombros sociais e políticos. Seu rastilho deixara em fim, um cem número de pessoas cegas, que precisavam ser assistidas pelos combalidos cofres do Estado, então vergado sob o peso da reconstrução econômica e de toda a infra-estrutura básica, bem como, sob o peso das humilhantes indenizações e das dívidas astronômicas construídas a partir dos esforços de guerra, que ameaçavam gravemente a capacidade do Estado, em resolver os graves problemas sociais daí decorrentes. Um dos mais graves legados da guerra e que se constitui de longe o maior dos problemas a ser resolvido pelo Estado e seus líderes, está no fato de existirem centenas e milhares de viúvas e órfãos para completar o quadro econômico nefasto que se apresentava impassível diante da sociedade e de seus governos.

Diante disto, fazia-se necessário criar formas que permitisse ao mesmo tempo um alívio financeiro para os Estados e permitisse àqueles mutilados, aos quais ainda restasse alguns meios físicos de se manter, alternativas para que se pudesse reabilitar e outra vez ser duplamente útil à sociedade: deixando de lhe pesar nos ombros e contribuindo para o alargamento de seus meios previdenciários. Isto faria com que outros mutilados em condições físicas mais precárias, pudessem sobreviver dos cofres do Estado. Isto também baratearia sensivelmente a mão de obra a ser utilizada pela indústria, o que ampliaria suas possibilidades de acumulação de capital, abrindo espaço para que se pudesse voltar a crescer e a auferir ainda maiores lucros, a partir da extração da mais-valia.

A partir de então, a Europa e os Estados Unidos são varridos por uma avalanche de inventos, de aperfeiçoamentos e de desenvolvimentos de máquinas, equipamentos especiais, bem como

acessórios e adaptação de máquinas e equipamentos já existentes, para que pudessem ser utilizados por pessoas portadoras de deficiência. Com isso, dava-se início ao que seria uma longa trajetória de avanços e conquistas, cada vez mais ousadas, realizadas pelos deficientes visuais. Começou a se quebrar os limites das possibilidades e das impossibilidades, operando-se uma concreta caminhada, muitas vezes lenta, outras vezes um pouco mais célere, rumo à uma independência social e a uma inserção profissional, cada vez com menos fronteiras. Ficava assim claro que os deficientes visuais, só eram detidos em sua esfuziante marcha rumo à autonomia pessoal e profissional, pelas barreiras do preconceito, da discriminação, do impedimento mediante quaisquer argumentos e ações sociais. Logicamente, começa também a aparecer uma diferenciação social entre os próprios deficientes visuais, marcada sobretudo pela dicotomia produzida pelo fato de uns serem beneficiados e outros não serem beneficiados, pelas mais diversas razões, por estas mudanças e melhorias técnicas.

No Brasil, é a partir da década de 30, com o início do processo de substituição das importações, através do incentivo governamental para a instalação da indústria de bens de capital (sobretudo nos últimos anos daquela década) e, a partir das décadas de quarenta e cinquenta, quando se deu um forte e decisivo impulso rumo à industrialização brasileira, com a instalação e consolidação das multinacionais, que o processo da diferenciação entre os deficientes visuais, atendidos ou não pelos serviços de escolarização, habilitação e reabilitação profissional e de integração ao mercado de trabalho passa a ser observado com maior nitidez. Estabelece-se, então, um fosso cada vez mais dificuldade ser transposto entre o primeiro grupo, minoritário, e o segundo grupo.

Nas décadas de 50 e 60, o Brasil conheceu o surto de avanços e conquistas por parte dos cegos, naturalmente ainda tímidas e frágeis, obrigando àqueles que as alcançavam a realizar um esforço quase sobre-humano, para que um eventual deslizamento não viesse a prejudicar a marcha ainda tão trêmula e constantemente ameaçada.

É por esta época que o Serviço Nacional da Indústria, órgão da FIESP e das outras federações dos industriais (localizadas nos respectivos estados), resolve implantar um serviço de aproveitamento da mão de obra do deficiente visual e de sua colocação no emprego.

"Fui colocado no Serviço de colocação de mão de obra", diz Manoel Santa Rosa, uma das pessoas que fora escolhida para desenvolver uma tarefa até então nova no Brasil, sobretudo na Bahia, que era o serviço de Aproveitamento de Mão de Obra dos Portadores de Deficiência Visual, os cegos. E continua:

Trabalhei no SENAI, fiz vários cursos profissionalizantes; participei de inúmeros congressos promovidos pela associação brasileira para educação dos deficientes visuais; Congresso Interamericano, São Paulo; é... depois fiz alguns cursos de relações humanas .

Como se pôde perceber, Manoel Santa Rosa fora preparado para o exercício daquela função, que seria alvo de muita controvérsia no decurso dos anos setenta, visto que com ela, seu titular ganhara muita notoriedade entre seus iguais, sendo responsável pelo emprego de centenas de pessoas ao longo do tempo em que nela esteve envolvido. Depois de uma meteórica passagem da Professora Silvia Duarte pelo setor, aliás, ela fora quem lhe indicara como apto para a execução daquela tarefa, ficou sob seu encargo, a política de profissionalização e emprego, levada a cabo, em relação aos deficientes visuais.

Como não poderia deixar de ser, esta política de aproveitamento de mão de obra de pessoas deficientes visuais, teve suas controvérsias e suas contestações, na medida em que sua execução suscitava descontentamentos entre aqueles que seriam seus alvos diretos. Saliente-se inclusive, que a própria indicação da pessoa que a poria em prática fora questionada, na medida em que outras pessoas eram tidas como igualmente capazes de assumi-la e executá-la.

Se poderia em primeiro lugar, dizer que uma das críticas que se faz àquele tipo de atuação do SENAI, reside no fato de se ter concentrado todos os seus esforços na preparação dos cegos para o trabalho industrial, não se considerando que outras áreas poderiam ser exploradas por trabalhadores cegos. Isto demonstra que os que implementavam estas políticas, só acreditavam no cego enquanto pessoa capaz de realizar trabalhos que não exigisse nada mais que as aptidões físicas e, alguma coordenação motora que lhe permitisse uma razoável mobilidade dentro e fora do ambiente de trabalho, que lhe permitisse uma atuação constante em trabalhos que fossem executados continuamente. O deficiente visual Carlos Alberto Castro, 36 anos, em uma análise a posteriori daquilo que ele vivenciou e observou na época

do apogeu do trabalho levado a cabo pelo serviço de colocação de mão de obra do SENAI, assim comenta aquele momento, demonstrando como eram arriscadas e deliberadamente limitadas as perspectivas de preparação dos potenciais empregados cegos:

A dificuldade que eu vejo (...) ao meu ver, foi feito um trabalho muito bem feito, com muito boa vontade, no sentido de colocar o cego no mercado de trabalho; mas pela própria mudança, a gente faltou visão pra essa mudança. Pelo trabalho feito, nós achávamos que íamos viver na época industrial e, acabou. Não havia uma previsão dessa mudança que ocorreu tão rapidamente, ou seja: aquele trabalho que era exercido pelas pessoas cegas, foi mais trabalhado, foi todo ou em parte, tido por máquinas. Então aquela preparação ela sofreu... ela não tinha uma visão de que essas máquinas, ou... de que esse trabalho seria facilmente superado por máquinas.

Na prática, isto quer dizer que os cegos empregados a partir do método utilizado pelo SENAI, eram treinados prioritariamente para o trabalho industrial, repetitivo, que não exigia muita ou nenhuma qualificação técnica, abrindo enormes perspectivas para um atendimento quase sem fronteiras, de uma clientela inteiramente despreparada, sob o prisma de uma formação profissional, salvo algumas raríssimas exceções, como o próprio chefe do setor na ocasião, Manoel Santa Rosa, que ao ser confrontado sobre o tema, ele apresenta um grande número de tentativas de explicações, mas nem de longe responde satisfatoriamente à indagação, muitas vezes tangenciando, não deixando claro se se tratava de uma política consciente ou inconscientemente levada a efeito pela instituição e pelo responsável direto por seu funcionamento.

...conhecendo-se um pouco o perfil dos candidatos a empregos do SENAI, é fácil notar que eles, em sua grande maioria eram analfabetos e semi-analfabetos. É também sabido que algumas daquelas pessoas, enquanto esperavam sua vez de empregar-se, pediam esmolas e que outras estavam atuando em determinada empresa e esperavam outra oportunidade para melhorar seu ganho salarial, etc.

Se observava que, parte considerável desse pessoal, não tinha a mínima qualificação, digamos. Isso não interferia, não dificultava ao executante daquele serviço de colocação, a seleção do pessoal a ser indicado às empresas para emprego?

Ao que Manoel responde, naturalmente que de acordo com a percepção e compreensão do homem que tinha em suas mãos a sobrevivência de centenas de pessoas e, que acredita ter desempenhado a contento os dois papéis:

Isso não dificultava não. Isso dificulta. Porque, o que os companheiros cegos precisam entender, até hoje é que cegueira não é privilégio; cegueira é uma deficiência [para não dizer um estigma, (grifo)]. E, os próprios companheiros, em grande parte, eles chegavam nas empresas e se acomodavam, começavam a querer determinados privilégios.

Depois de dizer que para a gente comum todos os cegos são iguais, são irmãos, são conhecidos uns dos outros e agem, esses cegos, todos de igual modo, arremata dizendo que:

É a mesma coisa, no âmbito industrial: porque um cego criava um problema na empresa, os outros todos eram iguais! Então, na verdade, (...) realmente, eles [os] cegos também dificultaram muito... fecharam muitas portas. Teve gente até que ficava dormindo dentro da empresa e, ganhando sem fazer nada! Quer dizer: os cegos também, muitos deles é claro: não são todos, evidentemente que não; mas muitos complicaram mesmo.

Apesar de não estar mentindo ou exagerando quando atribui aos candidatos aos empregos por ele intermediados, ou mesmo àqueles que já foram colocados, não considera o fato de que os industriais poderiam estar utilizando estas circunstâncias para camuflar sua resistência em admitir que cegos operacionalizassem suas máquinas. Apresentando como justificativa o fato de cegos terem "aprontado" em suas empresas ou de amigos que lhe tenham informado a tal respeito, esquivavam-se assim de dar uma oportunidade ou mesmo de colocar uma outra pessoa, que, embora também cega, poderia agir de modo diferente da maneira como seu colega agira. Aquele poderia se desempenhar melhor ou pelo menos diferentemente do modo como seu colega cego se desempenhara. Na verdade, esta era a forma como os industriais poderiam fechar-se dentro de uma redoma impenetrável, mesmo ao mais perspicaz dos observadores.

Ao mesmo tempo, ao atribuir à família dos cegos a responsabilidade de sua formação, de seus bons ou de seus maus hábitos, exime o Estado de sua responsabilidade social, na medida em

que teria a obrigação de promover os meios econômicos e técnicos, que propiciariam aos seus membros cegos, uma formação adequada e uma qualificação profissional.

Depois a família, também é muito importante neste contexto. A família... não só é criar o cego para ele ficar alimentado, bem vestido, arrumado, não. A família tem que procurar dar para ele, a sua independência; ajudar a independência dele. Não é o tratar bem; não é o super proteger, que é a solução para as pessoas portadoras de deficiência, no caso nosso aqui, deficiência visual. A família tem que ajudar, tem que permitir que ele externe o seu potencial. Porque, na maioria do povo... da cegueira, pelo menos cientificamente, está... a cegueira está mais no meio pobre né, na classe baixa, na classe pobre, na classe... não é? E isso... realmente nós sofremos muito, muito esse... isso refletiu... reflete muito na colocação no mercado de mão de obra; muito mesmo.

Isto mostra ainda uma política que tinha como ponto básico, a formação de empregados de baixo custo e de baixa qualificação profissional, na medida em que não se percebia uma preocupação com futuras mudanças sociais e econômicas, como bem salientara o auxiliar de administração Carlos Castro. Isto fica claro quando Manoel S. Rosa procura explicar o papel da oficina pedagógica, insistindo no fato de haver um clientela de baixa qualificação técnica, visto que a mudança de filosofia do Instituto de Cegos, fez com que muita gente aos dezoito anos, saísse de lá sem a menor condição de competir no mercado comum de trabalho, já que alguns até saíam sem conhecer o braille, única ferramenta de interação com o mundo exterior, sob a alegação de que não conseguiam acompanhar porque tinham baixo Q.I. Daí essas pessoas serem jogadas diretamente na oficina pedagógica até completar o tempo de permanência e, presumivelmente, saírem com algumas habilidades artesanais e as outras se dirigiam para o SENAI. Ao que Manoel argumenta:

É. Porque na verdade, a oficina pedagógica (...) servia basicamente, para um desenvolvimento da coordenação motora. Coordenação motora, para todo o mundo é importante; e para o cego, muito mais ainda. Por que muito mais ainda? Porque ele não está vendo. Tudo que ele precisa fazer e o que ele tem que fazer, ele tem que pegar, não é? Ele tem que... a visão do cego... ou a visão do cego material é o pegar, é o tato. Não é? Então a finalidade precípua da oficina pedagógica era exatamente desenvolver a coordenação motora dos deficientes e criar hábitos de trabalho.

Como se percebe, não se tinha interesse em dar outras oportunidades aos cegos enquanto coletividade, uma vez que sua preparação, como bem observou Carlos Castro, era uma

preparação que visava a área industrial. Não se imaginava a preparação dos cegos para a área de prestação de serviço, para funções mais qualificadas, a não ser que ele próprio pudesse prover-se neste sentido, o que lhe daria a ocasião de ser um profissional liberal, quando muito. Devolva-se a palavra a Carlos Castro:

Eu me lembro que eu com 16 anos em 76, já tinha sido feito -76, -77, já tinha sido feito um trabalho preparatório pra turma fazer trabalho em computador, e Marilza já ter ido lá pra São Paulo, se não me engano em 75 e ou 74, por aí, fazer o seu trabalho por computador. Tinha esse lado da visão do computador e, era aquela coisa que era a esperança, da gente ter um campo de trabalho muito bom, que a informática... inclusive que a I.B.M. considerava, ou considera, não sei se ainda está nesse nível, que o cego era uma pessoa muito capaz de trabalhar com o computador, porque pelo fato de não enxergar, então a visão não distraia ele. Ele era muito mais concentrado. Embora eu sei que tem a audição também que distrai a pessoa; mas o parecer deles era esse: que pesquisas que eles fizeram, o cego tinha uma capacidade com o computador por esse motivo. Então faltando essa visão de que esse trabalho poderia ser substituído automaticamente por máquinas.

Desta forma, não se poderia alegar que não havia outros meios de formar uma pessoa deficiente visual, para ser empregado, tendo sua mão de obra de melhor qualidade. Ao que aparenta é que faltava interesse, sobretudo em se tratando de formar uma coletividade de modo a que ela obtivesse uma maior variedade de opções a seu alcance. O emprego na indústria era o carro chefe no período e, como não poderia deixar de ser, nas ações de colocação de mão de obra, serviço que era voltado para uma política de industrialização, não se dando conta da necessidade de um redimensionamento destas ações, para um prazo maior.

Castro vai ainda mais fundo ao dizer que:

...ali faltava o quê? Só uma iniciativa pra você montar uma empresa de programação de computadores. Porque havia alguém que sabia programar e, que tinha um mercado todo pra ser atingido. Então, só era mudar o eixo; quer dizer: ao invés de você procurar emprego, você ser empregador. Entendeu? Que era uma coisa que tinha o aval, por exemplo, do ITAÚ, porque já tinha aquele rapaz que estava lá no ITAÚ e conhecia a qualidade do trabalho. Ele tinha um lastro muito grande ... Então, tinha credibilidade; e o investimento não era tão alto não. Porque na

verdade, naquela época, o programador, ele não tinha questão de operar: poderia adquirir a máquina em cima do custo do programa. Entendeu? Então faltou muita visão.

E arremata indicando que as pessoas já tinham então alguma consciência da existência de outras possibilidades, mas que era muito difícil convencer aqueles que estavam à frente do processo que fazia implementar uma política de submissão e de subordinação daqueles que estavam ligados àquele programa de empregos:

Aí já vem uma questão de povo colonizado, até: não é uma questão nem de cego, mas com a própria visão da pessoa colonizada, aquela coisa de que ele não pode ser o patrão, ele tem que ser o empregado, e perdeu uma oportunidade e tanta, de se manter isso. Inclusive com pessoas como Marilza, como Bosco, Cândido, (...), mas eu acho que se perdeu; eu também na época não tive essa visão em relação ao cego; talvez até em relação - egoisticamente em relação pessoal, talvez até eu tinha... tivesse um sonho... essa idéia... mas não em termos (...) de aproveitar o próprio grupo, o próprio potencial das pessoas que fizeram o curso. Ainda estão aí; observe-se como a coisa é dinâmica e, ao mesmo tempo estática. Esse pessoal ainda pode se reunir e fazer o trabalho hoje. Entendeu? Hoje, ainda pode ser feito isso.

Os limites e as restrições em que esbarraram e ainda esbarram as iniciativas de colocar o portador de deficiência visual no emprego, mesmo estes empregos que não exigem grande qualificação profissional do candidato, além disto em si, são sobretudo e em todos os casos, de ordem estrutural e ou conjuntural: a dificuldade de formação de técnicos, a mentalidade vigente, tanto entre os empresários, quanto entre a clientela a ser atendida e, sobretudo, a insuficiência (ou má versação) dos recursos públicos e privados, necessários para o avanço e o êxito de um tal empreendimento. A este respeito, Manoel afirma que:

Todos os investimentos profissionais que a gente queria fazer existiam dificuldades por parte de pessoas: não pelas atividades que eu queria fazer, exercer, mas as pessoas sempre colocavam...algumas pessoas, claro não é... colocavam obstáculos: "Que o cego não pode fazer, que o cego tem dificuldade..." mas isso pra mim, não tinha problema.

O descrédito das pessoas que tinham que lhe conferir apoio acabava por dificultar-lhe as ações, somando-se ao leque de outras dificuldades preexistentes, dentre elas a já mencionada

desqualificação da mão de obra a ser encaminhada. No que tange aos recursos, seguia o mesmo caminho, uma vez que sua liberação dependia muito da confiança de que teria que fazê-lo.

Insista-se que apesar de ser uma ação de cunho privado, visto que o SENAI é um órgão ligado aos organismos representativos dos industriais e diretamente subvencionado por eles, incorporava uma política de Estado, na medida em que havia um interesse das elites políticas do país em passar uma idéia de saúde econômica. O emprego de um maior número de pessoas possível, incluindo-se aí as pessoas portadoras de deficiência, seria uma dos indicativos disto. A resistência dos industriais baianos, ficaria configurado como atitude típica de uma mentalidade atrasada e pouco disposta a avanços. Tanto é assim, que quando Manoel indica os setores da indústria onde ele encontrou mais resistência, se pode perceber que eram exatamente as áreas mais atrasadas em termos de um aproveitamento de um novo estilo de produção.

Manoel segue dizendo ter encontrado em sua trajetória de treinamento e de colocação de deficientes visuais, uma discriminação muito forte, às vezes clara, às vezes velada. Ora se apresentando em forma de negação da possibilidade de os cegos poderem fazer alguma coisa daquelas tantas que eram feitas em suas empresas, ora dificultando o acesso para pesquisa, treinamento e colocação, propriamente dita. Mas Manoel arremata triunfante: "Nós sempre colocamos as pessoas que colocamos e, sempre elas desenvolveram".

E justifica, dando a idéia de uma preocupação com os resultados não tão satisfatórios, já que eles pesavam ainda mais do que os resultados, poucos é certo, que trouxeram grande produtividade, atendendo assim, a maior preocupação dos empregadores.

Aqueles que não desenvolviam ou [era] porque não tinham coordenação motora nenhuma ou porque não se adaptavam. Como ser humano não é obrigado a saber tudo nem a fazer tudo; eles não se adaptavam às atividades. Mas sempre que nós investimos no aspecto profissional, sempre dava certo e até hoje vem dando certo

E concluindo em forma de balanço afirma:

E, colocamos muitos cegos nas empresas da Bahia. Colocamos inclusive no interior: Juazeiro. Colocamos em Serrinha, Feira de Santana, Cruz das Almas. Nós tivemos uma abrangência boa do nosso mercado de trabalho. Não digo boa em termos de aceitação; mas digo boa, pelo que nós colocamos e que ficaram trabalhando. São profissionais até hoje, competentes. São pessoas que se... se deram por conta de que devem ser profissionais.

Década de oitenta: novos tempos, novas idéias

O apogeu deste tipo de política desenvolvida pelo SENAI, deu-se entre o final da década de 70 e o início da década seguinte. Neste momento histórico, a indústria foi atingida por uma recessão que alcançou foi sentida por todos os setores da economia brasileira. O desemprego e a inflação deram o tom e o compasso, obrigando os empregadores daquele setor a rever suas estratégias, seus investimentos, forçando a uma automação cada vez mais intensa. Nem precisa ser especialista para concluir o óbvio: a massa de desempregados crescia; a mão de obra tecnicamente qualificada era preferida em detrimento daquela desqualificada. Era preciso ser versátil, saber operar as novas máquinas e, conseqüentemente dominar as novas técnicas.

Restava aos cegos, que em geral, insista-se, constituía uma mão de obra desqualificada e pouco versátil, partir para uma readaptação no sentido de encontrar meios de superar a cada vez maior falta de oportunidades de emprego para pessoas que tinham as suas características. João Eudes, por exemplo, sempre fora empregado da indústria. Naquele momento tivera que partir para laboratórios de fotografia e, posteriormente para a área de massoterapia, que se mostraria mais adiante o grande salto. No entanto, teria que ser treinado, formado, qualificado enquanto mão de obra.

Observe-se a evolução do caso Eudes, como ele teve que ir se adaptando, à medida em que as perspectivas ia se mostrando desfavoráveis no setor de trabalho em que ele se encontrava. Note-se que a certa altura, já se tratava de uma mão de obra de algum modo especializada, visto que já fazia operações mais complexas na área de refrigeração e de peças de precisão para veículos. Não é regra, fique claro, para ser tomada em outros casos. A grande maioria

teve evolução diferente; ou antes diga-se involução, já que se sabe que pessoas que foram demitidas daqueles empregos que pouco exigia de seu baixo desenvolvimento intelectual, acabaram indo para as esmolas. Isto se mostra como um indicativo de que não se tinha uma política de reaproveitamento daquela mão de obra que, a partir daquelas mudanças estruturais, ficariam ociosas.

Eu trabalhei na indústria, trabalhei na BRASTEMP, que é com montagem de ar condicionado para funcionar (...) depois saí da BRASTEMP e fui para BOSCH, trabalhava com vela de ignição, com linha de montagem também. Depois fui para a KODAK trabalhar com revelação de filmes na câmara escura, (...). Esse tipo de trabalho ficou inviável. Eu tive que sair da KODAK por isso, porque com as novas técnicas, veio as novas máquinas e esse tipo de trabalho ficou inviável. Na realidade, as máquinas agora são máquinas que trabalham com filmes soft, notas de alguns minutos, depois colocam outro filme e assim vai, e ele aproveita, trabalham três pessoas que na época eram 20 que faziam. Então, para se ter uma idéia de como funcionava a coisa no laboratório, para entregar filme em 24 horas trabalhavam 20 pessoas, hoje, para entregar filme em uma hora, trabalham três pessoas, já era um emprego a menos para o cego nessa época. E depois eu saindo da KODAK, fui trabalhar, tentei vendas, tentei trabalhar na oficina de um amigo meu de (...) fiquei um pouco com ele, depois fui para a área de..., fiz um curso de massagem que é massoterapia e nessa área eu me identifiquei mais do que nas outras, e aí estou exercendo essa função de massoterapia já há cinco anos que eu fiz o curso, há seis anos que eu fiz o curso, entrei para o estado e comecei a trabalhar nessa área. Trabalhei um pouco no EBAL também, numa parte de embalagem e passei, fiquei na parte de embalagem do EBAL, depois passei uma transferência para esse setor que hoje é no setor de saúde da justiça e por enquanto eu estou por lá.

Quando dos últimos momentos de atividade do serviço de colocação de mão de obra do SENAI, o grande gerador de empregos era o setor de serviço, mais precisamente o setor de supermercados. De fato, fora a última etapa em que se colocou em prática a velha política de empregos intermediados. Uma política que criou raízes e trouxe dificuldades para que outros meios fossem utilizados, no sentido de se conseguir um emprego, fosse ele qual fosse, uma vez que não se aceitava que uma pessoa cega buscasse ingressar no mercado de trabalho, se não fosse por meio do SENAI. Este foi, por exemplo, dentre outros, o caso do industrial Genésio Santos Silva, 44 anos, com experiência na área de refrigeração, oriundo daquelas primeiras levas de pessoas cegas empregadas no setor industrial no início dos anos 70. Diz ele taxativamente, ao ser informado de que hoje os cegos estão tendo que correr atrás de seus empregos:

Então? Agora, o cego vai atrás no pólo... no Pólo Petroquímico de Camaçari?! Você acha que um diretor daquele, vai ceder uma vaga a um deficiente visual? O papel de Manoel era pedir; porém tinha o apoio do SENAI. Existia o problema do descrédito, da necessidade de Manoel demonstrar que o cego seria capaz de fazer esta ou aquela coisa. mas, a gente tinha a chance... inclusive a gente também tinha chance de levantar a moral dele; a gente tinha chance de mostrar que tinha condição de fazer aquilo; e hoje não se tem. Hoje não se tem. E eu posso provar que não tem. Eu fui na BRESPEL não sei quantas vezes; eu tinha amigo na BRESPEL; lutei por uma vaga na BRESPEL; e não consegui nem chance de mostrar minha capacidade.

Indagado se com a intermediação do SENAI e, conseqüentemente de Manoel, ele teria a chance que buscara e não lhe fora dada, responde convicto:

Conseguiria sim, conseguiria sim. Não tenha dúvida que ele conseguiria, porque a mentalidade era outra: porque o SENAI convivia com indústria [agregava]; no país todo; talvez tivesse ligação até com...com alguém lá fora. Então a estrutura é outra, a consciência era outra. Eles têm condição; eles podem provar; e além de tudo isso, eles podem assumir até um prejuízo que venha a haver nesse período.

Da forma como Genésio está colocando, dá impressão que na verdade, o que era levado em conta, não era a possibilidade ou não do cego exercer aquela atividade industrial; e sim, a influência que o SENAI poderia ter sobre os industriais. Sua percepção da engrenagem e sua leitura da influência do SENAI chega às raias da ingenuidade, ao ponto de crer que ele assumiria eventuais prejuízos causados pelo mau desempenho de uma pessoa deficiente visual em uma empresa. E prossegue: "A partir do momento em que o SENAI tinha influência, dependendo de cada um, a gente podia mostrar nossa capacidade". Ou seja, para ele, o fato de não encontrar um emprego sem a intermediação do SENAI, era uma circunstância e não uma política de atuação do empresariado industrial.

Terminado o último surto de empregos intermediados, à metade da década de oitenta, vê chegar o fim do serviço empreendido pelo SENAI. Manoel informa que chegara um novo diretor regional e este decidiu por terminar o serviço de colocação de mão de obra. Indagado sob que alegação teria o diretor tomado esta atitude, explicou:

A de que, não era um serviço que trazia produção para SENAI. Quer dizer, o gasto; os gastos que eram feitos, que existiam para com o serviço, não justificavam a produção que a gente apresentava. Porque, no máximo o que se colocava era doze, quatorze, quinze pessoas por ano. Então (...) esse número de colocações que nós fazíamos, ele entendeu que não justificava a despesa com a receita que nós tínhamos. Aí então ele acabou mesmo com esse serviço .

Ele exemplifica com a seguinte comparação, tirada do fato de ter sido ele designado para um outro setor de colocação de mão de obra, só diferindo pelo fato de que aquela mão de obra era qualificada e, não era o seu contingente formado por pessoas portadoras de deficiência visual.

Para se ter uma idéia da disparidade de colocação de mão de obra de deficientes, para a colocação de pessoas que se dizem normais, eu coloquei, no período em que eu assumi o serviço de orientação educacional, eu coloquei em média... foi uma época em que existia... estava numa greve numa metalúrgica, eu coloquei nas indústrias alunos... ex-alunos do SENAI, oitocentos e trinta e tantos alunos, nesse ano. Então, a visão dele foi ratificada pelo número que eu colocava de cegos entre doze, quatorze quinze pessoas por ano, no ano em que eu assumi o setor de orientação eu coloquei oitocentos e tantas pessoas. Aí veio ratificar mais a idéia dele, a visão dele. E é uma prova cabal de que a sociedade ainda tem idéias... continua com as idéias estereotipadas contra os deficientes, não é? E, em especial os visuais. Por isso que as coisas ficaram mais difíceis.

A despeito da plausibilidade da explicação dada, ela não leva na devida conta, uma mudança de perfil da indústria, que a partir de então, começa a trabalhar com uma perspectiva diferente daquela com a qual trabalhara durante aquelas duas décadas em que Manoel desenvolvera seu trabalho. Na verdade, o novo diretor que tivera a coragem de acabar com um serviço que já não mais funcionava, apenas refletia o pensamento daqueles seus pares se era ele um industrial; ou dos seus patrões, se era um funcionário, um burocrata. De qualquer sorte, ele estava ali representando uma categoria que investia em um órgão e que queria ver retorno: mão de obra melhor qualificada, mão de obra que pudesse ser reaproveitada a cada mudança estrutural ou mesmo conjuntural, enfim: os deficientes visuais e sua mão de obra desqualificada e imprópria para usos diversos e para mudanças rápidas de função, não mais interessavam.

Fica assim claro que era uma política levada a efeito e que não era percebida por quem a ela não mais se ajustava. Ele próprio já não mais fazia parte da engrenagem, visto que sua

utilidade como eixo principal daquela velha política que tão bem executara, naquele momento, não mais tinha sentido. Daí a disposição inicial do novo diretor em demiti-lo.

Chamado a analisar o período decorrido entre as décadas de setenta e oitenta, ao advogado Mário César Lima, 33 anos, foi proposta a acertiva que dizia respeito à integração do deficiente visual ao mercado de trabalho. Nos anos sessenta, no auge do reinado de Manoel Santa Rosa, se vivia uma condição especial em termos de colocação de deficientes visuais no mercado de trabalho, marcada por uma tendência dos empresários a acreditar na possibilidade de utilização daquele tipo de mão de obra.

Reafirme-se que, uma razão para que prevalecesse aquela tendência era o fato de se tratar de mão de obra desqualificada, na qual não seria necessário o dispêndio de um grande volume de recursos financeiros. O seu aproveitamento era possível, mediante um treinamento realizado na própria empresa, o que possibilitaria ao candidato a execução de sua tarefa. Já nos anos oitenta, começou surgir a necessidade de utilização de uma mão de obra um pouco mais especializada. Mário, num discurso bastante longo e pleno de idéias linearistas da história, tenta explicar porque a sociedade brasileira trata os marginalizados, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o ponto de vista étnico.

Veja bem: em regra a cegueira ela tem uma raiz social: a miséria. Quando alguém vai pegar um grande número e fizer um levantamento social dos deficientes visuais, se vai constatar que a sua maioria esmagadora é [composta]de pessoas de muito baixa renda. A pobreza, ela tem as suas ramificações: subnutrição, a ausência de uma orientação médico-hospitalar adequada, a ignorância. então isso contribui para esse grande número e pra esse peso econômico no contingente de deficientes visuais. Então, essa fase que se delimita, que era através do SENAI, que se fazia algum tipo de preparação dos deficientes pra ser colocado em supermercados e empresas deste tipo, mais pra trabalhos braçais, eu não poderia [falar], por se tratar de um período que eu não tenho muitos elementos pra fazer uma análise mais profunda: agora, de qualquer sorte, acho que de alguma forma valeu a pena. Porque se alguém pega um sujeito vindo de bairro proletário, de família bem pobre, porque com certeza uma família bem pobre não vai pegar um... A possibilidade de ela pegar um filho deficiente, cego, e dar uma preparação pra que ele enfrente um mercado de trabalho gabaritado, em condições de concorrer a funções mais qualificadas, isso é muito pequena, porque ela própria não tem essa condição: e aí você vai pra lei da seleção natural. Então, se alguém pega uma pessoa com essa realidade e consegue dar a ela um tipo de preparo que lhe possibilite alguma

atividade rentável, uma coisa você já está fazendo: você está evitando que ele vá pedir esmola, então, já é algum trabalho que valeu à pena.

Não sei se poderia ter sido feito melhor; se outros trabalhos poderiam ter sido feitos, é bem provável que sim; mas pelo menos esse foi feito. A nova realidade de que vai surgindo mão de obra, onde você já tem aí, professores universitários, ... é quer dizer, eu não posso nem considerar o caso de Guga, porque Guga se preparou ainda com uma situação visual completamente diferente do que tem hoje. Mas tem advogados, tem Jaime Coe, tem eu, tem Japi, ele inclusive é um exemplo que... mas ele é lá da região de Brumado, daquela região ali de Rio de Contas, e ele se formou no início dos anos setenta na Universidade Federal da Bahia. Mas já vinha de uma realidade econômica, melhor. E com todos os percalços conseguiu se formar em direito e ir pro interior e se estabeleceu; mas, mais recentemente tem João, que se formou pela católica é um homem que se sabe vem de família humilde mas conseguiu; quer dizer, já não era tão humilde assim, alguma condição ele teve; é aí que se vai olhar também a realidade do Brasil que foi mudando: o ensino superior foi chegando pra mais pessoas; o ensino profissionalizante foi chegando pra mais pessoas; não é só um fenômeno que aconteceu dentro do contingente dos deficientes, mas, dentro da sociedade em geral, que trouxe seus reflexos.

Chamou-se-lhe à atenção para o fato de que esses deficientes preparados, com curso superior ou curso profissionalizante, ainda assim, encontram resistência quanto ao exercício daquilo para o que tenha se preparado. Ele concorda e afirma, utilizando-se daquela idéia de que a sociedade brasileira assim age, porque tem uma origem colonial e, segundo a sua opinião:

A nossa sociedade, ela foi composta por pessoas de pouca luminosidade: as pessoas que vieram para aqui, como classe dominante, era o pária social da colônia; era o burguês que não deu certo; e esse sujeito veio para aqui com o intuito única e exclusivamente de aqui dar certo, seja a que título for; e o Brasil como terceiro mundo foi campo de exploração. Nós tivemos o azar de sermos colonizados pela elite mais atrasada da Europa, que era a elite lusitana. E, tanto que você repara que Portugal foi o primeiro Estado Nacional a se organizar, foi o primeiro a partir para as grandes descobertas, foi detentor num dado momento, da maior Marinha do mundo; e já no século XVI, século XVII já entra num todo processo de decadência, porque as suas elites não tiveram uma perspectiva de futuro, de transformação; então alguém pega aí todo o nosso processo histórico: nós fomos politicamente emancipados por um louco, um desequilibrado, farrista, ... que ficou no Brasil com o único intuito de evitar que forças nacionais fizessem a independência; o Império foi dominado por quem? Por... Quem era o nosso segundo imperador? Um inosso; que levou 48 anos num trono sem dar nenhum grande legado pro Brasil: ele pegou o Brasil com uma economia cafeeira nascente, uma açucareira decadente; e entregou o Brasil com a açucareira já completamente arruinada e a cafeeira já começava o seu declínio... E né, um homem que não deu

nenhuma grande contribuição. "Mas, em que pese isso, as nossas elites estavam bem. Por quê? Porque as elites brasileiras sempre construíram um modelo econômico que, elas lucravam, mas o país empobrecia. E nessa realidade não se pode imaginar... é absolutamente infantil supor ações sociais voltadas para o bem-estar da comunidade. Porque se não se pensa na comunidade como um todo, não se vai pensar nas minorias; é por isso que nunca se deu um tratamento digno à questão indígena; porque alguém pensar hoje dar um tratamento digno à questão indígena, envolve dizer para determinados seguimentos, que eles não vão ter mais acesso aos imensos depósitos de terra que eles têm, porque a terra é pra quem nela trabalha ou pra quem tem nela suas raízes culturais, sua identificação cultural; então, é mais fácil matar o índio.

Não se vai chegar para indústria e dizer: "olha meu amigo, você aqui vai ter que ter em cada unidade produtiva cinco por cento, quinze por cento de deficientes e não vai ter abatimento em imposto de renda não, porque você tem que ter uma função social; o capital tem que ter uma função social"; não se vai dizer isso, porque o cara vai dizer: "olha, se eu botar, eu vou ter que investir para receber esse pessoal aí, eu vou ter que estar reduzindo a minha margem de lucro; e quando se reduz margem de lucro no Brasil, é prejuízo. Então, a verdade é essa: nosso país foi construído por uma elite anti-social, uma elite escravocrata, uma elite dominadora, que não se libertou desses ranços; tanto que hoje, nos nossos dias, países da Europa, todos estão negando o neoliberalismo; a França deu sua guinada; a Alemanha está preparando aí...o Helmut Kohl está com medo que os socialistas ganhem; a Inglaterra deu sua virada; e o Brasil... estão entrando e está se aprofundando no neoliberalismo. O contrato temporário de trabalho, que está surgindo aí, como a grande coqueluche que vai gerar empregos, isso já foi testado em vários países; inclusive México, Argentina, na Europa e não deu certo.. E no Brasil é justamente o que o empresariado está botando goela a baixo, inclusive com a colaboração de seguimentos do sindicalismo trabalhista ... como uma saída ... botando mais uma vez o trabalhador pra pagar uma conta que ele não contraiu; então é essa elite que nós temos, é essa sociedade que nós temos; é esse o nosso modelo econômico; é essa a nossa cultura social, que faz com que o deficiente enfrente inúmeras, inúmeras dificuldades ... dificuldades que, com certeza, poderiam ser minimizadas e até, inexistir; bastava que realmente se tivesse uma política social justa.

Aquelas migalhas que caem da mesa das nossas elites, em forma de assistência, apoio e amparo, nada mais seria do que uma espécie de descargo de consciência. A esta observação ele interpõe uma outra, na qual afirma que não acredita em migalhas e que

Ninguém faz doação. O general já disse a Napoleão Bonaparte: "se pode fazer tudo com a baioneta, menos sentar-se sobre ela". Getúlio Vargas deu aos trabalhadores uma C.L.T., não foi por mera bondade; não foi concessão dele e das elites; foi por conta da pressão social que havia. Agora, no Brasil, as nossas elites, apesar de todo o egoísmo, de toda cultura de acumulação que tem, elas não são burras; muito pelo contrário, se elas fossem burras, elas já tinham sido

despojadas do poder há muito tempo. Se você joga um olhar sobre a história você vai ver, que têm sido burras são as forças sociais, ou pelo menos as pretensas vanguardas sociais, que tentam mudar a realidade... E aí você vai ter burradas, desde o processo da Independência, o processo da Republica, e por aí vai; ... porque a elite ela sabe a hora em que ela tem que flexibilizar, pra usar uma palavra da moda. Mas nisso aí, não há uma concessão; há uma adequação... para sua sobrevivência.

Perder os anéis, para não perder os dedos, adicionou-se: "Perfeitamente, perfeitamente. O que foi que D. João VI disse a D. Pedro, quando saiu do Brasil? 'Tome esta bandeira, antes que alguns aventureiros o faça', ou quase isso."

Aqui indaga-se-lhe a respeito da forma como se têm comportado os deficientes visuais diante de tudo isso.

Olha, nós somos brasileiros,... nós além de tudo, somos brasileiros, somos sociedade brasileira, somos povo brasileiro, somos classe média brasileira, somos classe baixa brasileira. Então nós refletimos o comportamento da sociedade de um modo geral. Com um agravante, que no nosso caso específico, nós temos um problema a mais, é que no varejo, nós estamos procedendo da mesma forma como procedemos no atacado. Será que a minha postura diante... minha postura como deficiente, será que não é a mesma, como condômino do meu prédio, como servidor público, como membro da minha categoria profissional, como munícipe da minha cidade? Então eu acho que nós nos posicionamos no varejo da mesma forma que nos posicionamos no atacado. Não é que eu não me importe com o meu problema. não é que eu faça um... coloque ele em segundo plano; mas é que de um modo geral, nós não temos uma cultura do trabalho coletivo, da consciência coletiva, da mobilização, da resistência, da construção coletiva...

Isso, como se vem salientando, acaba por referendar a leitura que a sociedade faz dos deficientes. Ou seja, quando Mário César se torna advogado, se torna procurador, se torna juiz, se torna desembargador, foi Mário o indivíduo, a criatura. No entanto, se Mário fizer meia dúzia de estragos pelo caminho aí, não foi Mário, mas foi o cego; então, todo o cego que vier atrás de Mário, vai cometer o mesmo número de estrago.

E isso é [assim] com o negro; é com o homem do sertão... Alguém pega um cidadão. ele é negro, o cara cursa uma faculdade, se torna um excelente profissional. as pessoas vêem mais o valor

individual dele, do que uma representação da raça negra, que é igual a raça branca: mas se esse sujeito toma umas canas diferentes, chega no meio da esquina e começa ...

Falando a respeito da política governamental levada a efeito a partir de um dispositivo da chamada Constituição Cidadã, João Bosco, 42 anos, indica que esta política influi negativamente na vida das pessoas que são por ela atendidas, na medida em que, além de serem submetidas à humilhantes maratonas a provar que de fato têm necessidade, também acaba por criar uma acomodação dos beneficiados e um arrefecimento nas lutas por conseguir melhores e maiores oportunidades para desenvolverem uma vida produtiva. Assim ele se posiciona:

Para se ter idéia, o que é que o governo resolveu fazer aí, quer dizer, ao invés dele como voltado para o social, que é obrigação do governo, ao invés dele procurar incentivar a integração do deficiente no mercado de trabalho, ao invés dele dar todo apoio para que o cara se engaje normalmente, exerça o direito de cidadania dele normalmente, ele está criando é formas eleitoreiras, criando o quê?, esse tal de salário mínimo que ele dá para esse cara que é cego, não sei, tem que provar.... uma série de coisas aí que eu não sei que tem que provar para ele receber....

O critério a que ele se refere, é aquele que preconiza ter o candidato uma renda familiar abaixo de determinada quantia e não tem ninguém que o sustente. Ou seja: a soma das pessoas da família do candidato, não pode atingir a soma equivalente ao salário mínimo. E Bosco acrescenta:

Eu acho que isso deveria ser abrangente, não é só para o cego não, deveria ser para toda pobreza, a verdade é essa, certo? Então... quer dizer, aí você vê, o Instituto de certa forma, aparentemente para quem não conhece acha maravilhoso, não vive a coisa, está de fora. Mas, sendo a gente de lá de dentro a gente sabe que não é isso que está precisando de verdade. Precisa de oportunidade para trabalho, para se jogar no mercado de trabalho, para todos irem...

Oportunamente foi-lhe perguntado a que ele atribuiria uma tão baixa qualificação profissional e intelectual das pessoas portadoras de deficiência visual. Sua resposta imediata foi a de que se tratava de falta de oportunidade. Questionou-se-lhe então se se tratava apenas de falta de oportunidade, ao que ele replicou:

É falta também de incentivo, como a gente falou nesse instante. Porque a obrigação do estado é ver, não só a área da cegueira, a área da deficiência visual como toda essa área das... pessoas que são deficientes em alguma coisa que eles não dão apoio. E eu (...) eu acho que... principalmente aqui, nos DVs aqui dentro da área da deficiência visual mesmo, da cegueira, é uma minoria, e como toda minoria ela é sacrificada em toda situação. E essa própria minoria também não é unida, às vezes as pessoas querem mostrar que tem mais farinha no saco, e não lembra que no outro não teve a mesma oportunidade que talvez ele teve, que os outros precisam apesar de ser... porque você pode ver que a cegueira, a maior parte do pessoal é revoltado, muito deles são revoltadíssimos, mas... eles não tem culpa de serem revoltados, se eles não tiverem chance, se eles querem alguma coisa..." "Agora, muitos também não querem não, a gente até arranja, mas alguns não querem não, a gente sabe disso não é, mas é por isso que acontece, existe uma competição muito grande dentro dessa minoria, entendeu, e cada um quer ser melhor do que o outro, e isso complica, então quem está desmanchado vai embora, e quem não está, quem vai sobrar como essa briga aí, entre o mar e o rochedo, quem é que vai ser? Aqueles que estão mais protegidos. Então é isso que eu acho, é por isso que a coisa fica assim, desse jeito. Tem uma associação aí existente, uma associação fundada aí que, socialmente na verdade eu não vi grandes coisas ainda; ela tem se voltado mais para a parte de condomínio, tem a sua validade claro, procurando seu espaço, está com prédio enorme. Mas está na hora de fazer o social, praticar o social ali dentro (...) e ver aquela turminha que vai pra lá jogar dominó, (...) e nada de atividade e....

E finaliza com um espécie de suavizante de tirar da Associação e do Estado, ao mesmo tempo, a responsabilidade de se encontrarem os deficientes como estão agora:

Agora não é fácil também o trabalho não: não é fácil o trabalho não. Tem gente que não quer muita coisa não, pelo contrário, que ficar só vivendo de fofquinha. de disse me disse, e o que é bom para ele, para que realmente ele cresça, realmente ele não se preocupa não. Não tem nem culpa, rapaz, é até uma questão social deles mesmo, do meio que eles vieram etc..

Os deficientes visuais e a política de acesso ao serviço público

A década de oitenta, sobretudo a sua segunda metade, experimentou uma mudança que já se vinha delineando com o processo de decadência da era dos empregos na área industrial. As pessoas deficientes agora, começam a empreender uma busca no sentido de obter uma formação profissional baseada na integralização de cursos técnicos, profissionalizantes, ou mesmo procurando habilitar-se à formação em áreas mais complexas do saber, ingressando

cada vez em maior número em cursos de nível superior, o que lhes possibilita atingir novos patamares, no que respeita a uma atuação intelectual e profissional mais intensa e, sobretudo, qualificada.

O mercado, a partir de então se voltando prioritariamente para o setor de serviços, absorveu ali a última leva de pessoas cegas colocadas pelo SENAI. As redes de supermercados fizeram esta transição, fazendo com que se descobrisse que era possível desenvolver aquela mão de obra que, até então era prioritariamente direcionada para a utilização na indústria, abrindo o leque destas oportunidades.

Uma área que começa a receber a mão de obra das pessoas portadoras de deficiência visual é a da telefonia. Esta área começa a exigir um pouco mais daqueles que nela ingressem, na medida em que alguma formação se fazia necessário que tivesse o candidato que a ela se quisesse habilitar. Para tanto, exigia-se que o pleiteante tivesse cursado pelo menos a oitava série e, um pouco mais tarde, passou-se a exigir o segundo grau de escolarização. Ambas as exigências excluíam de pronto, a maioria das pessoas portadoras de deficiência visual, dada a sua característica marcante: a baixa escolarização.

Nesse contexto, o serviço público entra como o maior polo de atração para os candidatos a emprego, na medida em que o que agora contava era a tão ardentemente buscada estabilidade no emprego, visto que a recessão campeava implacável e, para os trabalhadores cegos, ela é a maior das inimigas. Neste caso, surgindo a necessidade de demitir um certo número de funcionários, vai-se utilizar o critério que leve em conta a versatilidade do trabalhador. Ou seja, estão sendo consideradas as possibilidades de reaproveitamento rápido daquele trabalhador, no sentido de em um período x de trabalho, um mesmo trabalhador possa ou não exercer diversas funções nos vários setores dentro da empresa. Naturalmente que este critério jamais ou muito pouco vai beneficiar o trabalhador cego, sobretudo aquele que muito mal executa o seu processo operacional rotineiro. Este trabalhador, por exemplo, não poderá cobrir a falta ou a hora de almoço de um caixa, em se tratando de supermercado. Logicamente ele então será o escolhido para fazer parte da lista dos demitidos.

No caso do setor público, que em geral tem as mesmas características do setor industrial, um servidor pode ficar fazendo a mesma coisa anos a fio. Muitas vezes fazendo-a mal. Mas o instituto da estabilidade o preserva. Equivocadamente interpretada, a estabilidade é então sonhada por todos aqueles que estão fora do mercado de trabalho e, o Estado seria o grande objetivo a ser atingido na vida de um cidadão. Para tanto, todos os esforços e investimentos políticos são realizados pelo próprio pleiteante ou por seus familiares.

Nos primeiros tempos da República até o período da ditadura militar, isto era conseguido por intermédio dos apadrinhamentos políticos, depois, por meio dos concursos públicos, nem sempre sérios e limpos, na medida em que as pessoas que antes influenciavam e forçavam o ingresso dos seus parentes e amigos no Estado, intentavam lograr intimidar pessoas e órgãos responsáveis pela seleção dos candidatos aprovados, classificados e, sobretudo, chamados para a sonhada admissão.

Os anos oitenta, viram crescer lentamente o contingente dos servidores públicos cegos, não sem muita resistência e parcimônia, uma vez que, em tais casos, a administração pública mostra-se pródiga em cercar-se de atenções e cuidados, no sentido de impedir que ingressem naquele feudo social, uma pessoa que ao seu ver seria improdutiva. Na verdade, se tratava de uma forma de evitar que tivesse mais um grande número de candidatos a bater-lhe nas portas. Sob a forma de proteger o erário público, os vassalos do Estado, encastelados em suas confortáveis fortalezas, ardem em desvelos para evitar que alguém incapaz de exercer cargo público ali se apresente com tal pretensão.

Para tanto, um cem número de impedimentos legais é criado, dificuldades burocráticas são incorporadas ao processo admissivo, no sentido de preservar a falange estatal, na medida em que critérios excludentes são utilizados, para que seja feita uma rigorosa seleção dos pretendentes. Apesar de todos estes filigranas administrativos, no primeiro momento desta avalanche de incursões na tentativa de fazer parte daquele círculo fechado de servidores ímpares, valia a indicação, o apadrinhamento, a despeito dos concursos.

Não havia possibilidade de um candidato cego submeter-se a um concurso público, antes de 1988, sem que tivesse que se desgastar muito, no sentido de reivindicar junto às autoridades, denunciar junto aos órgãos de imprensa e de buscar amparo nos órgãos associativos. Mesmo

assim, muitas vezes os esperneios davam em nada, ficando a mercê do seu esforço e empenho pessoal e, sobretudo de seu ânimo, para quase que indefinidamente continuar esmurrando faca.

Veio a chamada Constituição Cidadã de 05 de outubro de 1988 trazer esperanças de mudança, no sentido de permitir que, pelo menos o deficiente visual pudesse concorrer em igualdade de condições àqueles tão cobiçados e disputados pedaços de filé social: a estabilidade de um cargo público.

Não se perca de vista que, esta foi uma forma de pensar construída pelo próprio Estado, pela própria concepção que se criou de seu aparato, de sua atuação, de seu papel. As pessoas estabeleciam como meta principal de sua vida, ser ou ter alguém dos seus implantado no Estado, para que isso lhe pudesse facilitar o acesso aos seus interesses sociais e políticos, bem como o atendimento de suas necessidades econômicas, como forma de construir espaço para barganhas, negociações, troca de favores e, manter-se em uma posição de garantir um confortável futuro, sempre que possível, multiplicando o número dos seus ali instalados.

A já mencionada Constituição de 1988 acaba reforçando este tipo de concepção, tentando por outro lado dificultar o ingresso e a permanência de pessoas que lá foram instaladas por meio de apadrinhamentos e indicações político-partidárias, para favorecimento de um grupo em detrimento de outros. Instituiu-se a partir de então, como norma geral a ser observada, um único meio de ingresso no serviço público, em todas as instâncias. Aparecia com toda força a figura do concurso público. Ele não aparece como coisa nova, aparece como algo que pretendia estabelecer uma paridade, um meio de permitir que todos fossem igualmente aferidos em sua capacidade, pelo menos intelectual, o que, diga-se de passagem, não ocorre.

Para os deficientes visuais tratava-se de abrir uma nova perspectiva, na medida em que este instrumento dispunha de dispositivos que lhe permitiria pleitear, embora em condições especiais, esta velha/nova modalidade de aproveitamento de sua mão de obra. Ele agora pode, desde que reúna as condições exigidas, pretender exercer desde cargos mais inferiores aos mais graduados. A ele agora é facultado o direito de inscrever-se. A ele é reservada uma

percentagem de vagas, que varia de dois a cinco por cento, de acordo com a lei de cada Estado.

Reserva obrigatória de vagas: uma faca de dois gumes.

Instituída e regulamentada já nos anos noventa, a obrigatoriedade de se reservar vagas em concursos públicos destinadas às pessoas portadoras de deficiência, se apresenta como uma providência ao mesmo tempo discriminatória e ambígua. Ela acaba por dificultar ainda mais, na prática, o ingresso da pessoa deficiente no serviço público, na medida em que um grande número de exigências é interposto. Por outro lado, há dificuldade em se definir exatamente em que medida o deficiente está sendo submetido ao concurso como um todo, ou se ele está participando de um concurso à parte. Além das dificuldades naturais em se submeter a uma avaliação pública, impõe-se-lhe a apresentação de um documento que ateste a compatibilidade da deficiência ao cargo pretendido pelo candidato. Este atestado deve legalmente ser fornecido por uma equipe médica, o que na prática não acontece, uma vez que é humanamente impossível determinar, salvo em alguns casos muito específicos, qual o limite deste ou daquela deficiência, em relação a este ou aquele cargo, esta ou aquela dificuldade.

No entanto, existem algumas posições diferentes e a este respeito, quando se trata de tomar o deficiente visual como base de discussão a respeito do assunto. Em comum existe no entanto a idéia de que ao cidadão portador de deficiência visual, deveria ser dada a oportunidade de mesma forma como é dada ao cidadão comum, embora se saiba que existem algumas diferenças entre uns e outros, que não podem ser negligenciadas nem subestimadas. No entanto, esta forma de proteção instituída pela reserva obrigatória de vagas em concursos públicos, para alguns, é como se fora uma espécie de espada de dois gumes, que, ao mesmo tempo que pode ser útil e ajudar, pode também ser inócuo e igualmente prejudicar.

Mário César da Silva Lima, Bacharel em direito pela UFBA, deficiente visual e funcionário público, em uma entrevista especial para esta dissertação, mostra o quanto diverge desta assertiva. Ao ser indagado se não teria sido a reserva de mercado um tipo de animal que morde o dono que o alimentara - já que ela é fruto das reivindicações das instituições de e para cegos

junto à Assembléia Nacional Constituinte -e, se, em outras palavras, ela não seria o feitiço que virara contra o feiticeiro, ele dentre outras coisas afirma que não.

Não concordo, não concordo. Porque veja: você é hoje um professor que se submeteu a um concurso, junto com outros professores, outras pessoas que se candidataram a esse cargo. Só que, se você quisesse estudar das cinco da manhã à meia noite, de segunda a domingo para esse concurso, você além do seu esforço pessoal, de só dormir cinco horas, não ter lazer ao sábado nem ao domingo, além de ter uma quantidade de livros insuficientes, você teria uma coisinha a mais: você ia ter que ou todos esses livros transcritos pra o braille, aí você tinha que ter gente suficiente pra transcrever, que não tem; ou você ia ter que ter alguém que lesse pra você durante todo esse período e aí, esse alguém não ia fazer, salvo sem parente abnegado ou um amigo abnegado, mas em regra, não tem ninguém com abnegação tamanha, que vá abdicar de tudo que é seu, porque essas pessoas também têm as suas vidas, então, você ia ter que contratar alguém; pra você contratar alguém, você ia ter que ter um desembolso; e aí, você já estava numa situação diferente de seus concorrentes, porque o gasto com a preparação para o concurso, não era o que eles estavam tendo; então eu não vejo por aí. Eu acho que a reserva tem que existir mesmo; tem que ser melhor regulamentada, que ainda não está. Por enquanto é mais uma declaração de vontade, é mais uma intenção do que algo concreto. Agora, tem que haver, porque a nossa situação é diferente. Eu não posso dizer, que pra eu chegar aqui eu passei exatamente por todos os caminhos que colegas meus passaram; eu tive muito mais dificuldade; pode ter certeza que meu pé está um pouquinho mais calejado do que o dos outros, porque eu pisei mais pedras.

Insistindo na questão, lhe é apresentado mais um ponto agudamente complexo deste problema, que consiste no fato de que essa lei, segundo a compreensão dele, diz que a vaga "Em geral, tem que ser reservada; o regime jurídico único da união prevê de 5 a 10 por cento; a lei baiana chega a prever vinte por cento".

Retomando, pode-se refletir que, tem-se um determinado concurso com cem vagas, vinte para deficientes. Ocorre que não se terá acesso à disputa das outras oitenta vagas. Mário rebate tal entendimento do seu interlocutor assegurando:

Não. Engano seu e engano, se tiver isso na portaria é ilegal; inclusive na lei estadual isso é claro: o deficiente visual concorre a todas as vagas. Vamos supor: são cem vagas, duzentos aprovados; vinte vagas tem que ser para deficientes. Sendo que os trinta primeiros colocados são deficientes: (...) do primeiro ao trigésimo lugar, vão ser chamados os deficientes.

Respeitando a interpretação do jurista, tem-se que discordar disto, uma vez que* na prática, o que tem se dado é o alijamento dos deficientes da possibilidade de concorrer a todas as outras vagas, em função daquelas já reservadas, que em contra partida, poderão ser ocupadas pelos demais candidatos, não havendo nenhum aprovado entre os candidatos deficientes. Para o analista de sistema e auditor fiscal, Fernando A. Matos de Oliveira, as coisas não eram tão práticas e o entendimento da lei por parte dos burocratas encarregados de aplicá-las não era tão clara e precisa assim, implicando em vários entraves para a realização do concurso pelo deficiente visual, desde o momento da inscrição. Diz ele:

Olhe, esse daí é o mais complicado. Que aí agente entra em uma coisa que a lei brasileira tem... a gente entra numa coisa que a lei brasileira tem, que - e aí eu não vou culpar nem a instituição pública nem o médico, a lei é incoerente - e , é bom que agente comece a fazer alguma coisa com relação a isso. Então, o fato de a nossa lei dizer que: primeiro, são reservadas vagas específicas para deficientes - se acha muito bonito isso, não é? - o Brasil esta preocupado em integrar o deficiente a sociedade. Muito bonito! Essas coisas aqui são feitas para dizer que são, não são para funcionar. O que é que acontece? Essas reservas de vagas, que até alguns casos já me prejudicou porque, você faz o concurso, esse número de vagas é pequeno, o percentual desse número dá zero, zero virgula poucos, aproximadamente dá zero, então você acaba não podendo fazer o concurso porque não tem vagas, e o deficiente não pode concorrer à vagas normais. Então o que inicialmente seria benefício, torna-se até discriminação".

"como foi o caso desse concurso: estava específico, aqui em salvador tinha uma vaga, o que é que aconteceu? Aí entra o pior problema da lei, que eu acho, que ela diz que cada médico identificasse realmente se o candidato é deficiente, até aí tudo bem, ninguém mais capaz do que o médico para identificar isso, mas a parte ruim da história toda é quando ela diz que o médico deve identificar a compatibilidade da deficiência com o exercício do cargo, isso é que é extremamente, como é que eu posso dizer? Ruim para o médico. Porque o médico que não conhece aquele cargo, o que é que você vai fazer? Mas não está lá, ele pode conhecer muito de tudo, ele pode conhecer de doença, ele pode saber que você é deficiente, ele pode saber até as limitações que um deficiente tem - que eu também acho que o médico não seja a pessoa mais adequada para dizer, mas até isso você pode dizer que ele sabe, agora, saber quais são as atividades que o cara vai desempenhar naquele cargo isso o médico não sabe. Então você jogar a responsabilidade no médico de julgar se o cara está apto ou não, eu acho muito pesado, eu acho que não devia ser o médico que teria obrigação. Isso deveria ficar para a própria repartição, uma vez que nós temos um estágio probatório que todo mundo passa, e nós também deveremos passar. Se não formos considerados aptos, saímos nessa parte e não você atribuir ao médico uma responsabilidade exagerada.

Fez-se a opção por transcrever integralmente o pensamento do entrevistado, por ser relevante apresentar uma posição diametralmente contrária àquela manifesta pelo advogado Mário, visto que igualmente participaram de processos de seleção para cargos públicos e, tiveram percepções diferentes do processo a que foram submetidos.

Na verdade, a reserva de vagas acaba por dificultar ao invés de facilitar o ingresso do deficiente visual em áreas onde há uma maior exigência de qualificação profissional e intelectual; mas até mesmo quando este deficiente vai submeter-se a vender sua mão de obra em setores públicos nos quais as exigências de qualificação não são tão grandes. Este processo faz com que além da necessidade de submeter-se a um concurso de provas escritas e de títulos, o deficiente visual precisará desde já submeter-se a longas provas de paciência e de perseverança, independentemente de ter que passar, como os demais, pelo estágio probatório, onde conforme o expressara Fernando, deveria ser estabelecida a compatibilidade, a capacidade de adaptação ou não ao serviço para o qual o deficiente visual se habilitara, pressupondo que teria as bases teóricas para arrimar suas pretensões.

Na verdade, a idéia da reserva de vagas para deficientes, sendo uma idéia deles próprios, só reforça o processo seletivo e discriminatório ao qual é submetido, independentemente de sua capacidade individual, de sua perspicácia e agudeza intelectual, de sua formação acadêmica e/ou qualificação profissional. Se é possível manter um deficiente por meio de obras de caridade e de subvenções governamentais, porque ou para abrir-lhe portas para um efetivo exercício profissional?

Voltando a Mário, ele acaba concordando que existe um esforço por parte do Estado, ou antes, por parte de seus burocratas, para vedar a entrada de pessoas deficientes em seus quadros, mas ele atribui a um outro fato.

Tudo bem. Ai já é uma outra história que, nós vamos voltar pra aquele pensamento o do... a cultura em geral... Mas ai não é um problema da lei, não é um problema dessa garantia: ela não virou contra o feiticeiro; ela ainda está sendo muito mau reivindicada, inclusive, pelos próprios deficientes. As associações não têm feito nada, absolutamente nada ... sobre esse assunto.. tem feito, as pessoas individualmente (...).

Como se percebe, para ele a lei é boa e necessária. Mal interpretada e mal reivindicada. Ele crê ser possível reforçar-se seus benefícios com empenho das associações, visto que só individualmente os deficientes têm se deparado com ela. Por vezes, são enfrentamentos exitosos; mas em grande número, seus efeitos têm sido negativos, na medida em que, por exemplo, um deficiente físico, com a possibilidade de usar os olhos para ler, concorre com um deficiente visual que precisa utilizar as mãos para ler, numa prova de dactilografia. Quem porventura, levará vantagem? Mas ele reforça sua idéia de que:

Se só tem uma vaga só e o primeiro colocado é deficiente, amigo, a vaga é dele. Existem cinco vagas dez por cento, tem que ser reservada, aí não dá; mas aquilo ali se inteira. Então fica uma vaga pro deficiente; aí o deficiente ele é o sexto colocado; ou então tem um no quarto e um no sexto lugar; então vão entrar os quatro primeiros... e aquele quinto colocado ele não vai ser chamado porque essa uma vaga vai ser reservada para o deficiente.

Retomando o pensamento de Fernando, chega-se ao momento em que ele chegou a constatação de que os deficientes não concorreriam aos outros cargos, às outras vagas, às não reservadas. Aqui ele assevera de forma convicta:

Não, não concorrem, porque o texto da lei não é muito claro, quando você lê o texto da lei, você acha que até pode ser que aquilo seja uma coisa benéfica. Até em outros casos é, mas só que tem esses problemas que agente falou. e já aconteceu um caso de eu participar de concursos onde não havia essa reserva e aí eu não poderia concorrer a nada.

Como se pode perceber, o entendimento das pessoas ouvidas a respeito da reserva de mercado é contraditória. No entanto, fica claro que a sociedade e sua estrutura de pensamento conseguem o seu objetivo, que é manter a maioria dos deficientes visuais alijada do processo de ascensão ao serviço público e, longe de alcançar uma autonomia pessoal profissional, utilizando meios que só reforçam a sua dependência e a sua adequação aos papéis previamente traçados para eles. Os poucos que disto escapam, são tidos como exemplos de vida! Como se eles fossem diferentes daqueles que foram mantidos presos ao seu catre de inutilidade.

Os deficientes visuais na sociedade: a política assistencialista como forma de segregar e discriminar.

Como se vem notando no decurso deste capítulo, a pessoa portadora de deficiência visual, tem sido sempre tratada como alguém que precisa ser tutelado, assistido de alguma forma, mesmo quando se trata de colocar a sua mão de obra no mercado de trabalho, quando se trata de garantir-lhe o direito de ingressar na escola e os meios pelos quais ela possa desenvolver-se, bem como de acompanhar normal e integralmente, as etapas necessárias à sua formação profissional, acadêmica, etc.

Esta política produz na pessoa deficiente, a sensação de incapacidade para andar com suas próprias pernas. Pior do que isto: produz na sociedade a certeza de que as pessoas portadoras de alguma deficiência, não poderiam atingir seus objetivos, não poderiam realizar suas conquistas profissionais e pessoais, se não fossem tuteladas por pessoas ou instituições que lhes possam dar suporte, na medida em que até então e, por muito tempo, os portadores de deficiências, sobretudo, os portadores de deficiência visual, foram como que representados em suas reivindicações, em sua luta para integrar-se ao mercado de trabalho, criando uma dependência tácita, impedindo que eles tivessem um contato direto com o problema, para que pudessem encontrar as soluções das constantes dificuldades que viessem encontrando na consecução mesma do processo.

Muito particularmente, os deficientes visuais, sobretudo no transcurso das décadas de sessenta e setenta, ficaram sempre a mercê da política de colocação de mão de obra do SENAI, que na prática, a julgar pelas informações obtidas a partir dos depoimentos das pessoas que foram ou não beneficiadas por ela, tinha um cunho muito pessoal daquele que era responsável direto pelo emprego daquela mão de obra. Lado a lado com a baixa qualificação dos candidatos a emprego do SENAI, atuavam a preferência e a simpatia dos que dirigiam o setor, dos que trabalhavam diretamente na execução daquela política. A percepção de um salário melhor, a colocação em uma empresa que melhor pagasse, igualmente dependia destes fatores, paralelamente.

Era importante que ficasse com aqueles que gozavam da simpatia e que privasse da amizade e apreço dos encarregados do setor, as melhores oportunidades de colocação surgidas, visto que uma política de valorização da colocação industrial dependia também de que se desse as melhores oportunidades àqueles que melhor pudessem aproveitá-las. Ou seja, aliava-se uma política de preferência pessoal a uma política de atribuição de vagas a pessoas que melhor pudesse executá-las, no sentido de um desempenho muito mais satisfatório, uma vez que a clientela a ser indicada era um pouco menor, embora muitos fossem preteridos, mesmo tendo igual capacidade de assumir a determinados espaços. O critério, então, acabava sendo o critério pessoal.

A esta constatação se chega, a partir dos depoimentos do depoente Carlos Alberto Castro, que analisando uma questão que lhe fora posta, discorre sobre o tema da preferência. Lhe foi colocada uma questão problema, que consistia em apresentar três indivíduos cegos que entraram no Instituto de Cegos da Bahia na mesma época, com a mesma idade, mas que tiveram desenvolvimentos e chegaram à fase adulta, em condições inteiramente diferentes. O aproveitamento dos três diferiu em todos os sentidos, observando-se o processo escolar/profissional a que eles chegaram. Ao ser colocada a mesma questão para um outro entrevistado, João E. Prazeres, professor do Instituto de Cegos e pedagogo de formação acadêmica, ele buscou explicar a diferença dos resultados a que chegaram os três indivíduos, a partir das diferenças individuais de capacidade, pela possibilidade de, associada a deficiência visual, os que não obtiveram resultados satisfatórios terem outras deficiências.

Castro, no entanto, tem uma outra visão da questão. A partir de uma história por ele vivenciada, discorre lucidamente a tal respeito - razão que o leva a prolongar a fala neste trecho -, diz ele que a preferência pessoal e até mesmo afetiva, dominou amplamente o processo de escolha das pessoas para assumirem determinados postos na aplicação da política social, construída ainda não se sabe por quem, que visava beneficiar os cegos. Este tipo de escolha passional, se dava desde o tipo de trabalho que se iria dar a quais cegos, até mesmo quem iria executar o trabalho mais importante daquela época, que fora a chefia do setor de colocação no emprego.

Tinha um menino no Instituto, Antônio Batista, (...), ele era um menino muito inquieto; e ele era tido como indisciplinado; como isso, como aquilo: que ninguém dava jeito; mas hoje eu me pergunto, se ele não seria assim, uma pessoa extremamente capaz intelectualmente. Eu me pergunto. Eu não tenho condição de afirmar que era; também não posso afirmar que não era. Então, eu acho que a gente perdeu muita gente boa, por causa desse processo meio complicado de educar.

Perguntado se isto seria uma política deliberadamente traçada, visto que se trata de um processo de seleção arbitrária, sob critérios subjetivos e igualmente arbitrários, se escusa de afirmar peremptoriamente. No entanto, deixa entender que há uma possibilidade de ser.

É complicado. Eu acho que isso acontecia politicamente, se a gente considerar que, se eu sou amigo, do amigo, do amigo, que vai puxando o cordão, aí passa a ser até uma questão política. Agora, por acaso, se você for ver que muita gente estava ali, porque descobriu que trabalhando com cego ganhava um pouco mais, então se eram menos pessoas, provavelmente poderia dar menos trabalho, teoricamente, não sei, então é por acaso nesse lado. E é político, (...) na medida em que se você se desse bem com quem estava à frente do processo você era beneficiado, senão, você era jogado de lado... Então, aí já deixa de ser por acaso, já deixa de ser [já passa a ser] uma questão de preferência; que essas preferências às vezes não eram nem tanto por capacidade, mas por questão mesmo de preferência. Porque é conhecido de fulano, é parente de cicrano... Eu presenciei vários colegas meus serem assim, jogados de lado, por essa questão discriminatória, na época.

Sabe-se de um aluno que voltara ao Instituto de Cegos no ano de 1975, com a promessa de que teria um curso técnico, de que sairia, enfim, com alguma coisa que lhe daria autonomia. E, já lá dentro, quando algumas vezes ele questionara, por que não chegava a sua vez, disseram que era por causa do seu comportamento, que ele era indisciplinado, etc. E Castro acrescenta:

Mas é isso que eu digo: ele não podia ser diferente, porque ele era indisciplinado, era rebelde; mas a sua rebeldia ... É por isso que eu digo. Eu me lembro de Batista, me lembro de Clóvis - que foi expulso - me lembro de Damião, lembro de outras pessoas, que essas pessoas queriam alguma coisa a mais. Então, essas pessoas que queriam algo mais eram alijadas: ou você se contentava, era o quietinho e aí, passavam a mão pela sua cabeça e tal, você se contentava em ser um pião de fábrica da vida, aí, estava tudo em riba.

Voltando à ilustração, aconteceu que surgiu um curso na época; foi o mesmo curso que Bosco fez. Em 75 surgiu mais uma vaga ou duas no SENAI. Ele não foi chamado nem para o teste. Depois é que se soube que Eraldo foi chamado, então, quer dizer: ele fora preterido, não só em função do seu alegado mau comportamento, ele foi preterido porque não tivera quem lhe apadrinhasse.

Surge então a pergunta que alguém se daria ao trabalho de sentar e traçar: "Bom, fulano tem potencialidade X, mas eu não posso abrir espaço para ele; então, tenho que deixá-lo travadinho lá na oficina pedagógica, ou quando muito, na escola comum?". Ao que Carlos Castro responde:

Eu, eu acho que não foi dado nem a esse trabalho de ser travadinho; eu acho que foi o seguinte: "Olha, fulano interessa porque está mais ligado a um processo", então vai fulano. "Sicrano está ligado". Uma questão mesmo de preferência afetiva. Questão... pior: porque até se fosse sentar pra se fazer esse estudo e depois fosse você trabalhado: "Olha eu cheguei à conclusão de que Fulano não dá pra esse negócio aqui, por isso ou por aquilo". Bom, se ele não dá pra isso aqui, eu estudei. Então eu tenho que saber pra que ele dá; se eu estudei o quadro dele, se eu estudei ele, eu tenho o histórico, a possibilidade de ele trabalhar em alguma coisa. Então, eu estudei [e concluí] que ele não deu pro lugar lá mais fulano... Mas... ele não deu pra ficar mais fulano, mais sicrano, mas dá pra outra coisa... vamos dizer que tenha sido, (...), mas tenha sido elétrica; ele não dá pra elétrica, mas dá pra auto; vamos tratar... Então aí eu poderia dizer assim: "Oh, foi traçado dessa maneira, não .

Agora fala de sua experiência pessoal:

Eu fui chamado pra um teste no SENAI em 74; não sabia nem o que estava fazendo lá; depois de muito tempo é que eu vim saber que eu fui chamado pra um teste pra vê se... era mecânica ou eletricista. Fui lá... E vou te falar uma coisa: eu na época... eu não sei nem se eu passei se... (...), não me comunicaram se eu fui aprovado, se eu fui reprovado... nem se era pra aprovar, nem se era pra reprovar... não foi dada a noção do que eu fui fazer lá ... era um curso de dois anos e tal, em 74.(...) E eu sinceramente, inclusive eu não tinha nem noção se aquele curso ia ser importante pra mim ou não. (...) Fiz o teste; não obtive resultado nenhum; nem de aprovado, nem de reprovado, nem de nada. Inclusive eu acho que deveria ser chamado pra conversar; não me chamaram, também nunca... Eu sou meio orgulhoso, nunca me procuraram, eu também nunca procurei. Isso aí talvez é até uma falha minha de arrogância; mas eu achava que... Eu poderia até dizer o seguinte:

de um lado até humanístico, dizer assim: "Olha (...), eu não fui procurá-los, porque tinha pessoas que precisavam mais do que eu, e merecem; mas isso é um lado até poético do negócio, provável até que falaria em público assim, pra ser poético, pra não comprometer ninguém e tal. (...).

E arremata com firmeza:

A coisa tem que ser muito clara; a coisa foi feita na base da afetividade. Na época em que teve que haver uma escolha entre o aluno A e B, da ilustração acima referida, a mesma coisa teria que ser feita entre Manoel e Paulo Rogério. Já tinha, (...) ou aproveitar duas pessoas ou já tinha gente disputando o troço. Tinha Manoel, Paulo Rogério e Higinio, pelo menos três, que eu saiba; agora imagine outros aí que foram pra vassoura fora? Que não tinham nem Paulo Rogério nem, nem... Porque Paulo Rogério era também uma questão econômica! Paulo Rogério tinha condição porque ele era externo do Instituto; ele financeiramente era compatível com Manoel. Eu não sei se um era mais rico do que o outro, (...) mas, significa que os dois tinham autonomia; Higinio tinha uma certa autonomia. Agora imagine, por exemplo, um Nelsinho, capaz pra cacete, mas não tinha ninguém pra berrar por ele, junto a quem decidiria quem seria o escolhido. E de repente, ficou lá na vassoura; de uma capacidade retada... Quer dizer: é um processo discriminatório, sem dúvida.

Pegando a última frase do entrevistado, dir-se-ia que é um reforço de um "processo discriminatório", na medida em que as ações perpetradas por aqueles que se punham à frente dos destinos das pessoas cegas, são semelhantes àquelas perpetradas pela sociedade como um todo. A escolha deste ou daquele indivíduo para fazer juz a este ou aquele cargo, a esta ou aquela vaga no mercado de trabalho, significa a elevação do escolhido a um patamar de vida social e econômica, que estabelece uma diferença de status, provocando a o início de um distanciamento entre aqueles que foram e que não foram contemplados com a escolha; entre aqueles que conseguiram e que não conseguiram ser colocados no mercado de trabalho.

Não se trata apenas de diferenças inerentes à pessoa humana; trata-se de diferenciação de cunho sócio-político e econômico-cultural. Trata-se de uns poucos conseguirem afirmar-se como membros ativos da sociedade, fugirem das determinações socioculturais impostas a eles, como sendo deficientes visuais. Mas, trata-se também de alguém que é submetido a tais determinações, subjugados pelo fracasso de não conseguir superar as barreiras interpostas por uma má formação mental, por uma má nutrição, por não ter os alicerces culturais de que precisaria para fazer frente às suas necessidades de integração e de interação com o mundo

que lhe rodeia e, por isto, ficam alijados. A discriminação assim reforçada, propicia o desenvolvimento de personalidades marcadas pela frustração, cuja principal característica é a revolta e o descrédito em qualquer possibilidade de mudança de rumos, que de alguma forma venha lhe beneficiar.

Portanto, uma das ferramentas utilizadas com eficácia para manter o deficiente visual sob uma tutela extremamente castradora, é a ignorância. Faz-se necessário que ele ignore ser possível construir seu próprio caminho. Criou-se uma cultura social, segundo a qual é necessário a existência de uma instituição e/ou pessoa que possa falar, intermediar sua busca de colocação no mercado de trabalho. As próprias associações ainda conservam e reforçam esta idéia. Fica então o deficiente preso a este tipo de pensamento e de atitude, impossibilitado de buscar se lançar na luta por seus direitos, castrado, enfim, em suas iniciativas de independência pessoal e grupal. Criou-se a idéia de que alguém precisará fazer as coisas para ele; ele jamais poderá ter a iniciativa. Daí uma paralisia pétrica. Prevalece assim, a idéia de que se faz necessário que haja uma assistência, um acompanhamento dos quais o cego não pode prescindir.

Isto cria uma dificuldade enorme para os cegos já no mercado de trabalho ou em processo de ingresso nele. Tanto na hora de buscar um novo emprego, quanto na hora de encontrar a sua primeira oportunidade de trabalho. Isto sofreu um maior agravamento, no momento em que o serviço de colocação no emprego fora extinto pelo SENAI, ficando os cegos e os empresários vivendo de recordações. Ele faz falta não por sua eficiência ou mesmo por sua suposta imprescindibilidade. Muito pelo contrário. Sua falta se faz sentir, por causa da cultura que ele deixou arraigada na mentalidade tanto de uns quanto de outros.

Tudo isto junto significa mais isolamento, mais segregação, mais discriminação, menos oportunidades de emprego para mais gente. Mais isolamento, na medida em que quaisquer avanços que se venha a conseguir empreender, no que respeita a um cego vir a galgar algum lugar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, algum ponto na escala social, tem que ser algo muito pessoal, uma conquista eminentemente individual. Isto acaba promovendo um distanciamento dos que são seus iguais. No entanto, tal não significa uma integração efetiva do cego que ascende social e economicamente, como os demais cidadãos. Mais discriminação, na medida em que, a despeito de suas conquistas individuais, os cegos

continuam sendo vistos como seres desprovidos de condições e de capacidade, para igualar-se ao todo corpo social.

Significa igualmente mais assistencialismo, quer seja ele privado ou público. Significa mais pessoas deficientes na informalidade e no subemprego, na busca de prover a sua sobrevivência. Isto significa por fim, mais pessoas cegas buscando a renda mínima propiciada pelo poder público, menos pessoas buscando a integração no mercado de trabalho, e mais pessoas prontas para serem submetidas aos caprichos do processo de alienação política e social. Ou seja, mais pessoas desempenhando papéis previamente determinados pela estrutura social sobre a qual está assentada toda a política desenvolvida nesta área. Mais pessoas a serem assistidas, pelas quais a sociedade terá a oportunidade de penalizar-se e de exercer seus dotes caritativos. No entanto, mais gente para ser confinada dentro de seu próprio mundo, onde jamais incomodarão a sociedade com suas reivindicações; que a deixará descansar flacidamente de suas queixas e cobranças.

Os deficientes visuais e a formação cultural: a política educacional como forma de produzir pessoas conformadas ao sistema.

O sistema educacional brasileiro como um todo, caracteriza-se por uma formação elementar parcial, precária e subalterna. Trata-se de um sistema que está construindo cidadãos para uma convivência passiva e para um cotidiano de conformismo quase que absoluto, no que tange à sociedade e suas engrenagens de exploração econômica e suas estruturas de dominação cultural e política. Cidadãos assim formados, não percebem a rudeza de tais engrenagens, oprimidos que são em sua vontade. Mais do que isto, não vêem quaisquer perspectivas de mudança; não conseguem compreender que uma tal mudança poderia ser promovida por eles mesmos. Mesmo assim, quando vêem esta possibilidade, lançam suas expectativas em terceiros. Assim, frustram-se quando uma vez mais são decepcionados. Este tipo de cidadão é facilmente embromado por promessas ou intimidados por bravatas, visto que não é orientado a compreender um discurso em suas entrelinhas, naquilo que ele tem de mais sutil. Por isto mesmo, se tornam presas fáceis de salvadores da pátria que se multiplicam, à medida em que a miséria e a débâcle social se perenisa.

Enfim, o sistema educacional brasileiro forma cidadãos apáticos, sem iniciativa própria, manipulados pela mídia, sujeitos a serem engodados em formulações propagandísticas e a se deixarem ludibriar por elaborações filosófico-religiosas de toda a ordem. No que tange a isto, percebe-se uma política deliberada de alienação política e social, produzida por uma falência do sistema público de educação. Uma vez que o sistema privado, embora igualmente alienante, só pode ser acessado pela elite dirigente e pelas camadas médias da sociedade brasileira. As demais camadas sociais ficam a mercê de um ensino deliberadamente deteriorado ao extremo, apodrecido nas estruturas e objetivos. Na prática, trata-se de uma proposital destruição de um já ruim e esbulhado sistema público de ensino, para manter na ignorância das letras e das idéias, as camadas pobres da população, para que melhor as possa dominar, para que as possa conduzir como ovelhas ao sacrifício de sua liberdade, independência de espírito e para que por fim lhe possa tirar a pele do direito à plena cidadania.

No caso da chamada educação especial, ministrada às pessoas deficientes visuais, o quadro não é muito diferente, na medida em que nunca se teve uma política séria e consistente de alfabetização, de formação profissional que vise preparar o cidadão cego para uma vida realmente plena e ativa, no que respeita à vida cotidiana e, menos ainda, visando libertá-lo das atribuições, dos estereótipos, do exercício de atividades previamente elencadas como sendo próprias para ser por ele desempenhadas, muito pelo contrário: no caso da formação profissional, hoje, ainda mais do que antes, tem-se listado atividades ditas compatíveis com o estado de cegueira, às quais tem-se tentado confinar os deficientes visuais ao seu exercício. Isto acaba impedindo que eles próprios descubram suas habilidades pessoais e, suas compatibilidades em relação aos seus interesses e capacidade de superação dos próprios limites. Apesar de todos os avanços tecnológicos, filosóficos e tíflogicos, estas atitudes persistem em uma política de manter o portador de deficiência visual num determinado patamar, numa determinada fronteira, da qual ele não se poderá afastar, sem criar atritos e admiração em uma sociedade que insiste em rotular o homem como capaz ou incapaz, eficiente ou ineficiente, de acordo com o parecer físico do indivíduo.

Quanto à política de alfabetização de pessoas portadoras de deficiência visual, limita-se a dar-lhes a conhecer o alfabeto braille, pondo-lhe em contato com as letras que lhe permitem identificar as palavras escritas numa folha de papel, quando isto ocorre. Há mais de vinte anos

que na cidade de Alagoinhas, por exemplo, sequer esta oportunidade é dada a um único cego. A política de dar a conhecer os caracteres braille, não se faz acompanhar de um aprendizado de uma forma correta de leitura e compreensão do que se lê; não é acompanhada de uma bibliografia adequada, atualizada, variada e muito menos disponível para aquisição ou empréstimo.

Aqueles que arriscam-se a empreender uma incursão efetiva pelas sendas da academia, se vêem privados de quaisquer incentivos, no sentido de que possa produzir seu próprio material de estudo e consulta. Precisa contar com a colaboração voluntária de colegas e professores, para que veja seu rally cultural, seu safare acadêmico terminar, para, então, atingir a reta final, para ainda sôfrego e ofegante, receber a bandeirada, indicando que está terminada uma etapa de sua trajetória pelos desertos e pântanos atravessados ao longo do caminho. Observe-se que, as políticas públicas e as ações institucionais privadas neste campo, são simplesmente implementadas ao sabor dos ventos e das circunstâncias.

A idéia gira sempre em torno de que a aplicação de técnicas que permitam ao cego a leitura e a escrita braille, é suficiente para que ele alcance meios de uma sobrevivência ao nível do salário padrão. Quando muito, tal tipo de educação é aplicado de modo esporádico e parcial, já que na maioria dos casos, isto ocorre sobretudo nos grandes centros urbanos. Trata-se de dar uma formação geral muito precária, que não liberta, mas aliena, acomoda, condiciona o cego a levar uma vida medíocre, escapando apenas um ou outro, para transpor os limites que lhes são impostos por um processo de construção de uma personalidade conformada a um sistema de papéis e ações sociais muito bem definidos e determinados.

Os anos trinta, viram nascer na Bahia uma instituição que faria muito bem esta obra de introjeção das expectativas sociais naqueles que nela ingressariam. O Instituto de Cegos da Bahia, surge em 1933, como sendo uma instituição de ensino e abrigo de pessoas cegas. Nele eram acolhidos todos os cegos que se pudesse, independentemente da idade ou fase da vida, sem limite de tempo para deixar as suas asas protetoras. Como meio de obtenção de renda surgiu a idéia de se ensinar os cegos a fabricar vassouras, que seriam vendidas na comunidade.

Já aí aparece a primeira manifestação que indicava a piedade como pedra de toque nas relações entre os cegos e sua instituição agregadora com a sociedade em geral e soteropolitana em particular. Os poucos cegos que escapavam ao desígnio de fabricar e vender vassouras eram enviados para São Paulo, para que lá pudessem empreender alguma caminhada rumo à obtenção de uma formação profissional mais alargada, geralmente a de professor.

Mas, quando chegou a década de sessenta, as informações que se tem, dão conta de que o Instituto passou por uma mudança filosófica, mudança essa que teria sido capitaneada pela professora Dorina Nowill, de São Paulo, que preconizava um novo modelo de funcionamento e de atuação junto a comunidade, estabelecendo, dentre outras coisas, limite de entrada e de saída dos que pretendessem ingressar a partir de então, constituindo-se dali em diante em um educandário para cegos.

A professora Ester Brás de Oliveira, 63 anos, contemporânea daqueles dois momentos, embora conteste a característica de abrigo que se emprestou ao antigo instituto, fala um pouco do novo perfil daquela casa.

É o Instituto de Cegos passou por uma... passou por uma transformação filosófica não é? Claro: entraram aí professores especializados - porque antes as professoras não tinham especialização; elas aprendiam o braille, e procuravam ensinar o deficiente visual, dentro da medida do possível, não é? Agora, com isso não quer dizer... não quer dizer que não existisse educação para o deficiente visual não... se exigia também a educação do deficiente visual. Agora não tinha assim, uma educação especializada, como tem hoje. Mas, a partir de sessenta, por aí, o Instituto de Cegos começou a passar por uma transformação filosófica. Entraram os professores especializados, e também se passou a receber... foi quando fundou a... tinha a... já era fundada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, então passou a se receber... é... os livros; como também no Padre Chico - nós no ginásio, nós tínhamos todos os livros em braille. Ninguém copiou livro à mão; porque a Fundação fornecia. Então o Instituto de Cegos passou por isso também e passou ter uma mudança filosófica. Os professores todos especializados, passaram a dar aos alunos, uma educação mais ampla, mais especializada.

A referida Fundação para o Livro do Cego no Brasil se apresentava como propositora e insentivadora das mudanças, contribuindo para elas, inclusive com o fornecimento de livros

em braille e proporcionando apoio teórico. Começa na Bahia o ingresso de alunos cegos em escolas regulares, acabando com a migração de alunos para São Paulo para cursar o ginásio.

Com a implantação da nova filosofia de atendimento do Instituto de Cegos da Bahia, a idéia era preparar a sua nova clientela para o pronto aproveitamento da mão de obra na indústria. Eudes foi indagado se, diante da experiência adquirida, ele acha que o Instituto em se e sua filosofia, conseguiram aquele objetivo.

Olha, deixa muito a desejar, porque a pessoa que está no Instituto de Cegos, já tem um universo pequeno. Ali dentro, é tipo a pessoa que está só na família o tempo todo e nunca sai para lugar nenhum. Então, a pessoa sai realmente desprotegida e, isso há uma distância grande. Quando eu saí do Instituto de Cegos, eu saí para enfrentar a indústria e é uma coisa muito diferente; você está no Instituto de Cegos e você tem cama, roupa lavada, lençol, tudo arrumadinho, você mesmo arruma, mas, é tudo organizadinho, tudo bonito, tudo cheiroso, tudo legal, então você sai para morar em pensão, aí já muda, você vai enfrentar um trabalho que você vai dar duro, você vai chegar de manhã, ter horário para corresponder, tudo direitinho, hora de almoço, hora disso e daquilo. Até que na minha época, essa coisa de horário para mim, não foi difícil. Me adapto fácil com as coisas. Tinha aula das 8 às 10 horas, 10:30 entrava e saia meio dia, também isso é religioso. Na minha época, funcionava legal isso, tinha essa disciplina de horário. Mas era só estudo, só teoria, só livros e, quando você sai para indústria que você vai pegar pesado, vai pegar linha de produção que é o dia todo naquela mesma coisa, realmente é uma diferença muito grande. Tem muitas pessoas que chegam e não se deram bem por isso ou talvez não tiveram essa preparação. Talvez depois que entrou a oficina pedagógica, começou a dar essa noção às pessoas. Na minha época, não tinha, quando eu saí foi que a oficina entrou, que foi no início de 70, então a oficina pode ter dado esta noção às pessoas.

Mas, o fato de introduzir o cego na escola comum nos primeiros anos de escolarização, por exemplo, o convívio com crianças da sua idade, isso contribuiria para a sua socialização e para a quebra das barreiras de aceitação que sempre envolveram os portadores de deficiência. Essa era a pedra de toque daquela nova política implantada a partir de 1960. Eudes assim se posiciona acerca dessa providência, de cuja adoção se esperava que de alguma forma ajudasse o cego a se socializar.

Ajuda bastante porque ele já começa a ter o contato com as pessoas na escola. Agora já o trabalho é uma coisa diferente, já é um outro público. Você com o público da escola é um, com o público do trabalho é outro. É diferente a realidade, é um pessoal que está vivendo dia-a-dia com as

malandragens, com as pessoas do cotidiano. É um negócio diferente realmente. é tipo quando você só estuda e quando começa a enfrentar o trabalho, vai-se perceber que é diferente. Talvez não seja nem culpa dos cegos, mas sim do próprio sistema que pega um colégio desde o primeiro grau, termina o segundo, entra na universidade, nunca trabalhou, quando ele vai trabalhar, vai se deparar com coisas que ele não esperava e que só o trabalho vai dar experiência. Isso significa que é necessário [que haja] essa parte da teoria. E quando se vai trabalhar, se deve perceber que é diferente.

No entanto, a pretendida integração na escola comum, por si só, segrega, na medida em que os alunos cegos vivem uma realidade quase que absolutamente diversa dos demais alunos, embora estejam na mesma classe, sendo regidos pela mesma professora. A distância entre o mundo vivido pelo aluno cego e pelo aluno não cego é tal, que muitas vezes, as dificuldades que uns enfrentam, tem pouca correlação com as que os demais enfrentariam. Um exemplo ilustrativo, seria o processo de adaptação de material, que o professor regente não tem acesso, no que tange à sua confecção, uma vez que depende de um professor especializado para o fazer. Na falta deste último, o ônus recai sobre o deficiente visual, que fica sem acesso ao material utilizado pelo restante da classe. Esta aliás, é a situação enfrentada pela grande maioria dos deficientes visuais, que se arriscam no campo dos estudos, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, ou antes, fora das capitais.

Quanto à formação profissional, convém salientar que segue o mesmo caminho da alfabetização/escolarização, uma vez que é diretamente relacionada. Trata-se de propiciar algum rudimento de formação técnica que lhe permita portar um certificado. Os cursos são ministrados em forma de intensivo, às vezes acompanhados de estágios. No entanto, um problema agrava ainda mais o processo de formação. Trata-se da escolha a se fazer, em torno do que se vai ministrar como curso de formação. Ao invés de ser o mercado de trabalho o regulador das ofertas de cursos, proporcionando uma dinâmica no processo de especialização; o critério é uma incógnita, na medida em que os que concluem tais cursos, ficam à mercê de vagas em um mercado quase sempre saturado, onde as pessoas não deficientes são preferidas dada à já mencionada possibilidade de serem relocadas para outras atividades dentro das empresas.

A área de informática tão decantada nos últimos tempos como o oásis de empregos para cegos, em meio ao deserto do desemprego para todos, acaba sendo um filete de água ao sol escaldante. Na prática, poucos cegos podem ser programadores, uma vez que exige um certo nível de escolaridade e uma capacidade de raciocínio lógico. A grande maioria dos cegos não dispõe destas ferramentas e, menos ainda, existe o interesse em que sejam delas dotados.

Se de um lado, como nos tempos do Serviço de Colocação de Mão de Obra na Indústria - e em outros setores, naturalmente -, comandado pelo SENAI, forma-se um pequeno grupo de pessoas que têm acesso à todas as facilidades do avanço tecnológico/cultural, com o qual podem construir os fundamentos de uma sobrevivência razoável; de outro, mantém-se um outro grupo, formado pela quase totalidade dos deficientes visuais, alijados, desprovidos de quaisquer ferramentas que lhe permita fugir da generosa mão do Estado e das instituições privadas, quando não das pessoas físicas, ávidas por pagar suas promessas aos seus santos de devoção. Esta prática é comum na Bahia, sobretudo em Salvador, onde bênçãos são agradecidas, mediante ofertas de alimentos, roupas e outros dispêndios que demonstrem a gratidão daqueles que se dispõem a dar um pouco do que receberam, por graça.

Comentando a cerca da estrutura que propicia um tal estado de coisas, Audai assim exprime as dificuldades enfrentadas pelos deficientes visuais, que se estendem desde à sua formação/escolarização até atingir, os poucos que o conseguem, a formação técnico-acadêmica e profissional. Diz ela:

Pra gente estudar, faz-se necessário lançar mão de alguns recursos que nos possibilite [fazê-lo]. Não existem livros e, o que existe que nos pode assessorar é muito caro, a gente não tem condição de comprar; não existe nenhum incentivo nesse aspecto pra você adquirir acessórios que possam te ajudar nos estudos e no trabalho, né? E todos esses acessórios são importados, pelo menos a maioria deles e, caríssimos, praticamente inacessíveis. Então, tudo isso dificulta.

E, apresenta a forma como resolveu ou antes minimizou, ainda que com grande dispêndio e sacrifício, o problema de acesso ao material necessário à sua formação: "Agora, eu estudei (...) através do uso de gravador (...) muitas fitas; gravava tudo; gravava todas as aulas; textos;

contei com a boa vontade de colegas; de pessoas que liam muito pra mim; e, fui levando dessa forma".

Quer dizer: as políticas públicas e as ações privadas, na área de educação para deficientes visuais, é inexistente. O que Audai confirma: "É completamente. Ela não atua de forma alguma". [não é, eficazmente, sentida enquanto resultados concretos, no sentido de promover o crescimento do deficiente visual e de uma efetiva inserção social]. Indagada se seria capaz de dizer, por exemplo, se sua época de estudante do Instituto, essa política era mais ou menos dessa forma, ou era diferente, no sentido de promover realmente uma integração sócio-econômica do cego à sociedade, ela garante: "Eu acredito que sim (...), eu acho que nunca... eu acho que eles nunca se dispuseram a ajudar, a trabalhar em prol do deficiente não. Nesse aspecto aí, eu acho que não houve crescimento nenhum [mudança]. O governo [estado] continua impassível".

Tal indagação faz sentido, pelo fato de ao se tomar a literatura que trata do assunto, existe uma profusão de planos e projetos realizados e em pleno andamento, inclusive com resultados que chegam a surpreender àqueles que estariam sendo beneficiados por eles. Teve-se acesso a algumas revistas Lente, que eram em tinta, editadas pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil - Fundação Dorina Nowill para Cegos - ao que parece, publicada para os professores videntes e especializados. E foram encontrados muitos projetos de formação de professores, de adaptação de material, de aquisição de material, campanhas de educação, campanhas para reabilitação, etc. Enfim, trabalhos já desenvolvidos ou a serem desenvolvidos por eles. Daí, qual é a conclusão a que se pode chegar de tudo isto? É a de que se está repleto de projetos, de papéis, de propostas e na prática não são bem assim. E Audai continua a reflexão: "Existem projetos! ah, o que não falta são projetos, agora a sua consecução... é que é difícil... não existe mesmo".

CAPÍTULO 6. ULTRAPASSANDO A GRATIDÃO: A FILANTROPIA REAVALIADA

Instituições de e para cegos: na contramão da história

A história das instituições para cegos, representa a externalização de atitudes para com seus assistidos que, bem traduzidas, significa dizer que eles não dispõem e nunca disporão de meios pelos quais possam agir, pensar, andar - física e emocionalmente - sozinhos; jamais poderão assenhorar-se de sua própria vida, correr seus próprios riscos; obter suas vitórias e, sofrer suas derrotas. Era então preciso cercá-los de todas as formas e de todos os cuidados, para que não viessem a ser enganados, usados; para que não ficassem à mercê dos que vêm, dos que os pudessem utilizar como meios escusos de obter lucros, etc.

Enfim: as instituições para cegos, passaram a existir e existem, a partir da visão de seus idealizadores, segundo a qual, aquelas criaturas são como que crianças que precisam ser protegidas e educadas para a vida. Neste ponto reside a diferença entre estas e aqueles: as crianças estão sendo efetivamente preparadas para a vida, para interagirem com ela, passando à fase adulta, com as principais ferramentas de que precisam para vivê-la plenamente. Os cegos, no entanto, ficariam sendo crianças até que a terceira infância os viesse encontrar decrepitos e ao fim da existência. Isto é, os portadores de deficiência visual, segundo esta concepção, seriam seres improdutivos, a não ser que tivessem alguma habilidade manual - artesanato, tapeçaria - ou artística - música, principal e quase exclusivamente. Mas, no que tange à produção econômica, que lhe garanta a sobrevivência e o desenvolvimento da economia social, trata-se de pessoas incapazes de qualquer tipo de ação prática que implique em contribuir para um acúmulo de capital.

As instituições de cegos, pelo menos em tese, aparecem com a finalidade precípua de fazer frente às primeiras, tanto em ações quanto em atitudes, sobretudo no que respeita às concepções difundidas por elas. Surgem daí as associações, as confederações, as federações, as uniões regionais e mundial de cegos e tantas outras, para introduzir novas formas de ver o cego e de agir em relação a eles, reafirmando suas limitações, por todos já conhecidas e, por conseguinte indicando as possibilidades e potencialidades, iniciando assim um processo de

real inserção de novas concepções, atitudes e, dando passos importantes na modificação de conceitos enrijecidos pelo tempo e emaranhados pelo espaço.

No entanto, a partir das conversas com os que são participantes de alguma forma, direta ou indiretamente de umas ou de outras, bem como, a julgar pelos resultados alcançados pela maioria dos que por elas foram atendidos e/ou assistidos, pode-se constatar que, ambas caminham céleres na contra mão da história.

Trazendo à discussão o Instituto de Cegos da Bahia, indagou-se ao músico H.B.P.K. , se o papel daquela e de outras instituições de formação de cegos se propõem a desempenhar, seria o de prepará-los para o convívio social, etc. Ele responde categoricamente que as instituições em questão não tinham e nem têm este objetivo, nem desempenham na prática este papel e, aponta razões e exemplos para fazer tal afirmação.

Não existe, nunca existiu. As instituições de cegos preparam os cegos, infelizmente, para serem subservientes, para dizerem sim a tudo, para sofrerem calados, e não dizerem nada. (...) Eu vou provar, como dois mais dois são quatro, como tudo que eu estou dizendo é verdade; agora infelizmente, as pessoas preferem não enxergar isso.

Aqui aparece um equívoco de leitura. Na verdade não só as pessoas preferem não enxergar. As pessoas são, na sua grande maioria, levadas a não fazê-lo. Faz parte do jogo social fazer com que se tenha a impressão que as ferramentas utilizadas pela sociedade para um determinado fim, passe exatamente a impressão de que sua atuação é precisamente aquela para qual elas se destinam. No caso das instituições de e para cegos, existem, com a finalidade de fazer com que o corpo social sintam-se aliviado, pelo fato dos cegos estarem amparados, apoiados logística e psicologicamente, encaminhados a uma profissão, ou, na pior das hipóteses, com uma renda mínima garantindo-lhe o sustento. Esta impressão de eficiência é fator sine qua non para que o corpo social se tranquilize e possa dormir confortavelmente, tendo a certeza de que não está sendo omissos em seu dever de amparar os que dele necessitam.

No entanto, o descaso é patente, quando se vai para os meandros destas instituições e se identifica o que de real se passa dentre as suas paredes, as suas reuniões administrativas.

H.B.P.K. afirma:

Eu já cansei de fazer gravação de reuniões às terças-feiras de tarde. As reuniões do Instituto de Cegos aqui da Bahia e, nessas reuniões (...), se discutia mais o que se comeria qual seria o menu da próxima reunião, do que o problema do cego propriamente dito. Então, se discutia muito mais (...), como é que vamos mudar o código braille.

E depois de algum tempo a conversa muda de tom e de interesse, passando a situações e circunstâncias alheias à vida dos cegos passando a ser o alvo das horas restantes da reunião.

Diz ele a tal respeito:

Eu tenho fitas aqui que eu posso provar isso; eu tenho que procurar, mas eu tenho fitas aqui na minha casa que eu posso provar isso; que eu gastava três quatro fitas pra gravar as reuniões, porque eu tinha que dar muitas pausas, e a maioria das conversas enternecem centravam-se em fofocas da vida alheia, o menu ou seja o cardápio, o que vamos comer, qual será o canapé da... quais serão os canapés da próxima reunião e menos se discutia a problemática do cego, mas como pessoa comum; você não tem que discutir: "Ah, por que o cego, não sei o que..." Você tem que discutir o cidadão, fulano de tal; não é fulano o cego, mas fulano o cidadão.

Neste ponto H.B.P.K. apresenta sua idéia de como deve ser visto e tratado o cego, na circunstância de estar sob a tutela de uma instituição de ou para cegos. Apresenta uma tentativa de diferenciar o cego pessoa que não vê, do cego cidadão que precisa cumprir seus deveres e, de meios para tal. Precisa de oportunidades para demonstrar sua capacidade de auto sustentação, de sobrevivência e de produzir:

Porque se você der condição ao fulano, fulano com certeza vai ser um cidadão normal como eu sou; eu tenho carro, eu tenho telefone, eu tenho casa; não é por que eu sou cego, eu não sou um cego super poderoso porque tenho isso, não. É porque eu sou um cidadão normal; eu me comporto como um cidadão normal.

Já se disse que, aparentemente, as associações vieram para fazer frente a essa coisa a que H.B.P.K. se refere. Quer dizer, para caminhar no sentido contrário. Bem a propósito, foi-lhe indagado se, segundo sua análise pessoal, elas conseguiram alcançar esse objetivo. Sua resposta:

(...) deixe eu te falar uma coisa: as associações de cegos, como o cego no Brasil - eu vou falar isso bem devagarinho, para que seja bem entendido, e pra que não seja assim, de uma certa forma mal interpretado. As associações de cegos, como os cegos no Brasil são meros bonecos de animação; fantoches; porque não resolvem nada, não fazem nada; se multiplicam, mas do que se sedimentam; elas se multiplicam mais do que conseguem se sedimentar, se tornar uma coisa. São muito voláteis; ou seja, elas se fragmentam com uma rapidez muito grande; e acumulam muito patrimônio, e o cego continua na mesma situação de antes, e não vai mudar. Porque a grande maioria - eu não estou falando de todos, porque eu seria burro, e burro eu não sou - se eu falasse que todos... mas a grande maioria dos presidentes de associação, se comportam, como se [do mesmo modo] comportam aqueles cegos, que conseguem alguma coisa na vida. Se agarram àquela coisa e se esquecem que quando estão na rua andando de bengala, são comparados ao esmolé que está ali na esquina pedindo esmola; que são tão cegos quanto ele. Eu acho que uma classe poderosa, ela defende ...ela defende aquelas que pertencem a ela; uma classe [camada] que pode se considerar poderosa, é aquela que defende os seus; e a nossa classe é uma classe medíocre, é uma classe pobre, em todos os sentidos da palavra - aí eu não... não vou usar a exceção, porque pra essa regra não tem exceção são pobres em todos os sentidos da palavra, quando não protege os seus associados. Então, a classe dos cegos, ela só se preocupa ... o cego como classe só se preocupa com ... em defender a sua vidinha: aquela vidinha medíocre de ter um salariozinho qualquer, não se preocupa com outros que estão no meio da rua pedindo esmola; não se preocupa com outros que estão entrando no mercado de trabalho agora; não se preocupa com absolutamente nada. O cego que consegue alguma coisa na política, ou o que consegue alguma coisa no... na sua vida particular, ele não se preocupa com ninguém a não ser com ele. E quando ele consegue alguma coisinha que ele pode colaborar com o cego, ele cobra uma fortuna por isso.

E exemplifica:

Eu vou usar como exemplo o DOSVOX. O DOSVOX é uma produção da UFRJ, que deveria ser patrocinado pra todos os cegos do Brasil, porque o DOSVOX é uma redenção pra os cegos: no entanto tem uma firma, de âmbito particular, que se serve do DOSVOX, pra ganhar dinheiro; entendeu? Que se serve pra ganhar dinheiro; e eu acho isso errado. Uma pessoa ... uma pessoa que como comerciante no âmbito particular: eu não vou entrar no âmbito particular; eu só vou falar aqui da empresa. A empresa CÁTIA MULTIMÍDIA é incompetente, porque só funciona de dez às

quatro, em horário bancário: então o cego que mora em Arapiraca que é pobre. - eu estou citando Arapiraca, como poderia citar qualquer outra cidade do Brasil - o cego que mora em Arapiraca, que tem um computadorzinho lá, um dois oito meia, um três oito meiazinho vagabundo, ele não vai ligar pra Cátia nunca. Porque ele vai pagar mais caro de interurbano, pra ligar pra Cátia, do que pagaria pelo próprio programa. Primeiro porque é difícil achá-la; segundo, porque ela só atende no horário de pico, no horário que telefone é mais caro: das dez à quatro da tarde; porque o horário de meio dia ninguém consegue, porque o pessoal lá do Rio liga ... o horário de almoço, quem consegue é o pessoal lá do Rio. Então, resumindo tudo isso: todo esse conjunto de incertezas, de problemas, de barreiras que o cego inventa... consegue... inventa não,... que o cego tem no Brasil, as instituições para cegos não lhes protege.

E aqui ele exagera, sonha, devaneia mesmo, quando diz de modo enfático e firme que, para ele:

Quanto mais cegos estiverem com um computador na mão, melhor. Logo, se a gente conseguisse colocar um 386, que custa o que, duzentos reais, na mão de cada cego no Brasil... vamos dizer que no Brasil tenha um milhão de cegos... por hipótese... Se a gente colocasse na mão de cada cego, um computador 386, que custa duzentos reais, em cinco anos, nós teríamos desses um milhão, pelo menos cem mil pessoas bem colocadas na sociedade. E aí nós só teríamos pra nos preocupar, novecentos mil esmolés. Aliás, não vou nem radicalizar: nós teríamos oitocentos e cinquenta mil esmolés e cinquenta mil não colocados, vamos dizer assim...vivendo com seus pais, dependendo de favor de irmão, enfim, dessas coisas.

E destempera, mas não sem razão, visto que expressa o que muitos gostariam de dizer e não tem espaço para fazê-lo.

Olha, eu não tenho vergonha de ser cego, muito pelo contrário: eu tenho orgulho de ser cego. Porque eu sou um cara que navego na internet como uma pessoa normal, um cara que toco meu teclado: estou atuando num mercado extremamente competitivo, com tecladistas que enxergam; consigo operar o meu XV1000 sozinho, então eu tenho orgulho de ser cego; em nenhum momento eu tenho vergonha de ser cego, muito pelo contrário, eu tenho orgulho de ser cego. Porque eu sou um cara que uso meu cérebro, como poucas pessoas conseguem usar, por que eu não tenho o advento da visão. Mas o que me entristece, o que me deixa com vergonha, com nojo, com asco... com todo o tipo de sentimento pejorativo é ver que os cegos não se respeitam: abre parêntesis: salvo algumas e raras exceções: os cegos não se respeitam; eles não se... não valorizam a própria classe, eles se escondem atrás de uma escrivadinha de um escritorzinho medíocre pra dizer que

tem... Ah eu sou presidente disso, eu sou diretor daquilo, eu sou diretor daquilo outro, e se esquece que no meio da rua, ele é tão esmolé, quanto os esmolés que estão no meio da rua. Porque as pessoas têm pena dele, tanto quanto tem pena do outro.

Carlos Castro falando sobre instituições de cegos, concebe-a o papel de uma associação como sendo o de dar suporte aos seus associados. Diz ele:

Uma associação, como a gente começou aqui, como tem em Conquista, como tem ... eu acho que ela deve ter a noção do grupo que a compõe e passar a reivindicar e integrar esse grupo, dentro de seus interesses. Genericamente é isso aí. Ela foi formada porque um grupo achou que há um interesse comum entre eles; e, a partir desse interesse comum, passou a traçar caminhos para reivindicar e servir a comunidade ao mesmo tempo, em cima desses interesses mútuos, dela como específico, e da comunidade coletiva.

Indagado se no momento em que ele conheceu a Associação Baiana de Cegos, ela desempenhara esse papel, assim responde:

Discursivamente, sim. Quer dizer: no sentido de a gente ir pra lá pra biblioteca e discutir, também, porque se questionou. Agora, ela não desempenhou o papel no sentido de formação . Porque na verdade, ela teve o comodismo de nós todos; de nós todos; era mais salutar e fazer partida de bola pelos interiores da vida, fazer farra, do que na verdade sentar e fazer esse trabalho estrutural.

Porque essa é a percepção daquilo que a Associação deveria ser e representar. Na grande maioria dos casos, elas se apresentam como promotoras de lazer; vez por outra provêm a realização de alguns cursos, mas não desempenham um papel agressivo, no sentido de buscar fazer uso do espaço que possui na mídia e, quando o faz, quase sempre é para anunciar eventos e, quase nunca para opinar, debater, formar opinião. Em suma: não se vê a Associação Baiana de Cegos, para citar um exemplo local, se posicionando nos jornais, na televisão, no rádio; não se ouve, não se vê falar. Até se questiona a necessidade de sua existência e funcionamento: porque tudo, ou pelo menos quase tudo que se tem conseguido hoje, quer seja na área profissional, e em seus diversos estágios, quer seja na área acadêmica, trata-se do resultado de esforços individuais. Logicamente que não se pode negar a participação de pessoas outras, como aquelas que participam diretamente da vida da pessoa

portadora de deficiência. No entanto, quando se trata de avaliar a participação das suas instituições, ocorre precisamente dizer que tem sido quase nula, pelo menos nas grandes empreitadas, que exigem do deficiente visual, particularmente, a capacidade de embater-se com os grandes desafios advindos de suas incursões em busca de um lugar na sociedade em que vive. As instituições de cegos têm a nulidade como símbolo que marca a presença em tais circunstâncias.

O presidente da Associação Baiana de Cegos, Alberto Galvão de Sousa, indagado com respeito à relação da Associação com a sociedade como um todo, em termos de colocação no emprego, assim se manifesta:

Ah, isso é uma dificuldade muito grande, que sempre existiu, está existindo cada vez mais; está piorando, está se fechando mais os caminhos... mas, isso depende muito de cada indivíduo, né, de cada um; há uma discriminação muito forte ainda, principalmente com o deficiente visual, no que se refere ao mercado de trabalho e, de modo geral, existe uma discriminação muito forte. Mas a gente vai encarando com seriedade e com muita disposição, a gente vai quebrando essas arestas e, tocando o barco aí, tranquilamente.

Ele é extremamente confuso, ao responder se seria possível atribuir à algum motivo essa rejeição que a sociedade tem, para com o deficiente, mas, principalmente para com o deficiente visual.

Eu acho que isso é uma questão de, não só de cultura; é uma questão de falta de preparo mesmo; isso pela própria história; antigamente a discriminação era muito pior, haja visto que você já deve ter lido alguma coisa como é que era o deficiente visual no início; ele era totalmente discriminado; e hoje com as lutas, com os movimentos com realmente os grupos organizados, já melhorou bastante, né? Mas, há pouco tempo mesmo, estava conversando com uma pessoa que veio... presidente nacional de uma instituição da Suécia, ele mesmo me colocou também que lá na Suécia também eles passam por isso, por essa discriminação. Um país evoluído, um país onde a educação é muito melhor do que a nossa e, de repente, a discriminação existe. Parece que é mundial.

Ele está dizendo que, se poderia atribuir basicamente à cultura, a despeito do próprio desenvolvimento dos povos.

No caso baiano especificamente, foi-lhe pedido para traçar uma espécie de trajetória de como foi a história do cego na Bahia em relação ao ingresso no mercado de trabalho. Por exemplo, quais seriam as políticas implementadas pelo Estado, para facilitar ou não esse acesso ao trabalho. Outra vez o presidente da Associação mostra-se despreparado para assumir o papel de porta-voz dos seus associados, enquanto instituição. Era indispensável que pudesse falar com firmeza e convicção de um tema tão intrínseco ao que se deveria propor uma associação, na acepção mais completa e contemporânea do termo.

No que se refere ao Estado, eu não tenho conhecimento de nada, né? Nós temos lutado aí como representantes da Associação Baiana de Cegos e até agora não houve nada de concreto. Já houve aqui na Bahia nesse sentido pelo SENAI que teve um serviço aí que funcionou quase trinta anos, e foi só quando o cego na Bahia teve mais oportunidade no mercado de trabalho. Porque tinha pessoas específicas para fazer pesquisa, fazer a colocação, dar o treinamento... e, nessa época, muitos cegos tiveram oportunidade no mercado de trabalho; mas hoje em dia, nós estamos aí a ver navios. A não ser nos concursos públicos; aqueles que têm uma oportunidade de ter uma educação melhor, de ter um preparo melhor; de se prepararem melhor para competir no mercado de trabalho através de concursos, esses aí têm obtido alguns êxitos, algum sucesso, mas, no caso contrário, está muito difícil. O Estado não tem trabalhado muito por aquele lado não. Nós estamos aí criando a Associação... já foi criada agora nós estamos nos estruturando pra ver se um dia uma hora, um determinado momento a sociedade e o próprio Estado, possam nos dar condição de também trabalhar nesse sentido do mercado de trabalho; criar mais oportunidade pra o deficiente. Por que o que ele mais está precisando... o que o deficiente precisa é de oportunidade também, para mostrar sua capacidade, sua condição de trabalho.

Ao responder se o deficiente visual, por sua parte, ele tem feito alguma coisa nesse sentido, acaba por reconhecer que o indivíduo é que tem se dado melhor. Suas razões são outras; mas acha que se trata de atitude egoísta; não reconhece que é a inércia e a ineficácia da instituição que dirige. Mas, ao reconhecer que alguns individualmente tem conseguido se sobrepôr a toda a inoperância institucional, decreta sua precindibilidade.

Casos isolados. Muito poucos se interessam; são muitos polêmicos; muito desagregados; muito... não há uma unidade assim; pessoal que ... não sei... parece que não tem o espírito ainda de luta de unidade pra poder conseguir as coisas; tem um espírito muito crítico; umas críticas mais negativas do que positivas. Pelo menos, nessa trajetória minha, é o que eu tenho observado. Há mais de dez anos à frente de uma instituição que nós estamos tentando aí organizar; felizmente já está bem

adiantada, falta agora a gente botar em funcionamento, o que não depende só da gente, depende de ajuda, já que nós não temos subsídios, não temos nada, então... E o que eu tenho observado é a falta de unidade mesmo, a falta de união, de luta, para chegarmos a um denominador comum; podermos chegar a um ponto. Porque só a união é que faz a força, né? Só unidos é que podemos conseguir alguma coisa. E o deficiente visual infelizmente, não só aqui na Bahia - porque eu conheço já alguns outros estados - sempre há essa separação. Quem tem a oportunidade de galgar uma posição melhorzinha, fica lá no seu lugarzinho, lá e tal e esquece dos outros também; não se une, não procura ajudar, não procura realmente batalhar juntos, pra ver se as coisas melhoram.

Aqui Alberto carrega na ambigüidade, quando perguntado a que ele atribuiria esse desinteresse, essa quase acomodação, além da questão da pouca ou quase nenhuma unidade, a grande desagregação. Mas, se esse desinteresse é em geral, porque o cego não se interessa, por exemplo, em buscar uma formação específica, uma formação profissional. Outra vez ele remete ao todo, ignorando o particular.

Rapaz, hoje está acontecendo no mundo inteiro, não só com o deficiente... é o egoísmo que está predominando no mundo, né? Cada um pensando só no seu lado, procurando ver a sua parte e, não está aí ligando muito pra o coletivo, não. E eu acho que mais é isso; e a falta de cultura mesmo; falta de conhecimento em termos de entidades, em termos de sindicato; em termos de entidade de grupo mesmo, de luta, né? O que está faltando é isso mesmo: melhorar essa mentalidade; diminuir o egoísmo e o pessoal ter maiores conhecimentos dentro do que é realmente uma luta conjunta: uma luta de todos por um mesmo fim.

Forçando ainda um pouco mais e, convidando-o a filosofar, foi-lhe indagado se acredita no individualismo, como sendo que é a pedra de toque da filosofia liberal, acaba por levar as pessoas a buscar o seu próprio caminho. Em caso afirmativo, existe um problema: alguns poderiam se dar ao luxo, de individualmente buscar o seu próprio caminho, buscar a sua própria realização pessoal e profissional. Mas - e aí se parte para o específico outra vez -, há um número enorme de deficientes visuais que, como os primeiros, não têm esses meios de buscar as conquistas e realizações; essas oportunidades de individualizar o sucesso. E essas pessoas acabam se acomodando, à esmola, à estas aposentadorias que aparecerem por seu caminho. Então, essas pessoas como. A que se poderia atribuir isto? Eis sua resposta:

Isso aí é a falta de cultura mesmo. E eu acho que a falta também de conhecimento e de interesse de todos pra acreditarem na coisas que são feitas nesse sentido, como a própria associação foi criada com a finalidade também de ajudar, de minorizar esses problemas e, o pessoal ao invés de se unir, por exemplo, cada um... porque eu, tenho convicção e tenho certeza que tenho feito a minha parte, como mais alguns companheiros; mas são muito poucos aqueles que tem se dedicado; aqueles que tem dado um tempo seu pra fazer alguma coisa nesse sentido. E eu acho que é por aí; a gente pode melhorar bastante com essas entidades representativas: esclarecendo, ministrando cursos profissionalizantes, e é por aí que cada um vai conseguindo a sua individualidade, vai conseguindo a sua condição de lutar sozinho também, de buscar sozinho, desde quando as pessoas também acreditem e ajudem pra se poder fazer a unidade; enquanto não houver essa unidade, houver só esse egoísmo, cada um pensando só....

Por aí se depreende que esta forma de pensar é a que norteia o agir cotidiano desta instituição que teria como objetivo contrapor-se àquelas que segregavam dentro de suas paredes pessoas e potencialidades. Elas, por sua vez, inutiliza umas e outras, na medida em que incute e perpetua a idéia de que alguém vai fazer por ele; o indivíduo não precisa se preocupar porque tem que lhe ministre um curso, ainda que não esteja dentro de suas expectativas, mas que lhe será oferecido. A idéia da tutela no sentido inverso: o tutelado esperando sempre a proteção do tutor. Em suma: esta é a idéia exatamente contrária que se deveria ter, em plena era da globalização e da busca de uma independência pessoal, aliada a uma interdependência, sem no entanto criar uma relação de submissão e de tutela.

Num determinado momento da longa entrevista concedida por D. Bela Vaitsman, 65 anos, cega após os trinta, foi lhe pedido que fizesse algumas considerações acerca de quais têm sido as ações governamentais e/ou institucionais, sejam na prática ou na propaganda, no sentido de dar apoio ao cego, apoio aqui, entendido como sendo o provimento de meios que permitam a ele encontrar o seu caminho, para que tenha meios de buscar sua independência, enfim, superar suas próprias limitações sócio-econômicas. Ela se manifestou apresentando uma percepção muito diversa a respeito da atuação e do papel das associações, indicando alguma ambigüidade, em vários momentos, misturando conceitos e papéis, entrelaçando promoção de lazer com proteção, busca de bem-estar social etc. No entanto, segundo esta percepção idilicamente construída, construção erguida enquanto ela ainda via, o associado fica na mesma situação de dependência e de subserviência; não mais às pessoas, agora às instituições. Dê-se-lhe pois a palavra.

Eu acho que ... o que tem melhorado a posição do cego aqui no Brasil têm sido as associações, as associações de cegos, então eles se reúnem, fazem competições de jogos, fazem seminários, congresso. Então isso tem ajudado a que os cegos que as coisas estão mais atrasadas, verifique que os cegos estão evoluindo em outras partes. (...) Eu soube que na internet já tem mais de 500 cegos no Brasil, usando a internet. Isso é sinal de que os cegos estão evoluindo. O computador, veio ajudar muito. Os cegos descobriram o computador e viram que apesar do computador ele pode trabalhar muito bem.

Aqui fez-se necessário insistir na questão inicial, relacionada com os poderes públicos.

Mas os poderes públicos eu acho o que tem feito muito pouco, porque eu acho também que eles fazem sem ouvir o cego. Então, resolve fazer isso, fazer aquilo. Por exemplo, aqui na Bahia, eu soube que tem uma placa na Rua de Brotas. Tem uma placa baixa com o nome da rua em braille. Mas, quem vai dizer ao cego onde é que está essa placa?

Aqui passa a fazer a apologia das associações:

Então as associações tem que se fortalecer, os cegos que estão assumindo posições melhores na vida, têm que se unirem para ajudar os que estão trabalhando, estão lutando por isso, e talvez politicamente estejam muito divididos, então como eles se dividem muito e cada um busca suas melhoras particulares sem olhar o bem coletivo... Eu acho que tem que haver mais união entre os cegos e também fazer com que esses que estão assumindo liderança, que tiveram mais oportunidade não desapareçam, venham juntar-se aos outros para continuar a lutar. Por exemplo esse menino, esse Fernando, que é um rapaz que está mostrando que tem uma capacidade extraordinária, que não é moleza fazer faculdade, e passar no concurso da PETROBRAS, passa no concurso da Vale do Rio Doce e passa no concurso em primeiro lugar da Auditoria Federal (...) de muita capacidade. Eles desapareceram, ninguém ouviu falar. Tem aqui um advogado Jaime Cóen, esse se afastou completamente de todos, entendeu? São pessoas que agente precisa estar junto conosco. Isso nós precisamos mudar.

Observe-se que imediatamente ela personaliza a idéia, passando para a primeira pessoa, indicando que pretenderia ter a liderança do processo, o que outro tempo fora frustrado, assinale-se. E enfatiza:

Eu acho que o trabalho principal da associação são reuniões, trazer todos os cegos para se conscientizar os cegos de saber o que é ser cego, do que é... objetivo. Não é que a associação sirva só para namoro, nem para jogar dominó, nem para isso... mas sim para conscientizar esses meninos porque pelo menos, se eles vão para lá jogar dominó, pelo menos agente sabe que eles estão lá na associação, melhor do que eles estarem na rua fazendo outras coisas. (...)? Essa é minha opinião, como eu vejo as coisas. Porque eu não sou daquelas que acham que tudo tem que ser feito a ferro e fogo. Eu acho que as coisas tem que se usar diplomacia, tem que saber como fazer a coisa, não fazer igual para todos, porque não dá certo, agente tem que saber formar os grupos e, daí então, partir, porque dentro da associação eu acho que, a associação não tem a finalidade de arranjar emprego para ninguém. Ela tem a obrigação de conscientizar o cego para lutar para conseguir seus objetivos. Agora o que a associação pode fazer é uma campanha para que as empresas aceitem os cegos mas não é para arranjar os cegos, porque ela pode ser... José vai para a tal firma e ele não dá para aquilo que ela está oferecendo, quem tem que saber o que pode fazer, é o próprio cego. Agora, tem que dá ajuda, ajuda... tem que fazer com que, se ele precisar de papel, vamos comprar papel e vender mais barato, fornecer o papel mais barato, se precisar de fita, vamos atrás de uma firma que nos ofereça. ou que nos ofereça com um preço mais barato, que o cego possa adquirir, isso mais barato, isso eu acho que é trabalho da associação. Se eles tiverem condições de oferecer cursos, ótimo, cursos especializados, como um tempo já teve aí, curso de massagista, hoje na Bahia tem muitos cegos que tem o curso como massagista. Tem aquele menino do Vitória, o Edmilton (...).

Fica muito confuso no seu discurso, qual seria afinal de contas o papel que uma associação de cegos deveria desempenhar: promover a união entre os cegos; buscar o seu bem-estar social; oferecer condições para que ele se lance ao mercado em busca de sua realização pessoal; promotora do lazer e de folguedos ou se todas e nenhuma destas coisas. Para Claudete, 30 anos, massagista cuja formação fora propiciada pela Associação Baiana de Cegos, segundo a resposta que dera à questão sobre qual seria o real papel desempenhado pela ABC.

A associação procura de um modo geral - em parte, a gente não pode condenar muita coisa. Hoje está fazendo uma construção na associação e o governo ajuda a se construir, a gente sabe que tem o governo que é bem mais fácil você conseguir [dinheiro] para construir, do que para eles colocarem como verba para fazer cursos, essas coisas. Colocar o cego de uma maneira, abrir indústria, essa coisa toda. É bem mais fácil construir, porque você construindo mostra o que se fez e você colocando curso ali é mais difícil. Eu acredito que existe boa vontade das pessoas que compõe a direção de lá. Eles tem feito projetos, mas, isso não está tendo resposta. Porque você, precisa muito disso. Então se aquele ideal que você precisa, você acha dificuldade de conseguir, com o próprio governo fica mais difícil de se conseguir as coisas. Porque na realidade o trabalho

aqui, é necessário ver aquilo que está externo, como no seu caso está no prédio bonito. Mas, a gente ainda não viu a resposta daquilo porque os projetos que foram mandados estão todos engavetados e não há ainda o interesse governamental de....

Fica logo patente que a Associação precisa de uma cadeira de rodas para se movimentar: o Poder público; como tal, precisa de rampas especiais, peso adequado ao seu estado de mobilidade limitada. Então, por causa disso, a Associação não consegue preparar, profissionalizar seus associados? Indagou-se-lhe.

É, em parte sim. Ultimamente tem dado alguns cursos; massagem já deu, umas duas ou três vezes, mas, depois que acaba o curso, colocar em prática fica difícil. Não se acha campo para isso. Agora tem várias pessoas com certificado de massagista e de eletricista. Na realidade está todo mundo parado. Porque não está tendo campo.

Insiste-se, indagando se não está tendo campo ou a sociedade não acredita, não abre espaço. E, sem esperar mais, responde resoluta:

A própria sociedade... A sociedade em si... Espaço tem, né? Mas (...) Eu acho que foi muito julgado bom, desse salário, esse tapa-buraco que fizeram. Que se dê isso está bom, mas, na realidade não é isso que as pessoas querem. Que dessem isso, mas, também abrissem campos para as pessoas verdadeiramente mostrar aquilo que elas são capazes de fazer.

Se procurou refletir sobre algumas opiniões já manifestas, sobre o que na verdade, se apresenta como sendo o problema o qual é muito mais coletivo do que individual. As pessoas têm dito que os cegos são desunidos. Ao ser indagada se também partilha dessa posição, demonstra não ter entendido em qual sentido se diz serem eles desunidos. Então foi lhe explicado que o sentido em questão era o de que, na prática, os cegos têm conseguido algumas conquistas, mas, em termos individuais, nunca coletivos. E se tem atribuído isto a uma espécie de resistência do cego a se unir, para brigar pelos outros. Diante do que responde:

É, em parte também, fica muito aquela coisa ... um grupinho faz, e tem aquele grupinho que fica só para criticar. Eu acho que você vive de críticas mas, críticas construtivas, que você venha dá opinião de alguma coisa. Que você chega: "Isso aqui esta ruim, mas pode melhorar". Então no momento que fica um grupo dizendo: "Isso não presta, isso não dá certo". Então é difícil trabalhar, conseguir qualquer coisa. Eu acho que está na hora de se sair, se gritar mesmo, pelos direitos, eu acho que os cegos em si, ele é muito... aqui pelo menos o comodismo é muito grande, a gente fica muito fechado, fica no mundo muito nosso, não sai para as ruas pelo menos, acho que só o fato de você chamar a atenção, desperta às pessoas que você não está dormindo, pra ser... Então, é necessário sair mais, gritar mais, até uma passeata se for possível, alguma coisa que venha chamar a atenção da sociedade, que isso venha a partir da união das pessoas que isso venha acontecer.

Para o advogado Mário César, citado páginas atrás, uma associação nada mais é do que o resultado daqueles que a compõe. Observe-se o seu arguto raciocínio, ao falar do modo como elas se comportam e qual o papel que ela desempenha, como o desempenha, ou se deseja que o faça:

Olha, eu acho o seguinte: as nossas associações. são resultantes de um conjunto de pensamentos de pessoas que vem em suas histórias individuais, com seus sentimentos pessoais e que se afinam em determinados pontos e que produzem um tipo de postura. Na produção desta postura, vai se ter o retrato da correlação de forças daqueles diversos pensamentos. Então, se você tem um seguimento que está acomodado, que prepondera, a associação também será acomodada; se você tem um horizonte limitado de fazer política, naturalmente que a associação, ela vai ter uma ação política apática.

Em outros termos: se a associação - e por extensão as demais instituições para cegos - não funciona, não dá os resultados que se espera, é porque os que a compõem fizeram a opção política de não o fazer. Trata-se de um conceito arbitrário, na medida em que o corpo de associados quase nunca pode fazer valer o seu direito e o seu desejo sobre o corpo diretivo. Em geral este último é composto por indivíduos já colocados; principescamente acomodados àquilo que receberam na vida (um cargo público, uma colocação profissional em uma boa empresa estatal e/ou privada; etc.), desconhecendo as vicissitudes daqueles outros que estão fora do mercado de trabalho, daqueles que estão sobrevivendo de maneira precária, esperando que possam obter uma abertura para que possa sonhar com uma competição em condições de igualdade na busca por um lugar ao sol, por uma sobrevivência digna de uma pessoa humana, de um cidadão, etc. Como na política eleitoral do país, aqueles são lembrados apenas por

ocasião das constantes reeleições da diretoria ou do presidente. Não dá para avaliar a atuação das instituições em geral e, da associação em particular, a partir da idéia de que seus componentes serem juntos o maestro de uma orquestra cujo repertório já está previamente escolhido por uma estrutura social viciada no entorpecente chamado necessidade de ter um indivíduo ou um grupo de indivíduos pelo qual fazer o exercício do bem fazer.

O entrevistado que mais se demora e se preocupa em falar sobre as instituições de e para cegos é o músico H.B.P.K., igualmente já citado páginas atrás. Ele começa dizendo que "foi um choque horroroso", ter encontrado seu irmão em plena Avenida Copa Cabana esmolando. E segue: "É por isso que eu acho que as instituições... os institutos de cegos do Brasil, coloque isso, dê uma ênfase bastante grande a isso, ... os institutos de cegos do Brasil, são, verdadeiros depósitos de futuros esmolés. Essa é a minha concepção".

Mais adiante, ele busca explicar uma tal concepção, a partir não só da aludida experiência de seu irmão. Ele diz ser a estrutura sobre a qual estão fundamentadas as instituições de formação de cegos, são estruturas velhas, "grotescas", que retiram os "cegos de seu habitat natural, onde ele é reconhecido como cego" e que tem uma vida cotidiana normal em contato com as crianças de sua idade, para serem levados para um confinamento entre outros cegos, sujeitos a uma convivência quase exclusiva com cegos e separando-os, pelo menos na maior parte do tempo, das demais. Inicialmente, isto dificulta a aprendizagem correta de gestos e hábitos que levam a uma comunicação precária.

Depois, a forma de tratamento muda, quando aquela criança cega de então, ao retornar de seus aproximados, após quinze anos de confinamento, encontra seus antigos colegas já adolescentes, mas não mais familiarizados com ele e com sua cegueira. Para H.B.P.K., isto implicaria na perpetuação do preconceito. Para ele o ideal seria não retirar o cego de seu "habitat natural". Ao contrário, ele seria

Educado no seu habitat natural; haveria uma grande quantidade de municípios com cegos; ou seja, o cego seria espalhado pelo Brasil e seria visto se educando no Brasil; brincando com seus amiguinhos que enxergam, de uma maneira limitada, é claro, mas brincando. E outra coisa: nada.

nada, nada justifica que o cego não brinque com seus amigos que enxergam. Porque eu andava de bicicleta, mesmo cego....

Para H.B.P.K., a integração precisa ser efetiva e realizada dentro do meio em que o cego vai viver a maior parte de sua vida. Não adianta passar uma parte de sua vida confinado a uma instituição arcaica, caduca e sarcófaga, com ensinamentos desconectados com a dinâmica das mudanças ocorridas à velocidade da luz e, depois que completar dezoito anos, ser lançado às feras famintas, ávidas por devorá-los de um só arremesso.

E ele enfatiza num texto cheio de reticências, que aqui será transcrito quase integralmente, para que melhor possa ser compreendido o seu pensamento a respeito das instituições de formação de cegos:

Então, nada... nada justifica esse descaso com que é tratado o cego no Brasil. Nada (...), nada. Nem discriminação da família, nem discriminação da sociedade, nem falta de recurso... falta de recurso não é. Porque o governo gasta muito mais com essas instituições de - desculpe a expressão, é porque eu não consigo ser educado com coisas que, ao meu ver são, (...) hipócritas, idiotas, enfim... essas instituições cretinas, que estão aí pra proteger o cego, mas que na realidade, só desvirtuam, só tornam o cego uma pessoa triste, solitária, cheia de tiques, (...): tem muitos cegos que ficam assim... se balançando; outros ficam assim, se balançando; outros ficam assim, mexendo com as mãos; ficam... isso é fruto de um lugar onde você só convive com pessoas que além de cegas...eu convivi, no Instituto daqui da Bahia, com pessoas retardadas mentais... Eu, um menino de doze anos de idade, na adolescência, convivi com retardados mentais... E eu acho que não tem nada a ver... o cego é como uma pessoa comum, qualquer; que tem que ser tratado como uma pessoa comum; ele só não enxerga; mas, sexualmente ele é perfeito - eu estou usando o termo sexual em primeiro plano, porque geralmente o homem latino, ele prefere perder a visão, do que perder a potência. Pode fazer uma inquete em qualquer lugar do mundo, que o cara prefere ser aleijado, prefere tomar um tiro na cabeça, prefere tudo: ele só não quer ficar impotente. Então, eu já usei apra provar... o cego ele é sexualmente legal...

E se extrema em seu posicionamento, indicando que seria mais produtivo e mais interessante em termos de aproveitamento que se pudesse acabar com tais instituições:

Mas, o que eu falo é que, alguns tabus que os institutos estão pregando a vida inteira, têm que ser derrubados. E, aliás eu acho que não são nem os tabus que os institutos pregam; são os próprios institutos. Eu acho que está na hora de acabar com esses institutos; e no lugar desses institutos, ao invés de uma escola pra cegos, uma escola pra quem vai ensinar aos cegos. Coloque isso entre aspas e dê um jeito de dizer, que eu estava gritando nessa hora em que eu falei isso... Coloque... coloque... Chame uma professora de cada município da Bahia, são 415 municípios, são 415 professoras. Quantos alunos existem no instituto? Oitenta. Se você pode manter oitenta por quinze anos, porque você não pode manter 415 por sei meses? E uma professora dessa vai ensinar durante quantos anos? Vinte e cinco anos.

No entanto, ele compreende que não seria uma proposta aceitável, na medida em que não há o interesse do Estado em incentivar este tipo de idéia, porque, segundo suas próprias palavras:

A sociedade brasileira, ela tem necessidade de ter uma torre; a torre do cego seria, hoje é os institutos, porque o cego tem que viver a vida dele em função dos institutos. Por exemplo: eu tenho que votar no instituto. Eu acho isso um absurdo! eu ter que votar no instituto, eu acho um absurdo (...) você ter que centralizar a vida de milhões de pessoas, num lugar, numa parede, num lugar que, por sinal a engenharia e a arquitetura é horrorosa.

Saliente-se que, comentando a engenharia dos prédios onde funcionam os institutos de cegos, observa-se que não se tem o menor cuidado em estabelecer um desenho arquitetônico que propicie segurança e facilite os movimentos de pessoas que não enxergam. Ao contrário, as colunas são colocadas bem no meio de modo a promover acidentes graves, como é o caso da construção onde funciona o Instituto de Cegos da Bahia. Não se tem a mínima preocupação em verificar que a adequação dos espaços à circulação de pessoas que não vêem, tornaria um pouco mais seguro o ambiente onde elas vivem uma parte considerável de suas vidas. Mas, insistem em reivindicar que os logradouros outros sejam adequados arquitetonicamente àquelas mesmas pessoas por quem, internamente não se teve a mesma preocupação. E H.B.P.K. relata que:

Lá no Rio de Janeiro, se cometia a estupidez, eu posso provar porque estão lá até hoje; eu tenho os meus lábios aqui. no meio dos meus lábios tem uma cicatriz, que eu cortei numas colunas, que as quinas eram como se fossem uma faca; e daquele mármore... daquele mármore não. De uma pedra porosa. você sabe uma pedra porosa? Ela é porosa e ela é meio áspera... então... bicho, eu me

choquei contra essa coluna, eu cortei meus lábios; levou pontos; e mesmo assim eu tenho a cicatriz hoje. Então a arquitetura é grotesca: o lugar é grotesco.

Depois de dizer não ter revolta de ser cego ele afirma se sentir muito bem quando se vê aclamado ao subir no palco onde se apresenta, sobretudo pelas mulheres. No entanto, insiste em dizer que sente revolta

...da estrutura que se criou, pra educação do cego no Brasil. Que é um... volto a repetir: é um depósito de esmolés; futuros esmolés. Se pega uma criança de três anos de idade, coloca naquele ambiente de loucos, de malucos, entendeu, que é uma escola mais feita pra débeis mentais do que pra... aliás, a própria literatura braille foi feita, exclusivamente pra débeis mentais; porque os livros são ultrapassados, horrorosos, mal impressos, entendeu? Antigamente que se imprimia alguma coisa que preste; porque hoje... Os livros didáticos, esses eu nem falo. Porque você estuda um código civil que está ultrapassado desde não sei quando. Então, como o cego pode aprender.

Aqui interrompeu-se-lhe o discurso para indagar sobre aqueles cegos que escaparam àquela trilogia: instituto-associação-subserviência. Responde ele a respeito do que seriam eles além de exceção ou se seriam exceção exatamente porque eles conseguiram escapar à trilogia.

Olha, a maioria dos que estão bem na vida, não passaram pelo instituto. Se for olhar direitinho, a maioria dos que passaram... aliás, não. Eu vou colocar de uma forma diferente. (...) A grande esmagadora maioria dos cegos que ficaram de três a dezoito anos nos institutos, hoje são esmolés. Eu não vou usar o contrário. Eu vou usar isso. A grande maioria dos cegos que viveram de três a dezoito anos, quinze anos, dentro de qualquer instituição no Brasil, hoje, são esmolés. Isso, desde quando D. Pedro II fez o Benjamim, até hoje. E, duvido, que algum antropólogo ou sociólogo antropólogo me prove o contrário. Eu quero que alguém me prove. Porque se alguém me provar eu calo a minha boca e, nunca mais falo nada. Mas, dificilmente, aliás, difícil não, [é] impossível provar que H.B.P.K. está mentindo. (...) Alguns que freqüentaram, conseguiram vencer; mas a grande maioria dos que freqüentaram durante quinze anos, não venceram. Estão pedindo esmola. Então, prova - essa regra vai provar, exatamente o que eu estou dizendo - que enquanto nós estamos levando o cego pra educação e não a educação pro cego, nós estaremos fadados a ter esmolés na sociedade. Mas, eu acho até que isso é feito de propósito, porque a sociedade precisa de alguém para sentir pena.

O Instituto de Cegos da Bahia: de abrigo a educandário

A história do Instituto de Cegos da Bahia ainda está por ser escrita e estudada, uma vez que as informações que estão à disposição são muito dispersas e assistemáticas, presentes apenas na memória de seus ex-alunos e funcionários, mas também ausentes dela. Fundado por um professor e advogado de nome Alberto de Assis, em 1933, em plena era Vargas, constituiu-se a partir de então o centro de referência, no que tange ao desenvolvimento da história do deficiente visual da Bahia.

Tendo sido dirigido por seu fundador até pouco mais ou menos o meado da década de 40, esta instituição caracterizou-se por uma sobrevivência inteiramente baseada nas subvenções do Estado, nas doações da comunidade e, sobretudo, na generosidade de homens e mulheres que, muitas vezes de forma anônima, faziam doações em dinheiro, gêneros alimentícios, roupas, produtos de limpeza, calçados, etc.

No que tange à sua atuação social, aquela instituição se caracterizava por oferecer abrigo aos cegos de todas as idades que a ela fossem encaminhados, dando-lhes acolhida, alguns rudimentos de braille, lazer e esporádicas oportunidades de uma formação escolar/acadêmica àqueles alunos que melhor se destacassem em interesse e inteligência.

Mas o momento em que o Instituto de Cegos da Bahia ficou mais conhecido do público em geral, foi aquele em que ele passou a ter em seu interior uma fábrica de vassouras, por meio da qual levantava renda suplementar para a sua manutenção e, ao mesmo tempo, proporcionava aos cegos ali residentes formas de alguma sobrevivência autônoma, quer fosse fabricando as vassouras, quer fosse vendendo-as.

Este fabrico de vassouras, deve ter atingido seu auge no meado dos anos 50, já que no seu final apresentava um declínio considerável, ocasionando o seu fechamento em 1960.

Neste período, a formação de professores era feita em São Paulo no Instituto Padre Chico ou no Rio de Janeiro, no Instituto Benjamin Constant, sendo escolhidos alunos de melhor destaque, que, em última instância, seriam aqueles que ensinariam às demais gerações de alunos do local que ainda se constituía como uma casa que tinha como meta abrigar os cegos, visto que não havia quaisquer limitações para o ingresso e para a saída deles das suas asas protetoras.

No entanto, ao entrevistar uma de suas ex-alunas, percebe-se que ela procura afugentar do Instituto esta característica de abrigo de cegos, negando mesmo que ele tenha tido esta característica.

Ao ser indagada se lembrava-se como fora o Instituto de Cegos e como fora o seu funcionamento: se era uma instituição de educação e de abrigo, a Prof.a Ester Brás de Oliveira, aposentada, 61 anos, afirma peremptoriamente:

Era uma instituição de educação. O Instituto de Cegos nunca foi instituição de abrigo. Se existiu uma escola, que foi criada como [sendo para dar] educação, foi o Instituto de Cegos. Se alguém lhe disser... lhe fizer um depoimento e disser que foi a título de abrigo, pode dizer que é mentira. Pode dizer por sua conta, que é mentira. O Instituto de cegos, foi criado como uma escola de educação.

E a interlocutora continua, apologética e enfaticamente falando:

O Instituto de Cegos foi idealizado e fundado por.. pelo doutor Alberto Francisco de Assis. Alberto Francisco de Assis era advogado, formado em direito; era advogado e professor. Foi diretor duas vezes do antigo Instituto Normal. Era professor da Sacramentina, professor do Instituto Baiano de Ensino e de vários... e de outros e de outros colégios. Ele dirigiu o Instituto de Cegos. Foi o idealizador, fundador e diretor do Instituto de Cegos, durante treze anos, quando Deus o chamou para a Sua Glória.

É provável que a apresentação de um currículo direta e estreitamente relacionado com o exercício da educação, funcione para ela como que para respaldar suas afirmações. Isto

acabou gerando a insistência na questão, quando o entrevistador diz que, pelo que entendera de suas afirmações, a idéia do Prof. Alberto de Assis teria sido a de criar uma instituição para educar os cegos e não abrigá-los. Ao que reafirma o que dissera e, para evitar cair em alguma contradição, procura justificar o eventual desvio desta meta, ainda que não admitido por ela. Neste mesmo trecho, ela elenca um conjunto de pessoas que teriam coadjuvado o professor Alberto de Assis no árduo labor de fundar, estruturar e dirigir o Instituto.

Era. Educar. Agora, naquele tempo ele não podia fazer o que se faz hoje! Porque naquele tempo, não existia margem pra isso. Ele pra fundar o Instituto de Cegos... Fundou com a coragem, não é? Se juntou com um grupo de amigos professores igual a ele, como por exemplo professor Mário... e professora Maria José... professor Mário e Senhora... professor Mário Laerte, professor Hugo e senhora também professora Maria José... professor Hugo Baltazar da Silveira e senhora, professora Maria José... e assim por diante; D. Zulmira Meireles... e outras e outras pessoas que, colaboraram, doutor, doutor é... Durval Rocha; Durval Rocha parece... parece que era.

A propósito da fundação do Instituto de Cegos, a professora Ester apresentou uma história, no mínimo hilariante, segundo a qual alguém teria dito que o fundador do Instituto de Cegos teria sido um certo Dr. Renato Oliveira, afirmação que causou tal indignação à interlocutora que vale a pena transcrever na íntegra sua narrativa. Convém observar a preocupação que ela mostra em salientar que o fundador ela conheceu, sempre ouviu falar que era ele, "mas este aí, quem é!?"

Mas, uma vez teve uma missa lá e eu vi uma, uma grande mentira, que eu só não levantei pra protesto... eu fiquei até aqui, oh... fiquei até aqui de raiva porque não gosto de ver injustiça. Mas eu só não me levantei pra protestar, porque eu respeito a missa; eu respeito as coisas de Deus. Porque se fosse uma platéia... se fosse numa palestra, ao em vez de ser durante a celebração de uma santa missa, eu teria protestado. Porque, inclusive a D. Vanda... eu ia até perguntar a D. Vanda, que nessa ... dona Vandorá Mesquita, eu ia perguntar pra ela qual foi esse... eu ia chamá-lo até de... de sacana ou de... de outro... outro nome qualquer, que ela veio arranjar aí que quem fundou o Instituto de Cegos foi um tal de... Dr. Renato Oliveira. Foi doutor Renato Oliveira e Alberto Assis. Como que Alberto de Assis é que fosse a segunda pessoa... como fosse uma pessoa assim mais rejeitada. Quem fundou o Instituto de Cegos foi Renato.. Dr. Renato Oliveira.. Eu tinha vontade... eu, francamente, eu ainda localizei ela pra perguntar mas, eu não tive mais oportunidade de encontrá-la. Que eu perguntar a ela quem é esse sacana, quem foi esse vagabundo... É, porque

eu não conheço... Porque só pode ser... só pode ser. Porque eu conheci o fundador. Nunca vi falar. Morei no Instituto de Cegos; entrei menina saí uma jovem formada...

Faz-se necessário interromper a narrativa para chamar a atenção do leitor para este trecho, onde ela admite que o instituto dava abrigo aos cegos, dentre eles, ela própria.

Porque quando eu estudava no Instituto de Cegos da Bahia... quando eu estudava no Instituto Normal, morava no Instituto de Cegos; porque minha família não morava aqui e não tinha família... aqui e... não tinha famí... então eu, como é que diz, morava no Instituto de Cegos. Quando eu saí, já saí por minha conta. E ela veio pra cá com esta! Com esse negócio desse Renato Oliveira! Eu ia perguntar a ela: só podia perguntar nesses termos; porque outro eu não teria para perguntar.

No final dos anos 50 por conta de uma série de fatores internos e externos, o Instituto de Cegos da Bahia passa por uma transformação radical, na medida em que muda completamente uma de suas características principais: a partir de 1960, ele passa a ser um educandário de cegos, com limite de tempo de estada e faixa etária que era fixada entre 7 e 18 anos para entrar e sair, respectivamente.

Até chegar a este ponto, o Instituto de Cegos da Bahia passou por várias etapas, mas, não só ele; a história dos cegos brasileiros e baianos, também passou por uma série de etapas que implicaram em transformações sensíveis no modo de ser cego e de viver como cego.

Em primeiro lugar, alguns fatores externos ao Instituto, tais como o surgimento em São Paulo da Fundação Para o Livro do Cego no Brasil, o célere desenvolvimento de pessoas cegas, no sentido de empreender uma nova política de alfabetização e de escolarização da pessoa portadora de cegueira, bem como e, sobretudo, a vinda de Helen Keler ao Brasil, provocou a necessidade de adequação das formas de atuação do instituto, na medida em que precisava absorver as novas orientações pedagógicas e se adequar às novas políticas educacionais preconizadas por aqueles que partiam na busca de formar na pessoa cega um espírito brigador, para que com isso ele pudesse partir com autonomia rumo à independência social, econômica e política. Com estas conquistas, poderia a pessoa cega alçar vôos mais ousados e pleitear

melhorias sócio-políticas para si, no sentido de maior incentivo e apoio institucional para o bom êxito de seus esforços.

Fatores econômicos também contribuíram para que o Instituto de Cegos tomasse rumo em sua ação junto aos cegos baianos.

Podem ser citados, além da inflação dos preços, que traz como uma de suas conseqüências mais nefastas em tais casos, a baixa nas contribuições de sócios e/ou beneméritos, produzindo assim uma baixa considerável na arrecadação da instituição, também o surgimento de técnicas novas de fabricação de vassouras, fez com que aquelas fabricadas pelos cegos alojados no Instituto, não pudessem continuar sendo sua maior fonte de rendas, visto que seu custo de fabricação continuava alto em relação àquelas novas vassouras que surgiam a partir da renovação tecnológica. As últimas, podiam ser vendidas mais barato; as primeiras, perdiam o espaço no mercado, ficando apenas com a fatia correspondente àqueles compradores que lhe davam preferência, pelo fato de serem fabricadas pelos ceguinhos.

Tomando-se por base uma reportagem publicada pelo jornal A Tarde de 19 de setembro de 1953 sob o título bastante conclusivo de "UM APELO DO INSTITUTO DE CEGOS AO ESPÍRITO CRISTÃO DOS BAIANOS", pode-se não só inferir o grau de dificuldade que então passava aquela instituição, como também ficam claras as formas que utilizava para conseguir recursos para sobrevivência. Eis aqui a íntegra da reportagem:

O interior pagou-lhe as dívidas e a capital dar-lhe-á um pavilhão para criancinhas que ali estão internadas.

Quando se viu abandonada pelos poderes públicos, com as subvenções consideravelmente diminuídas, D. Bernadete Pires, presidente do Instituto de Cegos da Bahia, mulher de grande determinação resolveu que, dentro de 60 dias, a entidade que dirige estará com todas as suas dívidas saldadas, sem auxílio externo. Pois se ela sempre assegura dizendo e demonstrando que o cego não é inválido, porque não fazer com que os próprios cegos pagassem os débitos daquele casarão, que já se tornara um verdadeiro lar para todos eles?

Foi assim que a presidente do Instituto dos Cegos decidiu fazer uma excursão pelas cidades do interior, com o fim de apresentar o teatro dos cegos e um conjunto musical. O teatro seria formado por alunos, crianças e jovens dos diversos cursos que funcionam no ICB; o conjunto musical

formado por doze figuras, iria porém com ordenado como profissionais que são os seus componentes. Planos estabelecidos, D. Bernadete procurou o governador Regis Pacheco:

- Quero um transporte, excelência, para percorrer os municípios do sul e do sudoeste.

O governador demonstrou o máximo de boa vontade:

- Pode contar, minha senhora, com uma caminhonete especial.

Não, caminhonete não servia, D. Bernadete pretendia levar 22 pessoas nessa comitiva. Não ia mendigar nem fazer turismo. Ia lutar e ganhar o Instituto de Cegos para os seus verdadeiros donos, os cegos da Bahia. Um ônibus, então? Mas aí ponderou o governador, o Estado não têm ônibus, para carregar tanta gente, só mesmo um caminhão.

- Caminhão serve, disse calmamente D. Bernadete.

- Mas, minha senhora!

- É como eu digo excelência.

O governador deixou-se vencer por aquela força de vontade.

- A senhora terá o caminhão que deseja - anunciou.

22 vezes 45, igual a 200 mil!

Assim que teve o caminhão à disposição de Bernadete, encomendou uns bancos ao carpinteiro do ICB. Capacidade de 22 pessoas. Arranjou uma lona para cobertura, juntou os artistas e músicos cegos fê-los embarcar. Percorreram, em 45 dias, 16 cidades de municípios de sul e do sudoeste, angariando com suas exibições, que surpreenderam às críticas, nada menos de CR\$ 204.650,00. Agora, que ela voltou vitoriosa, tendo pago o último tostão de dívidas do Instituto de Cegos da Bahia, falou ao repórter:

- Muitas foram as dificuldades encontradas nessa excursão e eu não posso deixar de agradecer às prefeituras de Ilhéus, Itabuna, Ipiauí, Itambé, Conquista e Santo Antônio de Jesus, pelas magníficas demonstrações de hospitalidades de que nos fizeram alvo. Em outras localidades visitadas, tivemos hospedagem por conta das famílias mais abastadas, o que caracteriza bem o alto espírito e o carinho com que fomos recebidos por aquelas populações...

Outros proventos da Excursão

- Além desses auxílios particulares e das rendas dos nossos espetáculos - prossegue D. Bernadete - deixamos plantadas, em todos os municípios, as sementes da nossa campanha de sócios. Já recebemos de Ubaitaba 920 cruzeiros, como primeira contribuição efetiva. Em Jequié, já temos

245 sócios, com 20 mil cruzeiros arrecadados. Tudo isso virá melhorar as condições de vida dos nossos cegos. Somente em gêneros alimentícios, gastamos aqui mais de trinta mil cruzeiros por mês; a nossa folha normal de pagamento aos cegos operários oscila entre quatro e cinco mil cruzeiros. Na excursão, os músicos ganharam 38 mil cruzeiros. Por aí o Sr. vê que são muitas as nossas despesas. Acrescente a isso roupas, camas, reparos e toda uma série de despesas inevitáveis numa comunidade de 100 pessoas, que o senhor poderá calcular quanto temos de despender.

Muita coisa ainda resta para dizer sobre o Instituto de Cegos da Bahia. O espaço é pouco, porém. Ademais, prometeu o repórter a D. Bernadete que "bateria a tecla" várias vezes e se o assunto se esgotar, não haverá cão para a caçada. Por enquanto, é isso o que o Instituto de Cegos quer dos baianos de boa vontade: tijolos, cimento, ripas, telhas, pregos, parafusos, cal, pedras, em qualquer quantidade, para a construção do pavilhão destinado às criancinhas cegas. Os pequerruchos vão pular de alegria, quando souberem que estão construindo um lugar onde eles podem brincar em paz.

Alguns ex-alunos do Instituto de Cegos da época foram entrevistados e, sempre que perguntados se sabiam de que modo se mantinha aquela instituição, diziam não saber, alegando serem ainda crianças e não se envolverem em tais questões. Alguns apenas dizem ter vivenciado algumas das dificuldades vividas pelo Instituto, quando tivera que se contentar com sobras das feiras, para assim prover de alimentos seus internos. Manoel Santa Rosa, lembra que muitas vezes fora ele mesmo buscar pão em padarias próximas. Ele afirma ainda que a alimentação era fruto de apreensões feitas por órgãos de fiscalização, o que, saliente-se, constituía um risco à saúde daqueles que iriam fazer uso de tais alimentos, visto que, não se sabe o motivo pelo qual aqueles produtos eram apreendidos: por não ter sua origem identificada ou por irregularidade na comercialização. Manoel relembra:

Naquela época a realidade era bem diferente; a realidade era muito dura. Apesar do esforço despendido pela diretoria do Instituto de Cegos; mas a realidade era muito dura; as coisas eram bem mais difíceis; nossa alimentação muitas vezes foi advinda do rapa, não é?; o rapa pegava as coisas na rua, levava para lá...

João Eudes, perguntado se chegara a saber como se dava a manutenção do Instituto, diz que:

A manutenção na época (ali já anos 60), acho que foi sempre a mesma coisa que está hoje, me parece que a manutenção na época era feita pelo pessoal que fazia filantropia, um pessoal que a gente sabia que era da Barra, um pessoal de uma família que tentava angariar recursos para ser aplicado no Instituto de Cegos. Então a manutenção a gente sabia que era por aí, era... tava envolvida pessoas como Dona Édila, que era uma das contadoras do Instituto de Cegos, pessoa que deu muito apoio, depois Dona Maria Eugênia, que era a Presidente do Instituto.

Como se vê, parece que as informações no que tange à manutenção do Instituto, não eram claras para àqueles que lá moravam. Faziam parte de um segredo que poucos poderiam ter acesso. A razão disso não se pode precisar. No entanto, pode-se inferir que seja o fato de que pessoas que se dispunham a envolver seu tempo e recursos nesta empreitada, procuravam deixar que a recompensa viesse do céu, já que a recompensa dos homens não ia além dos aplausos. Elas certamente queriam mais: a salvação; a Graça. Isto os homens não poderiam oferecer-lhes.

Desorganização e dificuldades econômicas forçam mudanças

Entre os fatores internos que levaram o Instituto de Cegos a buscar tomar um novo rumo e realizar uma reestruturação de suas atividades e objetivos, pode ser citada a grande desorganização e, por conseqüência, o desperdício, o roubo e, claro, a insuficiência da produção de vassouras para um funcionamento nas condições até então existentes. Para ser possível implantar as novidades pedagógicas e administrativas vindas de São Paulo, fazia-se necessário uma reorganização profunda, desde o ponto de vista funcional, passando pelas questões gerenciais, terminando pela construção de um novo prédio, para que ali pudesse funcionar uma escola onde os cegos seriam alfabetizados e preparados para ingressar na escola comum; onde lhe seria dado o apoio pedagógico necessários ao seu êxito nesta nova etapa da educação de cegos na Bahia.

Comentando a este respeito, Manoel Santa Rosa lembra que havia algumas pessoas que lidavam com os cegos do Instituto e não acreditavam naquelas pessoas as quais se dispunham a dirigir. E ele cita o professor Hugo Baltazar de Oliveira, um daqueles que fizera parte do conselho administrativo da instituição.

Manoel Santa Rosa comenta longamente sobre aqueles momentos de transição para uma nova fase que passara o Instituto e, discorre sobre sua percepção daqueles fatos e pessoas. Aqui ele se refere ao professor Hugo Baltazar de Oliveira, Dona Édila Dória de Lima, e outros. Aqui será transcrito um trecho de seu depoimento:

E tinha... diretores naquela... diretores que não acreditavam também. Faziam... não sei porque... mas fazia... como o doutor Hugo Baltazar da Silveira, que pra muita gente foi um nome grande, mas pra os cegos, no meu entendimento, questão pessoal, ele eu assumo como pessoa,... ele uma vez nos disse, numa discussão que teve lá de um roubo no Instituto de Cegos; que foi descoberto que o roubo foi feito por um operário de visão, que lá também tinha a fábrica de vassouras; ele disse que dez verdades de um cego, não valiam por uma mentira, de uma pessoa de visão. Professor Hugo Baltazar da Silveira....

Foi-lhe perguntado se seria capaz de dizer porque ele pensava dessa forma. Ao que responde:

Eu entendi... hoje eu entendo que é um preconceito; e eu achei que a atitude foi uma atitude bastante irracional, pra o homem que era o professor Hugo Baltazar da Silveira !. Eu acho que ele foi bastante irracional; ele foi muito infeliz. Mas, como nem todo o mundo tem só o mal, ele ajudou muito o Instituto de Cegos; e na verdade foi ele quem assumiu quando... depois do fundador, doutor Alberto de Assis, do Instituto de Cegos; quem assumiu a presidência do Conselho deliberativo foi o doutor Alberto de Assis, que fundou o Instituto de Cegos. Muito mérito para ele. E depois, esse professor Hugo fo... (...) E ele era o tipo carrasco; ele falava com a gente, já como se fosse agredir a gente; como se fosse bater; aquela educação obsoleta, ultrapassada; truculenta, até; mas, de qualquer maneira, teve seus méritos. Por que eu não sei; mas ele não acreditava no cego. E aí depois então desse período, as coisas foram clareando mais. O progresso de qualquer sorte no Brasil é lento ele mesmo com essa lentidão (...) foi chegando também para o Instituto de Cegos. E, assumiu a presidência da diretoria executiva do Instituto de Cegos Dona Édila Dória de Lima. Senhora dinâmica, com um grupo de senhoras importantíssimas: Dona... Lurdes Brum; enfim, eu não vou citar nomes assim, porque seria... eu estaria... posso negar alguém ou omitir por esquecimento e, não é bom. Mas ela, Dona Édila, foi um baluarte no Instituto de Cegos; ela então, viu aquele internato, aquele amontoado de cegos lá dentro. Tinha o que lá? Tinha uma escola, tinha fábrica de vassouras; então nós menores, ficávamos lá misturados; assim tinha os operários da fábrica de vassouras, tinha músico... enfim, era uma confusão terrível, dentro do Instituto de Cegos. E dona Édila chegou a... soube da existência da Fundação para o Livro do Cego no Brasil, que hoje é Fundação Dorina de Govêa Nowill, e entrou em contato e mandou profissionais, em 1960 pra lá para fazer curso de especialização em ensino de cegos. Nessa... nesse caminho foi uma assistente social Dona Marfiza Simões Araújo; pessoa de muita competência;

profissional... uma profissional de relevantes serviços prestados lá dentro; e foram algumas professoras. Foi a professora Sílvia Duarte, professora Zilda Pereira; foram as primeiras professoras que foram para lá. Quando voltaram, já vieram com novas idéias; idéias mais novas; e aquele aspecto de segregação começou a deixar de existir. Então elas abriram o leque: começaram a criar... estudo dos cegos em escolas comuns, lá fora; o cego morava no Instituto de Cegos, tinha a sua banca com professores do Estado, mas estudavam em escolas comuns, como foi o meu caso: minha primeira escola...

Aliás antes disso nós fomos para o Getúlio Vargas lá, mas antes do pessoal chegar de São Paulo; mas não tinha estrutura; não tinha quem fizesse transcrição, e tal... E, quando elas chegaram nós fomos para escola Marquês de Abrantes, ali na Rua Direita de Santo Antônio; tirei meu primário ali. E aí a coisa ficou mais social, né? O pessoal mais participativo; os cegos saíam para as escolas, tinha serviço de transcrição braille... enfim... eu acompanhando todo esse progresso, não é? Saí do Instituto de Cegos, já estava no Colégio educa... no Instituto de Educação Isaias Alves, fazendo o Ginásio; já saí empregado; eu saí do Instituto de Cegos com 16 anos - porque dona Édila teve a feliz idéia... a infeliz idéia; porque todo mundo é assim, né? Todo o mundo tem o direito de errar e de acertar; ela errou querendo acertar. Ela pediu a dona Dorina - porque tinha problemas sérios no Instituto de Cegos - e ela pediu a Dona Dorina um profissional de São Paulo que viesse para consertar no aspecto administrativo e técnico interno do Instituto de Cegos. Dona Dorina mandou um professor Silas Maciel que também foi um carrasco, não é? Ele pintou a coisa de tal forma a complicar muito o Instituto de Cegos. Botou muita gente para fora; botou muita gente na rua... Inclusive um rapaz que tinha sido... foi posto para fora, chamava Manoel Souza; ele tinha vindo de Macarani e tinha sido tuberculoso; tinha tido tuberculose. E ele mandou esse rapaz embora. Eu já estava trabalhando e eu dividi parte de meu salário com ele; e arranjei uma pensão; para que ele ficasse numa pensão e enquanto eu arranjava uma colocação para ele.

Ainda a respeito da reestruturação pela qual passou o Instituto de Cegos da Bahia, a também ex-aluna daquela instituição a já citada professora Ester, se posiciona sobre o tema, respondendo uma colocação feita pelo entrevistador, versando sobre as mudanças filosóficas adotadas pelo instituto, sob a inspiração da Sra. D. Dorina Nowill.

É, o Instituto de Cegos é... ele passou por uma... passou por uma transformação filosófica não é? Claro! Entraram aí professores especializados, porque antes as professoras não tinham especialização; elas aprendiam o braille, e procuravam ensinar o deficiente visual, dentro da medida do possível, não é? Agora, com isso não quer dizer... não quer dizer que não existisse educação para o deficiente visual não... se exigia também a educação do deficiente visual. Agora não tinha assim, uma educação especializada, como tem hoje, não é? Mas... a partir desses.. a partir de sessenta por aí, então teve uma... o Instituto de Cegos começou a passar por uma

transformação filosófica. (...) E aí entraram os professores especializados, e também se passou a receber (...) já era fundada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil; então passou a se receber os livros; como também no Padre Chico - nós no ginásio, nós tínhamos todos os livros em braille. Ninguém copiou livro à mão; porque a Fundação fornecia. Então o Instituto de cegos passou por isso também e passou a ter uma mudança filosófica, não é?... Os professores todos especializados, passaram também a dar aos alunos, também mais uma educação assim mais... ampla, mais especializada.

Para concluir esta breve exposição sobre o Instituto de Cegos e as transformações que tivera que realizar no transcurso dos anos de sua fundação até o início da década de 60, serão apresentadas a íntegra de duas notícias saídas no jornal A Tarde de primeiro de agosto de 1962, que mostram o empenho com que as autoridades educacionais do país se apresentam, no sentido de mudar a forma de ver o cego e agir em relação a ele. Mas saliente-se que uma tal tomada de posição deve-se exclusivamente ao próprio cego. A sociedade não muda a sua mentalidade em relação a estes seus membros, a despeito de toda a sua luta, de suas conquistas e realizações, quer sob o ponto de vista pessoal, quer sob o ponto de vista coletivo. Fez-se necessário o próprio cego ir para o fronte da luta pela sua emancipação.

NOVA ORIENTAÇÃO PARA REABILITAÇÃO DO CEGO. 01-08-1962

Entre as atividades que a campanha nacional de educação dos cegos está desenvolvendo em todo o Brasil, figura a de elucidar a comunidade para o trabalho de reabilitação e educação dos deficientes visuais. O Dr. Richard Danner fez recentemente nesta capital uma série de conferências esclarecendo aos interessados ao público em geral e à sociedade baiana para a luta e reintegração dos cegos na comunidade.

Assim a campanha nacional de educação dos cegos, da continuidade à divulgação que é valorizar as vítimas de cegueira, como seres humanos, como elementos úteis a sociedade afastando deste modo, certa incompreensão que vinha nortear a assistência aos pacientes visuais.

DUAS BOLSAS DE ESTUDOS PARA A BAHIA

A Campanha Nacional de Educação dos Cegos, visando melhorar o padrão dos que dedicam ao ensino a educação dos deficientes visuais, concedeu 22 bolsas de estudos a vários Estados para se especializarem no curso do Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo. As bolsas caberão a 15 professores, 3 bibliotecários, 2 estagiários de Serviço Social, um psicólogo e uma enfermeira...

...o curso será de um ano e os alunos no final estarão aptos para iniciar a modernização e a atualização do ensino e educação dos cegos. Desenvolve assim a referida campanha um trabalho

eficiente e a curto prazo para que se mude a mentalidade, em todo o Brasil, nesse setor, pois até então o grande problema tem sido fixar a nova filosofia que orienta a citada campanha, afastando a idéia de caridade, para fazer com que aqueles que perderam a vista ocupem lugar na sociedade, como elementos úteis.

Observe-se no texto, expressões como "vítimas de cegueira", "pacientes visuais", que demonstra a mentalidade daquele que escreve o artigo e, que em última instância reflete o pensamento coletivo como um todo.

A mudança não mais podia esperar

Em 1958, segundo um artigo do jornal A Tarde, uma família formada pelo casal e seus dois filhos cegos, viram-se obrigados a se deslocar para o Rio de Janeiro, para que as crianças pudessem estudar em escola regular.

O motivo do artigo na verdade foi o fato do garoto Paulo Romário, um dos filhos deste casal, se ter constituído o primeiro aluno cego a ingressar na escola Pedro II, visto que até então, mesmo os alunos do Rio de Janeiro se tinham que contentar com um curso ministrado pelo Instituto Benjamin Constant, que não era reconhecido até pouco tempo, como uma escola tal como as outras.

Apesar do grande enfoque dado ao êxito de Paulo Romário, ele em momento algum deixa de ser o ceguinho, digno ao mesmo tempo de admiração e pena, por parte do articulista, que não consegue ver no garoto que enfoca uma pessoa humana, com virtudes e defeitos, inteligência e perspicácia como todas as outras.

Para ficar mais claro o que foi dito, transcrever-se-á integralmente o artigo, para que o leitor tire suas conclusões, concordando ou não com o autor destas linhas.

COMOVEDORA HISTÓRIA DE UM CEGUINHO BAIANO

Sem permitir que a cegueira constituísse empecilho à sua ânsia de aprender, mas transformando as trevas em que vive em poderosos estímulos a uma aplicação cada vez mais intensa nos estudos, o menino Paulo Romário, de 11 anos de idade, conseguiu ser o primeiro estudante sem vista admitido no Colégio Pedro II, Paulo Romário, que alcançou média global excelente - 8,1 - e usou em suas provas aparelhos especializados de cálculo e de escrita Braille, mostrou-se emocionado com o seu êxito, através do qual honrou o sacrifício dos pais, que venderam tudo quanto tinham aqui na Bahia para que os filhos pudessem estudar no Rio de Janeiro. Quase uma criança, criança é na verdade, pois conta apenas 11 anos de idade. Paulo Romário nasceu neste Estado na tradicional cidade do Vale do Paraguaçu, Cachoeira. É filho do Sr. Renato Mascarenhas de Souza também daquela cidade e hoje residentes na capital da República. Nasceu cego e tem, ainda, uma irmã em idênticas condições. Mas a cegueira não o abateu. Ao contrário, procurou na sua desdita, as forças indispensáveis para o triunfo. E, por isso, não se desencantou. Começou a estudar e, hoje, vê o seu esforço coroado de êxito. - Tudo farei para ficar à altura do sacrifício dos meus pais - disse Paulo Romário à imprensa carioca, logo foi procurado por esta ao saber que aquele menino de onze anos, cego, havia, pela vez primeira conseguido vencer as barreiras até então existentes no tradicional Colégio Pedro II e, entre mais de seis mil candidatos, conquistar um dos melhores lugares, com notas altas. É o primeiro cego que, tal consegue. Uma vitória, portanto. Ao tempo em que exulta, exalta e agradece aos professores que o orientaram na primeira fase de seus estudos, desde os tempos - que não vão longe - em que estudava aqui na Bahia. Ao jornalista que o ouviu, Paulo Romário disse: - Ainda há dias, como se aludisse, numa praça, à minha cegueira, achei graça nos comentários. É que a cegueira não cultivou dores em seu coração que só tem fé e confiança para viver feliz e estudar dando felicidade aos seus pais. A mãe do pequeno Paulo, comovida, também falou, dizendo que se orgulha dos filhos. Seu esposo era comerciante na Bahia e não se arrepende de ter desfeito o negócio e recommençado as atividades em novas bases, pois os filhos não falharam ao seu esforço. No momento da entrevista, encontrava-se presente o professor Espinola Veiga, especializado em educação de cegos, que lembrou que, há vinte anos, foi aprovado no Vestibular da Faculdade Nacional de Filosofia, porém não o deixaram ingressar no estabelecimento porque seus cursos anteriores no Instituto dos Cegos, (ele também é cego) não eram equiparados aos dos outros colégios. Foi menos por isso adiantou - que por preconceitos então reinantes sobre os cegos e a cegueira, decidiu consagrar-se a luta contra esses males, por isso escreveu modesto livro sobre as verdadeiras condições psicológicas do pessoal cego. Reuniu-se a professora do Instituto Benjamim Constant para obter do governo federal a reforma que equiparou o ensino dos cegos aos dos que vêem. Frisou, também, aquele professor que há cerca de vinte mil crianças cegas no país, mas acomodações, apenas, para mil. Todavia, muitos mestres e diretores de colégios se tem mostrado sensíveis ao problema, em virtude do que o Rio de Janeiro tem hoje, estudantes sem vista desde os jardins de infância da Prefeitura até a Faculdade Nacional de Direito, estendendo-se a campanha a todo o Brasil. Paulo Romário, em carta dirigida a pessoa de sua família nesta capital, precisou mais: "Papai, matriculou-me em duas escolas: (Rui Barbosa não fora ele baiano)

particular, e o Colégio Pedro II. Neste com 6.586 candidatos, para 600 vagas com provas duríssimas, somente passaram 1024 e eu no meio, em bom lugar, com nota 9. Nas orais saí-me muito bem. Tirei 8 em português, 10 em história, 10 em matemática, e 8 em geografia. Fui ovacionado, (e nisso vai a sua ingênua e justificada emoção) quando da leitura das notas em plena sala de provas. Mamãe, presente, chorou. E dos meus olhos sem luz, as lágrimas da mais viva comoção rolaram e dentro em meio peito de criança enferma mas não infeliz, rendi graças a Deus, que me propiciava aquela vitória." Paulo Romário vai continuar nos seus estudos. Amanhã, será um médico, ou um advogado. Terá uma existência feliz no seu mundo de trevas, iluminado, porém, pela sua fé, pela sua confiança e pela sua enorme vontade de vencer na vida. O menino Paulo, o ceguinho baiano que estuda e triunfa no Rio é, certamente, um exemplo a juventude transviada, que enxerga, mas não vê que o seu futuro não está nas farras e nas esbórnias porém no estudo perseverante, pelo bem do Brasil.

Daí se conclui que o Instituto de Cegos da Bahia, já era um fruto maduro para ser colhido: já estava na hora de mudar, uma vez que aquele modelo por ele adotado estava superado e os demais institutos existentes no país estavam sendo literalmente varridos pelas mudanças em curso. O da Bahia não poderia ficar a reboque dos acontecimentos. Sua própria estrutura já não mais comportava uma sobrevivência tão longa de um modelo falido de abrigo de cegos, obrigando àqueles que quisessem ir mais longe em suas expectativas de futuro, embater-se no sudeste do país, desarraigado de seu ambiente sociocultural.

Uma guinada na educação dos cegos na Bahia

Uma vez implantadas e consolidadas as inovações preconizadas pelas novas diretrizes adotadas pelo Instituto de Cegos, inicia-se uma nova fase na história da educação dos deficientes visuais na Bahia, com a implantação do Setor Braille da Secretaria de Educação, onde se baseavam as ações no sentido de gerenciar os serviços de atendimento ao deficiente visual matriculado na escola comum, a implantação das salas de recursos e a ministração do curso de locomoção.

No setor braille, ficavam lotados os professores especializados no atendimento à deficientes visuais, o material e recursos necessários à esse atendimento, bem como ficavam

concentradas as políticas e as decisões administrativas, naquilo que se relacionasse com o andamento do trabalho de acompanhamento.

Aqui se recorrerá à entrevista concedida pela Prof.a Sílvia Duarte, para que se possa ter idéia do processo que culminou com a criação de um setor de atendimento aos deficientes visuais na secretaria de Educação. Conta a professora que:

Ao voltar do curso, a Secretaria de Educação, em fevereiro de mil novecentos e cinqüenta e nove, tinha criado setores de atendimento aos deficientes porque em 1959, foram algumas professoras daqui também de Salvador, para fazer o curso de especialização em educação de surdos, no Rio. E isso, foi através da própria Secretaria, que era o superintendente, o professor... Raimundo Mata; então ele criara uma portaria que falava do atendimento ao deficiente. Quando nós chegamos em 1961, então existia esse setor na Secretaria de Educação. Mas, nós tínhamos... Fui eu e uma outra colega, Ezilda... da Rocha Pereira, então quando nós voltamos, tivemos que nos apresentar... Secretaria, porque ,éramos professoras do Estado, mas com o compromisso de atuarmos no Instituto de Cegos. Então, o professor Raimundo Mata, dissera que nós poderíamos trabalhar no Instituto, mas ficaríamos lotadas na Secretaria. Quer dizer, aí a gente pode considerar que... a parte de deficientes visuais iniciou mesmo na própria Secretaria, mesmo atuando junto ao Instituto de Cegos. Eu então, que vim com aquela idéia da integração do deficiente visual, então fiz uma proposta ao próprio Instituto e à Secretaria de colocar os meninos internos do Instituto numa escola comum e dar assistência a eles nessa escola. Então, a escola escolhida foi a escola Marquês de Abrantes, que anteriormente já tinha tido uma experiência... que a... naquela época existia uma campanha dentro do MEC, (...) ([Campanha Nacional de Alfabetização de Cegos] grifo) (...) E então, Dona Dorina, (...) incentivou muito dona Édila a colocar os meninos, nas escolas comuns. Só que eles foram [pras] escolas comuns, sem a assistência de um professor especializado. E por coincidência em 1959 - naquela ,poca nós... a Secretaria botava, mudava o professor no final do ano, na época dos exames de uma escola pra fiscalizar a outra. E eu me lembro que eu fui pra Marquês de Abrantes , lá encontrei Mário, acho que era Mário Resende. E... ele era um dos alunos que tinha ido para a Marquês e lá tinha ficado e fez até, as provas finais. E depois essas provas foram transcritas pela professora do Instituto, que era uma escola próxima. Então quando nós voltamos, sugerimos que a integração dos alunos, mas que de uma forma sistemática, com assistência de professor especializado. E assim começamos o trabalho. Porém, nós éramos lotados na Secretaria, o serviço em parte pertencia a Secretaria, mas só que era muito ligado ao Instituto de Cegos. Reuniões, tudo mais era com o Instituto né? Que o nosso compromisso era com o Instituto. Em 1966, então . que o serviço passou, vamos dizer assim [a ser] definitivamente e de total responsabilidade da Secretaria. Então, nós passamos ... Secretaria. Eu passei a atuar na Secretaria de Educação coordenando esse serviço. Algumas professoras.... passaram também [pra] trabalhar diretamente com o serviço da Secretaria e assim então, a coisa ficou mais estruturada. E aí,

também ampliou mais, porque desde 1961, que nós dávamos atendimento, não só aos meninos internos do Instituto de Cegos, na escola comum, mas dávamos também, ... alunos externos, quer dizer, alunos que moravam com a família, mas eram muito poucos. Com a nossa ida para a Secretaria de Educação então foi que a coisa assim, ampliou e passamos a atuar em todos os níveis.

A sala de recursos funcionava dentro das escolas onde havia alunos cegos matriculados, para que pudesse ser dado àqueles alunos os meios de que precisassem para melhor desenvolver suas atividades escolares. Lá ficava uma profissional especializada, conhecida como professora intinerante, que fazia as adaptações de mapas, textos, e demais recursos didáticos, utilizados pelos professores regentes. A sala de recursos ficava à disposição de professores e alunos e, deveria dispor do aparato necessário ao trabalho ali realizado .

A professora Elvira Costa Pinto, aposentada, reforça assim esta definição:

Sala de recursos, se entendendo por uma sala onde os alunos recebiam um atendimento em relação as transcrições Braille, ao preparo do material necessário, a adaptação de mapas e material de Ciências; uma complementação também na área de matemática e também onde o professor regente receberia uma orientação, um esclarecimento sobre o trabalho a ser feito.

Orientação e mobilidade como uma nova perspectiva para os cegos no seu direito de ir e vir

Ao comentar o desdobramento das mudanças, a professora Sílvia salientou que, além do surgimento do serviço de colocação de mão de obra - que será mencionado abaixo - do setor braille e da sala de recursos, acrescenta que

...junto com isso veio a mobilidade, que a gente solicitou um instrutor de São Paulo para vim preparar os primeiros que já estavam na idade de andar sozinho e depois procuramos fazer um curso de orientação e mobilidade para termos os nossos técnicos aqui. Então isso era uma maravilha porque quem estava lá dentro de casa sem poder sair, de repente começou a ter liberdade para a rua n. e fazer o que queria, então era novidade.

O curso de locomoção, uma das principais inovações daquela fase efervescente da vida do cego baiano, veio para declarar aos cegos sua capacidade de mover-se livremente pelas ruas, sem que tivessem que sair necessariamente com um guia, uma vez que lhe punha em contato com o uso da bengala, que passava a servir-lhe como instrumento de orientação, para que assim pudesse ir e vir, conforme suas necessidades e vontade. Era o início do fim da dependência de terceiros para que pudesse mover-se para onde quisesse.

Estava aberta agora a possibilidade de integração social, visto que, a partir de então poderia o cego ir ao trabalho, à escola, ao lazer, ao namoro de forma independente e desembaraçada, conforme sua desenvoltura neste setor de sua vida.

Era algo muito novo. E, como tal, enfrentara muitas resistências por parte de todos, inclusive da própria clientela alvo, uma vez que nunca se tinha visto um cego andar, sem que tivesse alguém dentre seus parentes que lhe acompanhasse os passos. Este fato o impedia de fazer coisas que quisesse, ou que tivesse necessidade.

Mas também esta novidade enfrentara a resistência do público em geral, que considerava - e ainda há quem considere assim - uma cruel e arriscada atitude, aquela de deixar o cego sozinho, a mercê de sua bengala e da compreensão de motoristas e transeuntes, a circular pelas ruas das cidades, sejam elas de que tamanho for ou o quão movimentadas sejam.

Uma análise das mudanças e de seus resultados

Ainda tomando em conta as considerações da Professora Sílvia Duarte, tenta-se inferir os diversos rumos tomados pelo processo desencadeado pelas mudanças iniciais em 1960. Depois de surgir um conjunto de serviços especializados, que visava atender aos deficientes visuais, suprimindo áreas então assumidas pelo Instituto de Cegos e, sobretudo, abrindo possibilidades outras que não eram abarcadas pela velha instituição, cada elemento deste conjunto tomou o seu próprio rumo, conduziu a sua própria história e, logicamente, obteve os seus próprios resultados.

Foi perguntado à professora Sílvia qual era a atitude dos governantes em particular e dos governos em geral, em relação à estas ações e serviços de atendimento; se apoiavam, eram indiferentes, qual era a política do governo, das administrações para com esse grupo que se empenhou. Sua resposta, convém que seja integralmente transcrita, para que melhor seja compreendida.

Bom, no início, quando nós entramos para a Secretaria, (...) o professor Raimundo Mata foi assim o pioneiro, foi quem criou a portaria dos setores de deficientes de atendimento de deficiente, mas ele ficou distante porque nós trabalhávamos mais a nível de instituição. Depois quando fomos para a secretaria nós encontramos o apoio da pessoa que estava respondendo pela direção da divisão que tinha a educação de excepcionais, porque sempre a Secretaria colocou, mas assim a coisa não funcionando, mas tinha lá no quadro, não como um setor, mas como uma... um serviço. Então ela... nós fomos bem recebidas porque ela era uma pessoa também que simpatizava com a causa e também já tinha lá uma pessoa trabalhando com deficientes mentais, então foi mais uma que foi para lá deficientes visuais, depois de deficientes auditivos, porque o estado com essas moças que vieram do Rio, fizeram um curso lá, também abriram uma escola de surdos, então a coisa foi assim se estruturando. Agora com o passar do tempo porque sempre de quatro em quatro anos muda tudo, como muda governo, muda enfim secretário e muda todos, nós sempre tínhamos muita dificuldade porque o pessoal não entendia o serviço. E nossa luta era muito grande para mostrar como funcionava e que funcionava, principalmente o professor intinerante, ele nunca entendia o que era o trabalho do professor intinerante. Teve épocas até de achar que o professor intinerante era uma forma assim do professor não fazer nada né, ficar indo às escolas passear. Então a gente tinha que mostrar que nós tínhamos relatórios, materiais adaptados tudo, a gente ia para a luta, a gente tinha que ir, mostrar, dizer, falar, mas sempre a gente convencia.

Continua a professora:

Um dos secretários que entrou, Carlos Santana, quando ele iniciou ele veio assim com a idéia de acabar com o serviço, mas através dos nossos argumentos e da demonstração da funcionalidade do serviço, continuou. Agora era uma luta, viu, porque o pessoal não entendia e quando chegava assim... começava que o professor tava lotado na Secretaria, trabalhando em escolas e achava que não podia ser, porque o professor intinerante não pode ser lotado em escola, porque ele trabalhava em uma, duas, três escolas. Ele era lotado no órgão central, trabalhando em diversas escolas, agora nem por isso ele deixava de ter sua freqüência. Em cada escola que ele ia o diretor assinava a visita dele. Era um trabalho sério e agente através disso conseguia, agora, as vezes era muita luta!

A também professora especializada, Cátia Paim, informa que, alguns dirigentes burocratas, diante do número de alunos especiais atendidos e do contingente dos demais alunos, contrargumentavam que era como que desperdício destinar alguns professores para assumir estes atendimentos, quando poderiam estar atendendo quarenta alunos em classe comum. O que não se pode depreender é que o êxito ou o fracasso das ações levadas a efeito pelas pessoas que compunham os diversos serviços de atendimento ao deficiente visual, não dependia só da Instituição, mas dependia da pessoa que estava à frente da Instituição. Esta afirmação é reforçada pela professora Sílvia, quando diz:

Infelizmente sim. Tanto que eu não sei se alguém já disse que conseguiu... mas aí não foi só a área de deficientes visuais: era gerente na ocasião que era muito assim interessada, porque houve gerentes assim lá na Secretaria e diretoras que antes de diretoras foram gerentes que também se interessava, mas aí era aquelas pessoas mais ligadas ao serviço de educação de excepcionais. Mais uma delas, e mesmo a pessoa também já conhecia o trabalho do tempo do Dr. Edivaldo, conseguiu que a Secretaria no seu tempo, na sua reestruturação criasse uma gerência de educação especial, mas nesse governo, agora nessa nova reestrutura, essa gerência foi extinta. Então se vê que, uma coisa que depende né, quer dizer existe daqui a pouco não existe mais. O serviço existe na Secretaria, mas pertencendo assim não sei nem se, seção atualmente, é um serviço dentro de uma gerência, a gerência de educação fundamental, mas ela já foi gerência.

O que lhe conferia alguma autonomia. E a professora confirma: "...exatamente em termos de verbas, de serviços enfim, né. Mas fica muito a mercê disso aí, de quem vem, de quem acredita, de quem acha que a coisa não vale a pena".

De modo que este tipo de ação nunca foi possível se consolidar, em termos de se ter uma garantia de que o trabalho de hoje, tenha continuidade amanhã, pois não se tem garantia nem se o serviço vai existir ou não. E ela reforça indicando algumas perspectivas nada animadoras.

Exatamente, e como atualmente a coisa tá assim, né... Desaparecendo, porque tá diminuindo o número de pessoas trabalhando, as dificuldades estão aumentando, agora a Secretaria está exigindo que o professor que está lotado lá, como professor itinerante, ele vá para uma escola. Ele indo para uma escola o mais que pode acontecer, ele ficar com uma sala de recursos, porém se essa portaria não rezar isso aí, o diretor pode exigir que ele vá para uma sala de aula comum, entendeu. Então a tendência, que a coisa... porque as pessoas que estão lá não estão interessadas e não

acreditam, eu não sei bem o quê, que eu não... lá atualmente viu. não sei bem o que é. E vem aí o Centro de Educação de Deficientes Visuais que seria um centro de apoio, de atividades complementares, mas também ninguém sabe como é que a coisa vai ficar, e noutro dia eu soube que só vão ficar técnicos e nós não temos técnicos especializados, então eu pergunto assim: Irão para lá técnicos que não entendem nada, o que é, que vão fazer? Então a gente... é uma coisa assim que a gente sente até... né, tristeza, mas infelizmente, a esperança, que um dia tudo... .

Para agravar ainda mais o quadro já caótico da educação especial na Bahia, sobretudo no que se refere ao serviço de apoio escolar ao aluno deficiente visual, a professora Cátia observa que o professor itinerante perde algumas gratificações relacionadas com aqueles que estão em sala de aula, o que acaba por desestimular e forçar a sua ida para uma classe regular, acarretando uma diminuição ainda mais acentuada na oferta de pessoas que se disponham a fazer este trabalho de acompanhamento ao deficiente visual. Isto significa que aquele aluno que foi estimulado à integração na classe comum, fica a mercê das idas e vindas da política de educação especial, incentivada ou não pelos que acreditem ou não em sua eficácia e funcionalidade. Diz a professora:

próprio professor não é.. Por que muita gente às vezes sai da área, como a gente já tem... Em noventa e cinco quando eu estava saindo daqui muita gente [estava] pensando: vou vou continuar ou vou ficar [deixar]...? Porque você é professor especializado. Mas existe a nível administrativo a questão: você como itinerante, trabalha em várias escolas? Então você não pode ser lotado em várias escolas: você fica lotado no órgão central. Então, se você está lotado no órgão central, a secretaria entende que está dentro da secretaria, você não está em classe. Então o professor que está lá na escola tem sua gratificação, de regência, tem sua gratificação de A.C. e mil outras que o professor dentro da escola está tendo. E ele que está lá dentro da escola só a nível administrativo, o nome dele não está no quadro de pessoal da escola. Então ele não tem direito. Então, isso desmotiva o professor. A gente hoje está mesmo na lei da sobrevivência do capital, mesmo. Então, pó, eu preciso de mais dinheiro. Então eu vou ficar aqui na secretaria, vou continuar trabalhando com deficiente visual, como professora itinerante, se minha situação não está regularizada, eu estou lá na escola, mas por meu nome fazer parte de um quadro de funcionários do sistema eu não tenho direito a nada do que está lá na escola, mesmo eu trazendo no final do mês uma frequência, dizendo que eu estou assistindo um deficiente na escola? Então eu vou logo ficar lá na escola. E aí vem a questão, só tá um aluno na escola. Ah, então não pode abrir a sala de recursos. Pra abrir a sala de recursos tem que ter no mínimo quatro.

E vai mais longe:

Então quer dizer: tem o serviço mas não tem uma estruturação. As pessoas não têm o conhecimento... Você vai lá no setor pessoal, no setor administrativo e explica: "Olha esse professor está na escola; agora ele atende várias escolas". Então... "Ah, mas não pode".. Oh gente, então quer dizer... as pessoas que estão administrando, não tentam conhecer e entender e facilitar. Tentam complicar. Então o professor diz: "Eu não quero mais; eu não vou ficar, vou pra minha sala de aula, trabalhar no ensino regular, ficar lá mesmo, porque eu fico logo na escola e vou ganhar mais". Tem essa questão administrativa interna das secretarias, porque... A gente tentou regularizar essa situação do professor, saiu Instrução no Diário Oficial... E, quer dizer, muda governo, chegam outras pessoas que não querem entender determinadas coisas e vão fazendo a seu modo. Então, falta entozamento até da parte pedagógica com a parte administrativa, pra que se preste um serviço melhor.

Como se percebe, a evolução do processo de implantação deste tipo de atendimento, iniciado com os novos ventos que sopraram a partir do sudeste do País durante os anos cinquenta, fez com que a década de sessenta se desenrolasse na euforia da novidade de um atendimento a alunos deficientes visuais nas escolas comuns e chegassem aos dias atuais com um arrefecimento brutal do interesse das autoridades por aquela que na época, fora a menina dos olhos do Estado, uma vez que a ele era interessante mostrar que se preocupava em erradicar o analfabetismo, até mesmo dentre as minorias sociais. Com a mudança dos rumos políticos do País, mudou-se tempo o olhar, que agora insiste e fixar-se no nada, perdendo-se na vastidão das prioridades incompatíveis com os propósitos de uma política voltada para o individual.

Diante de tudo isto, se poderia concluir que educação especial, e particularmente educação de deficientes visuais, nunca foi prioridade dos governos e, menos ainda dos governantes.

Aliança dos Cegos da Bahia: resultado de uma mudança de rumos

Chegam os anos sessenta. Com eles chegam as novas diretrizes do Instituto de Cegos, que preconizam sua transformação em uma escola para atender à crianças, adolescentes e jovens, tendo como meta a qualificação e a formação do homem e da mulher cegos para a vida. Ou nas palavras da Prof.a Sílvia Duarte: "deixou de ser um abrigo para ser uma instituição

educacional". E, por consequência com um novo objetivo "que, a formação do jovem cego, tentando dar-lhe depois uma vida integrada e útil".

Já é sabido que, dentre os pontos que norteiam os novos rumos tomados por aquela instituição estão a fixação de um período de entrada e de saída no seu quadro de internos e o fim do fabrico de vassouras como uma de suas atividades e fonte de renda. Alguns dos remanescentes daqueles que não mais poderiam ficar lá como internos e menos ainda como operários da fábrica de vassouras, ao serem lançados para fora, procuram constituir e construir uma espécie de sociedade que os abrigaria e permitiria que pudessem continuar desenvolvendo as atividades para as quais estavam aptos: surge a Aliança dos Cegos da Bahia.

Ainda na entrevista com a Prof. Sílvia Duarte, uma das professoras que vivenciaram as transformações ocorridas naquele período, indagou-se-lhe a respeito do surgimento da Aliança dos Cegos, a partir da mudança do perfil dos internos do Instituto. Diz a professora:

...aí foi quando dona Marfisa também que é assistente social, né, e ela também foi ... São Paulo fazer um estágio a convite de dona Édila e quando ela veio para o Instituto, ela já tentou dar uma nova forma ao Instituto. Porque como eu digo, naquela época tinha de todas as idades né, inclusive pessoas já até idosas e tinha aquela oficina que não estava funcionando; era mais assim um pretexto, então aí foi sendo, vamos dizer, reorganizado o Instituto. Foi quando as pessoas, os adultos é... alguns que tinham condição e eram mais moços foram colocados em indústrias, que foi justamente quando o serviço de colocação nasceu e isso no decorrer porque dona Marfisa também começou a trabalhar em junho de 60 no Instituto, nisso, mas não foi logo de imediato; foi a coisa se arrumando e os mais idosos o Instituto... eu tenho a impressão que deu uma espécie de indenização, isso aí eu não sei bem e deu aquelas máquinas né, e daí que foi o... o... como nasceu a aliança do cego né, foi daí aquele pessoal mais idoso que morava lá no Instituto e da oficina. Aí fechou a oficina de vassouras porque também já não estava assim, já com a... O progresso da indústria já havia outras fábricas e tudo mais, então o Instituto já não estava assim, e mesmo aquele... vamos dizer, aquele processo artesanal muito arcaico né já não estava assim com produção. Então fechou a oficina e regimento do Instituto passou a determinar que receberiam crianças de seis a quatorze anos . A quatorze, depois parece que doze teve assim uma, eu não sei bem aí se ficou doze ou quatorze, mas me lembro de alguns casos que teve mesmo precisão e permaneceriam até os dezoito anos. Agora aos dezoito anos, sempre que possível saindo já encaminhados, até para trabalho como muitos saíram de lá já em treinamento em indústrias. Então

o Instituto passou por essa modificação, então passou a ser uma instituição educacional atendendo crianças de seis a dezoito anos, agora o ingresso era de seis a doze e algumas exceções até quatorze anos de idade. E parece que continua assim até hoje né?

Na verdade, sabe-se que esta transição não teria sido assim tão pacífica, visto que os internos que se viram desprovidos abruptamente daquele abrigo certo que lhes proporcionava o Instituto de Cegos que agora se queria livrar deles como se fossem rejeitos, não se deram por vencidos e não se submeteram passivamente às imposições da nova orientação adotada por aquela casa. Segundo Dona Bela Vaitsman, eles exigiram que lhes fosse dada alguma compensação, algo como que uma indenização. Tendo seu pleito contemplado pela justiça, agruparam-se em torno dos líderes daquele movimento, constituindo assim a Aliança dos Cegos.

Indagada se poderia informar qual teria sido a reação das pessoas a essas mudanças, a prof.a Sílvia, com o tom de quem participou diretamente do processo e teve uma percepção diferente de outros informantes, responde:

Bem... aquelas pessoas já ... os adultos que já estavam lá, houve um pouco de assim de... de não aceitação, porque de repente, saíam de um ambiente assim abrigado né. apesar de que ganhavam muito pouquinho, mas tinham alimentação, tinham o barbeiro todo fim de semana, então houve assim uma certa reação, mas foi trabalhado, dona Marfisa fazia reuniões e tudo, então acabou... não , dizer que saiu assim né, de qualquer forma. Eles foram trabalhados. Fomos mostrando que agora a instituição ia ter outro objetivo e a coisa andou dessa forma. Agora você sabe que toda mudança né, traz alguma... algum sentimento de não aceitação. Agora para os jovens para os meninos a coisa não teve assim...

Conforme dona Bela, um grupo dentre aqueles que tiveram que deixar o Instituto, liderado por um rapaz apenas identificado como Belarmino, constituiu a Aliança, mediante o recebimento das máquinas nas quais antes trabalhavam, depois de ter acionado o Instituto junto ao Instituto de Previdência dos Industriários, (IAPI).

No princípio, encontraram uma série de dificuldades, visto não terem quaisquer experiências anteriores de vida fora do abrigo que sempre lhes fora pródigo em dar-lhes acolhida. A surpresa se

constituía pelo fato de dali por diante, terem que se ver sozinhos e equacionar todos os problemas que doravante viessem a enfrentar. Isto levara alguns membros da diretoria do Instituto a ajudá-los, até mesmo a conseguir junto ao então governador Antônio Carlos Magalhães, o terreno onde hoje estão estabelecidos.

No entanto, isto não os eximiu de enfrentar tempos de grandes dificuldades, sofrendo inúmeras soluções de continuidade, tendo mesmo que apelar para a benevolência pública, no sentido de conseguirem comida e matéria prima para que pudessem fabricar suas vassouras, sendo muitas vezes socorridos em tais circunstâncias.

Ou seja: saíram de uma situação de total e quase irrestrito amparo, para uma situação de penúria, visto que o Instituto os deixou à própria sorte, apesar de se dizer que foram trabalhados para enfrentar a nova situação, à qual teriam que se adaptar dali por diante.

Não é muito diferente do que acontece aos alunos que hoje, ao completarem dezoito anos, conforme a orientação então implantada, são lançados às feras, despreparados, muitas vezes analfabetos ou semi-alfabetizados, para que se supere, e busquem encontrar meios de sobrevivência, depois de terem passado todo o período compreendido entre a infância e a adolescência, sem sequer saberem de que forma chega a provisão para que eles possam desfrutar dentro das quatro paredes de um Instituto que supõe-se tenha como objetivo principal, preparar seus internos para a vida fora de suas quatro paredes.

Setor de colocação de mão de obra do SENAI

Os anos 50 e, sobretudo o seu final, viram o vertiginoso crescimento do setor industrial brasileiro, mormente da região sudeste com a implantação das indústrias automotivas e com a ampliação das rodovias. Viram também o crescimento da absorção de mão de obra, sobretudo aquela mão de obra que pudesse operar o setor produtivo, que saliente-se não requeria grandes conhecimentos técnicos daqueles que majoritariamente lhe faria efetivo.

Com a preocupação em formar uma nova consciência social acerca dos cegos e, com os novos parâmetros de educação então em adoção pelos diversos estabelecimentos de educação de

deficientes visuais do país, surge no estado de São Paulo a atividade capitaneada pelo SENAI que visava colocar o deficiente visual como mão de obra passível de ser utilizada pela indústria em expansão.

Este trabalho, consistia em conscientizar e convencer os industriais de que aquilo era plenamente possível e, depois convencê-los a dar aos técnicos do SENAI, a oportunidade de realizar pesquisas de ocupações compatíveis com o estado de cegueira e, por fim, convencê-los a empregar em seu estabelecimento uma pessoa cega. Isto ocorrendo, passa a existir um setor dentro do SENAI que se especializa em fazer tais pesquisas e tais encaminhamentos.

Com o êxito alcançado pela experiência em São Paulo, veio a ampliação da idéia para os demais estados da federação, chegando à Bahia em 1962, a despeito da conjuntura econômica da Bahia não marchar no mesmo ritmo de desenvolvimento da região onde tal experiência teve bons resultados.

Falando longamente a este respeito, diz a professora Sílvia Duarte que:

Dona Marfisa (...) quando lá em São Paulo, ela conheceu o serviço de adaptação profissional de cegos do SENAI de São Paulo que era chefiado por seu Geraldo Sandoval de Andrade, que hoje já é falecido. Então dona Marfisa ficou muito entusiasmada com o serviço que ele fazia né, então nessa primeira campanha ela pediu a dona Édila para conseguir a vinda de do prof. Geraldo e dona Édila conseguiu através do próprio SENAI -porque aí era de SENAI para SENAI do departamento da Bahia para o departamento de São Paulo. Nessa época, o diretor regional do SENAI aqui da Bahia era Dr. Mário Lisboa Sampaio, que até hoje ainda é conselheiro do Instituto - naquela época não era; daí que ele foi convidado para participar do conselho do Instituto. Então dona Édila conseguiu que Dr. Mário trouxesse seu Geraldo aqui e ele veio, por conta do SENAI; já foi uma colaboração do SENAI. E seu Geraldo vindo, ele fez contatos com industriais, empresas já divulgando esse trabalho e tentando já iniciar o serviço aqui. Nessa ocasião, foi colocada à disposição do SENAI uma estagiária de serviço social, para iniciar o trabalho por que seu Geraldo conseguiu que Dr. Mário abrisse.... não foi criado ainda o serviço, vamos dizer como uma, uma... fazendo parte do departamento, mas ele abriu as portas para que lá funcionasse o trabalho. Bem, então seu Geraldo quando voltou, deixou mais ou menos esquematizado o trabalho. Só que essa moça começou alguns meses etc. eu não sei, não me lembro, acho que não chegou a colocar ninguém e por questões pessoais ela depois deixou, não ficou e aí parou de novo. Quando foi em

1966, acho que foi, por ocasião de uma outra campanha, novamente através do SENAI, conseguiu a volta de seu Geraldo, ainda por interesse de dona Marfisa e de Dona Édila. Seu Geraldo voltou para reiniciar o trabalho e dependia de alguém para ficar ... frente das coisas. Apesar de minhas funções eu fui chamada, quer dizer assim: vamos acompanhar seu Geraldo, também foi aquela coisa assim que eu não esperava muito. Depois seu Geraldo foi me testando e achou que eu era a pessoa para ficar. No início foi um rapaz do SENAI, Paulo Navarro de Andrade que trabalhou conosco fazendo o levantamento nas indústrias, o treinamento geralmente quem dava era eu, mas depois Paulo também por questões também dele e etc., não quis continuar, foi quando nós tentamos esse Manoel, ele era muito jovem mas nós achamos que ele tinha assim,... tendência para a coisa e ele foi fazer um curso no SENAI, depois fez um estágio no serviço, aprovou e aí ele ficamos os dois trabalhando. Mas como o meu ideal sempre foi só educação, então anos depois quando já diretor do SENAI era Dr. Mesézio de Arelhiano Neto, ele numa reestruturação do departamento, ele colocou o serviço como parte integrante do SENAI, quer dizer passou então a pertencer ao quadro do SENAI. E então ele me chamou que eu teria que dar, né, ficar só com o serviço, né, tendo que ficar o dia todo. eu não podia, não queria deixar educação, então daí eu... Manoel ficou à frente, depois eu fui fazer novo curso. Eu sempre me atualizei, sempre que havia curso em São Paulo. no Rio eu fazia. então eu me afastei e pedi demissão do SENAI. O serviço continuou com Manoel a frente, até que depois veio uma nova direção e parece que não quis mais saber do serviço e acabou. (...) Mas de qualquer forma, nos anos que ele viveu, o serviço, né, empregou uma média de talvez mais de 500 deficientes visuais, nesse entra e sai, depois foi que quando muitos saíram, muitos se aposentaram até se valendo mesmo da própria deficiência, mas ficaram muitos anos trabalhando, teve alguns que trabalharam dez anos, cinco anos e mais nas indústrias.

Como se percebe, o serviço de colocação de mão de obra do SENAI que foi implantado em Salvador, tinha como fonte de inspiração o sucesso de experiência idêntica em São Paulo, haja vista a diferença estrutural e conjuntural das duas regiões; tal diferença se reflete nos resultados obtidos aqui e lá. No entanto, fazia-se necessário encontrar uma alternativa que pudesse minimizar o problema criado com o desalojamento dos cegos pela nova filosofia do Instituto e, ao mesmo tempo, dar perspectivas àqueles que de lá saíssem aos dezoito anos, conforme preconizavam os novos ventos que por lá sopravam.

Este novo Serviço teve a seu favor os ventos do Milagre econômico que varreram o país desde o final dos anos sessenta e que cuja ação entusiástica perdurou até os meados dos setenta.

Mas, esta conjuntura favorável, não se fez acompanhar de uma desejada e igualmente necessária mudança de mentalidade dos homens que empreendiam, uma vez que, segundo o depoimento de Manoel, não era tarefa fácil em muitos casos o convencimento da capacidade produtiva do operário cego.

Conforme sua resposta à indagação de quais foram as idas e vindas; os avanços e os recuos que tivera de encarar, durante o tempo em que esteve à frente do Serviço de Colocação de Mão de Obra, pode-se fazer as inferências necessárias à compreensão da afirmação feita acima acerca da dessincronia da conjuntura econômica com a estrutura psicossocial.

Dificuldades mil!. Dificuldades pela própria falta de credibilidade das pessoas para com os deficientes visuais; e muita facilidade por conta da minha própria maneira de ser... eu não acho ninguém superior a mim e nem inferior; eu vejo que todos nós somos iguais; eu respeito apenas a cidadania e respeito o aspecto hierárquico de cada... das pessoas. por conta disso eu consegui muita coisa eu... nós... determinada empresa... às vezes tinha atividade que tinha ser criado alguma adaptação; eu sempre fiz isso... eu criei... Eu tive muita ajuda dos companheiros; por conta da minha própria maneira de ser, eu me integrei muito dentro do SENAI; lá dentro do SENAI eu fiz... dentro da área de pessoal e dos instrutores encarregados, eu fiz amigos. Então, por ter feito amigos, eu consegui chegar onde cheguei lá dentro exatamente pela facilidade que eu tinha de fazer amizade e as pessoas confiarem em meu trabalho e confiarem em mim.

Faz-se necessário interromper aqui a fala de Manoel, a fim de chamar a atenção do leitor para o fato de que ele salienta muito o eu, convergindo todo o processo para si, indicando sua habilidade pessoal, sua facilidade de se relacionar, de construir uma rede de aliados, etc. Isto implica em inferir que o seu prestígio era o que importava. Volta-se à questão levantada por entrevistados em capítulo anterior, que indica a possibilidade de algo como tráfico de influência, no momento de conseguir e destinar as vagas na indústria, de acordo com aqueles que estivessem dentro do círculo de predileção, variando de acordo com o grau de preferência de quem era responsável pela colocação. Enfim, não seria o SENAI, o órgão; mas a pessoa que estava à frente do Serviço que lá funcionava. Repita-se que isto se infere, dada a excessiva ênfase dada pelo entrevistado a si, enquanto quem era capaz de fazer as coisas.

Mas, devolva-se-lhe a palavra.

Então, as dificuldades que eu tinha, superava praticamente por causa exatamente dessa facilidade que nós tínhamos. Chegava lá pegava um companheiro instrutor levava numa fábrica: vamos discutir isso aqui... porque... as dificuldades foram grandes mas felizmente todos me ajudaram... todos. Eu...eu se fosse fazer alguma coisa... um agradecimento... eu agradeceria a todos: do mais... do servente a alguns diretores regionais. Me ajudaram. Persegiram, alguns perseguiram. Eu sempre fui questionador; eu nunca admiti mandar alguém calar minha boca sem uma razão... Então... mas em cima disso tudo, todos me ajudaram... Todos. E é por isso que as idas e vindas reservem hoje também como experiência para vida própria; para vida comum da gente, entendeu? Mas, o nosso sucesso, dentro das limitações, não digo pessoalmente Manoel Santa Rosa, porque aí eu estaria sendo muito egocêntrico; mas eu falo sucesso do serviço que foi muito bom.

Foi-lhe perguntado como era o procedimento da abordagem do industrial, passando pela pesquisa e treinamento, até chegar à colocação propriamente dita. Ele então discorre detalhadamente:

Nos primeiros tempos eu ia com a professora Sílvia, (...) eu fazia a pesquisa com ela; ela descrevendo para mim, eu ia pegando, ia fazendo as atividades... e depois que nós concluíamos essa pesquisa, eu ia ver... ia... ver na linha de produção o que se podia fazer. Quando nós conseguíamos a oportunidade de colocação (...) eu ia lá dar o treinamento à pessoa que estava... Eu fazia a pesquisa e quando a gente achava a ocupação ou algumas ocupações, nós íamos lá... quando o industrial dava a oportunidade nós íamos lá, colocávamos a pessoa e dávamos treinamento. Treinamento esse que (...) nós só saíamos da empresa, quando a pessoa estava totalmente pronta para desenvolver sozinha as atividades. Nós dávamos treinamento normalmente de quinze dias, vinte dias... e dávamos um acompanhamento de três meses; para ver até onde a pessoa estava... se a pessoa estivesse independente aí nós já íamos partir para outro caminho; já íamos partir para outra empresa (...); nós só íamos lá visitar de vez em quando; ver como é que estavam as coisas; mas a pessoa já ficava (...) tocando o barco; trabalhando, treinando.

Insiste-se em indagar como era o contato com o industrial, quais eram os caminhos e qual era a receptividade.

O contato com o industrial, é... primeiro que nós conseguimos, através desse convênio com o Instituto de Cegos com o SENAI, nós conseguimos um carro, um fusca, - eu me lembro até hoje - esse carro era do Serviço; esse carro... nós íamos diariamente batendo nas portas; nos trabalhamos

na área do CIA (Centro Industrial de Aratu); quando o industrial nos atendia então nós explicávamos: a finalidade do Serviço, o que o Serviço... o que que nós queríamos e ele, então quando, quando permitia a pesquisa, nós íamos no local, na área operacional da empresa. Nós visitávamos desde o início da operação até o final; e fazíamos questão de cada... cada sessão da empresa, da empresa fosse um encarregado que nos inscrevesse; porque nós pegávamos as atividades e íamos assim analisando etapa por etapa da[quela] atividade; minuciosamente. Tanto que numa pesquisa, às vezes nós passávamos dois dias, três dias fazendo. Porque não se pode dar um diagnóstico, formar um prognóstico antes de estar tudo pronto; então nós o maior cuidado com essa pesquisa. Depois da pesquisa feita, nós fariamos uma carta ao industrial, dizendo as ocupações nas quais nós encontramos e, inclusive nas seções, e agora, íamos batalhar em cima dessa carta a oportunidade para a colocação. Esse... esse! é que era o problema. Quando conseguia nós íamos trabalhar em cima daquele treinamento lá. Dava o treinamento, tal, na... mostrar... Eu inclusive já trabalhei de graça em umas duas empresas. Uma foi para mostrar ao fiscal do INPS, naquela época, que a atividade não era perigosa; era perigosa aparentemente. Foi numa guilhotina na fábrica de sacos S. JOSÉ. (...) Eu fiquei trabalhando cortando mortalha - aquele papelzinho que o pessoal faz cigarro de palha, cigarrinho de palha, cigarrinho de fumo no interior - (...) eu detectei essa atividade na empresa.

Grupo de Copistas Voluntários: um esforço por atender novas necessidades

Todos os desdobramentos até aqui discutidos, foram vivenciados no período compreendido entre 1958 e 1967. Desde então, as necessidades e a clientela a ser atendida, só fizeram se diversificar e crescer.

Deu-se um crescimento notável, não apenas sob o ponto de vista dos valores numéricos mas, também em termos qualitativos . Houve uma ampliação do interesse dos deficientes visuais por empreender vôos mais ousados rumo à uma qualificação técnico-profissional e acadêmica, o que acarretava um esforço pessoal muito grande, visto ser o material braille então existente, insuficiente para fazer face àquelas novas perspectivas socio-culturais do cego baiano, que vivera a partir dos anos setenta.

Quase ao mesmo tempo em que aparece o Instituto de Cegos da Bahia, entra no processo de construção da história dos deficientes visuais baianos a idéia de se copiar material em braille, que, segundo um documento produzido para um seminário sobre serviços prestados aos

cegos, fora capitaneada pela Sr.a Henriqueta Martins Catharino "e mais algumas senhoras da sociedade baiana, em julho de 1937", funcionando "no Instituto Feminino da Bahia". Afirma ainda o mesmo documento que "aos 15 de março de 1974", passa "(...) a funcionar no Setor Braille da Biblioteca Central do Estado, sob a coordenação da Sra. Maria de Nazareth Seixas, que, juntamente com os demais integrantes do grupo, vem realizando um trabalho de extrema importância para a Biblioteca e para toda a comunidade baiana".

Segundo este mesmo documento, trata-se de

...uma sociedade civil, constituída de pessoas físicas, de caráter beneficente, sem fins econômico-especulativos. Ela se propõe prestar serviços aos deficientes da visão nas suas atividades estudantis, principalmente àqueles que, aos 18 anos, deixam definitivamente o Instituto dos Cegos da Bahia. Sendo o estudante comprovadamente pobre, a Sociedade fornece gratuitamente todo material, quer para livros em Braille, quer para os gravados em fitas cassetes.

Como se percebe, os acontecimentos dos anos sessenta, vieram a produzir uma expectativa de trabalho muito grande para os que se propunham a trabalhar na assistência ao deficiente visual, sendo que neste caso específico, a assistência se pretendia como que intelectual, uma vez que procurava abrir a oportunidade para que eles pudessem ter acesso à textos e livros, antes quase inacessíveis. Ainda recorrendo ao documento mencionado há pouco, fazêmo-lo ipsi literis, para que fique mais claro o papel desempenhado por este grupo e os objetivos que pretendia alcançar.

A SOCIEDADE NO SETOR BRAILLE

1.1- CURSOS

1975 - Curso para Matemática e relevos gráficos

1977 - Curso para atualização do Braille abreviado

1979 - Curso para copistas de Braille

1980 - Curso para copistas de Braille e Braille abreviado

1.2 - CAMPANHAS

1975 - Campanha para aquisição de gravadores

1976 - Campanha para aquisição de bengalas

1977 - Campanha para aquisição de fitas

1978 - Campanha para a divulgação do Banco de Olhos da Bahia

1979 - Campanha para divulgação das copistas, leitores e chamadas de novos colaboradores

1.3 - DEFICIENTES VISUAIS ATENDIDOS 1974/1980

Estudantes de primeiro grau, segundo grau, de cursos técnicos e de curso superior - 43 (média por ano)

Alunos do Instituto dos Cegos da Bahia

1.4 - CÓPIAS EM BRAILLE 1974/1980

Livros didáticos - 228

Livros de lazer - 01

Livro infantil - 13

Folhetos - 114

Revistas - 08

Apostilas - 500

Relevos gráficos - 16

Total de páginas em Braille - 59.052

1.5 - GRAVACÕES DE FITAS

Livros didáticos - 56

Livros de lazer - 35

Revistas - 02

Artigos - 14

Apostilas - 22

Total de fitas gravadas - 470

Este grupo era formado em geral por senhoras, em sua maioria aposentadas. Elas emprestariam o seu tempo e a sua boa vontade para aprender o braille e, atender àquelas novas necessidades, transcrevendo textos em tinta para o braille, o que abriria uma nova e mais ampla perspectiva para a clientela que ingressaria nos cursos de nível superior e nas

escolas particulares de nível médio, que não dispunha da assistência prestada pelas salas de recursos, anteriormente comentadas.

Estas senhoras formavam o Grupo de Copistas e Ledoras Voluntárias, que se compunha de uma presidente e com os demais membros, conseguia doações de papel braille, máquinas braille, junto a clubes tais como Rotare, Lyons, etc., para repassar à clientela por elas atendida

A pedra de toque deste tipo de trabalho, que não tinha qualquer vínculo ou compromisso com órgãos governamentais era, como se pôde notar no documento acima apresentado, o voluntariado das pessoas que a ele se agregava. Era ao mesmo tempo uma terapia para aquelas pessoas que já se encontravam aposentadas, consideradas inúteis pelo corpo social e que, acabava por prestar um serviço aos deficientes visuais que se aventuravam pelos sinuosos caminhos da vida universitária.

Vale salientar que, como o trabalho era voluntário, não havia qualquer compromisso com tempo no qual deveria ser o trabalho entregue ao beneficiado. Fazia-se necessário contar com a boa vontade, com a possibilidade de cair na simpatia de uma daquelas benévolas senhoras e, sobretudo, entregar o pedido de transcrição com uma antecedência considerável, visto que elas davam prioridade à transcrição de livros didáticos utilizados pelos alunos das escolas particulares.

Segundo a assistente social Marfisa Simões Araújo, aposentada, as copistas se agrupavam numa associação que organizava o trabalho, não só de transcrição braille, mas ofereciam o serviço de livros falados, pois acreditavam, segundo idéia corrente na época, ser o melhor e mais rápido meio de acesso do estudante deficiente visual à grande variedade de produção bibliográfica necessária para a sua formação profissional e acadêmica.

Conforme o depoimento de D. Bela Vaitsman, ao falar de seus livros, comenta:

Inclusive neste último livro eu falei muito sobre a necessidade de ter pessoas para serem copistas. Porque o grupo de copistas do braille está diminuindo muito porque são pessoas idosas e não se

apresenta muitas pessoas para aprender o braille e para continuar esse trabalho e é importantíssimo para o estudante cego. E quando o grupo de copistas foi trabalhar na biblioteca, na sala braille, me convidaram para eu fundar a grafitoteca, aí eu fundei aqui em Salvador a grafitoteca, os livros gravados para cegos. Que eu acho de grande importância porque eu acho que a fita, o livro gravado, não pode ser único mas é um coadjuvante, eu acho que ajuda principalmente ao estudante que chega ao ginásio, que chega ao curso segundo grau e a faculdade, e não ele precisa de mais dinamismo, que acompanhar o vidente, ele tem que ter algum material que possa ajudá-lo, e isso é o livro gravado, que pode ouvir em qualquer lugar, pode se ouvir mais rapidamente, porque tem livros aí, por exemplo agora para o vestibular tem um livro A ilustre casa de Ramires com 15 fitas gravadas, com 15 horas de gravação. E os cegos, todos que fizeram vestibular leram esse livro agora.

Destes comentários se depreende que o trabalho de copiar livros e gravar fitas para cegos está em processo de decadência, embora isto não se faça acompanhar da demanda por este trabalho.

Mendicância, esmola e filantropia

Apesar de muito próximas sob o ponto de vista etimológico e em alguns momentos se confundirem em seu significado prático, estas três expressões sugerem situações diferentes e iguais, dependendo o momento em que se possa empregar ou exercer uma destas ações.

Na vida do deficiente visual, elas se misturam num todo quase sempre indissociável. Para esta categoria social, o normal é que a assistência seja o meio pelo qual se possa prover o sustento, o estudo, o avanço, sem que se possa desvencilhar facilmente deste conceito geral.

Ao discutir por exemplo a colocação do cego no emprego, cujo auge, como já se viu páginas atrás se deu no final dos anos sessenta, início dos anos setenta, paralelamente ao milagre econômico, se questiona até onde os empregadores que proporcionaram uma oportunidade de trabalho à pessoas cegas, não o fizeram por achar que agindo desta forma, poderia estar fazendo um benefício.

Uma tal idéia se apresenta ao espírito, considerando-se o ar espantado e um tanto quanto decepcionado do empregador que, ao ver o seu empregado/beneficiário, ter atitudes que lhes pareçam incompatíveis com o seu status: uma reivindicação de melhores condições de trabalho e salário, uma tentativa de obtenção de promoção, enfim, tudo que seria normal para os demais empregados.

Por outro lado, o fato de um deficiente visual ser mantido anos a fio no exercício de uma mesma atividade ou função, sem quaisquer chances de ascensão é mais uma razão para levantar tal questionamento. Apesar de se saber de pessoas cegas que se superaram nas atividades que lhe foram dadas a desempenhar, de haver aqueles que superaram até mesmo os limites de produção de colegas que enxergam e exercem a mesma atividade que ele, nunca se soube de um destes deficientes ter assumido uma supervisão, apenas para citar uma possibilidade plausível.

Trata-se então, de uma filantropia às avessas: a filantropia preocupa-se em beneficiar para obter resultados futuros e receber a recompensa da gratidão: a filantropia aqui referida, receberá o benefício, a gratidão futuras, mas tem benefícios imediatos: a produção realizada pelo beneficiário. Estes cegos não estariam nas ruas a esmolar; estariam integrados em uma fábrica, produzindo no setor a ele destinado. Em compensação, não tem direitos a reivindicações, sonhos, ambições, etc.

Um outro tipo de filantropia, que se confunde com a caridade, pode ser percebido no trabalho das copistas e ledoras voluntárias. Elas sempre estão fazendo um favor àqueles que as procuram, sem no entanto esperar de volta nada, a não ser o reconhecimento daqueles que por elas foram ajudados com suas leituras, seu tempo empregado nas transcrições de material para o braille e, logicamente, o reconhecimento de Deus e dos Santos, no sentido de que lhe possam estabelecer o céu como recompensa eterna de tanto desprendimento, visto que poderiam estar no aconchego de suas casas, na companhia de filhos e netos, desfrutando de agradáveis horas de sono, etc.

No entanto, ao se colocarem à disposição de seus beneficiários, estão abrindo mão de tudo isto, uma vez que a atividade que elas se propõem a desenvolver, reconheça-se, exige muito tempo e esforço, dado ser o braille uma forma de escrita que requer grande quantidade de páginas transcritas, para formar o todo do livro ou texto em tinta.

A programadora Marilza V. Matos pondera o seguinte: "Filantropia: ela é feita de acordo com a necessidade da instituição, ou com a vontade dos filantropos? Ela está desvinculada de quaisquer leis? ela é uma empresa livre que pode tomar decisões?"

Isto é: aqueles que se propõem a assistir uma instituição por meio de ações filantrópicas, permitem que elas possam planejar suas metas, seus objetivos, os caminhos a percorrer para atingir tais metas. As reais necessidades das instituições são efetivamente tomadas na devida conta ou elas têm que se conformar às subvenções e aos paradigmas estabelecidos pelos filantropos? Não é possível responder a estas ponderações aqui neste trabalho, uma vez que não foi dado acesso a documentos importantes do Instituto de Cegos da Bahia, como por exemplo, atas de sua fundação, exposição de motivos que fizeram com que fosse ele declarado órgão de utilidade pública - o que lhe possibilita a obtenção de recursos estaduais e municipais; que igualmente permite celebrar convênios - o que mostraria seus objetivos, suas pretensões no que diz respeito àqueles que propõe-se a abrigar e a assistir.

Mas, tendo como parâmetro os resultados alcançados pela grande maioria dos deficientes visuais que passaram por aquela instituição para cegos, depreende-se que o que se pretendia era tão somente, calçar, vestir e alimentar, dar alguns rudimentos de braille e de atividades da vida diária e proporcionar uma certa habilidade manual.

Como resultado disto, a maioria dos que por lá passam quinze anos de sua vida, (aproximadamente), saem com dois únicos destinos: voltar para o interior, onde ficarão provavelmente confinados em suas casas e percebendo uma aposentadoria especial - por invalidez, quase invariavelmente -, ou ficam em Salvador, sujeitos a duas situações estanques: viver como biscateiros, vendendo pequenos objetos (pentec, cartões telefônicos, doces, etc.), assinaturas de periódicos e, outra vez a grande maioria, como mendicantes em ônibus e/ou

pontos fixos no centro da cidade. Esta última situação há cinco anos tem sido minimizada, pelo fato de o Estado prover uma espécie de aposentadoria especial, que é preferível intitular subvenção, a pessoas deficientes e idosas que não possuam renda ou que a família não tenha como prover-lhe o sustento, no valor de um salário mínimo, o que produz, saliente-se, uma acomodação extremamente perniciosa para uma categoria que pretende fazer valer os seus direitos de cidadão como qualquer outro ser terráqueo.

Voltando às ponderações de Marilza, ela arremata afirmando que:

Se ela [filantropia] atrelar seu objetivo à necessidade, tirar a parte emocional, que é àquela ditada pela necessidade que todos os filantropos têm de entregar a sua alma e fazer filantropia que possibilite o funcionamento real da instituição, de acordo com as suas necessidades, tornará a sua ação positiva. Isto se diz, em geral, por ser uma instituição filantrópica, ela termina restringindo alguma ação do assistido, no sentido de buscar uma vida própria, de atitudes autônomas.

Esmola: de onde vem?

Parece ser a esmola uma palavra e uma prática antigas. Já na época dos evangelhos - entre 50 e 80 depois de Cristo -se fazia menção a ela, indicando que era alguma coisa já bastante arraigada no cotidiano e na prática popular, sobretudo no que diz respeito à prática religiosa, sempre vinculada diretamente à recompensas, àqueles que a praticassem de maneira discreta e desinteressada.

É desta época a expressão que se tornou popularizada, que parodia uma passagem do Sermão do Monte, descrito pelos Evangelhos de Mateus, (capítulos 5 a 7) e Lucas (capítulo 6, 20-36) que preconiza não seja vista pela mão esquerda o que a direita vier a fazer.

Segundo Philippe Arriès , havia na Idade Média uma prática vulgarizada de se esmolar pelas mais diversas razões. Estas iam desde a coleta de dinheiro para os Santos até o provimento de pessoas leprosas, cegas, aleijadas e de famílias de doentes, passando pelas coletas para construções de templos e celebrações.

No afã de disciplinar esta prática, a Igreja instituiu grupos de pessoas que ela considerava fosse lícito esmolar, incluindo dentre outros, os cegos, que eram reconhecidos como seres incapazes de se prover de outro modo que não aquele.

Esta jurisprudência mental perdura até hoje e persiste na prática popular, a despeito de todos os avanços e conquistas feitas pelos portadores de deficiência visual, fazendo com que as pessoas associem a eles a prática de pedir esmola, tomando como anormal aqueles que não estão sob este instituto.

A despeito de todas as resistências, a pessoa cega está sempre associada à cuia estendida por mãos sujas e trêmulas, aos cantos tristes e lamuriosos, cujo resultado final é o recebimento de esmolas. Uma tal associação tem raízes profundas na mentalidade coletiva, que ainda considera uma pessoa cega como incapaz, inválida, sobretudo no que diz respeito ao provimento de suas necessidades e de sua família e ao convívio social independente e pleno.

Tal como a filantropia, a esmola é um instituto que visa fazer com que o que provê alguém com suas esmolas, sinta-se aliviado no que diz respeito ao cumprimento de seus deveres cristãos, dando-lhe a sensação de está construindo a estrada que palmilhará rumo ao céu. A esmola tem a sua atuação no varejo, atendendo individualmente a pessoas que se apresentam como necessitadas da ajuda de quem a distribui. A filantropia, por sua vez, age no atacado, coletivamente, de modo constante, no sentido de construir um indivíduo coletivamente amparado, formando quiçá uma consciência em torno de si, na medida em que aqueles cidadãos por ela assistido, se torne para sempre grato por ter sido alvo de tão grande benevolência e desprendimento das coisas materiais de pessoas cujo coração está efetivamente voltado para o bem estar do próximo.

Uma emocionada reflexão faz-se acompanhar de um apelo à filantropia

O seguinte texto foi retirado do Jornal A Tarde de 16 de abril de 1934 e, entende-se que deva

ser transcrito na sua íntegra, para que melhor se perceba como era - e ainda é - visto o cego e a cegueira. O jornalista apresenta um texto cheio de emoção que não faz questão de esconder, na medida em que não polpa adjetivos que exprimem tristeza, comoção, pena, quando se refere aos cegos, e ao estado de cegueira. Ele ao descrever as situações que escolheu para comentar, tem em vista aquilo que reputa de mais importante: a criação da Fundação Santa Luzia, que no seu entender, seria como que a redenção dos cegos e a forma como os baianos iriam demonstrar sua solidariedade para com o próximo; o desditoso que estará sendo ajudado por aquela Fundação.

DE SETE EM SETE DIAS

Todas as sextas-feiras, bate-me à porta um indigente, a fisionomia, moça, pouco mais de quarenta anos, mas a cabeça quase branca. Fora operário de construção civil. Como o trabalho lhe corria compensador, arrendou uma pedreira. Durante quatro meses, carroças iam, diariamente, ao seu serviço para a compra desse material. Conseguirá um contrato de avultado fornecimento a empreiteiros para o calçamento de algumas ruas. Foi quando, num sábado, tendo aumentado as minas de dinamite para maior produção de uma, talvez por carga demasiada, ao explodir, com formidável, sentiu que lhe atingira o rosto qualquer coisa, horrível como a centelha de um raio. Não viu mais nada. E cada vez lhe doíam mais os olhos. Na assistência, pediu que chamassem um especialista. Esse não se demorou. Fê-lo conduzir ao seu escritório. Lá, depois de um exame de mais de duas horas, com uma meticulosidade de cientista e aplicação de todos os recursos de sua clínica, prognosticou, não tem remédio. É, a cegueira absoluta. A aparelhagem para a função dos órgãos está completamente destruída. Voltou à casa. Teve de mudar-se para uma morada humilde com a mulher e cinco filhos. Esgotaram-se as pequenas economias e a penúria sobrevivendo abriu-lhe o caminho de amarguras para caridade pública dei-lhe esmolos, ele agradeceu com aquela voz pungitiva dos ceguinhos.

Santa Luzia lhe conserve a luz dos olhos. Nesta mesma sexta-feira, fui ao Bonfim, o espetáculo é entristecedor na linda esplanada sobre a arcaria de aqueduto colonial, testemunho grandioso da fé religiosa do último prefeito da capital, ao anoitecer da primeira República. O ilustre engenheiro F. Souza interpretou e realizou algo das aspirações da alma católica da Bahia para a magnificência do seu adorado padroeiro. Procedo a um rápido inquérito na quase centenas de infelizes, condenados a escuridão perene, que, ali estendam as mãos à romaria de devotos, que perambulam na sagrada colina. Este cegou à intensidade da chama azul na saída do aço. Aquele, depois de uma crise lúética. Aquele outro, quando ia entrar na convalescença de paratifo. E muitos vítimas de furúnculos, de moléstias diversas, de incúria, de descuido das vistas, adiante, uma mulher de cor, tem no colo uma criancinha, com as pálpebras mal encobrindo as orbitas vazias da membrana íris e aos brados um rapazinho e uma menina, de dez a doze anos, completamente cegos. As cabeças de uma e de outra movem-se como pêndulos, como se estivessem sob ação da meningite: - Todos

disseram assim. Talvez devido ao meu sangue ruim, diz a pobre mãe e os dois mal aventurados sorriem um riso doce, como devem sorrir as crianças, que vêem a vida, lá fora, cheia de sol, resplandecendo nas árvores, nas flores, nos frutos, nas águas correntes, no ser humano, na beleza que renova, todos os dias.

O coração transido, no alto pondo-me a contemplar a cidade. Lá no fundo, a plataforma, como um presente de Natal. Depois a planície verde e tranqüila da enseada dos tainheiros. Os pequenos lagos, de água clara, em que os mangues com rasante verde escuro. Volto a olhar, é a velha URBS. A Torre Alta de Sto. Antônio além do Carmo, lembra um farol de Deus, iluminando a fé, para o desvio das sirtes da perdição de alma. Recordo-me do Santo Padre Tapiranga, que, ali viveu por mais de trinta anos na humildade e pobreza de um anacoreta, distribuindo com deserdados da sorte, na paróquia o pão frugal da sua dispensa e o próprio gasalhado como São Martinho, e doando a todos os paroquianos os tesouros da sua formação apostólica, segundo os evangelhos e pelo modelo a igreja primitiva. Adiante, a maravilha do cimento armado da engenharia norte americana, no monumental elevador Lacerda. Para a rever o formoso zumbo Rio de São Bento, em que a claridade da primavera incide e abre um esplendor de apoteose.

Quantos cegos sob aqueles tectos? pergunto a mim, olhando para o casario. E porque não há de ampará-los os corações misericordiosos dos baianos?

Esta aí o exemplo, o êxito triunfal do professor Martagão Gesteira e dos seus companheiros, Drs. Álvaro da França Rocha e Braulio Xavier Filho, que operaram, com a liga contra a mortalidade infantil, o verdadeiro milagre das novas e estupendas realizações no asilo dos expostos, onde, o lactário e o pavilhão gesteira, disseram ontem os eminentes sábios dos meios científicos do sul e do Recife, podem competir com os melhores e mais aperfeiçoados do mundo. De volta do Bonfim, encontrei-me num café, com o Dr. Colombo Spinola, especialista, já de renome, em doença de olhos. E fui-lhe à fala, expondo-me as minhas tristíssimas impressões da cegueira na cidade. E ele com visível alegria pelo encontro de idéias, informou-me que estava organizado um Instituto para esse fim: que se dava para bem pela aliança com elementos marcantes na alta sociedade baiana, como os Srs. Dr. Rodrigo Martins Catharino, Anísio Massorra, Clovis Spinola, Dr. Octávio Torres, Eugênio Teixeira Leal, Everaldo Brito, Inocêncio de Góes Calmon, Armando Joaquim de Carvalho, e José da Costa Magalhães. E a propósito, dê um salto no meu consultório, para ver as bases do contrato em notas do tabelião, em que esses nomes ilustres figuram como os fundadores da Fundação Santa Luzia.

Fui e pude registrar, a seriedade da organização, que se está processando, não em terreno movediço de ideologia, mas com a segurança de uma instituição jurídica.

Os fins da Fundação Santa Luzia são os seguintes, textualmente, conforme a escritura publica:

a) manter um serviço de prophylaxia da cegueira, promovendo por todos os modos possíveis, a difusão dos conhecimentos geraes de ophtalmologia e dos cuidados pessoaes indispensáveis ou úteis para evitar complicações ou contagio de molestia oculares.

b) manter um ambulatório ou serviço de socorro e tratamento daqueles reconhecidamente indigentes que estejam ameaçados de cegueira por molestia ou acidente.

c) promover por todos os meios possíveis, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis, etc. a instrução geral relativa aos cuidados que devem ter todos com a vista, às causas que a podem prejudicar, e ao modo de bem conserva-la e de evitar a fadiga nos trabalhos:

d) promover junto a empresas, fábricas, engenheiros, e responsáveis por serviço, campanha continuada e ininterrupta no sentido de nas construções, serem observadas todas as regras técnicas relativas a distribuição de luz, principalmente em edifícios destinados a escola, oficinas, etc. E, no serviço serem observados os cuidados precisos com a vista dos operários, escolares, trabalhadores, empregados ou soldados mostrando-lhe a necessidade do tratamento imediato de qualquer perturbação da vista antes que se complique e possa causar cegueira irremediável.

e) promover entre os médicos, enfermeiras, parteiras, farmacêuticos, etc. uma campanha sistemática e continua no sentido de procurarem todos encaminhar para os serviços gratuitos da Fundação todas as pessoas que, sem recursos para tratamento, apresentarem molestias dos olhos ou traumatismo capazes de prejudicar a visão.

E quando iniciará essa obra de tamanha benemerência? - Dentro em breve. Pelo contrato, eu como diretor médico e os citados fundadores, que são o conselho, cuja fundação é gratuita, estamos tratando já da organização dos serviços. Mas é preciso o patrimônio, para financiar a fundação.

Para isso ficaram instruídas as seguintes categorias de filantropos: Primeiro - membros fundadores, os que tenham iniciado esta fundação, assinado essa escritura.

Segundo - membros protectores, os que tenham feito doações à fundação e se comprometeram a continuar auxiliá-la.

Terceiro - membro colaboradores, os que tenham doado à Fundação a importância mínima de 500\$000.

Quarto membros contribuintes, os que concorram com a importância anual de 100\$000.

Apertei-lhe a mão, fraternalmente, por esse movimento de dó pelos desditosos, que nunca viram a luz de Deus e pelos mais desgraçados, ainda, que conheceram os encantos do planeta e lhes perderam a visão depois.

E aqui estou cumprindo o dever christão de uma súplica aos bons corações, aos quaes a sorte sorri bonançosa, em favor da maior, dos infortunios que é a cegueira.

Note-se que a impressão aterradora que transtornara o repórter, fora causada por aquelas cenas de exposição de crianças cegas e, conseqüentemente pela cegueira. Ela, muito mais do que a pessoa cega é muito mais assustadora, visto que é uma situação abstrata ao não cego, mas não tão abstrata que não possa em um dado momento ser concreta. O exemplo do homem

da pedreira é suficiente para assustar o jornalista, que logo começa a imaginar as mais diversas situações nas quais as pessoas cotidianamente estão sujeitas a se tornarem como uma daquelas descritas por ele, como desditosas.

Mas uma tão profunda e emotiva reflexão não abre a possibilidade de um processo de reabilitação, de capacitação, às quais o indivíduo agora cego, possa ser levado. Aquela reflexão parece querer inferir tratar-se de uma situação de fim de quaisquer perspectivas para a pessoa que acaba sendo atingido por um tão grande infortúnio. Neste caso, para a sua percepção trintista, restava à pessoa assim desafortunada a pena, o amparo da caridade pública e da filantropia dos mais aquinhoados.

Não se pense que hoje é muito diferente a percepção das pessoas, inclusive daquelas que formam opinião pública. A despeito de tudo que já se tem demonstrado ser o cego capaz de fazer e de ser, ainda persiste a idéia de infortúnio, desdita, na medida em que aqueles que superam tais concepções de invalidez e dependência como sendo seres excepcionais, não se percebendo que os outros que não conseguiram acompanhar o ritmo das mudanças, encarar o ardor da luta e o extremo esforço empregado nas conquistas realizadas pelos chamados excepcionais, nada mais são do que pessoas que não foram orientadas para reivindicar, para forcejar sua ascensão, a conquista do lugar que lhe é de direito, como cidadão, em todos os níveis da vida e da sociedade. A eles não foram dados os instrumentos necessários para uma tal formação. Sempre assistidos, sempre amparados - inclusive agora com a subvenção governamental já comentada em outras passagens deste texto - continuam à espera de que outros conquistem para eles o seu lugar. Continuam a esperar que façam para ele o que ele mesmo deveria fazer. A maioria dos cegos está lançada na prática de esmolar. Uma parte deles a isso recorre por ser mais fácil, mais cômodo, não requerer grandes esforços e, mais do que isto, mesmo estando preparados, têm que provar a tudo e a todos que são capazes de desempenhar aquilo que se está propondo. Uma outra parte, porque não lhe foi ensinado que a vida fora das instituições de assistência é diametral e radicalmente diferente daquela a que ele foi submetido anos a fio de sua existência.

Ousa-se dizer que, a continuação desta forma de pensar entre os cegos, deve-se a um associativismo medíocre e estéril, que não incute nas pessoas que se agregam às associações

de cegos, que ninguém vai fazer nada por ele; ele é que tem que fazer a sua parte. Tem que se preparar, se profissionalizar e, sobretudo, tem que se fazer acreditar. Mas saliente-se que é exigir muito de um associativismo que sequer faz o que lhe cabe: as reivindicações que só têm efeito se feitas com o respaldo de uma ação coletiva.

Há que se fazer a opção: a cuia, representada pelas ações assistencialistas e paternalistas, que visam abrir caminhos rumo à salvação e/ou ao aperfeiçoamento, sem o objetivo de formar, conscientizar o cego de seu real papel social; ou pela bengala, que significa dispor-se a encarar a vida com todos os seus percalços, suas idas e vindas, suas vitórias, suas derrotas, seu recomeçar contínuo.

Neste último caso os méritos são daqueles que encarem a vida de frente, mesmo contando - o que aliás jamais se poderá prescindir - com o apoio das pessoas que vêem, mas com a independência suficiente para decidir o que é melhor para si e para as suas pretensões. Isto fará com que ele possa deliberar exatamente para onde vai, como vai, quais os meios de que dispõe para ir, dando-lhe o total controle e ao mesmo tempo a total responsabilidade pelas ações que venha a praticar, tendo que dar satisfações apenas ao todo social, como qualquer outro cidadão e não aos grupos que lhe proveram esta ou aquela parte de sua vida.

Parece razoável afirmar que a filantropia não tem como objetivo formar cidadãos na plena acepção do termo. Um cidadão livre que pense e aja autonomamente. A ela basta prover-lhe a existência e assistir-lhe a subexistência. Alimentar, vestir, calçar: três elementos que bastam ao ideal filantrópico. Em sendo isto verdade, fica patente a formação de seres alienados, desprovidos de ambições e anseios de liberdade, crescimento, avanço, na medida em que são amoldados a este tipo de pensamento, cujo limite é o ventre.

Não se está advogando o fim das ações filantrópicas. Preconiza-se sim, a mudança de enfoque de tais ações, na medida em que, se voltada para a construção de cidadãos livres, dispostos a uma permanente ascensão mental e coletiva, trará grandes benefícios não só às pessoas por elas assistidas, como ao próprio país, que passará a contar com homens e mulheres na plenitude de suas capacidades para contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Nação.

Faz-se necessário por fim, uma mudança no modo de pensar a pessoa cega, na maneira como ela é vista e como se age em relação a ela. Por sua própria natureza, o filantropo, continuará pensando o cego como sendo alguém que pode ser o alvo de sua ação benévola e assistencial, que lhe pode trazer dividendos espirituais. Uma mudança nesta forma de ver, tirará da filantropia o seu caráter mais elementar: a prática de ações de amparo e assistência aos menos favorecidos da sorte e aos importunados por disfunções físicas, com o intuito de ter a eterna recompensa, cuja consumação depende de que sejam feitos o maior número possível de benefícios aos outros. Quanto maior o desprendimento do filantropo, maior a recompensa que ele pode esperar receber.

No entanto, convém ressaltar que é fundamental que o cego mude a forma como ele pensa a sociedade e a ele mesmo. Ele precisa se perceber como alguém que é capaz de se prover, desde que devidamente preparado e que obtenha a oportunidade de fazê-lo, sem que fique a mercê daquilo que queira ou possa dar. A idéia de cidadania, passa pela propiciação de meios e de oportunidades para que o indivíduo alvo das ações filantrópicas, comece a rever seus auto-conceitos e reencontre-se consigo mesmo, na medida em que não sendo assim, será sempre um ser necessitado de que os outros lhe façam benefícios, de que os outros se disponham a ir à luta por ele, constituindo um reforço de uma dependência que poderia ser revertida à categoria de limitação, impostas por circunstâncias físicas que estão muito além de sua vontade. Reduzir a dependência à categoria de limitação, deveria ser a grande meta da pessoa portadora de deficiência visual.

CONCLUSÃO

É sabido, que no decorrer dos diversos momentos históricos vividos pelos portadores de deficiência visual, sobretudo, naqueles tempos em que ele precisava de alguém que lutasse e falasse em seu nome e em seu favor, os seus diversos interlocutores nem sempre ouviam-lhe os reclames e os muitos e variados pleitos e suas inúmeras e conseqüentes reivindicações, para expressá-las diante daqueles que as pudessem atender e implementar. Em geral, este alguém se fazia intérprete de suas necessidades, na medida em que aqueles nada podiam senão receber agradecidos aquilo que viessem dar-lhes. Ora, neste contexto, pode-se inferir que a atribuição de papéis sociais aos quais os cegos deveriam se ajustar, isto é, a eles eram conferidas algumas áreas nas quais se supunha que poderiam atuar satisfatoriamente, dentro de suas limitações físicas e sociais. Mas saliente-se que a ele não era dado qualquer direito de escolha, visto que, o fato de terem nascido ou se tornado deficientes, indicava que estavam enquadrados dentro de parâmetros naturalmente fixados. A sociedade apenas corroborava com o que a natureza já determinara.

Tendo que alguém pensar em seu lugar, o deficiente era um ser sem oportunidade de demonstrar que teria como prover-se, desde que ele mesmo pudesse externar suas preferências, gostos, interesses profissionais; ter a chance de encarar seus próprios desafios, cometer seus próprios erros e propiciar os próprios acertos, já que ainda que limitados por um tipo de deficiência em um dos sentidos, não lhe tirava a razão, o senso de escolha, a característica inerente a todos os humanos: o querer, dir-se-ia mesmo, a necessidade de errar, acertar, testar todas as possibilidades, investir em suas potencialidades, ainda que sujeitos a limites, impedimentos de quaisquer ordem, desde que devidamente alertado, treinado, preparado psicológica e tecnicamente para tal. É exatamente esta característica do gênero humano que o corpo social sempre procurou podar no deficiente visual, situação que só muito próximo do final do século XX tem apresentado sinais de arrefecimento.

Estes sinais são ainda muito tênues, na medida em que as instituições envelhecidas e as pessoas ainda agarradas às tradições culturais, persistem em pensar do mesmo modo, quase que exato e sem retoques, como há alguns séculos - milênios... Por quê, já que todo o resto da sociedade tem mudado, em vários de seus conceitos, em muitas das suas formas de pensar e

agir, em diversos setores e acerca de muitos grupos sociais? Seria o grau de organicidade destes setores e grupos sociais? Alguém poderia argumentar que muita coisa tem mudado, mas onde? Ah!, na legislação! Sim, porém apenas na legislação... O papel comporta mudanças imediatas e rápidas. O corpo social e suas estruturas mentais, não. O direito e a legislação podem sob pressão ser mudados, mas a forma de agir e de pensar das pessoas, estas precisam de tempo, de vontade daquele que precisa mudar e ser mudado, se é que isto é possível. Isto é, a legislação e o direito, seriam alvo das ações e pressões conjunturais; enquanto que as estruturas de pensamento, estas obedecem à longa e longuíssima duração. As novas gerações precisam ser levadas a pensar diferente, o que, aliás, não se tem percebido até então.

Por tudo isto, falar em mudanças de pensamento nesta área é um tanto temerário; seria mais próximo do real, falar em permanência e até mesmo em reforço de velhas maneiras de pensar e de agir, tanto ao nível individual, quanto ao nível da sociedade como um todo, em relação ao handicapé visual no sentido mais amplo da questão, isto é, englobando todos os setores em que tais indivíduos e/ou grupo de indivíduos busquem encontrar ou mesmo conquistar o seu espaço. Talvez a diferença resida no fato de que, agora ele pode lutar a partir de seu próprio interesse específico; na medida mesmo de suas ambições e dos alvos que busque atingir. Neste campo, cumpre salientar que, aí o deficiente depende de si próprio, de seu temperamento, de sua índole, da capacidade que possua de se impor e de fazer valer aquilo que pensa; enfim, não mais os outros pensam e falam por ele; ele mesmo passa a ser dono de seu destino se é que se pode afirmar desta maneira. Mas, de sua decisão, depende apenas o lutar ou o acomodar-se à situação estabelecida. A partir do momento em que decida entre um destes campos, sai de sua órbita de decisão todo o resto. Na prática e na maioria dos casos, será uma tomada como que pela força. Ainda assim, ele continuará sendo pensado, visto e, continuará sendo alvo das mesmas ações privadas, das mesmas políticas públicas e das mesmas atitudes coletivas.

A proposta que norteou este trabalho, pretendeu apreender, discutir e analisar os resultados obtidos pela implementação das políticas públicas e das ações privadas de assistência, amparo e mesmo de formação profissional, levadas à cabo por pessoas e/ou organizações, visando uma clientela muito específica - os portadores de deficiência visual. A idéia de que o deficiente visual deve ser alvo direto das políticas públicas e das ações privadas, no sentido de

ampará-lo, assisti-lo em suas necessidades sociais, econômicas e culturais, apareceu com toda a clareza no decurso das entrevistas, que constituíram o principal lastro deste texto e na observação do discurso escrito esporadicamente encontrado durante a pesquisa.

Um dos principais pressupostos desta análise, é o de que, as políticas públicas e as ações privadas em relação aos deficientes visuais são mais dispersas, fragmentadas e discriminadoras, do que se apresenta à percepção do observador menos atento, visto que, ela insiste em apresentar o cego como alguém de quem se precisa compadecer e ajudar, não tomando em consideração os progressos pessoais e coletivos que ele e sua categoria social tenha atingido. Persiste a idéia de que ele não possui capacidade de auto gerenciamento, fazendo-se crer que precisa de alguém que faça aquele trabalho de administração pessoal. Desde as coisas mais simples como o trato da higiene pessoal até as mais complexas como o desempenho de seus labores profissionais/produtivos são compreendidas como coisas de difícil realização pelo indivíduo cego, ou mesmo pela coletividade que os engloba.

Não se nega que, diante das dificuldades de acesso aos diversos materiais e recursos técnicos de que necessita para sua orientação e preparação acadêmico/profissional e, sobretudo, devido ao fato de ser a grande maioria das pessoas portadoras de deficiência visual, ter uma origem sócio-econômica nas camadas mais baixas da sociedade baiana (e também brasileira), a necessidade de contar com políticas públicas de apoio, no sentido de viabilizar o acesso a tais materiais e recursos. A iniciativa privada também, neste mesmo sentido, pode e tem contribuído com sua parte na divisão dos custos sociais em se prover a educação e a profissionalização dos deficientes visuais.

No entanto, não se pode fazer com que a sociedade construa a idéia de que aqueles indivíduos, pela sua mera deficiência visual, seja incapaz de se autogerir de pensar por si mesmo, de traçar e seguir ou não seus próprios caminhos. Não existe qualquer ação privada ou política pública concreta, no sentido de modificar esta forma de ver e de pensar o deficiente visual. É claro que existem aqueles que se encaixam perfeitamente, por inúmeras razões que não caberia sejam discutidas aqui, no perfil que a maioria das pessoas traça para o indivíduo cego; não se encaixa, porém, na totalidade dos indivíduos cegos.

Os beneficiadores, públicos ou privados, por sua vez, encontrarão a recompensa na garantia de uma carreira política reconhecida e de votos fiéis, no primeiro caso e, na garantia do céu, no segundo, motivo aliás que prioritariamente move-lhes os passos e fertiliza-lhes a criatividade.

Enfim, de tudo que foi dito até aqui, pode-se concluir que, a despeito de todos os avanços espirituais e materiais da sociedade em questão e, a despeito dos desenvolvimentos dos espaços conquistados pelos deficientes visuais, quer do ponto de vista individual, quer do ponto de vista coletivo, permanecem intactas ou quase intactas as atitudes mentais que os marginaliza, incrustadas há muito na sociedade como um todo, embora se possa notar algumas mudanças, quando se trata de algum indivíduo ou grupo de indivíduos em particular. Apesar de uma proliferação epidêmica de associações de cegos, que se apresentam como tendo o propósito de lutar pela sua emancipação e integração social, o que se tem visto é que alguns elementos têm de fato se emancipado e integrado, mas, se diria, em noventa por cento dos casos, independentemente destas instituições. Trata-se de ações individuais, isoladas, fruto de esforço muito pessoal, contando, obviamente com o apoio logístico de familiares e amigos; mas em termos de instituições representativas, muito poucos têm conseguido sair do marasmo político social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A. BIBLIOGRAFIA TEÓRICO - METODOLÓGICA

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. "Por uma História Política da Economia Escravista". Caderno CRH/UFBa, n.o 20 (Jan/Jun 1994) pp. 74-92.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas (transcrição em braille da 5 ed., 1948 autorizada pela editora Cultrix). Fundação para o Livro do Cego do Brasil. São Paulo, 1971.

ATAÍDE, Iara Bandeira de. Decifra-me ou Devoro-te: História oral dos meninos de rua de Salvador. S/e: Edições Loyola, São Paulo, 1993.

_____, Um nome... em nome do santo ofício: O Cônego João Calmon, Comissário da Inquisição na Bahia Setecentista. Salvador: Universitas; Cultura (37); 15-32, 1986.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico. Tradução de Estela dos Santos Abreu: CONTRAPONTO. S/d .

BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção: Um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS. S/d .

BLOCH, Marc. Introdução à História. Tradução de Maria Manuel Miguel e Rei Grácio. 3. ed. Coleção Saber: Publicação Europa América, 1976.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade - Lembranças de velhos. 3 ed.: Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

BRAUDEL, Fernand. Reflexões sobre a história: Tradução de Eduardo Brandão: Martins Fontes, São Paulo, 1992.

_____, Escritos sobre a História. Tradução de J. Ginburg e Tereza Cristina Silveira da Motta 2 ed.. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BUKE, Peter. A Escrita da História - Novas perspectivas. Tradução de Nadja Lopes 2 ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLE, Héctor Pérez. Os métodos da História. Tradução de João Maia. 4 ed. Rio Janeiro: Editora Graad, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia: CAMPUS. S/d.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Ensaios Racionais: "Uma nova História"? Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

_____, Uma introdução à História .5 ed. Coleção Primeiros vãos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

DOSSE, François. A História em Migalhas - Dos animais à nova História. Tradução de Dulce da Silva Ramos. 2 ed. São Paulo: Ensaio, 1992.

FOULCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Organização, Introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado. 11 ed.: Graal.

_____, *Vigiar e Punir: História da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalhe. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 4 ed: DIFEL. Colaboração Pedro Moacyr Campos e Emilia Viotti Costa. S/d.

HEIMERS, Wilhelm. *Como devo educar meu filho cego?: Ministério da Educação e Cultura* Prefácio para a primeira edição, dezembro de 1970.

_____, *Como devo educar meu filho cego?: Ministério da Educação e Cultura*. Prefácio para a segunda edição, dezembro de 1970.

_____, "O Sentido da Nossa Vida". In *Como devo educar meu filho cego?: Ministério da Educação e Cultura*, dezembro de 1970.

HUNT, Lynn. *A nova História Cultural*. Tradução de Jefferson Luis Camargo. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IOVECHELOVITCH, Sandra & GUARECHI, Pedrinho. *Textos em representações sociais: Vozes*. S/d.

KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Trad. Lygia Maria Baeta Neves: Eldorado. S/d.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed.: Editora da Universidade Estadual de Campinas. S/d.

_____, & NORA, Pierre. História: Novas abordagens. Tradução de Henrique Mesquita 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1988.

_____, A História Nova. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. A Arte de ter um ofício. Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872 - 1996). Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

MARTINS, Sílvia Helena Zanirato. Artífices do ócio: mendigos e vadios em São Paulo de 1933-1942. Londrina: UEL, 1997.

MATTOSO, Kátia Queirós. Bahia, século XIX: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org.). Introduzindo a História oral no Brasil. São Paulo: USP, 1996.

NOVAIS, Adauto (Org.). Tempo e História. 2ª Reimpressão: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

PERROT, Michelle. Os excluídos da História (operários, mulheres e prisioneiros) Tradução de Denise Bottmann. 2 ed.: Paz e Terra.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade". In Revista USP, São Paulo (28): 14-39, Dezembro/fevereiro95/96.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1982

SAHLINS, Marsall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Tradução de Barbosa Sette Jorge Zahar, 1990.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia - elementos de Metodologia do Trabalho científico. 6 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SAMPAIO, Consuelo Novais (1978). Os partidos políticos da Bahia na primeira república. Uma política de acomodação: Estudos Baianos, 10. Mestrado em Ciências Sociais, UFBA.

THOMPSON, Paul. A Voz do Passado: História Oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TREBITSCH, Michel. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In Op. Cite.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo, PEIXOTO, Maria do Rosário & RHOURY, Yara Maria Sun. A Pesquisa em História. 1 ed. Série Principios. São Paulo: Ática, 1989.

WOOD, A. J. R. Russell. Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1550/1755. Distrito Federal: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

WESWPHALEN, Cecília Maria. História e contemporaneidade, 1995.

B. FONTES

ALLOOR, Pauline M. (1967). Fatores de Retardamento. Lente, 35: Vol. XI.

ALTERNATIVA - Ano V; nº 06; Janeiro de 1986. Apoio: NOVIB. Impressa em braille e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano V; nº 07; Abril de 1986. Apoio: NOVIB. Impressa em braille e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano IV; nº 08; Abril de 1987. Apoio: NOVIB. Impressa em braille e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano III; nº 02; Janeiro de 1984. Apoio: NOVIB. Impressa em Braille, patrocinada e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano III; nº 03; Agosto de 1984. Apoio: NOVIB. Impressa em braille e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano I; nº 0 (experimental); Outubro de 1982. Impressa em braille, patrocinada e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano II; nº 01; Junho de 1983. Impressa em braille, patrocinada e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

ALTERNATIVA - Ano IV; nº 04; Março de 1985. Impressa em braille e distribuída pela Fundação para o Livro do Cego no Brasil.

AMÉRICA LATINA - Año XII; nº 46 y 47 Agosto de 1997; Enero 1998. Boletín informativo, 02 Volumen. Tomo I.

AMÉRICA LATINA - Año XII; nº 46 y 47 Agosto de 1997; Enero 1998. Boletín informativo, 02 Volúmenes. Tomo II.

AMÉRICA LATINA - Año XIII; nº 48 Febrero; Abril de 1998. Boletín informativo, 02 Volúmenes. Tomo I.

AMÉRICA LATINA - Año XIII; nº 48 Febrero; Abril de 1998. Boletín informativo, 02 Volúmenes. Tomo II.

AMÉRICA LATINA - Año IX; nº 32 y 33 Febrero; Agosto de 1994. Boletín Informativo.

AMÉRICA LATINA - Año IX; nº 34; Octubre de 1994. Boletim Informativo agosto. Comitê Regional de La Union Mundial de Ciegos.

ANAIS - VII. Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira. Relatório sobre causas da cegueira. Coordenador: Prof. Jacó Lavinsky.

ANAIS - VII. Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira. Relatório sobre plano nacional da prevenção da cegueira. Coordenador: Prof. Newton Kara José.

ANAIS - Seminário sobre necessidades, formação e treinamento de pessoal de nível superior para o setor público, Salvador, 12-14 de Março de 1975.

ANDRADE, Geraldo Sandoval de (1968). A colocação profissional e seus problemas. Anais do II Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais.

ARAÚJO, Áurea Castilho de Albuquerque. A falta de esclarecimento do público sobre os problemas da cegueira leva a maiores preconceitos. Anais do II Congresso Brasileiro de Educação de deficientes Visuais.

A TARDE, 23/04/1930. Para não deixar os mendigos pelas ruas.

A TARDE, 28/07/1931. A Inauguração, amanhã, dos melhoramentos no Asylo da mendicidade.

A TARDE, 16/04/1934. A Fundação Sta. Luzia.

A TARDE, 11/05/1934. Um entusiasta da Fundação do Inst. dos Cegos na Bahia.

A TARDE, 17/10/1935. Um apello em favor da Infância desvalida.

A TARDE, 18/10/1935. Pro Parvulus.

A TARDE, 25/11/1935. Inauguração, sábado, do "Jardim de Infância" Baroneza de Sauhipe.

A TARDE, 08/08/1939. Os mendigos voltam a perambular pela cidade, p. 02.

A TARDE, 14/08/1939. Uma esmola para a Igreja e Cada de Diversão dos Leprosos, p. 02.

A TARDE, 21/08/1939. Assentada a primeira pedra dos Preventório para filhos de leprosos, p. 02.

A TARDE, 07/09/1939. Em favor dos que não vêem, p. 02.

A TARDE, 21/09/1939. Instala-se o D. Regional da Liga Nacional de Prevenção da Cegueira, p. 03.

A TARDE, 23/10/1940. Festa de S. Rafael no Inst. dos Cegos, p.02.

A TARDE, 23/10/1940 A polícia deterá todos os mendigos, p. 02.

A TARDE, 07/10/1944. Ensino para as crianças que não enxergam bem, p. 03.

A TARDE, 09/10/1944. O apito localizou-se nos brônquios, p. 02.

A TARDE, 09/10/1944. Começa amanhã a "Semana da Criança" - A Solenidade Inaugural - Palestras de médicos nas escolas Públicas - Outros pontos do programa, p. 02.

A TARDE, 09/10/1944. Construção de um pavilhão e um pavimento, p. 02.

A TARDE, 09/10/1944. Para Inauguração do Hospital Dantas Bião, p.02

A TARDE, 10/10/1944. Iniciada solenemente a Semana da Criança, p. 02.

A TARDE, 11/10/1944. Para cuidar das crianças até a idade de 03 anos, p. 02.

A TARDE, 12/10/1944. As comemorações da Semana da criança, p. 02.

A TARDE, 20/10/1944. Amparando uma grande obra social, p. 02.

A TARDE, 03/11/1944. Matrículas para meninos pobres, p. 02.

A TARDE, 21/11/1944. O hospital de São Félix vai ter um pavilhão, p. 02.

A TARDE, 27/11/1944 Os serviços de saúde pública no Interior do Estado, p. 02.

A TARDE, 28/11/1944. Foi inaugurado o Hospital de Alagoinhas, p. 02.

A TARDE, 29/11/1944. Inaugurado o Hospital de Alagoinhas, p. 02.

A TARDE, 06/12/1944. Reeducação dos "Capitães de Areia", p. 02.

A TARDE, 11/12/1944. Dois anos de dedicado trabalho social, p. 02.

A TARDE, 19/12/1944. Será criado o departamento de menores, p. 02.

A TARDE, 21/12/1944. É indispensável, no ato da entrega, a presença de crianças, p. 02.

A TARDE, 08/03/1945. Legião Brasileira de Assistência, p. 02.

A TARDE, 13/03/1945. Não será mais em Aguas Claras o Leprozário, p. 02.

A TARDE, 03/07/1946. A solene Instalação da Universidade da Bahia, p. 02.

A TARDE, 04/07/1946. Um novo Hospitalar para crianças

A TARDE, 30/04/1948. Inaugurado o Albergue Nocturno da Rua Dr. Seabra.

A TARDE, 03/05/1948. Não estavam habituados com tal conforto, p. 02.

A TARDE, 17/05/1948. A solução do problema da mendicância, p. 01.

A TARDE, 26/05/1948. Campanha contra a mendicância, p. 02.

A TARDE, 10/02/1949. A descentralização do ensino no estado, p. 02.

A TARDE, 19/02/1949. Visita do governador a obras públicas, p. 02.

A TARDE, 08/03/1949. Várias inaugurações do Dia 29 de março - obras estaduais e municipais serão entregues ao serviço público na data do 4º centenário, p. 02.

A TARDE, 12/03/1949. Bolsas de estudos do Inep, p. 02.

A TARDE, 28/03/1949. Pelos meninos pobres de um bairro rico, p. 02.

A TARDE, 29/03/1949. Inauguração a nova sede do 1º centro de saúde, p. 02.

A TARDE, 16/10/1953. As últimas comemorações da semana da criança, p. 02.

A TARDE, 05/02/1954. Mais dois Hospitais no Interior, p. 02.

A TARDE, 09/02/1954. As casas populares - Desapropriados os terrenos pela prefeitura, p. 02.

A TARDE, 14/01/1957. A orquestra do Instituto dos Cegos - Está faltando o violão, p. 03.

A TARDE, 17/01/1957. O violão dos ceguinhos, p. 02.

A TARDE, 04/10/1957. Os que têm vista deve olhar para os cegos, p. 02.

A TARDE, 10/12/1957. O Natal dos cegos, p. 02.

A TARDE, 26/03/1958. Revertidas para a Legião da Boa Vontade e Instituto dos Cegos, p. 03.

A TARDE, 31/03/1958. Olhos sem vida e coração sem dor, p. 02.

A TARDE, 23/06/1958. Sorteado o cofre do Lions oferecido ao Inst. dos Cegos, p. 02.

A TARDE, 17/10/1958. A doce alegria dos ceguinhos, p. 02.

A TARDE, 16/02/1959. Vila dos Cegos, p. 08.

A TARDE, 13/01/1961. Curso de Braille no ensino normal e 6 milhões para Instituto dos Cegos, p. 03.

A TARDE, 25/10/1986. Curso ensina deficientes visuais a fazer massagens.

AZEVEDO, Thales. Uma nova História da Bahia: Jornal A Tarde, 1º Semestre, 19 de maio de 1995.

BENJAMIN CONSTANT, 01 - Setembro de 1995.

BENJAMIN CONSTANT, 02 - Janeiro de 1996.

BENJAMIN COSNTANT, 03 - Maio de 1996.

BENJAMIN CONSTANT, 04 - Setembro de 1996.

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VI - nº 03 - Setembro de 1990.

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VI - nº 04 - Dezembro de 1990.

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VII - nº 01 - Março de 1991

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VII - nº 03 - Setembro de 1991

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VII - nº 04 - Setembro de 1991

BRAILLE. Fundação Hilton Rocha, Vol. VIII - nº 01 - Março de 1992

CAZÉ, Benita Maria Silva (1971). Atividades. Anais do III Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais.

Congresso Internacional de Serviço Social. In LENTE, 35, 1967. Vol. XI.

GONÇALVES, Nair Lemos (1964). Legislação no campo da cegueira - Anais do I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais.

IMPARCIAL, 15/03/1931. O Novo Pavilhão de penitenciária do Estado.

IMPARCIAL, 15/03/1931. A Assistência Judiciária; Academia Trabalho; A sua actuação no jury, p. 01.

IMPARCIAL, 07/05/1931. Duas sociedades vão ser utilidade pública.

IMPARCIAL, 04/06/1931. Real sociedade portuguesa de Beneficencia Dezesesseis de Setembro.

IMPARCIAL, 26/06/1931. Abrigo dos filhos do Povo.

IMPARCIAL, 30/06/1931. Internato para menores.

IMPARCIAL, 31/07/1931. Leprosário Rodrigo de Menezes.

IMPARCIAL, 31/07/1931. No azilo de mendicado.

IMPARCIAL, 04/08/1931. Para "Casa dos Pobres".

IMPARCIAL, 18/03/1933. Albergue noturno para os desvalidos, p.01.

IMPARCIAL, 25/02/1935. Título: No Abrigo do Salvador, p. 03.

IMPARCIAL, 10/04/1935. Quando seria inaugurado o "Albergue Nocturno"? p. 03.

Lei nº 394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In Diário Oficial, República Federativa do Brasil, segunda-feira, 23 de dezembro de 1996.

ISNARD, Luiza Banducci. (1966). A viagem de estudos realizada de 01 a 30/09/65 organizada pelas nações unidas e pelos governos da Polônia e da URSS: Lente, 30. Vol. X.

KENETH, Fitzgerald (1966). Educação na vida familiar e trabalhos com cegos: Lente, 30.

LENTE, 32, 1967. Vol. XI.

LENTE, 33, 1967. Vol. XI.

LENTE, 34, 1967. Vol. XV.

LENTE, 37, 1968. Vol. XIX.

LENTE, 38, 1968. Vol. XII.

LENTE, 42, 1970. Vol. XIX.

LENTE, 47, 1976. Vol. XVI.

LENTE, 48, 1977. Vol. XVII.

LOS CIEGOS EN EL MUNDO - Boletim Informativo de La Union Mundial de Ciegos.

LOS CIEGOS EN EL MUNDO - Boletim Informativo de La Union Mundial de Ciegos, nº 11, 1994, 2 volumes en espanhol.

LOUIS, S. Cholden. Alguns problemas psiquiátricos da cegueira sobre o indivíduo. Lente, 36, 1968. Vol. XII.

MATOS, Marilza Vieira. CONSELHO BRASILEIRO PARA O BEM ESTAR DO CEGO - I Encontro Brasileiro da Mulher Cega.

MORAES, Jairo. "A Educação do Público". - Anais do I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, 1968.

NAVAS, Lúcia Padilha. I SIMPÓSIO BRASILEIRO DA MULHER CEGA, Florianópolis, de 8 a 12 de março de 1987 - Tema 5: A mulher cega como mulher.

_____, Tema 8: A Mulher Cega como profissional - Odete do Vale Lucas, Vitória Maria Marinho Damaceno, Luiza Maria a Mendes, Regina Fátima Caldeira de Oliveira, Vilma de Picoli.

NETTO, Silvino Coelho de Souza. "A Educação do Público" - Anais do I Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais. 1964.

NOWILL, Dorina de Gouvêa. Oportunidades iguais, participação plena: Nova Lente, 01, 1990. Vol. I.

O impacto social da cegueira sobre o indivíduo. In LENTE, 36, 1968. Vol. XII.

Orientação vocacional - In Anais do III Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, 1971. RESOLUÇÕES aprovadas no grupo de orientação vocacional - Tema 3 na manhã de 15.07.71

SAMPAIO, Consuelo Novais. Desprezo pela pesquisa: Jornal A Tarde, Salvador, 1º semestre, 23 de maio de 1992. p. 06, caderno 01.

III SIMPÓSIO SOBRE ENSINO INTEGRADO DOS DEFICIENTES VISUAIS - Relatório final (síntese). 29 a 1º de junho de 86. MESA REDONDA: "Educação e Ensino".

III SIMPÓSIO SOBRE ENSINO INTEGRADO DOS DEFICIENTES VISUAIS - Relatório final (síntese). 29 a 1º de junho de 86. MESA REDONDA: "Profissionalização".

TONKIVIC, Franjo. Um ponto de vista sobre a educação integrada para as crianças cegas: Lente, 36, 1968. Vol. XII.

TRIBUNA DA BAHIA, 25/10/1986. A difícil luta dos deficientes físicos para ocupar o seu espaço. Salvador, p.21.

Uma análise de atitudes - Dinâmicas e efeitos. In LENTE, 46, 1976. Vol. XVI.

VENTURINI, Jurema Lucy. Caracterização do Programa: In Lente, 44, 1975. Vol. XV.

_____, Resumo Histórico da Introdução e desenvolvimento no Brasil: Lente, 44, 1975. Vol. XV.

WELSH, Richard. O auto conceito: Lente, 45, 1975. Vol. XV.

C. TEXTOS

CAMARGO, Aspásia. "História Oral e Política". In História Oral. Org. Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Diadori FINEP, 1994.

CERTEAU, Michel de. "A formalidades das práticas". In A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Cap. IV.

CLIFFORD, Geertz. "Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa das Culturas". In A interpretação da Cultura, Rio de Janeiro: Eqhar, 1978. Capítulo I.

_____, "Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa". In A Independência das Culturas, Rio de Janeiro: Eqhar, 1978.

CUTSFORTH, Thomas D. "A Vida de Fantasia dos Cegos". In O Cego na Escola e na Sociedade; Um estudo psicológico. Cap. IV

_____, "Os Problemas da Vida Emocional dos Cegos". In O Cego na Escola e na Sociedade; Um estudo psicológico. Cap. VI.

_____, "Problemas relativos a Personalidade nas Instituições para Cegos". In O Cego na Escola e na Sociedade; Um estudo psicológico. Cap. IX.

_____, "O Ajustamento Social em uma Comunidade Universitária". O Cego na Escola e na Sociedade; Um estudo psicológico. Cap. X

FILHO, Luiz Viana. 85 anos de política: síntese dos fatos: Academia de Letras da Bahia. Setembro de 1980, nº 28.

FRAGA FILHO, Walter (1994). Mendigos e Vadios na Bahia no séc. XIX. Dissertação de mestrado. UFBA. Cap. II: 33-62.

JULLIARD, Jacques. "A política". In História: Novas abordagens. Trad. Henrique Mesquita.

MARCÍLIO, Maria Luiza. "O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias". In *Demografia Histórica. Orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1977.

MARIANI, Clemente. "Análise do problema Econômico Baiano". In *Planejamento*. Salvador, 5(4): 55-121, outubro/dezembro 1977.

MONTEIRO, Elma Santos Leite. *A mulher cega ou deficiente visual na sociedade brasileira*, 1985

MOTT, Luiz. *Pagode português: a subcultura gay em Portugal nos tempos inquisitoriais: Ciência e Cultura*, 40 (2), fevereiro de 1988.

NÓVOA, Jorge. *Apologia da relação cinema-história - O olho da história: Revista de História contemporânea*, 1, 1995. Vol.1

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. *Viver e morrer no meio dos seus*. In *Revista USP*, São Paulo, (28): 01-30.

PERROT, Michelle. *Em que ponto está a história das mulheres na França?: Revista Brasileira de História*, 28, São Paulo, Anpuh; Marco Zero, vol.14, 1994.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. *Oligarquias e poder político na Bahia contemporânea*. Dep. de Política da Fac. de Filosofia e Ciências Humanas/UFBa.

PRINS, Gwyn. "História oral". In *Peter Burke: A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, 1.

ROBERT, Darnton. "Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na rua Sint-Séverin": In O grande massacre de fatos e outros episódios da história cultural francesa, Rio de Janeiro: Praal, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. "Observações metodológicas referentes aos trabalhos de pós-graduação". In Metodologia do Trabalho Científico, São Paulo: Cortez, 1993. Capítulo VI.

D. TEXTOS GERADOS EM ENCONTROS DE CEGOS (COLETÂNEA PRIVADA)

A Integração da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho: A experiência do SERPRO / Rio de Janeiro. Coordenação: Bernardo Lemos (An. Informática da SUAEF/ADRHU). Chefia: Iclea de Avellar (Chefe da SUAEF/ADRHU/ADRJO).

ABC - Associação Baiana de Cegos.

ASSOCIAÇÃO BAIANA DE CEGOS - Campanha de esclarecimento público.

COLOCACION LABORAL COMPETITIVA

DEFICIÊNCIA VISUAL

DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE AÇÃO MUNICIPAL DIRIGIDA AO DEFICIENTE, 1986: Prefeitura Municipal de Salvador.

VISUALIZAÇÃO E VER

ANEXO

RESUMO BIOGRÁFICO

Neste texto será apresentado um sumário biográfico das pessoas que foram entrevistadas e que tiveram suas informações utilizadas neste texto. Só estarão aqui relacionadas as pessoas deficientes visuais. As técnicas que trabalharam com elas não forneceram maiores detalhes sobre suas trajetórias, limitando-se a comentar a atuação que tiveram na área de atendimento ao deficiente visual em suas atividades profissionais, bem como a fornecer informações sobre temas afins

1. Adriana Borges dos Santos, nasceu em Salvador em 15 de setembro de 1974. É vítima de glaucoma congênito e Atrofia do Nervo Ótico, perdendo a visão ainda criança. Estudou em um colégio de Salvador, terminou também os estudos na capital. Prestou Vestibular para Letras Vernáculas, na Universidade Federal da Bahia. Hoje Adriana desenvolve trabalho de pesquisa e ainda continua os estudos.

2. Alberto Fernando Galvão de Souza nasceu em Campo Formoso (interior do estado da Bahia), e perdeu a visão aos dezoito anos, por causa do glaucoma - doença que o acompanhava já desde a infância. Faz reabilitação, aprende o método braille, e conclui os estudos na capital. Hoje Alberto é Presidente da Associação Baiana de Cegos (ABC), e está atualmente como funcionário a disposição do Estado. Alberto trabalha na Biblioteca Pública do Estado, no setor Braille (setor específico para o deficiente visual, onde estes podem encontrar livros e serviços a disponíveis para os seus estudos).

3. Aldair Maria da Silva Silveira nasceu em Feira de Santana. Se transferiu para Salvador para estudar no Instituto de Cegos aos onze anos de idade, saindo de lá com a conclusão da sexta série, e voltou para sua cidade natal. Lá, Aldair terminou os estudos e prestou vestibular para Letras, ingressando na Universidade Estadual de Feira de Santana. Retornando para Salvador conseguiu transferência para terminar seu curso na Universidade Católica do Salvador, onde ainda conseguiu matrícula especial para fazer o curso de Direito. Hoje trabalha na TELEBAHIA como telefonista.

4. Bela Vaitsman tem 65 anos de idade, é viúva, e perdeu a visão em 1970, em decorrência de um choque anafilático que sofreu em 68, por que era alérgica a um remédio. Dois anos após o choque, ainda continuou enxergando por fazer uso de um colírio que lhe substituía as lágrimas. Ainda em consequência do choque, perdeu os movimentos nos membros inferiores, e passou durante vários anos, por problemas acarretados pelo coque. Esse conjunto de complicações acometido pela entrevistada, dá-se o nome de Síndrome de Stiven Jhonson. Hoje, Bela trabalha auxiliando instituições filantrópicas de e para cegos, e é escritora, tendo como obras a serem destacadas Um Clarão Na Escuridão, Choque Violento e, recentemente lançou o livro Metas E Horizontes Inatingíveis.

5. Carlos Alberto Castro nasceu no dia 10 de abril de 1960, no município de Livramento de Nossa Senhora. É portador de glaucoma congênito e nasceu completamente cego. Foi mandado para o Instituto de Cegos aos sete anos de idade por indicação da professora Rita Almeida Leça, que era especializada para trabalhar na área de educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Antes de entrar para o ICBA, estudou numa escolinha de Jardim de Infância, na cidade em que morava. Chegou no Instituto de Cegos em 1967, onde permaneceu mais ou menos nove anos de onde saiu em 1976, já terminado o segundo grau. Continuou morando em Salvador para terminar os estudos. Nesse período, foi mantido pela família e trabalhava para completar seus gastos. Completou seus estudos em um colégio de Salvador, indo trabalhar no interior do estado. Hoje Carlos é membro de da Associação de Cegos de Vitória da Conquista, onde trabalha realizando projetos e desenvolvendo serviços em prol dos cegos daquela região.

6. Cirlene Caxias da Costa, nascida e residente em Juazeiro (interior da Bahia), vítima de glaucoma, com perde total da visão aos doze anos de idade. Nasceu em 16 de maio de 1964. A causa do seu problema é explicada por razão de sua mãe ter sido acometida de rubéola na gravidez. Passou os primeiros anos no interior e depois veio para Salvador estudar no Instituto de Cegos da Bahia, onde também ficou como interna durante todo o tempo em que morou na referida cidade. Voltando para Juazeiro, Cirlene terminou os estudos e prestou vestibular para Pedagogia, na Universidade Estadual de Pernambuco -Petrolina. Cirlene teve visão parcial até os doze anos, quando foi submetida a uma operação de extração dos olhos. Hoje é funcionária da prefeitura, e se encontra à disposição do município.

7. Claudete Souza Santos, tem vinte e oito anos de idade, perdeu a visão aos cinco, e foi mandada para o Instituto de Cegos um ano depois. Lá fez todo o primeiro grau, sendo transferida, logo após, para o colégio ICEIA, onde concluiu o segundo grau, no curso de Magistério. Fez um curso de Massoterapia, e hoje trabalha no Instituto Baiano de Reabilitação (IBR).

8. Ester Brás de Oliveira, nasceu no interior da Bahia, vindo para o Instituto com oito anos de idade. Nasceu nas adjacências de Mundo Novo. Terminando as séries básicas, Ester manifestou a vontade de continuar estudando, mas em Salvador não tinha como fazê-lo, não pelo menos os estudantes do Instituto de Cegos, o que a obrigou a se transferir para São Paulo, onde ficou interna no Instituto Padre Chico. Já de volta à Salvador, fez o curso Normal, ficando ainda como interna no Instituto. Após ter feito o curso Normal, Ester foi nomeada professora do Estado, porém, também já trabalhava na Prefeitura como professora. Em 1975, foi fazer sua reabilitação em São Paulo, voltando, no mesmo ano para Salvador. Fez vestibular para Pedagogia e foi aprovada. Ester foi incapacitada para exercer o cargo de professora pelo fato de ser cega. Resolveu, então fazer um curso de especialização, em Orientação Educacional e, se tornou a primeira orientadora do Instituto de Cegos, fundando, então, o Serviço de Orientação e Educação (SOE), no Instituto de Cegos, onde se aposentou. Hoje, Ester estuda Inglês e Francês e não pára de trabalhar, e ainda lhe sobra tempo para ajudar nas obras assistenciais da igreja Católica que frequenta com satisfação.

9. Fernando Antônio Matos de Oliveira, nasceu em 19 de julho de 1971, em Feira de Santana município do estado da Bahia, e perdeu a visão aos cinco anos de idade. Iniciou seus estudos com uma pessoa, também cega, e no ano seguinte, começou a estudar em escola regular. Formado em Processamento de Dados, na Universidade Federal da Bahia. Prestou concurso para concorrer a uma vaga de Auditor Fiscal, sendo aprovado em 1997.

10. Genésio Santos Silva, nascido em Alagoinhas, em 1955, tem como profissões Eletricista e Técnico em refrigeração, porém não trabalha em nenhuma das duas áreas. Ingressou no Instituto de Cegos em 68. Tem segundo grau incompleto, em consequência da urgência de entrar no mercado de trabalho.

Obs. O entrevistado não menciona a causa da perda da visão, bem como o período do acontecimento.

11. *HBPk*. Nasceu com glaucoma congênito, em consequência de problemas genéticos familiares, nasceu em 1967, em Utinga (interior do estado da Bahia). Perdeu a visão realmente aos nove anos de idade, e foi, inicialmente, estudar no R. J., no Instituto Benjamin Constant. Em fins de 1978, sai do Rio de Janeiro, e volta para Salvador, para o Instituto de Cegos da Bahia (ICBA), no início de 79, de onde sai aos treze anos. Hoje é músico, trabalha com produção musical, toca nas noites nos bares de Salvador, e trabalha profissionalmente com vários artistas.

12. João Bosco Dias Santa Rosa, é portador de glaucoma e nasceu cego no interior de Sergipe, numa cidade chamada Buquin. Veio para a Bahia quando ainda tinha quatro anos de idade, para morar numa cidade no interior, chamada Itapetinga, ingressando no Instituto de cegos aos sete anos de idade, onde permaneceu durante o tempo que fez o curso primário, indo, posteriormente morar com seus pais. Fez todo o ginásio no colégio João Florêncio Gomes. Depois fez o curso de Turismo, lá formou-se e partiu, logo depois, para o curso técnico no SENAI. Posteriormente, João Bosco prestou vestibular para o curso de Eletricidade, sendo aprovado e concluindo seus estudos nesta área. Adiante, Bosco prestou concurso para a PETROBRAS, e foi ocupar a vaga de eletricitista nesta empresa. Hoje, Bosco trabalha com informática, na própria empresa, por consequência de um problema de saúde que passou, não mais o possibilitando trabalhar fazendo viagens por todo o estado. Bosco também ministra cursos de informática para cegos em Salvador.

13. João Eudes Alves Ferreira, nasceu em Angico (um município da cidade de Mairi), veio para o Instituto de cegos já nos seus quatorze anos. Nasceu cego em Salvador, cursou todo o primário e, posteriormente, resolveu fazer o curso Supletivo o que resolveu fazê-lo estudando novamente o primário e terminando o ginásio e todo o segundo grau. Logo em paralelo aos estudos, João iniciou no mercado de trabalho na BRASTEMP, passando logo depois a trabalhar na BOSH com vela de inquisição. Depois João foi funcionário da KODAK, donde foi demitido por que todo trabalho realizado pelo homem foi substituído pela máquina. Mais

tarde, fez curso de Massoterapeuta. João hoje é massoterapeuta, exercendo a função seu trabalho no estado.

14. José Augusto Laranjeira Sampaio, tem 41 anos, é Antropólogo, e perdeu a visão aos 31 anos. Quando tinha três anos, seus pais descobriram que ele era portador de glaucoma, podendo perder a visão a qualquer momento. Perdeu uma das visões aos dezenove anos, perdendo a outra posteriormente, em consequência natural do desenvolvimento do seu problema. Passou por um período de adaptação bastante curto, sendo necessário para tanto somente o período das férias do trabalho. Hoje continua ministrando aulas na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), onde, aliás já dava aulas desde antes de perder a visão, e desenvolve trabalhos de pesquisa.

15. Manoel Dias Santa Rosa, nasceu em Buquin (interior de Sergipe), em 1968. Chegou em Salvador com oito anos, e ficou como interno no Instituto de Cegos da Bahia. Fez seu primário, parte no ICBA, parte na escola Marquês de Abrante. Depois foi estudar no ICEIA, partindo logo depois para o colégio Central da Bahia, foi quando parou de estudar durante um ano. Entrou para cursar Administração no colégio Presidente Costa e Silva. Prestou vestibular para Direito, porém não completou o curso. No âmbito profissional, Manoel ingressou no SENAI, em 1964, na escola gráfica do SENAI. Passou a trabalhar no Serviço de Colocação e Aproveitamento de Mão de Obra dos Deficientes Visuais, cargo que ocupou durante vinte e dois anos. Foi Supervisor Técnico da Oficina Pedagógica da Secretaria de Educação. Hoje é presidente do sindicato, e este agrega vários outros sindicatos, inclusive o sindicato dos servidores do SENAI.

16. Marilza Vieira de Matos, nasceu com glaucoma congênita, mas enxergou até os vinte e oito anos, quando foi acometida de Descolamento de Retina, perdendo completamente a visão, apesar de ter sido submetida a três cirurgias, porém não obteve o resultado que desejava, pois o seu processo era irreversível. Já tinha completado seus estudos e trabalhava na Área de Contabilidade, do que ficou impedida depois da cegueira. Em março de 1975, já estava fazendo reabilitação, quando foi mandada para o Instituto de Cegos, para fazer um curso chamado AVDn (Atividade da Vida Diária). Foi quando surgiu uma oportunidade de fazer um curso em Processamento de Dados, em São Paulo. Marilza retornou para Salvador já

para trabalhar como Programadora no CERPRO (Centro de Processamento de Dados), onde está até hoje, prestes a se aposentar.

17. Mário César da Silva Lima nasceu em 1965, em Salvador, vítima de retinose pigmentar, tendo como problemas agravantes, catarata, em um dos olhos, além de outras complicações, como estagno, fotofobia, etc. Seu quadro clínico o acompanha desde o nascimento, sendo seus problemas agravados paulatinamente. Aos dezesseis anos, fica completamente cego. Hoje, Mário César é formado pela Universidade Federal da Bahia, em Direito, exerce a profissão de advogado, tem o seu próprio consultório, e trabalha no estado, ocupando a vaga de Procurador Fazendário.

18. Patrícia Amorim de Amorim, nasceu em 1977, em Salvador. É portadora de uma doença chamada Retinopatia de Prematuridade, ou seja, nasceu prematura e a luz da encubadora queimou sua retina. Teve Catarata Congênita (o que resultou na primeira perda da visão), e com dezoito meses de idade perdeu a segunda visão, em decorrência do mesmo problema.. Com dez anos teve um dos pulsos rompidos, o que a impossibilitou de usar a reglete. Fez o pré-escolar em uma escola particular. Foi para uma outra escola, estava então com seis anos de idade Transferida para a escola Úrsula Catarina, fez a alfabetização, voltando para a escola depois de ser submetida a uma intervenção cirúrgica. Coursou todo o primário e ginásio no Úrsula, quando foi transferida para o ICEIA, onde concluiu o segundo grau. Hoje Patrícia está estudando para o vestibular. Ela pretende seguir numa carreira ainda não definida completamente, ainda tem dúvida entre Psicologia e Comunicação, escolha que fará no andamento dos estudos preparatórios.

19. Zorionária Maria dos Santos, nasceu em Campo Alegre, em 1975, no interior da Bahia, e ficou cega em consequência de um tumor maligno, que, inclusive, lhe obrigou a submeter-se a uma operação de retirada dos olhos. Começou a estudar quando tinha dez anos, numa cidade chamada Remanço, um internato improvisado, até concluir os primeiros estudos. Voltou para Campo Alegre para completar os últimos anos do primeiro grau. Teve bastante dificuldade para estudar, em virtude da carência de que passam os deficientes, já que para os interiores não é dispensado professores especiais para a educação do deficiente visual, sendo este, obrigado a viver na espera de que alguém possa o ajudar nos seus estudos, dedicando, senão o

tempo integral de que dispõe, mas, pelo menos, uma boa parte dele. Zorionária hoje é aposentada e vive com seus pais na cidade natal.